

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A QUESTÃO NORDESTINA:**

Estado, região e futebol

HÉVILLA WANDERLEY FERNANDES

JOÃO PESSOA-PB

2020

HÉVILLA WANDERLEY FERNANDES

**A QUESTÃO NORDESTINA:**

Estado, região e futebol

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito necessário para obtenção do Título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Aliaga

**Linha de Pesquisa:** Teoria Política

JOÃO PESSOA-PB

2020

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F363q Fernandes, Hévilla Wanderley.  
Questão nordestina : estado, região e futebol /  
Hévilla Wanderley Fernandes. - João Pessoa, 2020.  
177 f.

Orientação: Luciana Aliaga.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Desigualdades - Brasil. 2. Questão meridional. 3.  
Questão nordestina. 4. Hegemonia. 5. Subalternidade  
regional. 6. Futebol. I. Aliaga, Luciana. II. Título.

UFPB/BC

CDU 177.5(81)(043)

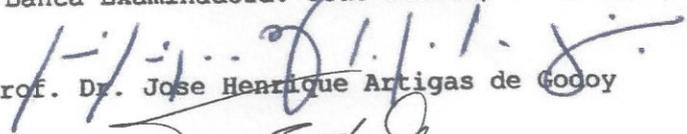


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

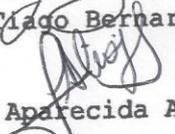
ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA

HÉVILLA WANDERLEY FERNANDES

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, realizou-se em Sala Virtual, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "Não é apenas um jogo: a questão meridional no futebol", apresentada pela aluna Hévilla Wanderley Fernandes, **graduada** em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira (PPGCRI/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Jose Henrique Artigas de Godoy (PPGCRI/UFPB) e Tiago Bernardon de Oliveira (DH/UFPB). Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra à mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: **APROVADA**. Proclamados os resultados pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira Secretária ad hoc lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 01 de abril de 2020.

  
Prof. Dr. Jose Henrique Artigas de Godoy

  
Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira  
Presidente da Banca

Observações:

## AGRADECIMENTOS

O processo de escrita deste trabalho se mostrou mais difícil do que imaginei. Muita água passou por debaixo da ponte desde que eu decidi fazer a seleção em 2017. Entretanto, apesar de todas as dificuldades, o pensar político, a teoria gramsciana e os debates proporcionados pela academia sempre foram um alento neste momento de tanta intranquilidade no mundo. Além disso, muitas pessoas foram fundamentais para superar alguns obstáculos e ajudar este projeto a ganhar forma e se concretizar. Por isso, tenho muito a agradecer.

Aos colegas de jornada que iniciarem comigo a caminhada neste programa de pós-graduação, em especial a Suzy, Vlademir, Sheylla e Davi. Também à Yunna, à Julia e à Carol, amigas que ganhei graças ao programa e foram muito importantes durante esses últimos anos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais pela dedicação e atuação em uma área que hoje sou apaixonada.

Ao grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade, que me proporcionou grandes debates e engrandecimento intelectual e político. Obrigada aos companheiros que estiveram comigo e se tornaram amigos queridos com quem posso dividir a paixão pela teoria política: Fernanda, Matheus, Karol, Thiago e Gabriel. Agradeço também aos professores Elisangela, Cárita, Daniel e Lucas pela disponibilidade e presteza nas discussões que foram fundamentais para a minha pesquisa. Reafirmo que tê-los nesses debates é um privilégio.

Aos professores José Henrique Artigas e Tiago Bernardon por participarem da minha banca de qualificação e por todas as contribuições valorosas na ocasião e em suas aulas ao longo do mestrado. Obrigada novamente por aceitarem novo convite, agora para a banca desta dissertação.

Aos amigos do trabalho Leila, Alex e Chiara pela paciência e apoio neste processo.

Aos meus amigos jornalistas de longa data que sempre me proporcionaram as melhores discussões sobre futebol, comunicação e política: Taiguara, Mayara, Renata, Pedro, Gustavo, Cadu, Cisco, Rammom, Dani, Diogo, Jhon, Krys, Ana Flávia, Bruna, Cógenes, Edgley e Luana. Especialmente a Phelipe Caldas e a Expedito Madruga por serem grandes mestres no jornalismo, os melhores chefes que eu poderia ter e amigos para uma vida toda.

A André Resende, por me fazer ver a importância da política na minha vida e abrir meus olhos para este mundo de onde não quero mais sair.

À Larissa e à Gabriela pelo apoio de sempre, pela amizade e pelas loucuras que marcam os nossos momentos.

Aos companheiros da Belo Antifa e das Torcidas Antifascistas Unidas do Nordeste que, apesar de todas as dificuldades e à repressão sofrida, estão tentando construir um movimento de arquibancada anticapitalista, em prol do futebol popular. Um agradecimento especial a Leonardo, Lucas, Brisa, Genesis, Allan, Alex, Bia, Yara, Aluísio, Mairana e Monteiro.

À Morgana, a Marcondes e à Marina, com quem aprendi muito e nutro grande carinho.

Aos meus amigos, que estão comigo em todos os momentos e são àqueles com quem posso contar sempre: Enver, Clara, Enzo, Even, Letícia, Rafael e Camila. Um agradecimento especial à Débora por traduzir meu resumo.

A Túlio e a Rigel por sempre estarem presentes e por escutarem meus lamentos, me fazendo rir quando estava tudo desmoronando, e pelas vezes que me levaram ao médico.

À Ruanna pela amizade e pela cumplicidade que permeia a nossa relação. Obrigada por ser esta irmã que a vida me deu.

À Ysabelly pela parceria de mais de uma década, pelas risadas, pelos abraços, pela escuta e por ser minha conselheira oficial e melhor amiga.

À minha família pelo apoio em diferentes momentos da vida e pelo amor incondicional, principalmente à minha mãe Kátia, meu irmão Fernando, minha irmã Vivianny, minha tia Maria e minhas avós queridas, Francisca e Anizia.

À minha sogra Dona Socorro, ao meu cunhado Fernando, à minha cunhada Petra e à princesa Alice, pela paciência e suporte nesses últimos meses por terem visto o meu sofrimento mais de perto nessa reta final e por me aguentarem por dias seguidos reclamando.

A Afonso, amor da minha vida, por ter segurado a minha mão nos momentos mais difíceis, por todo o apoio, carinho, paciência, incentivo e confiança que me ofereceu, principalmente na reta final, por ter lido comigo as 176 páginas dessa dissertação. Eu sou grata por tudo, até pela vontade de me ensinar crase, mesmo eu fazendo questão de não aprender.

À minha companheira de pesquisa e orientadora, Luciana Aliaga. Sem ela, este trabalho não existiria. Agradeço a primeira conversa já disfarçada de orientação quando eu perguntei se poderia estudar hegemonia, Nordeste e futebol. Sou grata por toda a paciência em tantas vezes que estourei prazos, pelas correções, pelos ensinamentos, por me apresentar Gramsci, pelas aulas, pelo grupo de estudo, pelas conversas sobre meu bem-estar e demais preocupações. Obrigada por ser minha inspiração, Lu. Espero poder contar com sua ajuda e parceria nos meus trabalhos futuros.

*Aquilo era a pior coisa que pode acontecer com um gaúcho,  
fora cair do cavalo ou a filha casar com nordestino.*

*Trecho do livro O analista de Bagé, livro  
cujo título leva o nome de personagem  
caricato do escritor Luís Fernando Veríssimo*

## RESUMO

A observação das desigualdades regionais do Brasil é o ponto de partida deste trabalho. É a partir de um arcabouço teórico gramsciano, que se propõe compreender a realidade brasileira e os contornos que produziram o que se chamará nesta pesquisa de subalternidade nordestina, em contraposição à hegemonia do Centro-Sul. O objetivo é expor uma questão histórica, política, econômica, social e cultural ligada diretamente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da revolução burguesa brasileira, nesse caso, a “questão nordestina”. Portanto, serão apresentadas categorias e conceitos do pensador marxista italiano, Antonio Gramsci, como Estado integral, revolução passiva, intelectuais e, principalmente, hegemonia, subalternidade e questão meridional. Buscaremos “traduzir” esta última para a realidade da Região Nordeste, para se perceber o estabelecimento da luta de classes nesse espaço internas aos processos de produção de subalternidade. O trabalho pretende destacar que a questão nordestina, enquanto objeto desta pesquisa, não é um problema estático. Sendo assim, trata-se de um fenômeno que começa no início do século XX e se propaga até os dias atuais, mas não de forma igual. A questão nordestina se materializa nos mais diversos âmbitos – político, econômico e cultural, entre outros –, mas este estudo pretende se debruçar sobre o seu impacto no futebol por se tratar de um esporte de massas e uma expressão da cultura nacional. Em vista disso, além de traçar uma história do Nordeste e dos Nordestes, assim como dos nordestinos, enquanto grupo social subalterno, também será traçada a trajetória do esporte mais popular do país e como ele está permeado pela questão nordestina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão Meridional; Questão Nordestina; Hegemonia, Subalternidade; Futebol.

## ABSTRACT

The observation of Brazil's regional inequalities is the starting point of this survey. The theoretical framework is rooted in Gramsci, analyzing Brazilian reality and its shapes, which will be entitled Northeastern Subalternity, in contrast to the hegemony by the Center and the South of the country. The aim of this study is to expose a historic, politic, economic, social and cultural issue intertwined with the development of Brazilian capitalism and the revolution of the Brazilian bourgeoisie, in other words, the Brazilian Northeastern Question. Hence, categories and concepts of the Italian Marxist Antonio Gramsci will be presented, such as Integral State, Passive Revolution, Intellectuals, and mainly, Hegemony, Subalternity and Southern Question. This research will try "translate" the latter with the intention to comprehend the importance of transposing this issue to the reality of Brazilian Northeast Region, understanding the Class Struggle in this spot. This survey intends to highlight that the Brazilian Northeastern Question, as an issue of this work, is not a static problem. Thus, it is a phenomenon that begins in the early of 20th century and spreads until nowadays, yet not in the same way. The Brazilian Northeastern Question reaches many scopes - political, economic and cultural, among others -, however, this study intends to analyze its influence on soccer, since it is a sport of the masses and one mean of expression of the national culture. In this manner, besides tracing the history of Brazilian Northeast in its multiple frames and the history of Brazilian Northeastern people as a social subaltern group, the path of the most popular sport of Brazil and how it is interconnected with the Northeastern Question will also be traced.

**KEYWORDS:** Southern Question; Brazilian Northeastern Question; Hegemony, Subalternity; Football.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Pesquisa sobre preferência dos brasileiros no futebol.....	146
<b>Tabela 02</b> - Número de títulos por equipe do Campeonato Brasileiro.....	157
<b>Tabela 03</b> - Número de títulos do Campeonato Brasileiro por estado.....	157
<b>Tabela 04</b> - Número de títulos por equipe da Copa do Brasil.....	157
<b>Tabela 05</b> - Número de títulos da Copa do Brasil por estado.....	158

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - BRASIL: DA REVOLUÇÃO PASSIVA À QUESTÃO NORDESTINA ....	20
1.1. Questão meridional e questão nordestina: uma proposta de tradução .....	21
1.2. Estado e sociedade civil: hegemonia couraçada de coerção.....	22
1.3. Hegemonia: a visão de mundo de um grupo fundamental.....	27
1.5. Revolução passiva nos <i>Cadernos do Cárcere</i> .....	34
1.6. Às margens da história: da questão meridional à categorização do subalterno.....	38
1.7. “Subalterno”: uma categoria relacional .....	43
1.8. Revolução passiva e o desenvolvimento capitalista dependente no Brasil.....	44
CAPÍTULO 2 - ALGUNS TEMAS SOBRE A QUESTÃO NORDESTINA .....	62
2.1. Colonialismo interno.....	65
2.2. Do litoral ao sertão.....	72
2.3. O problema agrário .....	80
2.4. Sociedade política, relações de classe e dominação .....	90
2.5. Regionalismo e questão regional .....	95
2.6. O papel dos aparelhos privados de hegemonia e dos intelectuais na construção do ideal de Nordeste .....	98
2.6.1. Terra rachada, gente sofrida: o Nordeste nos aparelhos de hegemonia .....	99
2.6.2. Intelectuais de Nordestes e a organização da cultura.....	104
2.6.3. A tradição de Freyre e a inovação de Furtado.....	105
2.6.4. A invenção de Durval.....	110
CAPÍTULO 3 - NÃO É APENAS UM JOGO: O FUTEBOL COMO ESPAÇO DA DISPUTA DE HEGEMONIAS .....	115
3.1. Da inter-relação cultura de massa e hegemonia.....	116
3.2. Do popular ao massivo .....	121
3.3. Origem plebeia, esporte das massas .....	127
3.4. Da elite para o povo .....	129
3.5. A identidade vestida de verde e amarelo .....	132
3.6. A mídia entra em campo .....	138
3.7. Muito além do futebol.....	144
3.7.1. O torcer como condução de uma massa nacional .....	147
3.7.2. É campeão! Paulistas levam as taças.....	156
3.7.3. O torcer na periferia da periferia .....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	167

## INTRODUÇÃO

Foi a conexão entre dois temas que fez com que este trabalho saísse de um questionamento sobre um fenômeno social e se materializasse em páginas que tentassem sanar essas dúvidas: Futebol e Nordeste. Após observações em diferentes partidas de futebol, seja de forma presencial ou pela televisão, percebi que o torcedor de diferentes times do Nordeste começava uma espécie de reação à hegemonia de times do eixo Rio-São Paulo, como Flamengo, Corinthians, Vasco, Palmeiras, entre outros. Uma reação que, algumas vezes, revelava-se violenta. Um dos exemplos foi quando uma torcida organizada do América de Natal, time do Rio Grande do Norte, ameaçou por meio de uma rede social oficial torcedores flamenguistas que fossem uniformizados para áreas reservadas ao time da capital potiguar<sup>1</sup>.

As rivalidades entre diferentes torcidas de futebol são frequentes como todos sabem. Entretanto, as disputas entre os torcedores de times do Nordeste contra àqueles considerados hegemônicos foram ganhando certa importância. Isso se deu, principalmente, quando começaram a surgir faixas nas arquibancadas com os dizeres “Vergonha do Nordeste”, frequentemente, com uma seta desenhada apontando para a torcida pertencente a clubes do eixo, mas que, muitas vezes, era composta por pessoas daquela localidade<sup>2</sup>.

Acontecimentos como esses vistos em faixas, camisas, discursos e matérias jornalísticas despertaram curiosidades em diferentes pesquisadores das mais diversas áreas como Comunicação, Antropologia, Sociologia, História, etc. Os estudiosos buscavam entender esse fenômeno aparentemente recente no futebol nordestino a partir de registros que foram observados com maior atenção a partir de 2008. Dentre a bibliografia encontrada sobre o tema, os debates, as problemáticas e as conclusões estavam envoltas, principalmente, em questões como identidade, mídia e regionalismo<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> "Não iremos tolerar flamenguistas", diz organizada do América-RN. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/rn/noticia/2014/09/nao-iremos-tolerar-flamenguistas-diz-organizada-do-america-rn.html>>. Acesso em 3 mar. 2020.

<sup>2</sup> A partir de 2008, começaram a surgir faixas com frases como “Vergonha do Nordeste”, “Defenda o seu time, honre sua cidade”, entre outros dizeres do tipo nos estádios da região. (“A vergonha do Nordeste”? Disponível em <<http://portaldonic.com.br/jornalismo/2018/05/08/a-vergonha-do-nordeste/>>. acesso em 3 mar. 2020). Dois casos que repercutiram aconteceram na cidade de Salvador, em 2008, e em Fortaleza, em 2009, em ambas as partidas o adversário era o Flamengo. O primeiro caso ganhou destaque porque o presidente do Flamengo na época, Kleber Leite, ficou descontente e chegou a xingar de “imbecil” quem colocou a faixa. (Barradão: “Vergonha do Nordeste” irrita Kleber Leite. Disponível em <<https://futebolbahiano.org/2008/11/faixa-vergonha-nordestina-irrita-kleber.html>>. acesso em 3 mar. 2020). O segundo caso foi com uma faixa que reproduzia o mesmo discurso, e esse fato foi o ponto de partida para a dissertação de mestrado de Artur Alves de Vasconcelos: **Identidade futebolística: os torcedores "Mistos" do Nordeste**.

<sup>3</sup> Cf. LIMA, E. J. S. **Futebol à moda da casa: a construção do Regionalismo e disputas culturais**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2015; RAYCHTOCK, Andrey. **A mídia e as torcidas mistas no futebol do Nordeste**. 2015. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015; RIBEIRO, S. R. **Identidade Cultural nas Arquibancadas: Os Cangaceiros Alvinegros**. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Asas Brasil, 15, 2012, Teresina. Anais. Teresina: 2012. 20 p. SILVEIRA, Bianca Alvin de Andrade. **O papel da mídia na construção das identidades futebolísticas**

Ao buscar entender esse fenômeno, concebeu-se a necessidade de ampliar a investigação, visto que o futebol pode ser entendido como uma expressão da sociedade, um fenômeno de massas na sociedade capitalista. E como tal, era preciso ser estudado através da perspectiva histórico-política de classe – algo que os estudos verificados até a conclusão desta pesquisa, não tinham feito.

Portanto, foi necessário – antes de entender o que ocorria pelos estádios do Nordeste – compreender o que era Nordeste, ou melhor, Nordeste; quem eram os nordestinos; e como as relações de produção da sociedade atual atingiam essa parte do Brasil e sua população.

Ao longo dos anos, uma visão de “inferioridade nordestina” foi bastante difundida no imaginário popular brasileiro, vinculando a região a uma imagem rural, pobre e atrasada em matérias jornalísticas e, principalmente, em produções culturais, como a música, o cinema, o teatro e a literatura.

Na mídia, o Nordeste foi frequentemente retratado como uma região de escassez enquanto os nordestinos eram mostrados como um povo sofrido. Imagens de cactos, terra rachada, falta de alimentos e personagens que apresentavam relatos de fome eram comuns em reportagens que tratavam do Nordeste em rede nacional. Para a construção da narrativa, o discurso da falta de água era recorrente e os rostos mostrados revelavam sofrimento. Quando se retratava a região, as reportagens apresentavam certo padrão ao serem compostas

de personagens previsíveis, ou seja, são apresentadas pessoas visivelmente sofridas através de seus semblantes tristes, principalmente as crianças. Para enfatizar o tipo de matéria, é utilizada uma música característica do Nordeste durante o andamento da reportagem (DANTAS; GOMES, 2008, p. 7).

Não foram apenas as matérias jornalísticas que fomentaram o imaginário de atraso da região. As artes também contribuíram de forma decisiva para a construção desse ideal. Na chamada literatura das secas, como explica André Luiz Scoville (2011), existe uma ênfase nos personagens retirantes, ou seja, naqueles que fogem da seca e cujas migrações sempre têm como ponto de origem o sertão nordestino.

---

**contemporâneas.** Revista PJBR, n.12, 2009. SOUZA, Adriano Lopes de. **Duas paixões: o torcer misto em Maceió.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais: 2014. VASCONCELOS, Artur Alves de. **Identidade futebolística: os torcedores “mistos” do Nordeste.** Dissertação de mestrado, PPGS/UFC, 2011. e “**Vergonha do Nordeste**”: o discurso dos torcedores “**anti-mistos**”. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil, 15, 2012, Teresina. Anais. Teresina: 2012. 15 p. e “**Eu Tenho Dois Amores que em Nada São Iguais**”: **Bifiliação Clubística no Nordeste.** Ponto Urbe [Online], 2014.

Na música, o grande mentor de um espaço marcado pela relação desequilibrada entre homem e natureza é o Rei do Baião Luiz Gonzaga. Para materializar o sofrimento da população nordestina e mostrar o problema da seca nas suas canções, Gonzaga compõe *Asa Branca*, em parceria com Humberto Teixeira, no ano de 1950.

A seca e o êxodo ficam evidentes na composição. O nordestino se torna concreto em uma figura marginalizada, expulso de sua terra pelas intempéries do clima. O padrão culto da língua é propositalmente desconsiderado, o que reforça o estigma de atraso que a região possui. O nordestino encarna o estereótipo do matuto, o indivíduo sem instrução, ingênuo, apegado às relações sociais e ao misticismo coloniais (SILVA, 2010, p. 8).

A construção do imaginário sobre a Região Nordeste, corroborada pela mídia, pela literatura e pela música, também teve como consequência uma tendência à homogeneização da região, como se todos os estados fossem iguais, tivessem a mesma cultura, o mesmo sotaque, os mesmos problemas, o mesmo desenvolvimento, entre outras padronizações.

É inegável que a seca, a escassez de alimentos, a falta de infraestrutura, ente outros aspectos, fazem parte da realidade concreta da região. Entretanto, o que se pretende questionar é a naturalização desses aspectos e a sua leitura, muitas vezes equivocada, que, ao invés, de questionar a estrutura, encobre os processos históricos e políticos. Elementos estes que culminaram tanto na construção cultural da subalternidade dos nordestinos quanto no desequilíbrio socioeconômico regional.

Ao mesmo tempo em que se construiu essa imagem do Nordeste, uma outra ideia se formava do Centro-Sul do Brasil: a de uma região moderna e avançada, ao contrário do Nordeste, conhecido nacionalmente pelos problemas das secas, dos êxodos, do cangaço, do coronelismo etc.

A instituição do imaginário vinculado ao rural, ao atraso e à pobreza ao Nordeste prossegue nas produções culturais do cinema novo, como no documentário *Viramundo* (Sarno, 1965). Na análise desse documentário, empreendida por Bernadet, foi possível identificar a concatenação de ideias e imagens voltadas para a criação do que o autor denominou de um “tipo sociológico”, ou seja, existiria um esforço na cristalização do estereótipo baseado no atraso e na desqualificação do nordestino (ZANFORLIN, 2008, p. 25-26).

É a partir da formação desses estereótipos que pretendemos examinar o quanto a construção de um imaginário atrasado e inferiorizado dos nordestinos foi bastante conveniente para a sua subordinação aos interesses econômicos e políticos dos grupos dominantes do Centro-Sul, bem como para a manutenção das elites agrárias da Região Nordeste no poder. Isso

porque se pretende analisar o quanto a ação de subjugar culturalmente toda uma população regional, ou grupo social específico, neste caso os nordestinos, é eficaz para mantê-la sob um domínio de interesses econômicos particulares. O que se pretende categorizar como a questão nordestina é uma proposta de “tradução” da questão meridional, formulada por A. Gramsci antes do cárcere e desenvolvida nos *Cadernos do Cárcere*.

É importante ressaltar que essa é uma questão histórica, que se inicia com a fundação do Estado brasileiro e permanece sendo reproduzida no presente. Apesar das transformações que ocorreram desde então a questão nordestina se reinventa e continua a se apresentar nas mais diversas formas e áreas que permeiam a vida dos nordestinos, seja dentro da região ou mesmo fora dela.

Por isso, nesta pesquisa pretende-se discutir não apenas como a questão nordestina se constituiu através do tempo, mas também como se expressa nos dias atuais. Para este exame, serão debatidas categorias desenvolvidas pelo italiano Antonio Gramsci que, por serem universalizáveis com os devidos cuidados de contextualização e historicização, possibilitam uma leitura da realidade brasileira. Além disso, se fará um passeio pela história da formação do Nordeste como região, do Brasil enquanto Estado, e dos nordestinos como pertencentes a um grupo socialmente subalterno. Por fim, serão abordadas expressões culturais na esfera do futebol, por meio dos times brasileiros, torcedores, valores econômicos, entre outros aspectos desse meio esportivo para compreender como a questão nordestina se espalha no futebol.

## **Metodologia de pesquisa e análise**

### **Análise histórico-conceitual**

A metodologia adotada neste trabalho, inicialmente, foi definida pelas indicações sugeridas pelo próprio Gramsci no *Caderno 25 “Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos)”*, que trata do objetivo do estudo para compreensão dos grupos subalternos.

É necessário estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, por meio do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, a sua difusão quantitativa e a sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, dos quais conservam, por um certo tempo, a mentalidade, a ideologia e os objetivos; 2) sua adesão, de modo ativo ou passivo, às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tem tais tentativas na determinação dos processos de decomposição e de renovação ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos subalternos; 4) as próprias formações dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas ainda nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2002, CC25, §5 p.140).

Neste aspecto, pretende-se analisar o nordestino como pertencente aos grupos sociais subalternos, que, como destaca Giovani Semeraro (2017, p. 117), é uma categoria que não pode ser “simplificada e classificada exclusivamente dentro dos parâmetros clássicos de ‘classe operária’, de ‘camponeses’, ‘trabalhadores assalariados’, menos ainda de ‘lúmpen’, de ‘massa’ ou ‘multidão’”.

Por isso, se faz necessário “estudar com métodos apurados, analisar caso a caso” e manter uma conexão com o “contexto histórico e político”, isto porque segundo o autor, é possível observar aspectos tais como “revoltas passageiras, manifestações meteóricas e descontentamentos sem nenhuma perspectiva política de organização” (Idem, p. 117).

É possível observar algumas manifestações citadas por Semeraro em determinados discursos que surgem no sentido de defesa do futebol do Nordeste como uma espécie de resistência do próprio Nordeste e dos nordestinos aos interesses do Centro-Sul. É a partir destas irrupções que se pode colocar as transformações em prol das massas populares no horizonte. É preciso destacar que todo o trabalho desenvolvido por A. Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* não está apenas criticando o universo dos grupos hegemônicos, mas está traçando um caminho “para uma teoria política dos subalternos” (SEMERARO, 2017, p. 120). Portanto, a construção de um caminho para a emancipação de qualquer grupo passa diretamente pelo conhecimento histórico deste próprio grupo.

Compreende-se também nesta pesquisa que estudar a história dos grupos sociais subalternos, neste caso, a história do Nordeste e dos nordestinos, passa diretamente pela pesquisa das “sociedades nacionais que vivem sob a égide do capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 28), para o melhor entendimento da explicação macrossociológica do subdesenvolvimento econômico de determinada região, determinados grupos. Como explica Florestan Fernandes,

a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico teria de ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir aquele regime social de produção econômica (FERNANDES, 2008, p. 29).

Por isso, para compreender estes diferentes aspectos da formação dos nordestinos como subalternos, os conceitos gramscianos serão de fundamental importância. São os conceitos de hegemonia, subalternidade, revolução passiva, intelectual orgânico e tradutibilidade, principalmente, que vão proporcionar o alicerce teórico para o desenvolvimento deste trabalho.

Como explicam Luciana Aliaga e Fernanda Maranhão (2020), os estudos gramscianos trabalham com o conceito de tradução para destacar o processo de apreensão e uso de seus conceitos para outras realidades, desde que tenha uma equivalência entre “culturas nacionais”, que possuem semelhantes “características estruturais”.

Deste modo, a condição para a tradução entre duas diferentes realidades nacionais consiste não na sua identidade cultural, mas na similitude de fases de desenvolvimento social e nas respostas culturais e políticas encontradas para problemas históricos semelhantes. A tradução, assim, não é um ato puramente linguístico, mas principalmente cultural, entendendo a cultura de forma ampla, como concepção de mundo composta pelas atividades filosóficas, políticas e econômicas desenvolvidas em determinada fase histórica (cf. *idem*, p. 782) (ALIAGA; MARANHÃO, 2020, p. 267).

A tradução também não pode ser feita de forma mecânica uma vez que se precisa respeitar as particularidades de cada realidade, isto é, do “espaço-tempo-cultura”, “deve-se levar em conta a própria realidade atual em que as novas ideias devem ser ‘exportadas’ e ‘implantadas’” (LACORTE et al., 2013, p. 3).

Como explicam Lacorte et al. (2013, p. 6 e 7), para Gramsci a tradução é um “elemento intrínseco às dinâmicas históricas”, portanto a tradutibilidade trabalha “expressões de uma rede dialética de relações que formam um único elemento histórico em desenvolvimento”, o que faz com que alguns termos-conceitos se ampliem devido à sua colocação enquanto vetor de um alcance “prático” ou “político”. É através da tradutibilidade que Gramsci pensará a práxis, “ou seja, todas as atividades prático-teóricas humanas e ao mesmo tempo em uma nova pedagogia, em que se amplia o significado tradicional, segundo a qual há uma relação dialética entre ‘educador’ e ‘educando’” (Ibidem).

Giuseppe Prestipino (2017, p. 1537) aponta para o fato de que A. Gramsci considera as “culturas e as características estruturais das sociedades envolvidas na tradução (é o tema da ‘tradutibilidade’)”, estabelecendo um suporte “para o método realista-materialista da própria tradução”. Por isto, é importante destacar que a tradução não se trata apenas de retratar uma realidade e incorporar categorias a esta análise, mas reinterpretá-la.

Como destaca Martín Cortés (2016), o argentino José Aricó foi uma figura chave para a interpretação dos problemas socioeconômicos da América Latina partindo de leitura, tradução e reescrita de conceitos marxistas, que mesmo sendo desenvolvidos em outras partes do mundo, puderam ser aplicados à realidade latino-americana, uma vez que estes conceitos permitiram uma crítica concreta ao desenvolvimento do capitalismo.

Traducir es posible, y necesario, porque hay universalidad tanto como formas singulares que deben ser comprendidas en su especificidad. Así, el marxismo latinoamericano puede ser pensado, a condición de que exista un ejercicio de traducción que articule orgánicamente la vocación universal del primero de los términos con los dilemas específicos que presenta el segundo. Ese carácter orgánico de la traducción remite a la producción de una novedad teórica evitando ejercicios de mera traslación o aplicación de conceptos ya constituídos (CORTÉS, 2016, p. 151-152).

Além das categorias do marxista sardo, a discussão neste estudo está permeada pelas contribuições de autores que se debruçaram sobre a realidade brasileira para discutir a formação das classes sociais no Brasil, entre eles Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e, principalmente, Francisco de Oliveira. Pretende-se ainda abordar a bibliografia que trata do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no Nordeste.

Nesta pesquisa, pretende-se trazer também a importância da comunicação, tanto para a construção da cultura de massas, como no uso da mídia, enquanto aparelho de hegemonia, para se entender o processo de hegemonia e subalternidade. Como destaca Anita Helena Schlesener (2016, p. 108), “a linguagem expressa ou esconde um projeto de hegemonia”. Desse modo, compreender o poder da mídia se faz necessário para a construção de um consenso pela classe dominante.

É através dos estudos relacionados à cultura de massa que se podem medir as diferenças ideológicas e as visões conflitantes que permeiam a realidade para, quem sabe, tomar proporções de confronto entre as classes.

Embora, Schlesener (2016, p. 112) aponte que é em “momentos de crise econômica e política que contradições emergem e os conflitos podem tomar proporções radicais, levando a situações em que um consenso se torna impossível”, não se pode deixar de observar que, em determinados momentos nos quais o país viveu um período de crescimento econômico, colocou-se a subalternidade em questão, a partir do momento em que surgiram discursos como “nordestinos x não nordestinos”, em uma partida da Copa do Brasil, em 2009, entre Flamengo e Fortaleza, como apontou Artur Vasconcelos (2011).

### **Gênese e estrutura do trabalho**

O campo de análise poderia ser qualquer das áreas citadas anteriormente, como música, cinema, teatro, literatura, etc., que ajudaram a produzir o consenso sobre o Nordeste como a região problema. Entretanto, a escolha do futebol se deu tanto pela aproximação da pesquisadora com o tema, como também pela compreensão de que esse esporte tem caráter hegemônico no Brasil e se mostra como um importante exemplo de expressão popular.

O futebol chegou ao Brasil no fim do século XIX e se popularizou ainda no início do século passado. Ao longo de décadas, o esporte foi um dos principais instrumentos para a construção de uma identidade e unidade nacional, através de propagandas envolvendo a seleção brasileira, que se iniciaram ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas, visto que “a seleção brasileira seria o veículo perfeito a dar concretude a idealização de democracia social do Estado Novo” (SOUZA, 2009). A ditadura militar também usou largamente a propaganda em torno da seleção para garantir a sustentação popular do regime.

No entanto, não foi apenas a seleção brasileira que serviu de aparelho para a construção de um imaginário popular de identidade nacional. Equipes de futebol do eixo Rio-São Paulo também foram utilizadas para esse fim. Além do fator econômico, a grande veiculação de partidas das equipes do Rio de Janeiro e de São Paulo, inicialmente pelas rádios e depois também pelas TVs, fez com que a maior parte dos nordestinos que acompanhavam futebol acabasse elegendo como time do coração aqueles que pertenciam ao eixo. A visibilidade destas equipes cariocas e paulistas, a conquista de títulos, além da capacidade de revelar jogadores que se tornariam ídolos, estava entre as principais justificativas para se eleger times como Flamengo, Vasco, Corinthians, Palmeiras, entre outros do eixo Rio-São Paulo.

É importante destacar como se constituiu a hegemonia dos times do Centro-Sul em todo país, mas, antes de entrarmos na seara do futebol, é essencial analisar as condições históricas e materiais responsáveis pela desigualdade regional no Brasil. Mas, antes disso, será necessário debater os conceitos e categorias utilizados nesta pesquisa.

No primeiro capítulo, serão analisados, principalmente, os conceitos e categorias formulados por Antonio Gramsci, como hegemonia, revolução passiva, intelectuais e subalternidade, com especial atenção às categorias envolvidas na questão meridional, para então fazer a tradução desses elementos para a realidade brasileira. É a partir dessas categorias que se buscará compreender como as condições históricas da revolução burguesa brasileira, através de um processo de revolução passiva, que manteve as classes populares à margem do poder, tiveram graves consequências para o desenvolvimento nacional.

No segundo capítulo, o trabalho se centrará na questão nordestina. Serão abordados o desenvolvimento das forças produtivas na região e fora dela, o povoamento do Nordeste e a construção da subalternidade nordestina, assim como suas consequências. Além disso, o debate pretende se desdobrar com a investigação da constituição do capitalismo periférico brasileiro, a sua estrutura econômica e política dependente e as especificidades das relações de classe no Brasil, marcadas pela exclusão de amplos estratos sociais populares da participação no poder

político. É através de uma compreensão da subalternidade regional que se pretende abordar a difusão de um pensamento construído em torno do que significa ser “nordestino” enquanto grupo social subalterno. É importante destacar que a questão nordestina não é uma categoria estática, nem uma fórmula pronta, mas um procedimento de análise capaz de evidenciar as especificidades da reprodução do capital na periferia da periferia, responsável por gerar a dependência da dependência.

No terceiro e último capítulo, será apresentado o campo de análise específico, no caso, o futebol e a sua relevância dentro da sociedade brasileira como um dos principais expoentes da cultura popular e da cultura de massas, inclusive destacando a expressão “paixão nacional” para designar o esporte. Essa ideia, construída ainda na Era Vargas durante o processo de burocratização e centralização do poder com a fundação do Estado moderno, perdura até hoje. Diante disso, esta pesquisa examina como a revolução burguesa no Brasil está ligada à questão nordestina, e como esta se expressa culturalmente na esfera do futebol.

## CAPÍTULO 1

### **BRASIL: DA REVOLUÇÃO PASSIVA À QUESTÃO NORDESTINA**

*O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.*

*Ariano Suassuna*

## 1.1. Questão meridional e questão nordestina: uma proposta de tradução

Uma região entregue aos males do latifúndio, da fome, da miséria, do analfabetismo, das superstições populares, da mortalidade infantil e a tantas outras mazelas. Essa poderia ser facilmente uma descrição da realidade de várias partes do Brasil durante quase todo o século XX, mas foi como o austríaco naturalizado brasileiro, Otto Maria Carpeaux, descreveu o Sul da Itália em um dos primeiros textos publicados sobre Antonio Gramsci, no Brasil, em 1966, para falar sobre o “universalismo” do autor sardo (cf. CARPEAUX, 1966).

Tanto em seus escritos pré-carcerários, como nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci refletiu sobre os problemas político-sociais da Itália e, a partir disso, formulou importantes interpretações da unificação do país, seus desdobramentos e a sua formação histórica, bem como buscou uma forma de superar as contradições da península para construir uma nova hegemonia de base popular através de uma aliança libertadora entre os operários industriais do Norte e os camponeses do Sul, que poderia favorecer a organização de uma revolução popular.

Como lembra Carpeaux, mesmo quando parece que o autor marxista está abordando especificamente as circunstâncias italianas, mais de uma vez, “o italianismo de Gramsci se revela como de validade universal”.

Gramsci escreveu sua *Questione meridionale* em 1926, às vésperas de ser preso pelos fascistas, completando o trabalho na prisão. Só não foi possível a publicação na Itália. Em 1930, uma revista de exilados políticos em Paris publicou o escrito que, tratando de problema especificamente italiano, não encontrou repercussão na Europa e ficou praticamente despercebido, enterrado como seu autor. Mas a roda da História deu uma volta: e depois da queda do fascismo, em fevereiro de 1945, a pequena obra-prima foi republicada na revista *Rinascita*: desde então, continua sendo guia de todos os que pretendem resolver radicalmente e para sempre a “questão do Sul” (CARPEAUX, 1996, s/n).

O texto em questão, citado por Carpeaux, trata de *Alguns temas sobre a Questão Meridional*, escrito em 1926, porém nunca foi publicado pelo autor, devido à prisão de Gramsci naquele mesmo ano. Nesse artigo, o autor italiano aborda os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que culminaram no desigual desenvolvimento entre o Norte da Itália e a parte Sul e as ilhas.

Nesse aspecto, Carpeaux (1966) observa que o que A. Gramsci está apresentando como um dos principais problemas da fundação do Estado burguês na Itália também pode ser usado para se fazer uma leitura da realidade brasileira moderna, seja pela revolução burguesa no Brasil, seja pelas suas implicações. Por isso, Carpeaux explica que existe uma “atualidade” e

um “universalismo” no pensamento gramsciano, que é “válido para toda a gente fora da Itália”. Além disso, afirma que “aquilo que na Itália é o Sul, isto é, exatamente, no Brasil o Nordeste”. Guardada as devidas proporções, existem grandes aproximações entre a região meridional italiana e a nordestina brasileira.

Na nota à edição brasileira de *A Questão Meridional*, publicada em 1987 no Brasil, Carlos Nelson Coutinho retomou Carpeaux e acrescentou que algumas indicações de natureza geral formuladas pelo marxista sardo podem muito bem ser utilizadas com proveito para um exame da “questão nordestina”.

Quando, por exemplo, ele insiste em destacar a funcionalidade do atraso do Sul italiano para o processo de acumulação capitalista do Norte recusando qualquer interpretação “dualista” do seu país, Gramsci está de certo modo intervindo numa polêmica de grande importância também no pensamento social brasileiro, uma polêmica que opôs, entre outros, Celso Furtado e Francisco de Oliveira (COUTINHO, 1987, p. 11).

As aproximações entre Itália e Brasil vão muito além da questão meridional e da questão nordestina. Respeitando, obviamente, as particularidades de cada país e o desenvolvimento particular do capitalismo em ambas as nações, é possível traçar um paralelo entre a formação dos dois Estados modernos, apresentando o contexto histórico-nacional vivido por Antonio Gramsci, a formação do seu pensamento e como este pode ser “traduzido”<sup>4</sup> para diferentes realidades. Entre elas, a realidade brasileira.

## **1.2. Estado e sociedade civil: hegemonia couraçada de coerção**

Para Coutinho (1989, p. 47), foi o distanciamento forçado das atividades políticas e jornalísticas, por causa de sua prisão, que possibilitou a Antonio Gramsci uma produção de caráter mais “sistemático”, “definitivo” e “histórico-universal” de sua obra, deixando claro que existe uma relação de continuidade entre os escritos anteriores e aqueles desenvolvidos no cárcere.

---

<sup>4</sup> A tradutibilidade é um procedimento metodológico sugerido pelo próprio Gramsci e se refere ao desenvolvimento da capacidade não só de traduzir a prosa de tipo comercial ou jornalística de uma língua para outra, ou de um tempo para outro, mas também é a habilidade de “se orientar entre ‘as linguagens especializadas e científicas’ e os ‘significados das palavras técnicas’”, reconhecer “especificidades das condições existentes em outros países (aspecto ‘coletivo-social’)” (BOOTHMAN, 2017, p. 1537). E também de se apoiar no nexos conceito-cultura-língua para conseguir traduzir de uma sociedade à outra encontrando correspondência na cultura dessa última. Como afirma Boothman (2017, p. 1543), “o conceito está intimamente ligado ao de ‘tradução’, mas os dois aspectos – a possibilidade teórica de traduzir algo e a atividade prática de traduzir – são discutidos separadamente. A tradutibilidade envolve dois processos interligados: o processo entre as línguas naturais e as culturas nacionais”.

É a partir de problemáticas anteriores ao cárcere, somadas às reflexões feitas na prisão, que Gramsci começa suas formulações para uma interpretação da Itália, na busca de uma estratégia para superar os problemas que se colocavam para a transição ao socialismo. Para isso, ele busca “promover um desenvolvimento original de alguns conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin” (COUTINHO, 1989 p. 48).

Em sua reflexão teórica, Gramsci não entende o leninismo (e o marxismo em geral) como um conjunto de definições acabadas, mas como um método para a descoberta de novas determinações, ou melhor, como um método para explicar novas determinações a partir do desdobramento das antigas, às quais – sendo dialéticas – eram determinações necessariamente abertas à evolução histórica, e que exigiam, por isso, uma renovação permanente (COUTINHO, 1989, p. 49).

Por isso, quando Gramsci começa a desenvolver a categoria Estado, em seus escritos, nela contém a ideia de um Estado de classe, teoria essencial nas obras de Marx e Lênin, que o sardo formulará para além dos aparelhos repressivos de Estado, buscando explicar a articulação entre esses aparelhos e os “aparelhos privados de hegemonia” (escolas, universidades, bibliotecas, museus, jornais, sindicatos, partidos, igrejas etc., que órgãos responsáveis pela formação de um consenso), apresentando assim os termos da sociedade política e da sociedade civil em relação de unidade-distinção.

Para entender essas categorias gramscianas, é preciso retomar o programa de estudo do autor italiano. Christine Buci-Glucksmann (1980, p. 36) ressalta que, em agosto de 1931, Gramsci demonstrava um interesse pela “história dos intelectuais italianos” e também um desejo de “aprofundar o conceito de Estado”. O conceito de Estado, presente já no *Caderno 1*, aparece de maneira simplificada como expressão de “uma determinada forma de organização social da produção” (BIANCHI, 2008, p. 173). Mas esse é apenas o ponto de partida. A segunda versão da nota sobre a definição de Estado, que é encontrada no *Caderno 10*, já mostra uma preocupação de Gramsci de não trazer uma concepção reducionista do termo, afastando-o de resíduos economicistas. “O Estado é a expressão, no terreno das superestruturas, de um determinado sistema de produção” (Idem, 2007, 36).

É a partir do exemplo da Itália que Gramsci demonstrará que as relações entre estrutura e superestrutura não podem ser determinadas a partir de esquemas abstratos e acabados e que, para compreendê-las, é preciso concebê-las como conjuntos de relações sociais que formam uma totalidade, mesmo que a sua formação e constituição aconteçam em diferentes temporalidades. Sendo assim, elas estão em relação de dupla implicação, que pela própria dinâmica das relações sociais capitalistas mudam ao longo do tempo.

Nesse sentido, o Estado expressa relações sociais em equilíbrio instável, sustentado pela hegemonia de uma classe social fundamental e poderá ser utilizado para a expansão desta própria classe. A expansão de um grupo significa a universalização dos interesses de classe assimilando de forma subordinada os interesses das classes subalternas, isto é hegemonia. Quanto maior a capacidade de expansão da classe hegemônica, maior é a capacidade de direção e mais sólida é a hegemonia. Nesse sentido, é indispensável para essa expansão incorporar algumas das reivindicações de grupos subalternos, mas as enquadrando na lógica do grupo dominante. Desse modo, é importante fazer com que grupos distintos acreditem que eles têm os mesmos objetivos a alcançar, como se os interesses particulares coincidisse com os interesses universais.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados (GRAMSCI, 2007, CC13, § 17, p. 41-42<sup>5</sup>).

Por isso o Estado Integral é definido como o conjunto de relações formado pela sociedade política e pela sociedade civil em relação de unidade-distinção. A intenção do autor italiano é não reduzir o conceito de Estado ao aparelho coercitivo e ao mesmo tempo mostrar que seu caráter de classe não se deve a uma “utilização” meramente instrumental pela classe dominante, uma vez que o consenso – produzido principalmente pelos aparelhos privados de hegemonia – também consiste em sustentação do Estado.

Para melhor compreensão do que é o Estado na obra de Gramsci, é necessário entender as definições de sociedade política e sociedade civil, embora esta última seja mais complexa. A sociedade política tem o seu conceito desenvolvido nos *Cadernos*, podendo também ser chamada de “Estado político” ou “Estado-governo”, e é descrita como o “aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem” (BIANCHI, 2008, p. 177).

Já a definição de sociedade civil, assim como é empregada nos *Cadernos*, é um “conjunto de organismos vulgarmente chamados privados”, ou conjunto de “aparelhos

---

<sup>5</sup> Para referenciar os *Cadernos do Cárcere*, será adotado o padrão de citação utilizado pelos estudos gramscianos internacionais: as letras CC e também o símbolo do parágrafo §, para que seja possível a localização rigorosa dos parágrafos, dadas às diferentes edições da obra.

hegemônicos de um grupo social”, ou ainda “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade.

A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida: igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes (BIANCHI, 2008 p.179).

No *Caderno 6*, Gramsci faz uma distinção entre sociedade civil e sociedade política ao explicar que na “noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil”, ou seja, “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (cf. GRAMSCI, 2007, CC6, § 88, p. 244). Ainda nesse *Caderno*, o autor italiano busca distinguir o conceito de “sociedade civil tal como é entendido por Hegel” daquele que é usado em suas notas. Nos *Cadernos*, sociedade civil tem “sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2007, CC6, § 24, p.225).

Segundo a formulação gramsciana, para o exercício da hegemonia é necessária a combinação da força (coerção) e do consenso. A força será empregada pela sociedade política para a manutenção da ordem vigente (concretização da dominação), enquanto o consenso será produzido na sociedade civil, por meio da direção de um grupo sobre todos os outros. Contudo, é importante frisar que, apesar de a sociedade política ser o lugar por excelência da força, isso não significa que não haja ali também consenso. Do mesmo modo, a sociedade civil é o lugar por excelência do consenso, mas isso não quer dizer que não haja coerção em determinados aspectos. Como destaca Bianchi (2007, p. 44), Gramsci reelabora o “nexo dos distintos” a partir de Benedetto Croce<sup>6</sup>, o que acaba por se constituir numa grande contribuição do marxista sardo, fundamental para a “compreensão dos nexos entre sociedade política e sociedade civil”.

[...] a distinção do conceito não implica negação do conceito e sequer qualquer coisa que esteja fora do conceito, mas apenas o próprio conceito em sua verdade, o uno-distinto: uno somente porque distinto, e distinto somente por que uno. A unidade e a distinção são correlativas, ou seja, inseparáveis (CROCE apud BIANCHI, 2007, p. 44).

---

<sup>6</sup> Benedetto Croce foi um historiador, escritor, filósofo e político italiano. Os seus escritos giram em torno de um largo espectro temático, sobretudo estética e teoria/filosofia da história. É a partir dele que Gramsci desenvolve algumas de suas categorias, ao analisar, principalmente, o papel dos intelectuais para a construção do consenso de grupos dominantes, tanto que, o autor marxista dedicará um de seus cadernos unicamente ao pensamento de Croce: o *Caderno 10*, escrito de 1932 a 1935, chamado *A filosofia de Benedetto Croce*.

Sendo assim, Gramsci relaciona a sociedade política e civil, que permanecem unidas, embora com características próprias, distintas, em uma relação de diferença não antagonista, “na qual cada distinto [se] encontra em uma relação de tensão (dialética) com o outro” (Ibidem). Mas é importante frisar, que a separação entre as duas esferas (sociedade política e sociedade civil) só poderá ser metodológica, uma vez que estão organicamente ligadas, o que Gramsci descreverá como uma relação de unidade-distinção. Como lembra Bianchi (2008, p. 187-188), a relação dialética de unidade-distinção entre força e consenso aparece como uma questão fundamental quando o autor sardo decide retomar Maquiavel para estabelecer diferenças entre “pequena política” e “grande política”, refletindo que essa última tratava especificamente da “criação e conservação de novos Estados”. Em uma de suas notas intitulada *Armas e religião*, Gramsci faz referência a um contemporâneo de Maquiavel, Francesco Guicciardini, que afirmava que, para que a vida de um Estado tivesse continuidade e estabilidade, duas coisas seriam absolutamente necessárias: as armas e a religião. É a partir de reflexões sobre essa primeira relação de unidade-distinção que Gramsci formulará a ideia de coerção e consenso.

A fórmula de Guicciardini pode ser traduzida em várias outras fórmulas menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina ou, com um juízo implícito de sabor libertário, violência e fraude (GRAMSCI, 2007, CC6, § 87, p. 247).

Maquiavel está bastante presente nos escritos carcerários, principalmente no *Caderno 13*, escrito entre 1932 e 1934 e intitulado *Breves notas sobre a política de Maquiavel*. Nele, Gramsci aborda, sobretudo, temas relativos ao Estado e à política em geral, tomando como base algumas das principais categorias do florentino, em que o sardo acaba se apropriando e reformulando-as. Entre algumas categorias, está a do *novo príncipe*<sup>7</sup>. Ao fazer recomendações ao Príncipe, Maquiavel assevera que, para o monarca, é preciso saber “que há dois modos de combater: um com as leis e outro com a força”. Portanto, é necessário ter a natureza dupla de um centauro, ou seja, meio animal e meio homem, “isso quer dizer que, tendo por preceptor um ser metade animal e metade homem, um príncipe deve saber usar de ambas as naturezas: e uma sem a outra não produz efeitos duradouros” (MAQUIAVEL, 1996 p. 87).

---

<sup>7</sup> Logo no § 1, do *Caderno 13*, o conceito de príncipe em Maquiavel é reformulado e analisado como a fantasia concreta capaz de atuar sobre uma massa pulverizada para despertar e se organizar. Ele aparece como o “novo príncipe”, como o *condottiero*, uma entidade não mais individualizada, mas agora coletiva, responsável por organizar a vontade coletiva para uma reforma intelectual e moral. Em suma, Gramsci apresentará o partido como o novo Príncipe.

Apoiado em Maquiavel e no *Centauro Maquiaveliano*, Gramsci traz a dupla perspectiva do Estado: de que a coerção não pode existir sem o consenso e vice-versa.

Outro aspecto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia (GRAMSCI, 2007, CC13, § 14, p. 33).

Portanto, no Estado Integral, a sociedade política consiste na instância caracterizada pela força legitimada, constituída pelo Exército, pela Polícia, pela Administração Pública e pelos Tribunais, ou seja, órgãos depositários da função de coerção das armas e das normas. Essa é uma das faces do centauro. A outra é a da sociedade civil, que atua no âmbito das instituições e organizações destinadas a obter o consenso na sociedade civil, cuja função é a de dar estabilidade à formação social.

O exercício "normal" da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar é caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante em muito o consenso, ao contrário, apareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, CC. 13 § 37, p. 95).

### **1.3. Hegemonia: a visão de mundo de um grupo fundamental**

De acordo com Edmundo Dias (1996, p. 107), o conceito de hegemonia aparece nos escritos gramscianos já no período pré-carcerário, em 1916, e depois em 1919-1920, no *Biennio Rosso*. Entretanto, nos anos seguintes, já no período carcerário, o conceito é desenvolvido e expandido aos poucos (Ibidem). Como afirma Buci-Glucksmann, o conceito de hegemonia é o que “sofre uma mutação espantosa em relação ao seu emprego” nos primeiros escritos e durante o cárcere (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 69).

Até 1926 (inclusive em *A Questão Meridional*), a hegemonia designava principalmente uma estratégia alternativa do proletariado (hegemonia do proletariado). Ora, o *Caderno I* efetua uma mudança de campo: a hegemonia, especificada pelo novo conceito de aparelho de hegemonia, refere-se sobretudo às práticas da classe dominante. Mais ainda, enquanto nos cadernos posteriores (7 e 8), a hegemonia englobará progressivamente as estruturas do Estado, aqui os conceitos de hegemonia e de aparelhos de hegemonia não são diretamente vinculados à

problemática do Estado, e sim à da constituição de classe, em um processo de transformação revolucionária (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 69-70).

Hegemonia é um conceito de derivação leninista que Gramsci amplia e atribui novos significados, formulando um novo conceito: o de aparelho de hegemonia ou aparelho privado de hegemonia. Nesse sentido, Buci-Glucksmann (1980, p. 70) ressalta que o que faz a hegemonia se materializar como aparelho é a sua ligação direta, a sua referência à classe “que se constitui em e através da mediação de múltiplos subsistemas”. Novamente, trata-se aqui do aparelho escolar, do aparelho cultural, do aparelho midiático, entre outros. Entretanto, Gramsci evita institucionalizar os aparelhos, uma vez que esses estão diretamente marcados pela luta de classes.

Como aponta Anita Helena Schlesener (2016, p. 26), “a noção de hegemonia se encontra difusa nos *Cadernos do Cárcere*”. No *Caderno 13*, o termo é empregado a partir de uma “articulação entre econômico-social, político, ideológico”. Nesse caderno também se aborda a questão da hegemonia voltada para a construção de um consenso e vinculada à sociedade civil. Já no *Caderno 14*, encontra-se como uma relação entre a “estrutura do Estado e os mecanismos para o exercício do poder” (SCHLESENER, 2016, p. 30). Mas é no *Caderno 19*, quando Gramsci aborda o problema da direção política na formação e no desenvolvimento do Estado italiano, que ele observa que a hegemonia não é exercida somente sobre as classes aliadas, mas também para conter as classes opositoras, abordando a capacidade de uma classe ser dirigente e dominante ao mesmo tempo.

Um dos grandes problemas de interpretação de alguns conceitos gramscianos é a forma como eles foram apreendidos ao longo do último século. Como destaca Jorge Luis Acanda (2017), quando se fala em hegemonia e imperialismo, por exemplo, raramente se conecta os dois termos. A hegemonia – enquanto mecanismo de criação de consenso, de uma prática da classe dominante – deve ser compreendida levando-se em consideração as bases materiais para as ideias dominantes. Ou seja, a construção de um consenso tem uma finalidade que é a manutenção da dominação de um grupo sobre o outro, economicamente, politicamente e socialmente falando.

É preciso considerar, portanto, que a hegemonia vai além de um mecanismo de produção e transmissão de ideologias, por exemplo. Não é um conceito que analisa apenas a superestrutura, pois a hegemonia também está diretamente ligada à estrutura. “Para Gramsci, a hegemonia é a forma por meio da qual a direção política se exerce sobre um conjunto social

articulado e complexo, especialmente quando não se recorre excessivamente a práticas de coerção” (ACANDA, 2017, p.133).

A hegemonia, como expressão de uma verdadeira direção da sociedade pela classe dominante, assenta-se em bases materiais concretas, cuja ausência converte a supremacia em puro domínio e repressão. Por sua vez, para que classes e grupos sociais oprimidos modifiquem substancialmente sua consciência, é preciso que se modifiquem em um sentido radical as condições sociais em que vivem (ACANDA, 2017, p. 134-135).

Edmundo Dias (1996, p. 9-10) se preocupa com a instrumentalização daqueles que concebem o conceito de hegemonia apenas como “uma mera obtenção de um domínio ideológico” e destaca que o termo se refere à “capacidade que uma classe fundamental”, seja subalterna, seja dominante, tem de elaborar a sua visão de mundo própria e de forma autônoma, tendo como perspectiva a centralidade das classes. “A hegemonia é a elaboração de uma nova *civilità*, de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral” (DIAS, 1996, p. 10). Sendo assim, a hegemonia pode se realizar tanto no campo do movimento como das instituições. Por isso, existe uma preocupação em rebater àqueles que, ao definir a hegemonia apenas pelo aspecto ideológico e cultural, transformam Gramsci em um teórico das superestruturas.

O que Gramsci demonstra através do seu conceito de hegemonia é que este se constitui como uma nova visão de mundo de um novo grupo, que se expande nas esferas econômica, política e cultural, sendo capaz de absorver os demais grupos da sociedade, universalizando os próprios interesses ao mesmo tempo em que subordina os interesses das demais classes. Como exemplo prático, pode-se citar a fundação do Estado liberal burguês.

Quando a burguesia, no processo da sua revolução, construiu seu Estado, criou, ao mesmo tempo, uma nova concepção de Direito, uma nova ética, e tratou de obter ativamente, do conjunto da sociedade, um conformismo de novo tipo. Criou solidariamente uma concepção de Economia, Política, de Saúde, de Educação, de Ciência, de suas práticas e aparelhos. O Estado nacional-popular não se apresentou, como os anteriores como um Estado de classe. [...] O campo da ação das classes e dos seus Estados passa necessariamente pela questão da hegemonia: ampliação da esfera de classe, absorção da sociedade, momentos concretos da identificação da classe dirigente/dominante com a sociedade. Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem (DIAS, 1996, p. 34).

Mas como esse projeto se expressa? Ou melhor dizendo, por qual meio? Porque se sabe que a relação da hegemonia é uma relação pedagógica, de absorção das concepções de mundo dos grupos dominantes. Para compreender essa relação e como ela se dá, é preciso considerar

que toda hegemonia se constitui através de uma estrutura material para a sua realização. Assim, pode-se apontar dois importantes atores para evidenciar esse processo de constituição da hegemonia de uma classe. São eles: os aparelhos privados de hegemonia e os funcionários da superestrutura, ou seja, os intelectuais. A questão dos aparelhos de hegemonia já foi abordada anteriormente, quando da construção do conceito de sociedade civil e das suas correlações. Sobre os intelectuais, pretende-se tratar mais adiante.

A respeito da constituição dos aparelhos de hegemonia, Buci-Glucksmann (1980, p. 77) mostra que o “conceito de hegemonia não está inicialmente relacionado apenas com o momento cultural e não se esgota na função dos intelectuais como soldadura”, mas que tem a sua gênese teórica vinculada a uma “análise comparativa dos tipos de tomada do poder pela burguesia”, em uma espécie de “teoria e prática da revolução”. Por isso, ainda no *Caderno 4*, é possível ver a “passagem de hegemonia como ‘ciência política’ à hegemonia como filosofia”. Deste modo, Gramsci começa a se debruçar também sobre as “estruturas dos aparelhos de hegemonia e sua relação com o Estado” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 88).

#### **1.4. Intelectuais: os organizadores do consenso**

Assim como a hegemonia, a questão dos intelectuais está dispersa no conjunto das notas que constituem a obra carcerária, mas é no *Caderno 12*, escrito em 1932, que Gramsci se aprofunda na relação dialética entre o intelectual, as classes sociais e o trabalho educativo-formativo desses atores políticos. O autor italiano atribui aos intelectuais a função política de organizadores do consenso. Buci-Glucksmann (cf. 1980, p. 54) demonstra como os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social. Isso resulta em uma extensão do conceito e em uma certa dificuldade de posicioná-lo nas relações sociais. O interesse de Gramsci pela categoria dos intelectuais surge ainda nos escritos pré-carcerários, mais especificamente em *Alguns temas*, quando ele aborda a função dos intelectuais de manutenção das relações de dominação.

No curso dos *Cadernos*, Gramsci retoma a temática e examina a função dos intelectuais na consolidação da hegemonia burguesa concentrada no Norte e como esses intelectuais atuam, tanto nas funções burocráticas do Estado quanto na formação do consenso (principalmente os chamados “grandes intelectuais”, como Croce e Fortunato, oriundos do Sul) pela contínua direção exercida por meio dos escritos nos jornais cotidianos. Desta forma, centralizam e controlam o conjunto de manifestações sociais e políticas do Sul e contribuem para a formação do senso comum dominante (SCHLESENER, 2016, p. 42).

Como explica Domenico Mezzina (2017, p. 837), a discussão sobre os intelectuais para Gramsci está ligada a dois questionamentos: 1) “se os intelectuais devem ser considerados como grupo social autônomo ou se, ao contrário, cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais”; e 2) “como identificar e definir ‘os limites máximos da acepção de ‘intelectual’” (MEZZINA, 2017, p. 837). Em relação ao primeiro ponto que aparece logo no início do extenso § 1, do *Caderno 12 (Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais)*, Gramsci assume a complexidade de categorizar os intelectuais, e, por isso, destaca as duas divisões que ele acredita serem as mais importantes para compreender o “processo histórico de formação das diversas categorias intelectuais” (CC12, §1, p. 15). A primeira categoria se refere ao grupo social que, ao exercer “uma função essencial no mundo da produção econômica”, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”. Gramsci discorre sobre o empresário capitalista, capaz de criar o “técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito” (GRAMSCI, 2001, CC12, § 1, p. 15).

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (GRAMSCI, 2001, CC12, § 1, p. 15-16).

A segunda categoria descrita pelo autor marxista destaca o grupo social “essencial”, que emerge a partir da “estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura”. De fato, os intelectuais tradicionais representam uma continuidade histórica das classes tradicionais, que se mantêm mesmo com as mais radicais modificações das estruturas sociais e políticas. Como explica Gramsci, a mais típica é a categoria dos eclesiásticos, “que monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc.” (GRAMSCI, 2001, CC12, § 1, p. 16). Esta categoria de intelectuais está organicamente ligada à aristocracia fundiária.

Para Mezzina (2017, p. 838), o primeiro questionamento se os intelectuais seriam um grupo social autônomo ou não, só pode ser esclarecido com profundidade a partir da segunda

interrogação sobre a compreensão da noção de intelectual. Por estar investigando essa definição do termo, Gramsci enfatiza que existe um erro ao “buscar o caráter da atividade intelectual no ‘intrínseco’ dela, isto é, na sua ‘qualidade’ específica”, ou seja, o uso do termo intelectual vai desde os “‘criadores’ das várias ciências, da filosofia, da poesia etc., até os mais humildes ‘administradores e divulgadores’ da riqueza intelectual tradicional”. Entretanto, é preciso observar “as funções ‘organizativas’ e ‘conectivas’ dos intelectuais, ou seja, as funções que eles desenvolvem, segundo formas a cada vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de produção da hegemonia”. (MEZZINA, 2017, p. 838).

Mas isto não deve induzir a que se pense numa relação imediata entre intelectuais e produção, e, portanto, em um papel extrínseco e instrumental. A relação entre intelectuais e produção – afirma G. – “não é imediata, como acontece para os grupos sociais fundamentais, mas é mediada, e é mediada por dois tipos de organização social: a) pela sociedade civil, isto é, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade, b) pelo Estado” (MEZZINA, 2017, p. 838-839).

É preciso salientar que o intelectual orgânico não é apenas aquele responsável por produzir consenso, mas pela relação que mantém com as classes sociais e a sua capacidade conectivo-organizativa. Os intelectuais orgânicos são os intelectuais das classes sociais fundamentais, que surgem com o novo modo de produção capitalista (burguesia e classe trabalhadora). Enquanto isso, os intelectuais tradicionais se definem pela relação com as antigas classes do mundo pré-capitalista, superadas pelo novo modo de produção, mas que permanecem como fundamentos do *status quo*. O marxista sardo reflete como os intelectuais da classe dominante são fundamentais para consolidar o consenso, através da difusão de um pensamento homogêneo que tem como função principal a tentativa de apassivamento das massas. Os intelectuais atuam de forma decisiva como “comissários da hegemonia, ou seja, formuladores de opinião e mantenedores da coesão pela formação do senso comum” (SCHLESENER, 2016, p. 42), sustentando a ordem instituída.

Entretanto, a ligação dos intelectuais não é apenas com a classe dominante. Gramsci destaca como papel dos intelectuais orgânicos dentro dos grupos subalternos de não apenas criticar a cultura dominante, mas também propor um novo projeto. Acerca disso, o pensador italiano promove um alargamento do conceito, que “chega à concepção de dirigente político, ou, em outros termos, à abordagem política do intelectual como um elemento decisivo para a construção da hegemonia dos grupos em disputa no interior das relações sociais de força” (ALIAGA, 2011, p. 162).

A superação deste senso comum que afirma a superioridade intrínseca dos dirigentes em relação à massa de dirigidos apresenta-se como um estágio inicial para a criação de uma autoconsciência crítica pelas classes subalternas. A elite de intelectuais, contudo, não deixa de ser necessária, pelo contrário, apresenta-se como elemento fundamental para a superação da passividade das massas (ALIAGA, 2011 p. 162).

Como destacado anteriormente, tanto os intelectuais como os aparelhos privados de hegemonia são dois importantes agentes para a constituição do processo de hegemonia de uma classe. Mas, como lembra Dias (1996), ambos apresentam diferentes gradações, ou seja, existe uma hierarquia de saberes e uma divisão de intelectuais, e ainda uma gradação entre aqueles que são considerados mais importantes. “A própria afirmação de um tipo de intelectual sobre os demais já expressa a dominação” (DIAS, 1996, p. 35).

Essa classificação entre intelectuais também se reflete na hierarquização de saberes, pesando os diferentes graus de importância de conhecimentos de uma classe dominante e uma classe subalterna, por exemplo. Assim, os saberes das classes dominantes são validados no campo da racionalidade e do progresso científico, enquanto os saberes populares são desmerecidos e considerados atrasados, folclóricos, limitados. Esse tipo de hierarquização de saberes produz e reforça a subalternidade de determinados grupos. “Nesse contexto, a questão dos intelectuais, assim como a da cultura ou a da literatura, é uma questão fundamentalmente de luta de classes, de projetos sociais opostos e contraditórios que se confrontam na disputa pela hegemonia” (SCHLESENER, 2016, p. 47).

Como explica Gramsci, é possível medir a organicidade de grupos de intelectuais através da relação de unidade-distinção entre o consenso criado pela sociedade civil – através dos aparelhos privados de hegemonia em uma conexão com os intelectuais –, e os aparelhos de coerção – que se expressam no Estado e no governo jurídico.

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, CC12, § 1, p. 21).

É importante ressaltar que esses conceitos teóricos-políticos (como Estado, sociedade civil, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia, intelectuais orgânicos e tradicionais) são

construídos e desenvolvidos a partir da preocupação de Gramsci em analisar a história da formação do Estado italiano: o *Risorgimento*<sup>8</sup>. O marxista italiano aborda tais categorias para entender a realidade de seu país, que não fazia muito tempo que se tornara um Estado unitário. Em decorrência disso, um dos fatores imprescindíveis para compreender o pensamento gramsciano é saber como se deu o processo de formação desse Estado, inclusive porque a grande preocupação que permeia os escritos do sardo, é a trajetória de modernização burguesa que aconteceu no seu país e que gerou as contradições internas entre a parte Norte, desenvolvida e industrializada, e a parte Sul continental e as ilhas, atrasada e rural, conseqüentemente, provocando um embate entre operários e camponeses e reafirmando a falta de uma unidade nacional. É a partir do processo de unificação da Itália de uma série de pequenos reinos em um Estado-nação, período conhecido como o *Risorgimento*, que Gramsci desenvolveu o seu conceito de revolução passiva.

### 1.5. Revolução passiva nos *Cadernos do Cárcere*

Para responder às questões relacionadas à formação do Estado capitalista na Itália, assim como para entender a ausência do elemento popular no processo de constituição do Estado, Antonio Gramsci buscou uma chave de leitura para o *Risorgimento*.

O processo de formação do Estado italiano começou a se desenvolver ainda na primeira metade do século XIX. Mas foi apenas em 1852 que o rei Vitor Emanuel II, do Reino de Piemonte, nomeou Camilo Benso, o Conde de Cavour, como primeiro-ministro e, juntos, lideraram a unificação italiana, que se concretizou em 1861 (WEBER, 2010). Entretanto, esse processo, não foi do tipo jacobino<sup>9</sup>, como no caso da França. Na verdade, o processo de unificação dos reinos, que culminou na formação do Estado italiano, não teve participação popular ativa. Foi o que Gramsci definiu como uma revolução pelo alto, revolução sem revolução ou revolução passiva.

O termo revolução passiva foi apropriado por Gramsci da tese fundamental do *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*, do jurista e administrador público napolitano, Vincenzo

---

<sup>8</sup> Ressurgimento, em português. Trata-se do movimento que buscou unificar a Itália entre 1815 e 1861. Até então, a Itália era fragmentada e formada por diferentes reinos.

<sup>9</sup> De acordo com o verbete do *Dicionário Gramsciano*, escrito por Rita Médici (2017), nos *Cadernos*, o jacobinismo foi transformado por Gramsci em uma categoria histórico-interpretativa fundamental. Para o autor sardo, o termo “jacobino” assume “dois significados: o de um partido específico da Revolução Francesa, com um determinado programa e que exerceu sua ação de partido e de governo com um método ‘caracterizado por uma extrema energia’” (MÉDICI, 2017, p. 870). Ao questionar os fracassos ocorridos na Itália de ter um governo popular, de construir uma vontade coletiva, Gramsci encontra nas diferentes revoluções burguesas de França e Itália uma importante chave de leitura. Enquanto na França a revolução é ativa, de tipo jacobina, realizada pela irrupção das massas a partir de uma forte luta que assegurava uma ligação entre campo e cidade, na Itália, é passiva, feita pelo alto, pelos poderes moderados e praticamente sem participação das forças populares (Idem).

Cuoco, que foi publicada pela primeira vez em 1801 e aborda a revolução napolitana que aconteceu em 1799, em consequência da revolução francesa e particularmente das ações de Napoleão. Esse contexto influenciou as classes dirigentes de Napoli. Entretanto, “Cuoco nota que às classes dirigentes napolitanas faltaram coerência e determinação, mas que ao fim das contas o elemento decisivo foi a não participação das massas populares nessa comoção histórica” (DEL ROIO, 2009, p. 60).

Essa interpretação de Cuoco orientou Gramsci na leitura de todo o processo do *Risorgimento* como desdobramento da revolução francesa. No entanto, um alargamento do campo de visão foi necessário. Foi preciso, antes de tudo, considerar a revolução francesa como um fenômeno de longo prazo e de incidência mundial, não apenas uma manifestação circunscrita à história da França do decênio 1789-1799. Gramsci concebeu a revolução francesa como eclodindo na França, se alongando no tempo e se espalhando no espaço, num processo de construção da ordem burguesa (DEL ROIO, 2009, p. 60).

Marcos Del Roio (2009, p. 62) destaca que, além de utilizar do termo revolução passiva de Cuoco, Gramsci ainda o aperfeiçoou a partir do conceito do francês Edgar Quinet, através de sua ideia de revolução-restauração. O primeiro termo, advindo de Cuoco, acentua a questão do impacto externo do processo; já o segundo, de Quinet, possibilita que a revolução burguesa italiana seja compreendida como um processo de longo prazo, visto que não acontece em um salto, mas após uma série de “contragolpes” no contexto internacional, que, desse modo, retroalimenta-se e impulsiona as forças sociais italianas a agirem de forma a desenvolverem “restaurações progressivas”. É a partir dessa leitura de uma revolução sem revolução que Gramsci compreende o *Risorgimento* como um processo de caráter não popular. E ainda que não tenha sido de tipo jacobino, poderia, segundo o marxista sardo, ser definido como uma revolução burguesa, uma vez que, por meio deste processo, o Estado capitalista se consolidou na Itália.

A ausência de expressão da vontade das massas é característica da revolução passiva. “Na Itália prevaleceu o *moderatismo*, ou seja, a passagem de inteiros grupos intelectuais para o lado das classes dominantes, reforçando a sua hegemonia, foi o movimento preponderante, tendo-se preservado a subalternidade das massas populares” (DEL ROIO, 2009, p. 63). A centralidade política neste período *risorgimental* e *pós-risorgimental* estava em torno de dois grupos que estiveram envolvidos no processo de unificação do Estado italiano: os Moderados e o Partido da Ação.

Os moderados eram uma vanguarda real das classes altas, porque eles próprios pertenciam às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo

tempo, chefes de empresas, grandes agricultores ou administradores de propriedades, empresários comerciais e industriais, etc. (DIAS, 1996, p. 60-61).

Já o Partido da Ação era considerado uma expressão das camadas populares, embora tenha tido a capacidade de se tornar dirigente de um grupo específico. Para se tornar dirigente, o Partido da Ação deveria ter assumido uma “função jacobina e agir de forma planejada”, através de um programa voltado para unificar a Itália em torno de um ideal comum que satisfizesse os interesses populares da nação. Aconteceu justamente o contrário (LEITE, 2017, p. 75). Com o *Risorgimento*, Cavour continuou a exercer sua influência sobre as demais lideranças e, assim, o Piemonte “exercia sua direção não para satisfazer plenamente os anseios populares e suas reivindicações democráticas, mas, sobretudo, para absorvê-las e, se possível, silenciá-las” (ALIAGA, 2016, p. 28).

No *Caderno 19*, escrito entre 1934 e 1935, Gramsci aborda o *Risorgimento* Italiano. No § 24, o autor analisa a relação entre esses dois grupos e afirma que, enquanto os “moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo”, o Partido da Ação, ao não se apoiar em nenhuma classe histórica, sofria influência direta dos interesses dos moderados, ou seja, “historicamente o Partido da Ação foi guiado pelos moderados”, ao ponto de Vitor Emanuel II chegar a afirmar que tinha o Partido da Ação no bolso (cf. CC19, § 24, p. 62). Para Gramsci, a afirmação é praticamente exata “não só pelos contatos do Rei com Garibaldi, mas porque, de fato, o Partido da Ação foi dirigido ‘indiretamente’ por Cavour e o Rei” (Ibidem).

A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002, CC19, § 24, p. 62-63).

Após a unificação da Itália em 1861, os moderados continuaram a dirigir o partido da Ação até 1876. Esse processo é chamado por Gramsci de transformismo ou *gattopardismo*<sup>10</sup>, por se tratar de uma “expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política”. Essa era uma característica da vida estatal italiana que começa ainda em 1848, uma vez que a classe dirigente vai se ampliando e, assim, absorvendo, de forma gradual, continua e

---

<sup>10</sup> Essa expressão é usada em referência ao romance de Giuseppe Tomasi Lampedusa chamado *Il Gattopardo*, isso porque um dos personagens, o jovem Tancredi, afirma diante de seu tio Fabrizio, príncipe de Salina, a seguinte frase: “Se não estivermos lá, eles farão uma república. Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude” (BIANCHI, 2008, p. 262).

eficaz, grupos aliados e mesmo adversários, como foi o caso também dos *neoguelfas*<sup>11</sup> e dos federalistas (GRAMSCI, 2002, CC19, § 24, p. 63).

De acordo com Gramsci, a vida política italiana é definida pelo transformismo, principalmente após 1848, isto é, a classe dirigente italiana vai se definindo e se ampliando nos “quadros fixados pelos moderados” ... Isso quer dizer que toda a classe dirigente, também aquelas frações de oposição, age dentro dos limites fixados pela política dos conservadores, de modo que os ganhos democráticos – conquistados lentamente – estão sempre muito aquém das reivindicações dos grupos mais radicais. Essa hegemonia que se realiza e se mantém por meio do transformismo – como dissemos, uma das formas históricas da revolução passiva (Gramsci, 2007, Q.8, §36, p. 962) – deve ser, contudo, classificada como uma hegemonia restrita (ALIAGA, 2016, p. 40).

O transformismo, portanto, trata dessa fluidez que permite que um determinado grupo absorva gradativamente lideranças de grupos aliados ou contrários, que acabam por assimilar a ideologia do grupo que o absorveu. Segundo Buci-Glucksmann (1980), a noção de transformismo surge desde o *Caderno 1* e designa dois processos: “o fato de que o partido da ação seja ‘molecularmente incorporado e dirigido’ pelos moderados, e o fato de que as massas, decapitadas de sua direção, se veem ‘fora do Estado’” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 79).

Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e sua aniquilação por um período frequentemente longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva” (GRAMSCI, 2002, CC19, § 24, p. 63).

Um dos principais problemas do transformismo do Partido da Ação para Gramsci foi a incapacidade de acolher determinadas reivindicações populares em seu programa, entre elas, a reforma agrária. A questão fundiária na Itália é um tema recorrente nos escritos gramscianos, a começar pelo artigo publicado no *Grido del Popolo*, em abril de 1916, em que o sardo ressalta que a “unificação das regiões italianas sob um mesmo regime centralizador teria trazido consequências desastrosas para o *Mezzogiorno*<sup>12</sup>” (GRAMSCI, 1987, p. 62) e apontar para o antigo problema do bloco agrário, que foi melhor desenvolvido em *Alguns temas*.

---

<sup>11</sup> Os neoguelfistas eram uma das três tendências que visavam à unificação da Itália. Sob a liderança de Vincenzo Gioberti, eles propunham uma confederação de estados, cabendo à direção superior ao Papa. Outra tendência foi a de viés monarquista, que se inspiravam nos escritos de Cesare Balbo e Massimo d’Azeglio, e que pretendia formar um estado unitário governado pela casa de Savoia, reinante no Piemonte. A terceira frente era a republicana, uma alternativa defendida por Giuseppe Mazzini, destacado representante das forças liberais na Itália. Como se ver, prevaleceu a tendência dos monarquistas constitucionais encampada por Vitor Emanuel II e o Conde de Cavour (cf. COSTA, 2015).

<sup>12</sup> O termo *Mezzogiorno* (meio-dia, em italiano) indica, para fins sociais, econômicos e políticos, o sul da Itália.

Outra questão trazida pelo marxista italiano foi a ausência de um sentimento nacional-popular. Gramsci observa que a combinação desses dois adjetivos representa uma antítese no pensamento vigente italiano porque a noção de nação e povo, em seu país, não estava correlacionada. Por exemplo,

em muitas línguas, ‘nacional’ e ‘popular’ são quase sinônimos (em russo; em alemão o termo ‘volkisch’ tem quase um significado [ainda] mais íntimo, de raça; nas línguas eslavas em geral; em francês tem o significado, já elaborado politicamente, ligado ao conceito de ‘soberania’; soberania nacional e soberania popular têm, ou tiveram, valor igual). [...] “Na Itália, o termo ‘nacional’ tem um significado muito restrito ideologicamente e, de qualquer modo, não coincide com ‘popular’, já que na Itália os intelectuais estão afastados do povo, ou seja, da ‘nação’ estão ligados, ao contrário, a uma tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo” (FROSINI, 2017, p. 1106).

A análise dessa ausência do elemento povo na revolução italiana foi fundamental para que Gramsci conseguisse compreender o desenvolvimento do capitalismo na Itália, o caráter de sua burguesia e dos grupos sociais subalternos, além do pensamento político-ideológico dominante, para, assim, formular o conceito de revolução passiva ou revolução sem revolução. É esse caráter de modernização conservadora que faz com que, mesmo havendo transformações, como a fundação do Estado moderno burguês italiano, não se permita grandes alterações nas relações de poder. Ou seja, a modernização de determinados setores coexiste com um velho problema da península, que é o monstruoso bloco agrário<sup>13</sup> e o seu domínio sobre as classes subalternas, principalmente, no *Mezzogiorno*. Aliás, a preocupação com a questão meridional surge com bastante frequência nos primeiros escritos do sardo.

## **1.6. Às margens da história: da questão meridional à categorização do subalterno**

Como já foi dito, quando Gramsci foi preso em novembro de 1926, ele desenvolvia um artigo que só foi publicado após sua morte, intitulado *Alguns temas sobre a Questão Meridional*. Este seria até o início dos trabalhos no cárcere o texto mais aprofundado do autor sobre determinados problemas do Estado italiano, entre eles, a desigual condição do Norte industrializado e do Sul agrário, além do problema de unificação do Estado, que não conseguia superar as suas contradições internas, o que conseqüentemente, acabou freando o desenvolvimento nacional italiano.

---

<sup>13</sup> Gramsci (1987, p. 158) cita o problema do “monstruoso bloco agrário” em *Alguns temas*, ao se referir ao conjunto que funcionava “como intermediário e guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos”. O sardo afirmava que o bloco agrário tinha como único objetivo “conservar o *statu quo*” e que em seu interior não existia “nenhuma luz intelectual, nenhum programa, nenhum estímulo para progressos e melhoramentos”.

Em *Alguns temas*, é possível perceber a preocupação do autor italiano em unir os camponeses do Sul e os proletários do Norte, criando um sistema de aliança em que estes últimos pudessem se tornar classe dirigente para então construir uma nova hegemonia e lançar as bases da transição para o socialismo. Nesse texto, Gramsci começa a formular o conteúdo das categorias que serão desenvolvidas no cárcere. Tanto que já é possível ver a gênese de certas noções, quando, por exemplo, ele revela a preocupação “de modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado como elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa” (GRAMSCI, 1987, p. 139). Assim, o marxista sardo define a escola, os jornais, sindicatos, igreja, etc. como aparelhos privados de hegemonia.

É preciso destacar que *Alguns temas* se apresenta “como um marco decisivo na elaboração da teoria política geral de Gramsci” (COUTINHO, 1987, p. 10). Segundo De Felice e Parlato (1987, p. 13), antes mesmo desse texto, a questão meridional já se mostrava uma preocupação de Gramsci, embora ainda não tivesse recebido “um tratamento tão específico nem assumido em sua elaboração um papel tão central”. A influência da problemática inicial sobre a questão meridional aparece ao longo de artigos publicados desde o início da sua atuação política no Partido Socialista Italiano (PSI), depois no Partido Comunista Italiano (PCI) e, por fim, nos *Cadernos do Cárcere*. “O fato é que a ligação entre o atraso do Sul e o desenvolvimento capitalista implica uma temática que recusa qualquer solução reformista e que será uma constante no Gramsci mais maduro” (DE FELICE; PARLATO, 1987, p. 15).

Em um dos primeiros artigos publicados por A. Gramsci em *Il Grido del Popolo*, em 1º de abril de 1916, chamado *O Sul e a guerra*, ele culpa o processo de *Risorgimento* e o seu “regime centralizador” como algo que tivera “consequências desastrosas” para o Sul e a sua população. Para Gramsci (1987, p. 62), a unificação causou efeitos nefastos para a parte meridional e vantagens para a setentrional: “o efeito foi a emigração de todo o dinheiro líquido do Sul para o Norte, com o fim de encontrar rendimentos maiores e mais imediatos na indústria”. Além disso, ainda houve emigração da população em busca de trabalho, protecionismo industrial elevando os custos de vida dos camponeses, sem que isso acontecesse na parte agrária. Diante de práticas pouco eficazes do governo para minimizar as desigualdades entre Norte e Sul, Gramsci (1987, p. 64) afirma que o “Sul não precisa de leis especiais e de tratamentos especiais”, mas sim de “uma política geral, externa e interna, que se inspire no respeito às necessidades gerais do país”.

Ainda em 1916, mas em 7 de julho, a publicação *Clericais e agrários* no jornal *Avanti!*, o marxista italiano critica a manipulação da opinião pública feita pelos clérigos em seus jornais, em defesa dos interesses da Associação Agrária do país. Nesse artigo, Gramsci (1987, p. 65) aborda o monopólio criado pela guerra, que inflacionou o preço de certos produtos como o trigo, através de uma política do governo para favorecer as camadas agrárias. Ao mesmo tempo em que o marxista italiano demonstra como funciona o protecionismo estatal em favor das elites, ele aborda como os jornais clericais manipulam a opinião pública para que se acreditasse que o que o governo fazia beneficiava a todos. Gramsci só desenvolverá o conceito de Estado Integral no cárcere, entretanto, é possível ver que nos seus escritos de juventude já germinava o conteúdo das suas principais categorias.

Os artigos escritos anteriormente a *Alguns temas* são importantes para analisar o desenvolvimento da questão meridional, uma vez que, em virtude da prisão, o tema só será desdobrado de forma mais aprofundada no cárcere. Assim como as demais categorias, a exemplo de hegemonia, subalternidade, revolução passiva etc. serão formuladas e/ ou aprimoradas, principalmente, para a compreensão da questão de classe, da formação do Estado italiano, da construção dos grupos dominantes e dos grupos sociais subalternos, entre outros temas que o marxista se aprofundou para analisar a realidade de seu país, que mais adiante foram traduzidos para realidades de outros Estados.

Ao passo que o autor marxista, antes de desenvolver seus principais conceitos no cárcere, analisava de forma crítica os acontecimentos diários em artigos de jornais, entre outros textos curtos, é possível retomar certas categorias gramscianas para analisar esses escritos antigos. O curioso é que, mesmo após a afirmação de Gramsci de que esses escritos deveriam morrer ao fim do dia, ao contrário de sua obra carcerária feita *für ewig* (para sempre), a leitura daqueles textos é fundamental para compreender o desenvolvimento do pensamento do autor e a constituição de sua obra a partir de seu contexto social.

Dois artigos que foram publicados em *L'ordine Nuovo*, o primeiro em agosto de 1919 e o segundo em janeiro de 1920, ambos intitulados *Operários e camponeses*, demonstraram a preocupação de Gramsci com o tema já em discussão na II Internacional sobre a necessidade da aliança operário-camponesa. “Os operários fabris e os camponeses pobres são as duas energias da revolução proletária” (GRAMSCI, 1987, p. 72). Gramsci (1987, p. 76-77) defendia que a produção industrial fosse controlada pelos operários organizados, assim como as “empresas agrícolas e as fazendas modernas” por operários agrícolas. Ele ainda afirmava que apenas a solidariedade entre ambos os grupos de trabalhadores explorados poderia emancipar

as massas. Essa preocupação vai se tornando maior ao longo dos anos, tanto que quando escreve a carta de fundação do jornal que iria servir de meio propagandístico para o PCI, em 12 de setembro de 1923, destinada à Comissão Executiva do partido, ele propõe que o periódico se chame *L'Unitá*, cujo significado remetia a uma ideia de aliança entre operários e camponeses.

Temos que dar importância especial à questão meridional, ou seja, à questão na qual o problema das relações entre operários e camponeses se põe não apenas como um problema da relação de classe, mas também e especialmente como um problema territorial, ou seja, como um dos aspectos da questão nacional. Pessoalmente, creio que a palavra de ordem “governo operário e camponês” deve ser adaptado à Itália do seguinte modo: “República federativa dos operários e camponeses” (GRAMSCI, 1987, p. 84-85).

Em 26 de fevereiro de 1926, Gramsci publica no jornal *L'Unitá* o informe sobre o III Congresso do PCI, que traz os principais temas discutidos no encontro que aconteceu em Lyon, na França. Entre as basilares diretrizes do partido também se encontra um programa voltado para a questão agrária na Itália. Nele, Gramsci (1987, p. 128-129) informa que o “partido procurou sair da esfera da simples propaganda ideológica” para buscar “ingressar no terreno prático da organização e da ação política real”. O partido pretendia traçar estratégias para cada região, por isso, o marxista sardo distinguiu quatro tipos diferentes de agrupamentos das massas camponesas: 1) os camponeses eslavos da Istria<sup>14</sup> e do Friuli<sup>15</sup>, que estavam ligados à questão nacional; 2) os camponeses do Piemonte, de caráter não-confessional e mais estritamente econômico; 3) a massa dos camponeses católicos, agrupados na Itália central e setentrional, ligados diretamente à Ação Católica e ao aparato eclesiástico, em geral, pelo Vaticano; e 4) a massa dos camponeses da Itália meridional e das ilhas. Foi essa última categoria que teve uma particular atenção por parte do Congresso.

Ao longo de uma década, Gramsci vai maturando os escritos sobre a questão meridional, culminando em *Alguns temas*, que será escrito em resposta ao artigo de Ulenspiegel, pseudônimo de Tommaso Fiore, colaborador da *Rivoluzione liberale*, publicado na revista socialista *Quarto Stato* (cf. GRAMSCI, 1987, p. 135). É importante salientar que muito do que foi escrito pelo autor marxista é uma resposta crítica à visão latente no senso comum italiano de que o Sul era a “bola de chumbo” que atrasava o crescimento italiano. Um dos fatos abordados pelo autor marxista dentro da questão meridional foi o preconceito difundido contra a população do *Mezzogiorno*, considerada biologicamente inferior e, frequentemente, culpada

---

<sup>14</sup> Península do mar Adriático, situada entre o golfo de Trieste, os Alpes Dináricos e o golfo de Carnaro. É dividida entre três países: Croácia, Eslovênia e Itália.

<sup>15</sup> É a região mais setentrional do nordeste da Itália. Na parte norte, é limitado pela Áustria; a leste, pela Eslovênia; ao sul, é banhada pelo Mar Adriático; e a oeste, pela região do Veneto.

pelo atraso econômico da região e pela desigualdade dentro da Itália (CAMARGO, 2015). Uma mostra do quanto esses preconceitos estavam arraigados à cultura italiana é que essa visão também era compartilhada pelos próprios comunistas do país. Como explica Marcia Camargo (2015, p. 47), escritores da revista *Quarto Stato* chegaram a fazer publicações compartilhando “da ideologia dominante, incluindo o pensamento socialista tradicional, de que a questão camponesa no Sul não era relevante, já que era senso comum de que aquelas pessoas eram atrasadas e incultas por natureza”.

Foi então que Gramsci, respondendo a essa crítica, escreveu o artigo *Alguns temas*, mostrando como o processo histórico italiano havia condenado os meridionais, ao mesmo tempo em que criava uma ceceira entre os trabalhadores do campo e da cidade. Isso porque os trabalhadores do campo acreditavam que os proletários das grandes cidades tinham mais privilégios do que eles, enquanto os operários da indústria compartilhavam da ideia de que os camponeses eram biologicamente inferiores e os culpados do não desenvolvimento do país.

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto (GRAMSCI, 1987, p. 139-140).

Nesse artigo, ele ainda retoma um trecho do texto publicado em 1920, no *L'Ordine Nuovo*, sobre operários e camponeses para explicar o porquê de se construir a ideia de que o povo meridional é atrasado:

A burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas [Sardenha e Sicília], reduzindo-as a colônias de exploração; o proletário setentrional, emancipando a si mesmo da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do Norte (GRAMSCI, 1987, p. 136).

Gramsci voltará ao tema no cárcere. Em notas do *Caderno 1*, ele faz “observações metodológicas sobre o desenvolvimento desigual das transformações políticas e das transformações culturais” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 42). Ainda segundo Buciglucksmann, o desenvolvimento desigual, inclusive, a nível cultural reflete “uma estrutura diferente das classes intelectuais”.

Quanto aos intelectuais rurais tradicionais, originários da burguesia rural [...], “que constituem três quintos da burocracia estatal”, eles serviam de mediação política entre as massas camponesas desagregadas e os proprietários de terra. Notários, padres, funcionários, advogados, submetidos ao controle ideológico dos “grandes intelectuais” (Croce), verdadeira pedra angular do sistema, constituem a armadura flexível, mas resistente do bloco agrário (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 43).

O autor marxista se aprofunda nessa questão em 1934, quando escreve o *Caderno 25*, intitulado “Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos)”, contendo oito parágrafos em 15 páginas, no qual o marxista sardo retorna à questão dos camponeses e aprofunda a compreensão desses grupos, trazendo para a discussão uma categoria própria: a de grupos sociais subalternos, refletindo além das categorias tradicionais de dominação, como outros agrupamentos estavam submetidos à exploração e à opressão.

### **1.7. “Subalterno”: uma categoria relacional**

Como destaca Aliaga (2017, p. 26-27), a categoria “subalterno” ainda é pouco estudada se comparada a outros conceitos gramscianos, como hegemonia e revolução passiva. Trata-se de uma categoria que oferece “um adensamento da análise das classes e grupos sociais na medida que permite qualificar não apenas a relação entre os grupos, mas a qualidade desta relação”. Liguori (2017, p. 32) destaca que o conceito de “‘classe subalterna’ nasce em oposição direta – desde o *Caderno 3* – àquele de ‘classe dominante’, não de ‘classe hegemônica’”. Como explica Aliaga (2017, p. 27), o “subalterno” se refere a “uma categoria relacional”. Portanto, não pode ser compreendida como uma categoria por si só, nem de tipo “estática”. Ou seja, o “subalterno” é aquele sujeito social que, via de regra, está submetido, “seja cultural, político-ideológico e/ou economicamente” a uma “relação de subordinação, dominação ou opressão”.

Como aponta Semeraro (2017), Gramsci já havia denunciado em *Alguns temas sobre a questão meridional* como a burguesia italiana construía no imaginário do povo uma ideia distorcida sobre a população do Sul do país, os meridionais. Semeraro também cita os estudos de Edward Said, que salienta a forma como o Ocidente trata o Oriente, fazendo esta região e a sua população parecerem inferiores, difundindo a imagem de uma cultura atrasada, estranha, estigmatizada. É possível, desse modo, comparar realidades periféricas de diferentes lugares do mundo, seja no Oriente, na Europa, ou mesmo na América Latina.

No contexto histórico atual, os “grupos sociais subalternos” formam uma realidade mais complexa e assumem configurações mais diversificadas em comparação com o tempo de Gramsci. Embora subjugadas, as fermentações e as “irrupções” que emergem das periferias ganham intensidade, continuidade e “centralidade” no jogo

das relações de forças que se enfrentam na multiforme arena política dos nossos dias (SEMERARO, 2017, p.116).

Dessa forma, não se pode pensar os grupos sociais subalternos apenas dentro do contexto clássico de “classe operária”, “camponeses”, “trabalhadores assalariados”, como ressalta Semeraro (2017). O uso do termo pode e deve ir muito além das nomenclaturas tradicionais. Por isso, o método proposto por Gramsci e os casos expostos no *Caderno 25*, que trata da história dos grupos subalternos, pode ser aplicado e comparado com outras realidades, respeitando obviamente as especificidades de cada um.

Como explica Gramsci (2002, CC25, § 2, p. 135), “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica” e, mesmo que exista uma tendência à unificação, mesmo que em “termos provisórios”, “esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes”.

Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta. [...] Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte deve ser de valor inestimável para o historiador integral (GRAMSCI, 2002, CC25, § 2, p. 135).

## **1.8. Revolução passiva e o desenvolvimento capitalista dependente no Brasil**

Gramsci começa a escrever sobre a questão meridional, ainda em 1926, e depois no cárcere, volta aos seus estudos e escritos para explicar a realidade italiana através do *Risorgimento*, a formação da burguesia interna, das classes sociais subalternas, a construção da hegemonia, entre outros. Com isso, ele está construindo uma leitura que almeja a destruição das bases do projeto então dominante, ao mesmo tempo em que formula um novo projeto que pretende promover a emancipação dos grupos subalternos italianos.

A obra gramsciana mantém o seu caráter atual ainda hoje, por isso, desde a publicação da tradução de suas obras no Brasil, seus conceitos vêm sendo aplicados não só à realidade brasileira, mas à América Latina de modo mais amplo e têm dado mostras de que são ferramentas úteis, apesar das dificuldades de tradução dos conceitos.

De acordo com Aricó (1988, p. 88), “Gramsci poderia ser traduzido em chave latino-americana se fosse possível estabelecer algum tipo de similitude ou sintonia histórico-cultural entre seu mundo e o nosso”, o que se constitui principalmente no caráter periférico da Itália e do Brasil. É, portanto, justamente o caráter de periferia que torna possível traduzir Gramsci para o Brasil. A noção de periferia que se tinha nesta época, contudo, era bastante problemática, não apenas no âmbito da recepção de Gramsci, mas no pensamento político brasileiro de modo amplo na medida em que se referenciava no padrão de desenvolvimento europeu, tomado como padrão e norma. (ALIAGA; MARANHO, 2020).

Assim como na Itália, é possível identificar processos de revolução passiva em outras realidades nacionais. “A rigor – como pode ser constatado – revolução passiva foi uma categoria formulada para contribuir na explicação de processos particulares da história italiana, fosse o *Risorgimento*, fosse o fascismo” (DEL ROIO, 2009, p. 88), mas também do americanismo-fordismo<sup>16</sup>. A revolução passiva é, portanto, um conceito fundamental para se interpretar as características e conseqüências dos casos de desenvolvimento capitalista que ocorreram após a Revolução Francesa, casos que abarcam tanto a periferia da Europa – como a Itália, quanto a periferia latino-americana – como o Brasil<sup>17</sup>. Maria Alice Rezende Carvalho (1997, p. 7) caracteriza a natureza da revolução burguesa no Brasil como “autocrática e alongada no tempo”, que significa também que “o novo não cancela a antiga ordem social”, mas, ao contrário, sendo “tributário de elites políticas reformadoras que deflagram um programa de transformações sob a cláusula restritiva do ‘conservar-mudando’”. Assim as transformações têm o efeito de “confirmar e atualizar o domínio”. Sobre isso, Luiz Werneck Vianna afirma:

---

<sup>16</sup> A discussão sobre Americanismo aparece já no primeiro caderno e é retomada no *Caderno 22*, intitulado Americanismo e Fordismo, no qual Gramsci vai ampliar o conceito de revolução passiva ao abordar a particularidade ocorrida nos Estados Unidos.

<sup>17</sup> Luciana Aliaga e Fernanda Maranhão (2020) discutem como surgiu, dentro dos estudos gramscianos, a problemática da compreensão e da interpretação do capitalismo latino-americano pelos partidos comunistas da própria América Latina, principalmente, na Argentina e no Brasil. Isso porque os PCs tinham grande dificuldade em se descolar da interpretação oficial do Comitern russo e a sua visão eurocêntrica. Nessa lógica, o modelo europeu era considerado o padrão único e universal de desenvolvimento capitalista, enquanto a periferia era caracterizada como semifeudal e semicolonial. É a partir dos anos 1970, com a tradução que alguns autores fazem das categorias de Gramsci para a América Latina, entre eles o argentino José Aricó, que essa visão começa a ser superada, mesmo que ainda não totalmente, e o desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa a ser entendido por suas características próprias. No Brasil, a publicação do livro *A Revolução Brasileira*, por Caio Prado Jr., em 1966, também representa a quebra desse paradigma sobre as análises da periferia da época dentro do próprio Partido Comunista Brasileiro, quando o autor questiona a tentativa de se admitir teorias utilizadas para analisar o desenvolvimento do capitalismo na Europa e chama a assimilação feita para com o Brasil de “mecânica”. Prado Jr. escreve que os meios de esquerda invertiam “o processo metodológico adequado, e em vez de partir das análises dos fatos a fim de derivar daí os conceitos com que se estrutura a teoria, procede-se em sentido inverso, partindo das teorias e dos conceitos, que se buscam em textos consagrados e clássicos, para em seguida procurar os fatos ajustáveis em tais conceitos e teorias” (PRADO JR., 2014, p. 53). Ele afirma que é assim que acontece a singularidade dos textos e formulações teóricas acerca da realidade brasileira. Para o autor brasileiro, é a aplicação deste método ou a tentativa de justificar as teorias que acaba por admitir a “esdrúxula assimilação” da “economia agrária brasileira com os modelos dos países europeus” (Ibidem).

No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se a sua simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro. [...] o Brasil, mais que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva (VIANNA, 1997, p. 43).

Assim como a Itália, o Brasil se caracteriza por ter, durante a sua revolução burguesa, a ausência do ativismo popular, assim como a falta de uma relação orgânica entre intelectuais e o povo em sua formação de um Estado-nação. O Brasil teve como padrão um processo de modernização autoritário, corporativo e elitista.

Para adensar o debate sobre as implicações que resultaram na independência, pode-se mobilizar *O sentido da colonização*, texto que faz parte do clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., que aborda o período em que os países europeus se lançam às viagens marítimas em busca de novas rotas e acabam por ocupar e explorar as terras que viriam a ser chamadas de Continente Americano.

Prado Jr. (1961) traça uma linha do tempo que começa no século XV quando as rotas marítimas do mediterrâneo eram dominadas principalmente pelas cidades italianas, o que obrigou, principalmente Portugal e Espanha, até mesmo pela posição estratégica, a se lançarem em busca de uma nova rota para as Índias, contornando a África.

A expansão marítima dos europeus resultou na invasão do “Novo Mundo”, mas não com o propósito de ocupação do território, como afirma Caio Prado Jr. (1961). Num primeiro momento, os europeus estavam apenas interessados no comércio e desprezavam o novo território por considerá-lo primitivo e vazio, diferentemente do Oriente, que ofertava as mais variadas atividades mercantis. Para os europeus, “ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas” (PRADO JR., 1961, p. 18).

Assim como Caio Prado, o intuito deste trabalho não é entrar nos pormenores e vicissitudes da colonização, mas discutir a ocorrência de diferenças na ocupação dos territórios do continente americano, principalmente quanto ao que se refere as zonas temperadas e às tropicais e subtropicais. Assim, é possível melhor compreender a formação do povo brasileiro e a condução dos processos e rupturas políticas pelas elites internas.

Por isso, destaca-se que a ocupação das zonas temperadas tem como fator fundamental os conflitos político-religiosos em países como Inglaterra, França, Alemanha, entre outros, que farão grandes grupos abandonarem a Europa, fazendo com que as áreas temperadas passem a

receber um novo tipo de colonização “que tomará um caráter inteiramente apartado dos objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas” (PRADO JR., 1961, p. 21).

O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos (estes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornara lá impossível ou muito difícil. Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência ameaçada. O que resultará deste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele (PRADO JR., 1961, p. 21).

Já a história da ocupação da área tropical e subtropical ocorre de forma muito diversa. Um dos principais fatores era devido as condições naturais, consideradas tão diferentes do território de onde vinham os colonizadores. Assim sendo, os europeus não estavam dispostos nesse ambiente a pôr em prática o trabalho físico. O objetivo era ser “dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele” (PRADO JR., 1961, p. 22-23). Ou seja, foram essas diferenciações que marcaram o período de ocupação do continente pelos europeus, nas quais se definiram quem iria para a zona temperada e quem iria para os trópicos.

Portanto, o perfil do colono que se dirige para os trópicos é de um sujeito que almeja ser dirigente das grandes unidades produtoras como fazendas, engenhos, plantações, reunindo ao seu redor um enorme número de trabalhadores e criando condições que reforçavam disparidades entre os grupos dominantes e dominados. “Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade” (PRADO JR., 1961, p. 23).

Os colonos que exerciam uma posição de baixo nível nos trópicos que trabalhavam para outros europeus, basicamente para a subsistência própria de cada dia, sem conseguir se estabelecer como plantador ou proprietário, emigravam para as colônias temperadas “onde ao menos tinham um gênero de vida mais afeiçoado a seus hábitos e maiores oportunidades de progresso” (PRADO JR., 1961, p. 23-24). Isso gerava uma situação de instabilidade de trabalho nas plantações do Sul, o que começa a ser resolvido com a adoção definitiva do trabalho escravo dos povos de África, no século XVII.

Com a fuga da força de trabalho europeu para as zonas temperadas, as colônias tropicais, entre elas o Brasil, quase não chegam a ter trabalhadores brancos. Além da instabilidade de trabalho nos trópicos, outro fator se deu em razão da insuficiente população que Portugal e

Espanha na época tinham à época. Os países ibéricos dominavam a maior parte do território ameríndio, mas não possuía população para ocupá-lo, uma vez que portugueses e espanhóis não estavam dispostos a emigrar ao novo mundo considerado inóspito e selvagem a qualquer preço. A consequência foi o emprego de forma crescente da mão-de-obra escrava. (PRADO JR., 1961).

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*), escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados (PRADO JR., 1961, p. 24-25).

Desse modo, como mostra Caio Prado Jr. (1961), a forma particular como foram ocupadas as partes tropicais e temperadas do continente marcaram a natureza das colônias e de suas populações.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR., 1961, p. 25).

O autor ainda destaca como esse processo é responsável por amalgamar o caráter da sociedade brasileira e ditar os traços essenciais da evolução histórica do país e de sua classe dominante. Desde os primórdios da ocupação, a realidade constituída pela colônia foi fornecer produtos de natureza primária. Em um primeiro momento, açúcar, tabaco e minerais; depois foi a vez do algodão, café e outros produtos em menor proporção. O objetivo era sempre o mesmo: abastecer o mercado europeu. Esse propósito de produzir sempre voltado para fora é o que vai organizar a economia e a sociedade brasileira.

Ao compreender o que Caio Prado define como “sentido da colonização”, é possível também como se forma a estrutura de classe no Brasil e como os seus processos de ruptura acontecem pelo alto, ou seja, através de revoluções passivas.

Mas, para entender as características da revolução passiva no maior país da América Latina, é fundamental compreender os padrões de organização capitalista do Estado nacional. Como elucidado Florestan Fernandes (2008), há três pontos para se entender e explicar as conexões entre capitalismo e classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas. No primeiro,

Florestan se utiliza da teoria da acumulação capitalista de Marx para mostrar como “as sociedades capitalistas subdesenvolvidas não contaram com uma acumulação originária suficientemente forte para sustentar um desenvolvimento econômico autossuficiente” (FERNANDES, 2008, p. 43), tornando-se, desse modo, um país de economia dependente das forças e do capital estrangeiro.

A acumulação originária de capital se associou ao fluxo permanente do capital externo, ou seja, a burguesia nacional não chegou a sequer disputar com os centros hegemônicos “as posições estratégicas de controle do crescimento econômico interno” (FERNANDES, 2008, p. 45), conduzindo a um capitalismo “débil, heterogêneo e controlado de fora”. Desse modo, as relações sociais construídas sob a égide do sistema colonial moldaram as novas estruturas sociais e econômicas que foram erguidas, mantendo o regime de dependência do Brasil com relação ao capital externo. No processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, o moderno e o arcaico se retroalimentam.

O segundo ponto se relaciona com a mercantilização do trabalho, a partir do qual, as condições da força de trabalho se desenvolveram de forma lenta e precária. Apesar das condições não neutralizarem o caráter capitalista da mercantilização do trabalho, elas não funcionavam de forma a preencher os requisitos de uma economia capitalista competitiva. O que aconteceu é que muitos setores da economia nacional permaneceram sendo de subsistência e extracapitalista. No Nordeste, por exemplo, o desenvolvimento da economia voltada para a pecuária e para o setor têxtil fez com que a estrutura fosse definida pela superexploração do trabalho.

O terceiro e último ponto, abordado pelo autor brasileiro, trata das contradições entre as forças produtivas e as formas da organização da produção. Para Florestan, “o poder expansivo das forças de produção depende de certas condições estruturais e dinâmicas, que não se reproduzem no capitalismo dependente” (FERNANDES, 2008, p. 47). A relação entre a “distribuição social da renda e crescimento do mercado interno” gera, entre outros fatores, o que Florestan chamará de “fome de bens de consumo. Ou seja, apesar do favorecimento à substituição de importações e das tendências de integração nacional do mercado interno em determinadas conjunturas, “o fraco poder de compra, a elevada especulação e alta capacidade ociosa formam um círculo vicioso tenaz”. Além de que, “as forças produtivas são inibidas, solapadas ou desorganizadas por outros fatores, que dificultam a própria expansão do capitalismo, mas não põe em xeque as formas de organização da produção capitalista propriamente ditas” (Ibidem).

Deste modo, as contradições estão presentes, mas não se manifestam automaticamente. O problema é que as insatisfações contra a exploração não se “convertem em críticas às formas de produção capitalista nem em rebelião contra as técnicas sociais de apropriação capitalista” (FERNANDES, 2008, p. 48). Ao mesmo tempo em que mostra as condições materiais próprias de um país de capitalismo dependente, Florestan (2008) retoma a questão da formação da ordem social na qual se origina do processo de “expansão da civilização ocidental moderna” e a influência de fatores como a colonialidade.

No Brasil, por exemplo, a estrutura de transição foi a antiga ordem senhorial e escravista, montada através da colonização, mas diferenciada e reintegrada para adaptar-se à emancipação política e à implantação de um estado nacional, e à consequente burocratização da dominação patrimonialista, pela qual os estamentos senhoriais privilegiaram sua condição econômica, social e política, monopolizando o poder (FERNANDES, 2008, p. 52-53).

As relações sociais são institucionalizadas de modo a promover a absorção construtiva de tensões e os conflitos são diluídos na ordem social. Assim, o combate às estruturas montadas é débil e mantém a estrutura do desenvolvimento econômico do Brasil, gerando e repondo continuamente as práticas de apassivamento da classe trabalhadora. Isso, como aponta Florestan, provoca a “fraca integração da solidariedade moral em nível nacional, por exemplo, aumenta o teor egoístico de comportamentos econômicos individualistas”, o que nesse aspecto, mantém, de certo modo, grande parte da população apática ou conformista “diante da perpetuação de formas iníquas de exploração econômica, de privilégios sociais aberrantes e perigosos ou da monopolização do poder por elites mais ou menos indiferentes ao destino da coletividade” (FERNANDES, 2008, p. 53).

O subdesenvolvimento engendra, através do capitalismo dependente, interesses econômicos e vínculos morais que lançam suas raízes nas conexões da organização econômica e social das sociedades subdesenvolvidas com as sociedades avançadas. Ele também cria disposições subjetivas, propensões morais e um estado de espírito que possuem por função manter os vínculos entre as duas sociedades, a hegemônica e a satélite. Mais que na esfera econômica, é aqui que as coisas se esclarecem e se encaminham para o impasse ou para a ruptura, indicando “quem” está a favor ou contra o subdesenvolvimento, e se o subdesenvolvimento se acha ou não em condições de ser superado socialmente. Sem dúvida, o subdesenvolvimento é um negócio para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente (dentro ou fora da “sociedade subdesenvolvida”) (FERNANDES, 2008, p. 54).

Uma das principais características de economias vinculadas ao capitalismo dependente é que a maior parte do excedente é gerada pela exportação de produtos primários. Sendo assim,

torna-se muito difícil a evolução das formas capitalistas sem elevar os custos a níveis muito altos. Por isso, é comum presenciar na estrutura de um país de capitalismo dependente, a dependência e a superexploração do trabalho, ligadas à fragilização econômica, política e ideológica das classes subalternas.

Nesse sentido, no final do século XIX e início do século XX, formavam-se setores da economia brasileira que lucravam com as estruturas arcaicas em diferentes partes do país. Por outro lado, uma outra parte do país começava a se modernizar, concentrando-se no meio urbano, beneficiando bastante o eixo econômico Rio de Janeiro-São Paulo. É preciso destacar que o desenvolvimento desse eixo econômico não impediu o surgimento e a constituição de estruturas arcaicas e bolsões de pobreza nesses centros. A assimilação do arcaico e do moderno foi um processo que se desenvolveu em todo o país, em níveis locais, regionais e nacionais. Como afirma Florestan (2008, p. 53), “o arcaico e o moderno nem sempre entravam em choque decisivo” em uma perspectiva de superar as “estruturas repudiadas”, mas, ao contrário, o arcaico e o moderno estabeleceram “várias espécies de fusões e de composições”.

Apesar da integração ao mercado dos novos centros econômicos do país, a industrialização não modificou profundamente o desenho das estruturas e das relações de produção internas e externas: ainda havia um forte privilegiamento dos agentes que operavam mantendo as atividades econômicas internas subordinadas “às flutuações do consumo e das especulações financeiras do mercado mundial” (FERNANDES, 2008, p.62). Enquanto se observava esse “salto para a modernidade” em estados da região Sudeste com a crescente industrialização, formas arcaicas de produção continuavam sendo exercidas em todo o país, inclusive no próprio Sudeste. Como explica Florestan Fernandes (2008, p. 44), “a extinção do sistema colonial não provocou o colapso das antigas estruturas econômicas coloniais”, e a relação entre as forças arcaicas e as modernas persistiram para garantir o lucro dos importadores europeus. Isso porque a independência do Brasil também acontece em um processo de revolução passiva, ou como denominará Florestan Fernandes (1976), “revolução encapuçada”<sup>18</sup>. Durante o período colonial, a atuação das chamadas “elites nativas” ficava submetida ao estatuto colonial. Sendo assim, o “controle do poder se operava de fora para dentro” e as elites tinham que se subordinar “às conveniências da Coroa e dos seus

---

<sup>18</sup> A primeira parte de *A Revolução Burguesa no Brasil* começa a ser “escrita em 1966 e acaba sendo engavetada naquele mesmo ano. Será resgatada em 1972, quando o autor volta do exílio, e concluída em 1974” (CHAGAS, 2013, p. 31). Nesse período, o conceito de revolução passiva, de Gramsci, ainda não havia sido popularizado no Brasil, mesmo com “as traduções dos *Quaderni del Carcere* publicadas no Brasil entre 1966 e 1968 pela Editora civilização Brasileira” elas “tiveram pouca difusão principalmente em função da repressão aprofundada pelo Ato Institucional nº5, em 1968” (ALIAGA; MARANHO, 2020). Além disto o CC19, no qual se encontra a maior parte das notas sobre a revolução passiva, não foi traduzido para o português antes de 1999. Florestan, contudo, cita na bibliografia o volume em italiano, *Il Risorgimento*.

representantes, dentro da sociedade colonial, os seus interesses econômicos, sociais e políticos mais profundos” (FERNANDES, 1976, p. 32).

Portanto, o processo de ruptura com o estatuto colonial se deu apenas no âmbito jurídico-político, uma vez que as elites nativas não se levantaram contra a estrutura da sociedade colonial. “O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não se deu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetua-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 1976, p. 33). Como afirma Florestan Fernandes (1976, p. 32), a Independência carregava, ao mesmo tempo, “um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador”.

Os antigos modelos patrimonialistas continuaram a ter pela vigência ao nível de domínio senhorial propriamente dito (ou seja, da organização da economia escravista e das estruturas sociais que lhe serviam de base) e, como irradiações locais e regionais, ao nível das relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes parentelas. Todavia, a organização do “poder central” foi colocada num plano independente e superior, no qual aqueles modelos de dominação se faziam sentir apenas de maneira indireta e condicionante. [...] Estabeleceu-se, assim, uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal (FERNANDES, 1976, p. 37).

Mesmo com a Independência não houve um desligamento da família real portuguesa, tanto que o modelo de governo adotado foi a Monarquia constitucional, que foi fundamental para ampliar e burocratizar a dominação senhorial no Brasil. A partir disso, a dominação senhorial alcança “formas de poder político da sociedade ‘nacional’ e passa a ser um dos fatores mais importantes da integração de sua ordem social” (FERNANDES, 1976, p. 42).

De acordo com Florestan (1976), a revolução da Independência também foi calcada em valores liberais. Apesar disto, o liberalismo não teve, nem teria forças para se impor e realizar o milagre de mudar a natureza das elites senhoriais brasileiras. Portanto, não “desvendava o caminho de autonomia e de supremacia de um Povo, mas de uma pequena parte dele, que lograra privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade” (FERNANDES, 1976, p.42).

A democracia não era uma condição geral da sociedade. Porém, necessidade e recurso de equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estatal. O debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou de omissão) recomendáveis, suscetíveis de merecer a aprovação ou de obter o consentimento dos “cidadãos prestantes” e da parte socialmente válida dos “cidadãos ativos” (FERNANDES, 1976, p. 44).

É importante destacar que, mesmo projetando antigas estruturas sociais, o novo contexto político e social não se mantinha intacto. Havia elementos do velho e também do novo. É essa contradição que marca a transição da época colonial para a nacional, e Florestan Fernandes (1976, p. 56) destaca dois momentos importantes: o momento em que as estruturas coloniais se convertiam em espelho do passado e aquele em que havia a fundação de um “Estado nacional e a aquisição dos ‘foros de civilização’ de uma Nação”.

Para Florestan (1976, p. 58-59), a criação de um Estado nacional independente “representou a conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos”, o que acabou gerando um certo problema para a nação, uma vez que

o êxito alcançado e o modo de alcançá-lo acabaram impondo como padrão normal da reação societária a qualquer tipo de mudança. A tutela estamental acabou sendo socialmente definida como uma sorte de equivalente histórico do “despotismo esclarecido” e a única via pela qual a sociedade brasileira poderia compartilhar com segurança os avanços do “Progresso” (FERNANDES, 1976, p. 67).

São esses fatores políticos que condicionaram e reorganizaram a sociedade e a economia. O mercado interno foi estimulado e cresceu, entretanto, a economia brasileira se organizou apenas para assimilar o seu modelo às economias centrais. Lembrando que por ser um país de economia periférica e dependente, o Brasil não reproduziu o modelo dos países centrais, mas perpetuou os fatores da antiga estrutura colonial. Portanto, “as relações econômicas com o exterior não se alteraram”, o que mudou foi a qualidade da dependência. Assim sendo, o sistema econômico teve que se adaptar ao cenário econômico mundial para atender aos interesses do capital estrangeiro (FERNANDES, 1976, p. 93).

Nas “sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. [...] O Brasil corresponde normalmente a essa regra. Nele, as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial. Elas se revelaram bastante plásticas em face do que se poderia chamar de reorganização do mercado colonial, adaptando-se rapidamente à dupla polarização dos negócios da exportação e de importação, controlados economicamente por um centro hegemônico externo, mas dirigido politicamente a partir de dentro (FERNANDES, 1976, p. 149-150).

Sendo assim, são nessas condições que a revolução burguesa se concretizará no Brasil. Esse processo, ao mesmo tempo em que fomenta um conjunto de transformações, seja de ordem

econômica, seja tecnológica, social e cultural, mantém uma estrutura na qual não há uma ruptura definitiva com o passado, um padrão característico de economias dependentes.

Se a “revolução” de Independência havia cristalizado uma “era senhorial”, a nova revolução implicava numa “era burguesa”; O caráter dessa burguesia interna, assim como a aristocracia que emergiu com a independência, foi condicionado “pelos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva”, (FERNANDES, 1976, p. 205). Esses elementos tinham como modelo uma ordem capitalista de países centrais, uma realidade que não era a brasileira. Pelo contrário, essas burguesias “forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado” para promover a “sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como poder político indireto” (FERNANDES, 1976, p. 204).

Essa simulação não podia ser desmascarada: a Primeira República preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de “duas Nações”, a que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma “nação de mais iguais”) e à que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a “real nação”) (FERNANDES, 1976, p. 205-206).

A retomada da análise de Florestan Fernandes, à luz do conceito de revolução passiva, traz um novo horizonte para entender as relações entre as antigas colônias e metrópoles, evidenciando o papel da colonialidade, e, portanto, da dominação externa, para se compreender o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil. Nesse aspecto, o autor brasileiro mostra que o subdesenvolvimento da nação é obra das relações entre países de economia central e as subordinações dos países de economia periférica. Com essa relação se formaram elites que culminaram na dominação burguesa. Assim como a dominação senhorial, a burguesa tem como característica a chegada do novo calçado em modelos arcaicos.

Essa modernização que tem compromisso com o passado cumpre o papel de evitar rupturas com o arcaico e promover a chegada segura e limitada do novo ao Brasil. Isso faz com que o país se torne “um lugar por excelência da revolução passiva”, que tem por características centrais “um processo clássico de cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora”, o controle do “surto libertário”, o alijamento do povo das tomadas de decisão, o desencontro entre os intelectuais e o povo e o nascimento de um Estado que invoca o liberalismo, mas modela suas instituições políticas não rompendo inicialmente com a escravidão (cf. VIANNA, 1997, p. 43-44).

A radical ambiguidade do Estado – entre o liberalismo e a escravidão – devia se resolver nele mesmo, instituição tensa, arquiteto de uma obra a reclamar a cumplicidade do tempo, delegando-se ao futuro a tarefa de vencer a barbárie de uma sociedade fragmentária e invertebrada, até que ela viesse a corresponder e atender às exigências dos ideais civilizatórios dos quais ele seria o único portador. [...] Se na sociedade civil, o liberalismo atuava como “fermento revolucionário” induzindo rupturas moleculares, na ordem senhorial-escravocrata, ele não poderia comportar-se como o princípio de sua organização, sem acarretar, com isso, o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo no exclusivo agrário e que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e presença internacional. Ademais, o patriarcado rural se comportava como coadjuvante insubstituível, da perspectiva das elites políticas, para o controle das variáveis-chave como território e população. O liberalismo devia consistir em uma teoria confinada nas elites políticas, que saberiam administrá-lo com conta-gotas, sob o registro de um tempo de longa duração, a uma sociedade que ainda não estaria preparada para ele, sob pena de balcanização do território, da exposição ao caudilhismo e à barbárie (VIANNA, 1997, p. 44-45).

Para Vianna (1997, p. 47), a racionalidade das elites políticas do novo Estado-nação teve por objetivo preservar e expandir o território e controlar a população. Portanto, foi preciso evitar as revoluções de cunho nacional-libertadoras ainda no período colonial, diferentemente da América espanhola, e, posteriormente, realizar a revolução burguesa pelo alto. Isso porque “os liberais orientados pelo mercado e pela cultura material” abdicaram de reformas concretas em decorrência de “uma autorreforma do Estado”. Assim o liberalismo se manteve “imune às tentações jacobinas, recusando-se a realizar interpelações ‘para baixo’ e a procurar pontos de ruptura com as elites territorialistas”.

Para completar, o posicionamento dos intelectuais a favor das elites e contra o povo, num ideal de civilidade que deveria ser construído através de princípios eurocêntricos e contrarrevolucionários, permeou a organização social nacional das características da posterior hegemonia burguesa no Brasil.

Na ausência deste encontro intelectuais-povo, a revolução burguesa seguiu em continuidade à sua forma “passiva”, obedecendo o lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se, com a Abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho, sem rupturas no interior das elites, e, a partir dela, à República, em mais um movimento de restauração de um dos pilares da economia colonial: o exclusivo agrário, que agora vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto de dependência pessoal aos senhores da terra (VIANNA, 1997, p. 47-48).

A revolução burguesa no Brasil é um processo que se inicia no final do século XIX e se arrasta até fins da década de 1970, quando o Brasil pode ser considerado plenamente capitalista. Guardando às devidas proporções, o processo brasileiro se assemelha ao italiano. A revolução burguesa na Itália foi desencadeada pelo impacto da Revolução Francesa, de tipo jacobino, somado a um conjunto de manifestações na península. Isso acabou por pressionar as classes

dominantes a se reorganizarem para manter o seu poder, fazendo concessões, mas também cooptando as lideranças políticas e intelectuais e, de algum modo, àquelas lideranças ligadas as massas. Assim sendo, os grupos dominantes acabam por fazer a sua revolução, o que Gramsci caracteriza como revolução passiva (DEL ROIO, 2018).

A revolução passiva é então uma revolução reflexa, pressupõe um impacto externo. No caso brasileiro o impacto externo que agiu fortemente sobre as forças sociais internas sem dúvida foi o imperialismo dos Estados Unidos, ou, ainda melhor, o americanismo-fordismo, também tratado por Gramsci como um fenômeno particular de revolução passiva. Os Estados Unidos se alçavam rapidamente à posição de novo núcleo do imperialismo capitalista e se transformavam em modelo para burguesias de diversas partes do mundo, incluindo o Brasil e a Itália (DEL ROIO, 2018, p. 246).

Como explica Del Roio (2018), apesar do cenário nacional no início do século XX demandar uma transformação na estrutura, seja pelo contexto internacional de revolução industrial no campo tecnológico, seja pelas revoluções de cunho popular, entre elas a revolução russa, a efervescência das classes subalternas na cidade e no campo não se desenvolveu para uma revolução jacobina no Brasil. O que restou foi a capacidade dos grupos dominantes do país de se reformularem e reorganizarem se utilizando do “novo” em solo sedimentado pelo “arcaico”. Esse processo de reorganização das classes dominantes pode ser traduzido para a realidade brasileira como revolução passiva ou revolução-restauração, no qual o Estado conduziu o processo de modo a se organizar “como um híbrido liberal-corporativo, com o predomínio de outro aspecto, conforme a correlação entre as forças sociais” (DEL ROIO, 2018, p. 247).

O cerne de tal processo é a reorganização das classes dominantes, a qual aconteceu sob a égide da oligarquia gaúcha, tendo sido incorporada amplamente a perspectiva industrialista e preservados os interesses agrários, formando um bloco agrário-industrial. Isso implicou uma ação do Estado, a qual selou uma redefinição da chamada questão do Nordeste, uma particularidade da questão agrária e camponesa no Brasil. O Nordeste, até como modo de preservação do latifúndio, passou desde o final dos anos 1920 a fornecer força de trabalho e expansão industrial no Sudeste. Note-se ainda que o Brasil, nesse tom das traduções recíprocas, como a Rússia, contava com uma fronteira agrícola, enquanto a Itália o problema aparecia como emigração (DEL ROIO, 2018, p. 247).

O processo de industrialização ocorreu no período da transição para o século XX e se desenrolou ao longo da década 1930. Essa evolução se dá através do “esquema de exportação e importação, montado sob a égide da economia neocolonial. A influência modernizadora externa se ampliara e aprofundara”, mas ela não consegue ir muito além dos interesses da dominação externa. Inclusive, o salto para a modernidade poderia provocar um perigo para os

interesses do capital, pois teria possibilidade de se tornar um “fermento revolucionário” para a nação real (FERNANDES, 1976, p. 206-207). Nesse aspecto, a burguesia interna garantia os seus interesses e os interesses da burguesia externa, mesmo que isso aprofundasse as contradições já existentes desde o período da colônia.

Como esclarece Francisco de Oliveira (2003, p. 32), em sua crítica à perspectiva cepalina e por sua “filiação teórica marginalista, neoclássica e keynesiana”, o conceito de subdesenvolvimento constituído a partir de uma polaridade entre o “‘atrasado’ e o ‘moderno’ não se sustenta como singularidade” no Brasil e na América Latina, uma vez que esse tipo de dualidade se reproduz em quase todos os sistemas e em quase todos os períodos. Além disso, Oliveira afirma que essa oposição se faz, na maioria dos casos, de modo apenas formal. “O processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (Ibidem).

... em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. Ao enfatizar o aspecto da dependência - a conhecida relação centro-periferia -, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil; toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

O fim de um ciclo econômico e o início de um outro no país acontece a partir da revolução de 1930, com a passagem da hegemonia agroexportadora para a “estrutura produtiva de base industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 35). Nesse sentido, pode-se dizer que foi introduzido um novo modo de acumulação da economia brasileira e determinados aspectos assumem papel decisivo. O primeiro deles se refere às regulamentações das leis entre o trabalho e o capital. Como aponta Oliveira (2003, p. 36), apesar de a legislação trabalhista ter sido analisada ao longo dos anos apenas do “ponto de vista de sua estrutura formal corporativista”, as leis trabalhistas “fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação” (Idem, p. 38), tanto que a população que chegava às cidades seria transformada em “exército de reserva”. Isso era importante porque “propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico do empresário”, que não precisava se preocupar com a “livre concorrência”. Além disso, a legislação trabalhista “igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho” (Ibidem).

O segundo aspecto trata da intervenção do Estado, regulamentando a atividade econômica em prol dos grupos das classes capitalistas, principalmente por meio da fixação de preços, distribuição de ganhos e perdas, ao dar subsídios. O papel do Estado era o “de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial” pudesse se reproduzir (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Nesse sentido, substituíam-se os preços do “velho mercado” por “preços sociais”, cuja função é permitir a consolidação do “novo mercado”, isto é, até que o processo de acumulação se oriente, com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio. Os “preços sociais” podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, e a direção em que eles atuam é no sentido de fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

O terceiro aspecto apontado por Oliveira se refere ao papel da agricultura, que terá uma nova função. Mesmo sendo considerada agora um subsetor de exportações, a agricultura “deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo” (OLIVEIRA, 2003, p. 40). É a partir dessa tentativa de solução do “problema agrário”, durante a transição da economia de base agroexportadora para urbano-industrial e o novo modo de acumulação capitalista, que se pode entender como se construiu o modelo dual e a sua integração dialética. Dessa forma, o arcaico não é superado pelo moderno, mas, ao contrário, ambas as estruturas se retroalimentam. “A tensão entre agricultura e indústria brasileiras não se dá no nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura” (OLIVEIRA, 2003 p. 48).

A articulação entre o arcaico e o moderno não é particular de uma região ou lugar específico no Brasil. Entretanto, esse tipo de reprodução se repete em maior ou menor escala a depender do local. Como Oliveira demonstra, é fundamental para a acumulação que exista a força de trabalho que é remunerada a níveis extremamente baixos, ou mesmo informais. Como exemplo disso, o autor cita um episódio que foi noticiado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19 de março de 1972, quando o presidente do Sindicato Rural dos Agricultores de São Roque (SP), falou sobre a “crise surgida na fruticultura, decorrente de uma excelente safra e de um fraco movimento de vendas”, devido à proibição do comércio ambulante pela Prefeitura de São Paulo”.

“... foi um golpe inesperado para o comércio de frutas (a proibição do comércio ambulante pela Prefeitura de São Paulo), pois os ambulantes são imprescindíveis para a colocação das frutas junto

aos consumidores. Sem eles - existem cerca de 600 - houve um colapso no sistema de distribuição e os produtores tiveram que arcar com os prejuízos, enquanto o povo ficou sem condições de comprar frutas, apesar do preço 'básico'. Essa lição elementar nos diz que: os produtores arcaram com os prejuízos, que não decorrem dos preços "básicos", mas da ausência física do comércio ambulante. Ora, os ambulantes não poderiam aumentar os preços, o que significa dizer que os prejuízos - fração da renda dos produtores que não foi realizada depende, para sua realização, do trabalho dos ambulantes. Por aí se vê o mecanismo de transferência posto em ação (OLIVEIRA, 2003, p. 57).

Essa articulação entre o arcaico e o moderno ocorre em maior ou menor grau a depender da região. "O desenvolvimento industrial da 'região' de São Paulo" começa a definir "a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional" (OLIVEIRA, 1981, p. 74). Se antes as relações eram determinadas do ponto de vista regional com suas relações com o exterior, agora existiam mudanças advindas da burocratização do Estado pós-revolução de 1930. Por exemplo, acabaram com as barreiras alfandegárias entre os estados e se instituiu o "Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país", e, por fim, "aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre comércio exterior" (Idem, p. 74-75). Como afirma Francisco de Oliveira (1981, p. 75-76), o "ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das 'regiões'. Esse movimento dialético destrói para concentrar e capta o excedente das outras 'regiões' para centralizar o capital".

... em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das "economias regionais"; o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital. A estagnação, quando existe, é ela própria uma fase do ciclo. Quanto às relações entre a "região" Centro-Sul comandada por São Paulo e o "Nordeste", tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no "Nordeste": são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos "Nordestes", que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da "região" em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor; nisto reside a metamorfose da imposição do equivalente geral a todo o conjunto da economia, isto é, na troca de valores iguais ganha o que tem em si maior produtividade do trabalho. Claro está que esse movimento não é puramente econômico, no sentido em que os economistas o empregam; sem o correspondente movimento na estrutura do poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha (OLIVEIRA, 1981, p. 76).

São essas transformações das relações que suscitam determinadas situações da economia brasileira às quais Florestan Fernandes (1976, p. 108) chamará de "diferentes épocas econômicas", uma vez que a economia agrária brasileira, "mesmo onde alcançou especializações consistentes com a evolução interna do capitalismo", continuou reproduzindo

“para dentro” o mesmo tipo de desenvolvimento experimentado “para fora”. Isto é, a revolução passiva brasileira, assim como a italiana, reproduz e aprofunda não apenas as desigualdades sociais de maneira generalizada, mas tem impacto direto nas desigualdades regionais já existentes, culminando naquilo que muitos autores definirão como colonialismo interno e que será aprofundado no próximo capítulo.

Florestan (1976) aponta como os laços de dependência se constituem a partir do crescimento urbano-comercial e urbano-industrial com a metropolização de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que algumas relações comuns à economia agrária não desaparecem com a modernização interna do país. Isso porque o desenvolvimento dos polos urbanos-comerciais e urbanos-industriais passam a depender de forma permanente da captação de excedentes econômicos da economia agrária. De acordo com Florestan (1976, p. 109), “a revolução urbana condenou” “a revolução agrícola”, isso resultou num processo a partir do qual “o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e sustentação dos ‘polos dinâmicos’ da economia interna”. Apesar de parecer desvantajoso para as elites agrárias, esse processo acaba por sedimentar os privilégios do empresariado rural em diferentes regiões do país.

Retomando a questão meridional na Itália, destaca-se como o processo de desenvolvimento entre Norte e Sul aconteceu de forma desigual, entre outros fatores, por causa da relação entre o subdesenvolvimento do Sul e os grandes privilégios do bloco agrário que está localizado nessa região e se beneficia desse subdesenvolvimento. Ao se tratar de Brasil, é possível ressaltar o subdesenvolvimento de regiões periféricas como o Nordeste e abordar a orientação das elites rurais e da burguesia urbana para a manutenção de seus interesses em detrimento de um projeto nacional. Assim, o desenvolvimento do capitalismo, nessas condições de reforço de padrões econômicos, reproduz, internamente, as relações de dependência que são estruturadas a partir de fora, e, por consequência, gera a dependência da dependência ao impulsionar a constituição de uma periferia na periferia do capitalismo.

No que tange ao empresário rural, essa orientação – que muitos descrevem como “egoística” e “predatória” – motiva, no fundo, comportamentos econômicos autodefensivos e autocompensadores. Como a economia global não possui condições para atenuar os riscos ou corrigir os efeitos negativos da dependência dentro da dependência, o empresário rural usa as decisões a seu alcance e os papéis econômicos que pode desempenhar no seio da economia urbana (quando não nas economias centrais), graças ao excedente econômico de que disponha, para converter a economia agrária em um meio para outros fins econômicos. Alternativamente, a empresa rural também preenche a função de ser um meio para outros fins sociais e políticos (FERNANDES, 1976, p. 109).

A dependência da dependência transcorre a partir da questão colonial e das suas consequências, da fundação do Estado brasileiro, das históricas revoluções pelo alto, da manutenção das classes populares alijadas do poder, das desigualdades regionais e da falta de um projeto nacional-popular. Esses fatores, que aproximam as realidades nacionais da Itália e do Brasil, permitem que os conceitos gramscianos possam ser traduzidos para a realidade brasileira e, mais precisamente, neste trabalho, à nordestina.

## CAPÍTULO 2

### ALGUNS TEMAS SOBRE A QUESTÃO NORDESTINA

*Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a -todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: “Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita”.*

*Graciliano Ramos*

A relação entre o Nordeste e o Centro-Sul é bastante complexa. Enquanto uma região se tornou mais desenvolvida, expandindo-se econômica e culturalmente, tornando-se hegemônica; a outra, concomitantemente, se tornou subalterna e subordinada. Essas relações se aprofundaram ao ponto em que se torna possível caracterizá-las como uma espécie de colonialismo interno, que se pretende tratar adiante. É importante ressaltar, contudo, que, ao tratar do conceito de região, a discussão não se delimita ao aspecto geográfico ou se se baseia em um espaço característico, mas está pensando “sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas” (OLIVEIRA, 1981, p. 27), fundamentando, principalmente, na especificidade da reprodução do capital nessa área.

O Nordeste está para o Brasil, assim como o *Mezzogiorno* está para a Itália na relação de exploração de ambas as regiões pelas classes dominantes do Centro-Sul brasileiro e do Norte italiano, respectivamente, respeitando as especificidades do desenvolvimento capitalista. A partir desse processo, observa-se atraso e subdesenvolvimento de uma das regiões e desenvolvimento e domínio por parte da outra. O que não significa que, nas regiões mais desenvolvidas, inexistam bolsões de miséria<sup>19</sup>.

Tanto na Itália como no Brasil, o crescimento desigual entre as regiões foi atribuído ao contexto regional. No caso mais específico do Nordeste, o atraso foi conferido inicialmente à questão climática e geográfica, bem como à falência da economia açucareira, assim como à própria população, considerada biologicamente inferior, imagem bastante propagada a partir da obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, que retrata o massacre de Canudos pelas forças do Estado<sup>20</sup>.

Euclides da Cunha como sendo um dos que descreve o sertanejo e o mestiço crivados de estereótipo racial, muito em moda na época da República Velha no Brasil, que na maioria das vezes eram inspirados nas obras dos autores franceses do século XIX. Ao falar do sertanejo como sendo uma sub-raça, dos negros e índios como raças

---

<sup>19</sup> Em 2003, a deputada Maria Lúcia Prandi, do Partido dos Trabalhadores, foi autora de uma comissão de representação para acompanhar o Programa Fome Zero em São Paulo, justificando que algumas comunidades do estado tinham o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor que o do estado do Piauí. E afirmou: "O estado de São Paulo é responsável por 33% do PIB nacional, e ainda temos bolsões de miséria". (**O maior pólo de desenvolvimento do país tem bolsões de miséria, diz Prandi**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285533>>. Acesso em: 5 jan. 2019).

<sup>20</sup> Sob a liderança de Antônio Vicente, conhecido posteriormente como Antônio Conselheiro, o arraial de Canudos foi uma comunidade fundada no interior da Bahia no final do século XIX e que recebia principalmente as vítimas da Grande Seca de 1877, assim como índios e negros recém libertos. O povoado foi crescendo e chegou a somar quase 25 mil habitantes, o que incomodou as forças da recém proclamada República. Estado, a Igreja e os fazendeiros locais temiam a possibilidade de um monte. O que fez com que o exército fosse enviado até o local em quatro diferentes expedições, conseguindo na última, em outubro de 1897, exterminar toda a população e queimar as casas. Euclides da Cunha narra o episódio em *Os Sertões* (cf. CÂMARA; CÂMARA, 2015).

primitivas e dos cruzamentos das raças como sendo um desastre genético, Euclides, sucumbe diante de um materialismo que estava em moda no século XIX. (BROGNI; WOLFF; CANABARRO, 2008, p. 73-74).

Quando houve a Guerra de Canudos, Euclides foi enviado pelo jornal Estado de S. Paulo para narrar a história do conflito. Desse episódio surgiu o livro *Os Sertões*, principal obra do autor. “Em quatro de agosto de 1897, rumou para a Bahia, de onde seguiu para o campo da luta. Passou vinte e quatro dias em Salvador, observando os movimentos das tropas que chegavam” (CORREIA; GUIMARÃES, 2007, p. 7). Como explicam Fernanda Correia e Alexandre Guimarães (2007, p. 7), Euclides considerava a população de Canudos inimiga “das leis, das instituições e da nova política republicana”. Depois do conflito, a opinião do autor sobre o governo mudara um pouco, tanto que ele chega a criticar o massacre. É importante destacar que a obra foi escrita em partes e publicada em fascículos durante anos. Por isso, no início é possível perceber o seu conteúdo racista. O autor muda sua concepção ao final, mas ainda assim o livro propaga o pensamento evolucionista da época e seu caráter científicista, como se pode constatar em um trecho logo do início.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tomam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra. O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada, o equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo (CUNHA, 2010, p. 5).

Quando Cunha está escrevendo *Os Sertões*, no início do século passado, inexistia a categoria geoespacial do Nordeste. O que havia era a distinção entre Norte e Sul. Essa classificação vinha desde o século XIX. Mesmo assim, a obra de Euclides da Cunha foi bastante relacionada à fome e à pobreza no Nordeste, e durante décadas houve um resgate da obra para se propagar uma ideia de Nordeste como região pobre e seca, ou seja, a região problema do Brasil.

Essa influência do científicismo para abordar grupos sociais subalternos é apontada por Gramsci no *Caderno 25*, principalmente, quando o autor italiano retrata a história de Davide Lazzaretti, um carreteiro da Toscana, que se tornou pregador e ficou conhecido por fomentar uma rebelião na região do Monte Amiata, na comuna de Arcidosso, de 1868 a 1878 (cf. SEMERARO, 2014), e tem muitas similaridades com Antônio Conselheiro e o que houve em Canudos.

Usando a morte de Lazzaretti como pano de fundo, Gramsci critica o “costume cultural do tempo” de “em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo [...] isolava-se o protagonista e só fazia a sua biografia patológica”. Em função disso, o autor ressalta que “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo de bárbaro ou patológico” (GRAMSCI, 2002, CC25, § 1, p. 131). Essas “explicações restritivas, individuais, folclóricas, patológicas”, como afirma Gramsci, negligenciam o estudo das origens desses acontecimentos.

Como sublinha Gramsci (2002), nenhum fator isolado explica um problema social complexo, mas as relações sociais de forças fornecem elementos fundamentais para essa explicação. Portanto, é necessário investigar como a base econômica e social transformou senhores rurais numa aristocracia agrária, enquanto a maior parte da população se mantinha em condições miseráveis. Ou seja, assim como na Itália, houve no Brasil um problema similar com relação à concentração de terras e ausência de reforma agrária.

O ponto central para a caracterização sociológica das classes sociais em sociedades subdesenvolvidas está, naturalmente, no modo pelo qual os processos de estratificação social se vinculam com a ordem econômica, criada pela existência de uma economia de mercado de bases capitalistas (FERNANDES, 2008, p. 33).

Mas antes de adentrar nessa interpretação, é essencial que se apresente primeiro a problemática do colonialismo interno e como o capitalismo atinge a periferia da periferia e gera a dependência da dependência.

## **2.1. Colonialismo interno**

Em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Florestan Fernandes expõe as semelhanças das nações latino-americanas ao descrever os padrões de dominação externa desses países. Esse fator que se inicia antes da formação dos Estados-nação, ainda na época da colonização, e depois se transforma e se reorganiza em decorrência da expansão do capitalismo, juntamente com a “incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1975, p. 13).

O sociólogo brasileiro define quatro fases e formas da dominação externa. Na primeira delas, Florestan Fernandes (1975, p. 13) afirma que o “sistema básico de colonização e dominação externas” foi experimentado por quase todas as nações da América Latina pelo

período de pelo menos três séculos, o denominado “antigo sistema colonial”, quando o poder legal e político era submetido às Coroas de Espanha e Portugal e mantinha um caráter de exploração ilimitada.

Já o segundo tipo de dominação externa se refere ao período de desagregação do primeiro sistema ao mesmo tempo em que se iniciava o “controle dos negócios de exportação e importação na América Latina” (FERNANDES, 1975, p. 14) por outras nações europeias, principalmente a Inglaterra. Uma vez que as colônias haviam conseguido a independência de suas metrópoles, os laços de subordinação institucionais haviam sido rompidos, assim como o controle sobre a produção pelos europeus. Nesse sentido, a dominação passou a ser indireta. Neste novo colonialismo, ou seja, no neocolonialismo, a subordinação ocorre por meio do comércio, dos monopólios, das imposições de taxas, entre outras coisas.

O terceiro tipo surge por causa da reorganização da economia mundial, a chamada dominação imperialista, que, impulsionada pela revolução industrial na Europa e posteriormente nos EUA, faz emergir como realidade histórica na América Latina o capitalismo dependente, caracterizado, principalmente, pelo controle financeiro das economias destes países.

O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema de exportação-importação foi refundido para incluir a “interpretação” do comércio interno, a “proteção” dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a “introdução” das indústrias de bens de consumo, a “intensificação” das operações bancárias, etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas (FERNANDES, 1975, p. 17).

Por fim, o quarto padrão de dominação externa surge junto com a expansão das grandes corporações nos países da América Latina, mudando os padrões de planejamento, organização, concorrência, controle, propaganda de massa etc., configurando-se como capitalismo monopolista. Florestan (1975) destaca três aspectos deste padrão: 1) controle externo similar ao do antigo sistema colonial; 2) falta de condições básicas para o rápido crescimento econômico; e 3) falta de condições estruturais e dinâmicas para superar o subdesenvolvimento.

A forma como o capitalismo se constituiu na América Latina barrou um desenvolvimento econômico autônomo e independente em função das imposições das potências europeias e também dos Estados Unidos, uma vez que a dinâmica da estrutura da dominação externa impediu e impede a possibilidade da superação do atraso nas ex-colônias. Como afirma Leon Trotsky (2001), ao retomar Lenin, o sistema capitalista na fase imperialista não permite mais que o desenvolvimento de nações aconteça de forma autônoma, uma vez que as novas

nações estão diretamente ligadas às antigas, que se beneficiaram e ainda se beneficiam desse atraso, numa forma de desenvolvimento desigual e combinado. Esse processo gerou acumulação primitiva e, conseqüentemente, desenvolvimento para esses países centrais.

Desse modo, é justamente a integração entre os países de capitalismo central e capitalismo periférico a responsável pelo subdesenvolvimento das nações da América Latina. Dito de outro modo, o desenvolvimento é desigual entre o Norte e o Sul global, porque o crescimento do centro está diretamente relacionado à exploração da periferia. E também é combinado, visto que, à medida que se transferiam recursos de um país periférico para o outro central, os primeiros enriqueciam e desenvolviam aqueles que recebiam os recursos, ao mesmo tempo em que se transformava o país explorado em uma futura nação atrasada e dependente. Portanto, desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces da mesma relação. Ademais, como explica Trotsky, essa estrutura não está condicionada apenas a relações entre países. “Esta ley manifiesta su fuerza no sólo en las relaciones entre los países, sino también las interrelaciones de los distintos procesos en el interior de un mismo país” (TROTSKY, 2001, p. 129).

Neste aspecto, o desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos produzirá, segundo Florestan (1975, p. 20), três fatores fundamentais para a manutenção dessa realidade: a concentração de renda, a “coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas de diferentes ‘épocas históricas’” e a “exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente”.

Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo da dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e desenvolvimento de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, com um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (essa exclusão variava, em 1964, de um quarto até a metade ou três quartos da população, conforme os países). O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna (FERNANDES, 1975, p. 20).

Apesar das transformações ocorridas na estrutura produtiva da economia brasileira, não houve absorção suficiente do progresso tecnológico e nem dos impulsos modernizadores

criados nos países de capitalismo central. O processo de modernização existiu na economia capitalista brasileira, mas não nos mesmos moldes de países desenvolvidos porque o desenvolvimento experimentado por países de economia periférica não é capaz de superar a dependência e nem de se aproximar do padrão de acumulação de uma economia capitalista moderna e autônoma.

De acordo com a lei de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, entre os países subdesenvolvidos, tem-se de um lado um salto tecnológico e de um outro a manutenção de estruturas advindas do período colonial. Ao mesmo tempo em que há desenvolvimento e crescimento da indústria, com a chegada do novo, em regiões do Brasil, a exemplo de São Paulo – que se transforma no grande polo industrial –, há também zonas em que as relações de produção não se desenvolvem. E, como consequência, gera-se concentração de renda, continuação e intensificação da exploração da força de trabalho, ampliação das desigualdades sociais e coexistência de diferentes épocas históricas dentro do mesmo país, da mesma região ou até da mesma localidade. O grande exemplo é a cidade de São Paulo, que, apesar de ser o estado mais rico<sup>21</sup>, concomitantemente, tem um dos maiores bolsões de pobreza do país. A capital paulista tem o maior número de favelas do Brasil e reúne 391 mil domicílios em espaços precários, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Estima-se que mais de dois milhões de pessoas morem nesse espaço, o equivalente a 11% da população da cidade<sup>22</sup>.

Por isso, é importante destacar que as desigualdades são faces do capitalismo em qualquer de suas expressões, seja nos países centrais, seja nos periféricos, sendo assim, a existência de profundas desigualdades não caracteriza um modelo particular de dominação capitalista. O que diferencia são os graus de incorporação de valores e meios de produção modernos, coexistindo com valores e formas de vida tradicionais e modos de sistemas de trabalho e produção pré-capitalistas.

São Paulo não é o único exemplo. Da mesma forma que existem desigualdades sociais, de estrutura e de desenvolvimento nas zonas mais ricas do país, também existem as diferenças de desenvolvimento de uma região para a outra. Diferenças promovidas, principalmente, pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

É dessa coexistência de estruturas específicas de diferentes épocas históricas e as suas consequências, que se percebe um processo contínuo de retroalimentação do moderno e do arcaico. O desenvolvimento desigual e combinado e característico do capitalismo periférico,

---

<sup>21</sup> **São Paulo fechou o ano de 2019 com o dobro do PIB brasileiro.** Disponível em: <<https://istoe.com.br/sp-fecha-2019-com-o-dobro-do-pib-nacional-indica-seade/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

<sup>22</sup> **Mais de 2 milhões de paulistanos ainda moram em favelas.** Disponível em: <<https://32xsp.org.br/2018/11/14/mais-de-2-milhoes-de-paulistanos-ainda-moram-em-favelas/>>. Acesso em: 5 jan. 2019).

portanto, não é definido pela existência de regiões pobres e ricas, mas de desenvolvimentos desiguais nas regiões ricas e também pobres. Não há dois capitalismo, um atrasado e um moderno, mas um só. No Nordeste, assim como no Centro-Sul há várias temporalidades, há formas de vida e modos de organização econômica modernos. Isso quer dizer que no Nordeste também há formas de vida e produção modernos. A imagem da região apenas como atrasada, em comparação com um centro-sul moderno, não faz parte da realidade concreta, pois há o moderno no Nordeste também. A partir disso, constroem-se elementos para uma chave de leitura para entender o dilema nordestino.

Para tanto, as discussões teóricas se debruçam sobre o conceito de colonialismo interno. Pablo González Casanova (2007) aponta que a formulação foi feita de forma mais sistemática na América Latina através da sua vinculação à luta de classes e ao poder do Estado, que apareceu originalmente velada.

Em *A democracia em México* sustentei a tese de que no interior do país davam-se relações sociais de tipo colonial. “Rechaçando que o colonialismo somente deve contemplar a escala internacional”, afirmei que este também “se dá no interior de uma mesma nação, na medida em que há nela uma heterogeneidade étnica, em que se ligam determinadas etnias com os grupos e classes dominantes, e outras com os dominados” (González Casanova, 1965). Já em um artigo de 1963 havia analisado o conceito no nível interno e internacional que logo ampliei em 1969 em ensaios sobre Sociologia da exploração (González Casanova, 1987). Nestes trabalhos precisaram-se os vínculos entre classes, imperialismo, colonialismo e colonialismo interno. Também se ampliou o alcance do colonialismo interno e o relacionou com as diferenças regionais na exploração dos trabalhadores e com as transferências de excedente das regiões dominadas às dominantes (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 437).

Mas o colonialismo interno não é uma categoria exclusiva da América Latina, e, por isso, pode ser observado em outros continentes, uma vez que se refere à hegemonia dentro de um Estado-nação, evidenciando as contradições do desenvolvimento nacional que geram diferenciações regionais e de classe, inclusive, ao fracionar e hierarquizar os grupos dominantes. Gramsci (1987) já apontava como a questão meridional é também uma questão territorial porque a dominação de classe se expressava e se retroalimentava por meio da desigualdade regional entre o Norte e o *Mezzogiorno*. Os intelectuais e a burguesia rural meridional, no caso, o bloco agrário, tinham características diversas dos intelectuais e da burguesia do Norte. Ou seja, não é apenas uma questão de classe, mas de constituição do tipo de dominação histórica, política e econômica em cada uma das duas regiões, combinada com o pacto entre as classes dominantes de cada região, dado que essas não atuam de forma separada, mas conjuntamente para a manutenção do poder. E esse pacto entre as diferentes frações da classe dominante na Itália aprofundou a exploração do *Mezzogiorno*.

Apesar das características próprias, esse processo não ocorreu apenas na Itália. No Brasil, por exemplo, a constituição do tipo de dominação histórica, política e econômica no Centro-Sul e no Nordeste e o pacto entre as classes dominantes de cada região foram capazes de produzir uma região mais rica e industrializada. Isso fez com que a sua hegemonia se espraiasse em decorrência de outra mais pobre e pouco industrializada, tornando-a subalterna e revelando o colonialismo interno do país. Entretanto, mesmo com as diferenças de desenvolvimento dessas regiões, algo que se assemelha em ambas é a manutenção da estrutura moderna e arcaica que se retroalimentam, mesmo que em diferentes gradações.

É importante ressaltar que o colonialismo interno tem aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Ou seja, ele não fica apenas no âmbito da exploração econômica, mas interfere diretamente nos aspectos culturais de um país, de uma região etc. Por isso, tanto para se construir, como para manter a dominação é necessário criar mecanismos que fragilizem qualquer forma de reação. Não se trata apenas de uma construção geográfica ou histórica, mas também econômica, política, imagética e sociocultural.

Como explica Marta Campos (1986, p. 27), “o atraso econômico (e cultural) sofrido pelo Nordeste” em contrapartida à valorização do café e, conseqüentemente, à industrialização do Sudeste, durante os séculos XIX e XX, criou desequilíbrios regionais e fez com que o Nordeste se tornasse fornecedor de mão de obra e de capital para a economia da região que se tornaria a mais rica do país.

A partir de 1945, quando a política econômica adotada é a da associação com o capital externo, em detrimento de uma política econômica nacionalista, o processo de industrialização, diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, não se deu paulatinamente, dentro de uma transformação econômica mais global, porém trazendo consigo o agravamento de disparidades regionais e a formação de ilhas de riqueza, em meio aos bolsões de pobreza (CAMPOS, 1986, p. 27).

Desse modo, os desequilíbrios regionais interferiram diretamente no desenvolvimento e na autonomia da Região Nordeste, que passou a ser considerada um problema nacional em diferentes aspectos. Isso se evidencia na forma como se construiu o discurso cultural e imagético da região. Isto é, o Nordeste é percebido como um bloco homogêneo e indiferenciado, perdendo de vista a diversidade econômica, cultural e política da região, caracterizada por diferentes Nordestes, por diferentes grupos sociais e políticos.

Sendo assim, este trabalho se propõe a confrontar o ideário de região uniforme e também as explicações oferecidas pelo senso comum quando se abordam os problemas da região, a exemplo das secas que são vistas como um problema apenas climático, negando-se suas

determinações históricas, políticas e econômicas<sup>23</sup>, que constituem parte importante da questão agrária no Brasil. Portanto, o pano de fundo importante para a questão nordestina se refere ao problema comum e responsável por construir a subalternidade dessa região, que é o problema agrário. Pretende-se deixar claro que o problema agrário não atinge apenas o Nordeste. Essa é uma questão que faz parte da realidade brasileira, visto que o desenvolvimento capitalista no país ocorreu a partir da concentração de terras e na constituição do latifúndio, excluindo e expulsando multidões expressivas do campo. Como afirma Andre Gunder Frank, em 1950, a força de trabalho agrícola no Brasil era de aproximadamente 10 milhões de pessoas. Destas, “mais de 8 milhões, com seus 16 milhões de dependentes, tinham de viver do trabalho que lhes proporcionavam um milhão de latifundiários, dos quais 33.000 e seus familiares, cerca da metade do 1%, possuíam mais de 50% da terra” (FRANK, 2012, p. 70).

É importante destacar que o monopólio das terras não se limita apenas à questão territorial. A concentração do capital se estende ao processo de produção e distribuição, desde o cultivo, transporte, financiamento da produção e, obviamente, exportação. Essa concentração de terras no Brasil é um dos elementos fundamentais que marcam a revolução passiva.

Florestan Fernandes salienta a peculiaridade de ter uma revolução por uma via “‘não clássica’ para o capitalismo” (apud COUTINHO, 2000), feita pelas classes dominantes, com distanciamento das massas populares. Segundo Coutinho, baseando-se na obra de Florestan, essa é uma característica de uma sociedade de classes em um país de capitalismo dependente e subdesenvolvido.

Além dessa dependência ao colonialismo e ao imperialismo, Florestan menciona também, como fator explicativo da via “‘não clássica’ no Brasil, o caráter *tardio* de nosso desenvolvimento capitalista, que se processaria num momento histórico no qual, já tendo o socialismo ingressado na agenda política mundial, ocorreria uma batalha de vida ou morte, entre ele e o imperialismo (RBB, p 352). Ora, segundo Florestan, isso faz com que a burguesia brasileira prefira se aliar às velhas classes dominantes e aos segmentos militares em vez de tentar um compromisso permanente com as classes subalternas, compromisso que, se realizado, implicaria uma ampliação dos direitos de cidadania entre nós (COUTINHO, 2000).

Ao retomar Florestan Fernandes para discutir a revolução burguesa brasileira, enquanto revolução passiva, Carlos Nelson Coutinho (2000) traz elementos que vão além do caráter dependente e tardio do desenvolvimento capitalista brasileiro para explicar o fenômeno. Para Coutinho (2000), o ensaio de Florestan sobre a revolução burguesa brasileira ganharia mais consistência caso ele “‘incorporasse também as determinações provenientes do modo de

---

<sup>23</sup> Trataremos dessa questão de forma pormenorizada mais à frente.

resolução (ou de não resolução) da nossa ‘questão agrária’, tão bem conceituada na obra de Caio Prado”. Como já mencionado, a questão agrária é um problema nacional, mas neste trabalho o foco será no desenvolvimento das forças agrárias da região nordestina. Por isso, faz-se necessário explicar como se deu esse processo, passando também pelos desdobramentos da ocupação do território.

## **2.2. Do litoral ao sertão**

Antes da formação de um Estado nacional, a parte que hoje é o Nordeste já foi a região mais rica do Brasil, ainda nos tempos da colonização, quando a economia açucareira era forte, chegando a resistir a quase três quartos de século como a principal atividade econômica do Brasil. Apenas na segunda metade do século XVII, quando o mercado nordestino começou a ter a concorrência das Antilhas, a crise se iniciou.

A primeira grande empresa colonial agrícola europeia se constituiu a partir do comércio de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Os portugueses começaram a produção em ilhas do Atlântico, mas foi na colonização do Brasil que a produção do açúcar atingiu o seu auge por três quartos de século.

Como explica Celso Furtado (2005, p. 16), a experiência que os portugueses tiveram nas ilhas do Atlântico foi possivelmente no campo comercial, mas “o açúcar português inicialmente entrou nos canais tradicionais controlados pelos comerciantes das cidades italianas”. Mas esses canais dominados pelos italianos eram os que regulavam a entrada de açúcar na Europa. Devido a isso, a partir do século XVI, a produção portuguesa de açúcar aumenta. Ela também passa a ser uma empresa em comum com os flamengos, particularmente os holandeses, que refinavam o produto e faziam a distribuição no velho continente (cf. FURTADO, 2005).

Os problemas que existiam nos primeiros anos da colonização para a produção do açúcar – como a técnica de produção, a criação de mercado, o financiamento e a mão-de-obra – acabaram sendo solucionados por essa parceria com os holandeses.

A contribuição dos flamengos – particularmente dos holandeses para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI – constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil. Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar. Se se têm em conta, por um lado, as grandes dificuldades encontradas inicialmente para colocar a pequena produção da Madeira e, por outro a estupenda expansão subsequente do mercado, que absorveu com preços firmes a grande produção

brasileira, torna-se evidente a importância da etapa comercial para o êxito de toda a empresa açucareira (FURTADO, 2005, p. 17-18).

Segundo Furtado (2005, p. 19), foi o “êxito da grande empresa agrícola do século XVI – única na época” que manteve a presença dos portugueses na grande extensão das terras americanas, embora o interesse dos portugueses fosse ouro, assim como era o da Espanha, que conseguiu mais sucesso na parte da América que lhe cabia. Mas, no século XVII, o quadro político-econômico de Portugal mudaria e afetaria diretamente a empresa agrícola. Isso porque Portugal passou a ser controlado pela Espanha, que nesse período estava em guerra contra a Holanda. O que se tornou um grande problema, visto que “os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar. Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável” (Ibidem, p. 22-23).

Ninguém pretendia renunciar ao negócio e as consequências foram gravíssimas para Portugal. Isso porque, durante o período de produção da atividade açucareira no Brasil, “os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira” e depois começam a usar este conhecimento “para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe” (FURTADO, 2005, p. 24). A concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas pelos holandeses fez com que o preço do açúcar brasileiro fosse reduzido à metade.

Tudo indica que no longo período que se estende do último quartel do século XVII ao começo do século XIX, a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofamento, no sentido de que a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente. É interessante observar, entretanto, que esse atrofamento constituiu o processo mesmo de formação que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje (FURTADO, 2005, p. 70).

O atrofamento da economia açucareira responsável pela redução de renda por causa da baixa dos preços de exportação afetou a oferta de alimentos. Segundo Furtado (2005), um dos fatores para a diminuição da oferta de alimentos foi o desvio de terras que antes produziam mantimentos, para a produção de artigos exportáveis. O objetivo das elites era o de recuperar o valor das exportações. Com a crise, a redução da produção do açúcar também fez com que a população livre da região fosse atraída “pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior” (FURTADO, 2005, p. 70).

As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população - quando existe abundância de terras - são sabidamente grandes, pois a oferta de alimentos é, nesse tipo de economia, muito elástica a curto prazo. Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência. [...] Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, assim, a população pode continuar crescendo normalmente durante um longo período de decadência das exportações. No Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na região pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer – e possivelmente haja intensificado o seu crescimento – em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira a que fizemos referência (FURTADO, 2005, p. 71).

As contradições do desenvolvimento da economia nordestina ficam mais claras quando Furtado (2005) aponta para o fato de que a expansão da economia da região nesse período representou um processo de involução econômica. Assim “o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia” (FURTADO, 2005, p. 71). A expansão basicamente acontecia no setor de subsistência, no qual havia uma crescente população, que era superexplorada. Desse modo, o sistema econômico da região se transformou gradualmente “numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir” (Ibidem).

O resultado desse processo foi o retrocesso nas formas de divisão do trabalho e especialização, suscitando atraso nas técnicas mais básicas de produção, até mesmo as artesanais. Para Furtado (2005, p. 71), o desenvolvimento da economia nordestina, a formação de sua população e a precária economia de subsistência constituíram elementos básicos para o problema da economia brasileira em épocas posteriores, por estarem “ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos”.

Nas primeiras décadas do século XVIII, a economia brasileira voltou a se desenvolver com o mercado centrado na extração de ouro. Desde que começou a crise do açúcar, tanto a colônia como a metrópole se encontravam em situação de pobreza. Assim, a população emigrou em massa para a região central do país em busca do “eldorado”, inclusive, “do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão de obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil” (Idem, p. 77).

Foi no fim do século XIX e início do XX que o café começou a surgir como a nova fonte de riqueza do país. O café se firmava como a principal mercadoria de exportação nacional, tanto que foi o único produto que manteve o crescimento da sua venda enquanto os outros produtos ou estavam em queda ou então precisavam se adequar para não perder as suas taxas. Ainda nesse período, como consequência do avanço da indústria têxtil na economia inglesa, houve o surgimento da demanda mundial por algodão, o que ocasionou no crescimento da economia algodoeiro-pecuária no Nordeste.

Para entender o surgimento desse tipo de economia, é preciso adentrar o Brasil, ou seja, compreender como foi o povoamento do interior da antiga colônia. É importante destacar que, até meados do século XVIII, cerca de 60% da população colonial, aproximadamente 2 milhões de habitantes, estavam concentrados na faixa litorânea. Segundo Caio Prado Jr. (1961, p. 33), sobrava “para todo o resto do território, noventa ou mais por cento da área, menos da metade do total” de habitantes. “Este desequilíbrio entre o litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola”.

Localizado aí de início, o povoamento só começa a penetrar o interior, propriamente, no segundo século. O nosso cronista de princípios dos seiscentos, Frei Vicente do Salvador, acusa então ainda os colonos de se contentarem em "andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos". Mesmo no segundo século, a penetração é tímida. Excluo as bandeiras, está visto, que andaram por toda parte, mas que exploram apenas e não fixam povoadores. De ocupação efetiva do interior, à parte o caso excepcional de São Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, encontramos apenas a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica. A dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do séc. XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do séc. XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento (PRADO JR, 1961, p. 33).

Com a derrocada da agricultura litorânea no Nordeste, começa um movimento de migração para o interior do país. Existe um momento de abandono de terras e engenhos arruinados para se direcionar a corrida do ouro nas minas. Depois com a curta duração da extração do ouro, ocorre mais um período de correntes de povoamento, e o caso se inverte porque a agricultura se recupera e renasce no litoral. Segundo Prado Jr. (1961), existem três grandes núcleos de povoamento: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, mas isso não significa que não existissem populações em todas as partes do litoral e também no interior. Os fatores que levam ao povoamento no interior são “a mineração e a dispersão das fazendas de gado”. Destaca-se que o caso da Amazônia tem circunstâncias próprias que fogem ao escopo deste trabalho analisar.

Voltando para o povoamento do interior, Prado Jr. (1961, p. 49-50) afirma que existem diferenças entre a mineração e o avanço dos rebanhos. Enquanto a primeira “impõe o homem num arranco brusco, do litoral para o coração do continente”, a segunda é “por contiguidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contacto íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro irradiador”.

...os núcleos mineradores vão surgir muito longe dos pontos de partida das correntes migratórias, e no espaço intermediário permanecerá o deserto que só raras vias de comunicação atravessam. Estas articulações das minas com o litoral, donde lhes vem a vida e para onde se encaminha sua produção, às vezes nem ao menos respeitam o traçado dos roteiros e primeiras vias utilizadas para alcançá-las. Assim os núcleos que se formam em torno das explorações do centro de Minas Gerais, que são cronologicamente as primeiras e ficarão sendo definitivamente as principais, aqueles núcleos se destacam da origem donde tinham partido os descobridores e as primeiras levas de povoadores, e que é São Paulo; destacam-se também do segundo centro de irradiação do povoamento que as ocupou, a Bahia; e vão convergir para o Rio de Janeiro, cujas comunicações com as minas só se estabelecem nos primeiros anos do séc. XVIII, quando elas já estavam bastante povoadas. As vias paulistas e baianas, apesar da prioridade, serão relegadas a um plano secundário (PRADO JR., 1961, p. 50).

A este trabalho interessa mais especificamente a penetração levada pelas fazendas de gado, que, segundo Caio Prado Jr., começa pela Bahia – espraiando-se para o interior até alcançar o rio São Francisco – e depois subir por suas margens – tanto direita, como esquerda –, povoando todo o curso médio do rio até chegar onde hoje é o Piauí. É importante frisar que o povoamento do interior iniciado pela mineração, que depois continuará com as fazendas de gado, também segue para o Sul a partir da Bahia, cortando todo o interior e chegando até o Rio Grande do Sul. Por isso,

à pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, e calculado em área efetivamente colonizada, ela ultrapassa a mineração. Vimos também que as fazendas de gado se alastram sempre por contiguidade, a partir de um ponto que representa o seu centro de irradiação. É esta a forma característica pela qual o povoamento que as acompanha se vai estendendo pelo interior. Aqueles centros de irradiação correspondem sempre a um núcleo agrícola, às vezes minerador. Cada vez que se formou um destes núcleos, liga-se a ele imediatamente uma zona de criação destinada a abastecê-lo de gado e carne. Os principais e mais antigos daqueles núcleos agrícolas, que são os do litoral do Nordeste açucareiro, desde Pernambuco até a Bahia, determinam também as maiores e mais notáveis zonas criatórias; seguem-nas, mais para o sul, as regiões pastoris de Minas Gerais, tributárias dos centros mineradores desta capitania; finalmente, no Extremo-Sul, do Paraná ao Rio Grande, estabelece-se uma última grande zona de criação destinada a abastecer os centros agrícolas do litoral-sul da colônia, em particular o mais importante deles que é o Rio de Janeiro. Outros menores e de importância mais local podem ser lembrados: assim, no passado, os Campos dos Goitacases, que antes de se tornarem agrícolas, como lembrei acima, serviam para fornecer gado ao Rio de Janeiro; e, no Extremo-Norte, a ilha de Joanes (Marajó), que abastece o Pará (PRADO JR., 1961, p. 55).

Ao tratar mais especificamente do povoamento do interior do Nordeste, Prado Jr. (1961) destaca que, apesar das condições dos sertões nordestinos não serem as mais favoráveis (tanto que depois serão superados pela produção do Rio Grande do Sul, principalmente a charque), existe um favorecimento graças à proximidade de bons mercados. Assim, “na falta ainda de concorrentes, o sertão do Nordeste se manteve economicamente e progrediu. A colonização e o povoamento se espalharam por ele todo” (Idem, p. 56).

A ocupação do sertão nordestino neste período no início do século XVIII, contudo, ainda é irregular e se concentra nas fazendas de gado. As aglomerações urbanas ainda são insignificantes e distanciadas umas das outras. A razão para isso é a questão da água, que tem um papel relevante dentro deste contexto. Como explica Prado Jr. (1961), as populações se concentram às margens dos poucos rios perenes do sertão, entre eles o São Francisco, os rios do Piauí e do alto Maranhão.

As cacimbas, poços d’água, congregam quase todo o resto do povoamento. Assim, onde o lençol subterrâneo é mais permanente e resistente às secas, bem como acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população sertaneja, o povoamento se adensa. "Olho d’água" é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do sertão: a atração do líquido é evidente (PRADO JR., 1961, p. 58).

Ao buscar definir o termo “sertão”, Mylene Teixeira (2016, p. 779) encontra em diversos autores sentidos diversos, embora interligados: “O termo é considerado por intelectuais brasileiros como categoria histórico-social, que faz parte do pensamento social brasileiro (Amado, 1995; Candido, 1964; Freyre, 1977, dentre outros)”, também é visto como “sinônimo de interior”. Além de ser também “uma referência institucionalizada de um território, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como subárea nordestina, árida e pobre, situada ao oeste do Agreste e da Zona da Mata” (TEIXEIRA, 2016, p. 779).

Em se tratando de povoamento, Teixeira relembra que a ocupação deste território foi fomentada “através da doação de terras de Sesmarias, que deveriam ser ocupadas dentro de um prazo de cinco anos”, mas, “a partir de 1699, as legislações dessas ocupações passam a ser mais rigorosas sobre o prazo de aproveitamento da terra”. As terras estavam sendo ocupadas sem regulamentação, então, instituiu-se que as terras deveriam ser “ocupadas e usadas para produção econômica dentro do prazo de cinco anos”, caso contrário, seriam consideradas terras devolutas (TEIXEIRA, 2016, p. 779).

Teixeira (2016) ainda exemplifica dois fatores que incentivaram a ocupação do território. O primeiro tem a ver com a delimitação que era realizada a partir de limites naturais,

isso significa que os donatários ou posseiros poderiam estender a sua propriedade. O outro fator foi o comércio, que fomentava a circulação de grupos de viajantes do litoral ao interior e vice-versa, assim como através do rio São Francisco e Moxotó.

Maria do Socorro Ferraz menciona mesmo um exemplo conhecido na região, do proprietário Garcia d'Ávila, que conseguiu construir um império fundiário para criação de gado, graças à posse de terras contíguas à sua propriedade. [...] Assim, o sertão foi sendo ocupado também através de expedições exploradoras que no decorrer de sua marcha e, sobretudo quando se instalavam e desbravavam suas terras, impunham uma verdadeira guerra contra os nativos que ali viviam. A autora segue apontando que a tolerância entre os grupos sociais nesta região era associada a uma aliança que facilitava e concordava com o extermínio indígena, ou, na melhor das hipóteses, os afastava de suas terras férteis (ver Ferraz, 2006). Interessante seria salientar aqui, que, ao exterminar a população nativa, os novos habitantes não assimilaram os conhecimentos seculares sobre o meio ambiente que estavam ocupando, expertise que os autóctones certamente dominavam (TEIXEIRA, 2016, p. 780).

As expedições exploradoras adentraram os sertões, impuseram uma guerra aos nativos que terminou em extermínio ou fuga de povos que conheciam aquele habitat e sabiam viver de acordo com as condições geográficas e climáticas daquele ambiente semiárido. Entretanto, em comparação à população nativa, os novos habitantes não assimilaram os conhecimentos que permitiram uma vivência de acordo com ambiente. Somado a este problema de ocupação de uma região semiárida, principalmente, por uma população advinda do litoral nordestino, de terras férteis e de chuvas constantes, o grande contingente populacional migratório acarretaria futuramente na morte de milhares de pessoas, devido a problemas causados pelas chamadas grandes secas.

De acordo com José Nilson Campos (2014, p. 68), o primeiro registro de seca na história do Brasil é do padre jesuíta Fernão Cardim, que viajou pela costa brasileira de Pernambuco ao Rio de Janeiro, de 1583 a 1590 e relatou que nesse período “desceram dos sertões para o litoral de quatro a cinco mil índios apertados pela fome”. Em 1603, houve uma “primeira tentativa de adentrar os sertões do Ceará” com uma expedição liderada por Pero Coelho. Entretanto, a empreitada terminou tragicamente dois anos depois com a morte da mulher, dos filhos e de muitos soldados de Coelho (cf. CAMPOS, 2014, p. 68). Por causa das mortes, a ocupação dos sertões foi retardada. “Ainda na primeira metade do século XVIII, há um documento oficial que relata um período de secas de 1723 a 1729” (Ibidem), porém, são relatos de estiagens na região do plantio de cana de açúcar que estavam matando os escravizados e, portanto, prejudicando o lucro dos produtores daquela região.

Havia períodos de estiagem na região litorânea, assim como nos sertões, mas ainda sem registros de grandes impactos sociais e econômicos. É somente com a ocupação em maior escala dos sertões que se tem conhecimento desses impactos, como é o caso da seca que se inicia em 1777 e continua até 1778, “conhecida como a seca dos três setes, estima-se que foram dizimados sete oitavos do rebanho do Estado do Ceará” (Ibidem).

Outras secas aconteceram na fase do Brasil Império. A última registrada antes da tragédia de 1877 se deu em 1845. Passaram-se 32 anos de bons invernos nos quais houve crescimento dos rebanhos e das populações não acompanhados pelo fortalecimento de infraestruturas de açudagem e de estradas. Criou-se uma população altamente vulnerável que assim se desenvolveu por desconhecimento da geografia física e das variabilidades do clima regional (CAMPOS, 2014, p. 69).

Apesar das preocupações em buscar conhecimento sobre o fenômeno das secas a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), as pesquisas ainda eram insuficientes. O IHGB foi criado em 1838 e se tornou o centro polarizador dos debates sobre os problemas brasileiros. Em 1849, o instituto, que reunia a elite intelectual e o mais alto poder político do país, enviou as primeiras expedições para pesquisar os sertões e estudar o fenômeno das secas. Entretanto, as conclusões iniciais de diferentes autores eram divergentes. Sem chegar a um consenso, foi difícil encontrar uma política para ser aplicada (CAMPOS, 2014).

Desde a chegada dos colonizadores em território brasileiro, tem-se registros esparsos de estiagem no Nordeste, seja no litoral ou no interior. Contudo, é apenas com a primeira grande seca, de 1877 a 1879, com impactos de tragédia nacional, que o governo central toma um posicionamento efetivo de combate ao problema. A primeira grande seca “atingiu todo o Nordeste, especialmente o estado do Ceará, e causou a morte de pelo menos 500 mil pessoas. Nesse período, 120 mil nordestinos fugiram para a Amazônia e 68 mil partiram para outros estados brasileiros” (MATIAS; ALMEIDA, 2015, p. 78). É partir desse momento que se dá início à narrativa de que seria necessário acabar com a seca. O então Imperador do Brasil, D. Pedro II, chegou a visitar o Nordeste e prometer vender até a última joia da Coroa para resolver o problema da estiagem. Nada foi feito e o fenômeno voltaria a ocorrer mais vezes ao longo do século XX.

Em 1915, a nova ocorrência do fenômeno causou uma forte migração para as grandes cidades. O governador cearense, Benjamin Liberato Barroso, construiu campos de concentração, “onde retirantes eram aprisionados e vigiados 24 horas por dia por soldados do exército para impedir que ficassem transitando desordenadamente pela cidade de Fortaleza, onde havia uma classe burguesa em ascensão descontente com tal invasão” (MATIAS;

ALMEIDA, 2015, p. 78). No dossiê *Nordeste Seco* (1999), da revista *Estudos Avançados*, da Universidade de São Paulo (USP), um dos artigos tratava da contribuição do francês Jean Dresch. Ele participou de uma excursão aos sertões semiáridos por causa do Congresso Internacional de Geografia, ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 1956, no qual constatou que essa é a região semiárida mais povoada do mundo, o que para o francês acarreta problemas e dramas para os habitantes desse território.

Portanto, é importante desmistificar a ideia de terra arrasada que surge quando se abordam questões voltadas para o Nordeste. Mas isso não sugere uma negação da realidade concreta que existe na região. As secas são um fenômeno que sempre existiram, mas só passaram a ser um problema de calamidade pública por causa de fatores como a ocupação desordenada, sem o devido conhecimento daquele território e a concentração de terras e constituição de latifúndios.

Inclusive porque a intervenção do Estado no Nordeste basicamente serviu para cimentar as diferenças de classe na região. Órgãos estatais como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs)<sup>24</sup> tiveram seus recursos investidos basicamente dentro dos latifúndios, beneficiando os grandes fazendeiros (Cf. OLIVEIRA, 1981). O que Antônio Callado depois chamaria de Indústria da Seca<sup>25</sup>, ao afirmar que o problema não é exatamente a falta d'água no Nordeste, mas como e onde o recurso era usado. Ele também denunciaria que muitos estavam enriquecendo na região graças à seca.

### 2.3. O problema agrário

Um dos pilares para a compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil passa diretamente pelo trabalho escravo, largamente estudado na História, Geografia, Ciência Política, Antropologia, Sociologia e nas Ciências Sociais como um todo. Mas, como afirma Guillermo Palacios (2009, p. 148), “a preocupação com a história dos pobres livres, e especialmente com a dos cultivadores não escravistas, isto é, os segmentos camponeses da sociedade colonial”, ainda está bastante ausente em “obras que integram o corpo principal da historiografia brasileira, aí incluídos os trabalhos de pesquisadores estrangeiros”.

---

<sup>24</sup> Órgão criado em 1909, sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Depois em 1919, recebeu ainda o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), até que, em 1945, passa a chamar-se DNOCS.

<sup>25</sup> Cf. CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

A afirmação não se trata da falta de estudos sobre os camponeses, mas da escassez de estudos que abordam a importância do trabalho livre no Brasil Colônia para se compreender o desenvolvimento das forças produtivas no país, principalmente, no Nordeste, onde esse tipo de trabalho é fundamental para a concentração de terras nas mãos das novas elites agrárias, cujas atividades eram voltadas para o algodão e a pecuária.

Seguindo sem dúvida a trilha aberta por Caio Prado Júnior no seu excelente Formação do Brasil Contemporâneo, de 1942, em que, pela primeira vez, os pobres livres do campo e dos núcleos urbanos são mencionados no conjunto do processo histórico colonial embora como um amontoado amorfo de indivíduos desclassificados, verdadeira “ralé” parasitária a qual não interessa estudar; a maior parte dos autores que se ocupam dos séculos XVIII e XIX dedica aos pobres livres apenas breves comentários – se tanto –, via de regra destinados a matizar a marginalidade e a minimizar o peso e a relevância dessas extensas camadas da população na formação dos processos centrais da colônia-nação, sobretudo quando comparadas com “as forças transformadoras da história”, nas palavras de um conhecido sociólogo paulista (PALACIOS, 2009, p. 149).

Ao estudar as comunidades de cultivadores pobres livres da capitania de Pernambuco, o chamado Nordeste oriental, que abarcava o que é hoje Alagoas, Pernambuco, Paraíba, parte do Rio Grande do Norte e também um pouco da capitania do Ceará, Palacios (2009) analisa a situação desses grupos de 1700 a 1875, dividindo em quatro períodos para entender quais desdobramentos relacionados às particularidades regionais culminaram no processo global de formação do capitalismo no Brasil.

No primeiro período que vai de 1700 a 1760, o autor destaca a formação dos primeiros grupos de camponeses “através de um processo de conversão de homens e mulheres pobres em plantadores de culturas de subsistência e, crescentemente, conforme avançam em direção à metade do século, produtores de tabaco” (Idem, p. 150). Entre as causas para a expansão camponesa, está a crise do açúcar e, conseqüentemente, a crise do escravismo do Nordeste oriental. Isto conta da concorrência do açúcar das Antilhas juntamente com a indiferença da coroa portuguesa em apoiar os senhores de engenho, uma vez que eles tinham se rebelado no incidente conhecido como a “Guerra dos Mascates”, o que provocou um expressivo endividamento da grande maioria dos proprietários de escravos e de terras, obrigando-os a “vender a melhor parte dos seus plantéis de escravos e, em muitas ocasiões, abandonar suas terras, pressionados pelos homens de negócios do Porto do Recife” (Idem, p. 151).

O segundo período, de 1760 a 1810, tem-se o crescimento dos cultivadores pobres livres, tanto por conta do plantio de algodão como pelo cultivo e comercialização de mandioca para as *plantations* açucareiras, que voltam a concorrer no mercado internacional por volta de

1790. A grande questão aqui é como o Estado teve uma reação violenta a esse crescimento dos camponeses, uma vez que, com a recuperação do açúcar, havia uma tentativa de recuperação das unidades escravistas, portanto reação anticamponesa.

Tentou-se, primeiro, controlar as comunidades de cultivadores pobres livres e submetê-las a determinações que obedeciam aos interesses das *plantations* e do Estado colonial; depois, quando isso se mostrou claramente impossível, diante da decidida resistência camponesa, procedeu-se a expulsá-las das férteis áreas do litoral nordestino. Entre aproximadamente 1785 e 1799, milhares de famílias de cultivadores pobres livres que ao longo da crise dos engenhos escravistas, durante o século XVIII, tinham se estabelecido incontestemente em pequenas comunidades, nas terras costeiras de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e a parte oriental do litoral maranhense, foram hostilizadas, perseguidas e expulsas pelas Forças Armadas do Estado e pelas diversas instâncias locais da estrutura do poder colonial (PALACIOS, 2009, p. 156-157).

Nesse período, houve uma série de ações e instrumentos para defender os interesses da *plantation* de tal forma que esse processo irá moldar a forma futura de organização da produção no Nordeste. Isso porque os povos livres foram varridos e expulsos da área litorânea pelo Estado para atender as determinações do mercado mundial. Como explica Palacios (2009, p. 158), primeiro se proibiu que os pobres livres plantassem algodão, “proibição cuja ineficácia motivou que fosse rapidamente seguida de queimas de campos, erradicações ‘exemplares’ de alodoais, prisões sistemáticas de cultivadores insubordinados”. Nesse período, houve um êxodo dos grupos e famílias para os chamados agrestes, numa tentativa de resistir ao Estado, indo para longe das fronteiras da cana. Depois, a coroa se apropriou formalmente “de todas as terras de mata virgem localizadas entre o Sul da então comarca das Alagoas e os arredores da vila da Fortaleza, no Ceará, num movimento de *enclousure* (iniciado em 1799)”. Desse modo, o Estado passou a possuir “milhares de quilômetros quadrados das melhores terras ainda disponíveis e nas quais, ao longo dos últimos quarenta anos, tinham se estabelecido inumeráveis núcleos de cultivadores pobres livres, produtores de mandioca”. O terceiro instrumento foi o recrutamento militar nos distritos camponeses durante o período de 1782 e 1790. “Isto obrigou incontáveis famílias de cultivadores pobres, comunidades e povoações inteiras a fugir para longe do alcance do braço do Estado” (Idem, p. 158).

Esses aspectos dirigidos pelo Estado contra os camponeses mostram um processo violento e intermitente que terá como efeito o povoamento do interior por grandes grupos, além da concentração de terras no litoral. Além disso, é uma prova mais do que necessária de que os chamados êxodos dentro do território nacional aconteceram muito mais por imposição das

relações de produção do que pela falta de condições materiais de sobrevivência em determinadas regiões.

O terceiro período, de 1810 a 1848, foi marcado por um processo de diferenciação social graças ao movimento expropriatório das décadas anteriores, transformando os próprios camponeses em grupos diversificados dentro da própria região. Assim, tinha-se três correntes ou grupos principais. O grupo majoritário era formado por aqueles que, para fugir das políticas de Estado, preferiram migrar para o interior. Aqueles que “fugiram para o interior das matas alagoanas, para os brejos e agrestes pernambucanos e paraibanos, para os cariris cearenses, onde restabeleceram suas normas de vida social e econômica num crescente antagonismo para com o Estado” e passaram a promover um “movimento de resistência e salvaguarda de sua liberdade e autonomia” (PALACIOS, 2009, p. 161). O segundo grupo consistia naqueles que, ao não ter condições de resistir ao avanço do Estado, foi obrigado a permanecer na região do litoral e se adequar às determinações do sistema centrado nas *plantations*. A partir dessa situação, eles se converteram em produtores semidependentes e foram “instalados como ‘moradores’ no interior das *plantations*, dos engenhos e das fazendas escravistas” (Idem, p. 164). No futuro, com a superação do trabalho escravo, esses camponeses irão se converter de “morador” em “morador de condição”. Como será debatido mais à frente, é desse modo que as relações de trabalho no Nordeste vão se desenvolver a partir de práticas semicompulsórias. O terceiro grupo é considerado por Palacios o mais difícil de situar porque carrega menos aspectos voltados para tarefas produtivas e papéis econômicos e mais funções sociais e políticas, uma vez que formam grupos armados que irão dar força aos levantes durante o período 1817-1848 no Norte e no Nordeste do Brasil.

É importante destacar que, ao analisar a trajetória do movimento camponês no Nordeste, pode-se perceber que existe um mito de povo pacífico. A história do território nacional está imersa em rebeliões, guerrilhas, lutas, revoltas regionais, movimentos separatistas, conspirações republicanas e movimentos ditos como messiânicos, como foi o caso de Canudos.

O quarto período, de 1850 a 1875, tem como ponto marcante insurreições camponesas contra o Registro de Nascimentos e Óbitos<sup>26</sup> e a transformação do campesinato<sup>27</sup> em elemento central do novo sistema agrário, substituindo o escravismo.

Esse período corresponde ao grande pulo do Estado sobre os cultivadores pobres livres ainda autônomos, momento em que fica claramente estabelecido que o Estado nacional se constitui, na formação nordestina, sob as ruínas da liberdade camponesa, já que só a restrição dessa liberdade e o submetimento dos pobres livres do campo aos interesses funcionais da *plantation* permitirão a famigerada transição ao “trabalho livre”, a qual, por sua vez, fará possível a consolidação do Estado como Império liberal ou como República oligárquica. Culminando o processo de expropriação e pauperização iniciado ainda nas últimas décadas do século anterior, o Estado nacional passará, a partir de 1850, a institucionalizar a subordinação do campesinato nordestino (ao mesmo tempo em que buscará restringir igualmente a liberdade dos imigrantes europeus dirigidos aos cafezais paulistas e fluminenses) com a promulgação de um punhado de leis que, tomadas no conjunto, podem ser interpretadas como um grande movimento anticamponês, na medida em que essa série de instrumentos e mecanismos legais mutilava a autodeterminação dos cultivadores pobres livres e colocava no papel sua nova condição de classe subalterna fundamental no nascente sistema agrário que vinha substituir o escravismo (PALACIOS, 2009, p. 170).

A dominação por parte das elites é consolidada a partir da ampliação da concentração de terras, através da Lei de Terras de 1850, responsável por privatizar a terra e extinguir a posse, e depois com o Regulamento de Terras, de 1913. É importante destacar que, em meados do século XIX, por causa das transformações na economia mundial, muitos países começavam a mudar a sua política da terra para que essa fosse incorporada à economia comercial. Como explica José Luiz Cavalcante (2005, p. 1): “A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de gerar outros bens”. O que a economia mundial capitalista tentou e conseguiu foi atribuir à terra um caráter comercial e não um *status* social.

---

<sup>26</sup> Esta lei estabelecia a elaboração periódica e sistemática de levantamentos censitários modernos (a “Lei do Censo”), regulamentadas pelo Império em 18 de junho de 1851. Anteriormente, apenas havia o registro dos escravos quando chegavam ao Brasil, mas, com a Lei Eusebio de Queiroz, teve fim à importação legal de africanos cativos. Sem poder utilizar de forma ilimitada do trabalho escravo, o Estado brasileiro encontra nos despossuídos da terra, os camponeses, uma alternativa. Então, começa a contá-los e a registrá-los para submetê-los ao trabalho nas *plantations* e nas fazendas escravistas. Logo, espalha-se um boato entre as populações camponesas e outras povoações que a Lei do Registro de Nascimentos e Óbitos seria, na verdade, uma Lei do Cativo, o que acabou gerando ondas de pânico coletivo (WELCH, CLIFFORD ANDREW et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/ organização Clifford Andrew Welch [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009).

<sup>27</sup> Existe uma polêmica quanto ao uso do termo campesinato, uma vez que camponês, originalmente, era aquele que estava vinculado aos feudos. Inclusive, o modo de produção feudal no processo histórico brasileiro foi debatido com lançamento, em 1962, de Formação Histórica do Brasil, de Nelson Werneck Sodré, uma interpretação controversa e bastante criticada. Mas, atualmente, é basicamente um consenso entre os autores contemporâneos que o feudalismo não existiu no Brasil e que as relações de produção, desde o período colonial, já estavam inseridas no mercado capitalista internacional. Entretanto, não há uma unanimidade quanto ao uso do termo campesinato (ALIAGA, 2008). Como afirma Aliaga, existe um “debate que se acirra na década de 1980 acerca da questão agrária, cujo problema central refere-se ao desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo e a indagação acerca da permanência ou fim do campesinato”. (cf. ALIAGA, Luciana. A forma política do MST. Dissertação de mestrado. IFCH/Unicamp, 2008).

Portanto, a sanção da Lei 601, de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850, regulamentada ao longo dessa década, é considerada um marco por estabelecer a propriedade privada no país. A lei consistia num mecanismo para dificultar o acesso da terra por trabalhadores livres.

A distribuição de terras, desde que se iniciou a invasão dos europeus e a ocupação do território que hoje é o Brasil, ocorreu por meio do regime de sesmarias, que durou todo o período colonial. “As concessões de sesmarias eram feitas devendo os sesmeiros cumprir determinadas obrigações; entre elas a de comprometer-se a cultivar a terra” (CAVALCANTE, 2005, p. 2). O não cumprimento dos sesmeiros ao acordo fez com que surgissem os posseiros. Estes passaram a ocupar e cultivar terras improdutivas e geraram um problema porque, ao longo dos anos, os posseiros começaram a ser figurar como grandes fazendeiros, “fazendo assim com que muitos sesmeiros assumissem o papel de posseiros. Para a organização política do país, essa situação gerou um caos, pois se perdia o controle da distribuição de terra, fato que motivou inúmeros debates” (Idem, p. 2). Para a resolução do problema, novas regras foram adotadas como a suspensão do regime de sesmarias, entre outros, até chegar à Lei de Terras.

A Lei de Terras de 1850 teve seu diferencial em alguns aspectos em relação ao projeto apresentado em 1843, apesar de ainda apresentar dois de seus grandes problemas: a regularização territorial e a imigração. A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse. No período colonial, o termo “terra devoluta” era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a concedeu: a Coroa (CAVALCANTE, 2005, p. 4-5).

A questão das terras devolutas depois terá papel central no Regulamento de Terras, de 1913, quando o controle dessas terras passa do governo federal para os governadores provinciais, aumentando a influência das elites que se tornariam oligarquias agrárias.

Como já foi mencionado, o povoamento do interior do Nordeste se deu por causa da pecuária. Mas, além da pecuária, outra atividade produtiva que começa a se desenvolver comercialmente no século XVIII é o algodão. Os dois produtos irão se tornar as principais atividades econômicas do Nordeste ao longo desse século e também do século XIX. Sobre o cultivo do algodão, é preciso destacar que o seu plantio é datado dos primeiros anos da colonização, mas de forma ainda rudimentar, “servindo principalmente para a fabricação de panos grossos, destinados a vestir os escravos” (COSTA; BUENO, 2004, p. 16).

O desenvolvimento do algodão para comercialização começou primeiro no Maranhão, que logo se tornou o principal produto de exportação da capitania. Mas o algodão, enquanto produto, só passou a ser produzido em maior escala em meados do século XIX, e isso se deveu tanto à exploração do ouro quanto aos avanços tecnológicos na Inglaterra que começava a produzir tecidos em larga escala.

Com o início da administração do Marquês de Pombal, em 1750, o governo português decidiu estimular a produção de algodão no Brasil, para reduzir a dependência dos tecidos ingleses. Foram criadas, em 1753 e 1758, duas companhias de comércio, para cooperar no transporte do algodão brasileiro. Em 1760, o Maranhão exportou para a Europa 130 sacas de algodão; em 1830, o volume aumentara drasticamente, para 69 mil sacas. Rapidamente, a cultura se expandiu por todo o Nordeste. Portugal passou a se alinhar entre os grandes fornecedores de matéria-prima para as fábricas inglesas. Além do mais, na década de 1770 começaram a deteriorar-se as relações entre a Inglaterra e suas colônias, o que levaria à declaração da independência e ao confronto armado, que começou em 1776 e só terminou oficialmente com o tratado de paz de 1783. O governo português tirou grande proveito do conflito, suprindo as fábricas inglesas com o algodão que os Estados Unidos pararam de fornecer. (COSTA; BUENO, 2004, p. 16).

Mas essa relação de dependência externa faria o Brasil abandonar o seu próprio desenvolvimento em prol dos interesses do capital estrangeiro, isso porque, ainda na metade do século XVIII, as autoridades portuguesas tomariam medidas contra a multiplicação dos teares, principalmente em Minas Gerais. “Assim, em 1785, alvará assinado pela rainha Dona Maria I proibia a fabricação de tecidos no Brasil, exceto os grosseiros, usados em roupas de escravos, sacos e fardos” (COSTA; BUENO, 2004, p. 16-17). A Coroa mandou recolher todos os teares, enquanto isso, as exportações do algodão brasileiro continuaram crescendo.

Pouco depois da metade do século 19, o Brasil viveria um novo surto de prosperidade na exportação de algodão, em decorrência da Guerra Civil Americana (1861-65). Os números são eloquentes. Em 1861, a Inglaterra importou dos Estados Unidos 714.440 fardos de algodão e, do Brasil, 66.223 fardos; em 1862, os números foram, respectivamente, 40.417 e 118.765. Durante algum tempo, o Brasil ainda se aproveitaria da queda da produção americana. Mas, desde 1840, o café era o nosso mais importante produto agrícola de exportação. Deve-se ressaltar que, por volta de 1850, os Estados Unidos tinham a maior produção de algodão do mundo (COSTA; BUENO, 2004, p. 19).

As outras atividades econômicas seguiam assim: o café avançava pelo Vale do Paraíba e Oeste Paulista, a parte açucareira do Nordeste era excluída dos novos circuitos de produção ao ser deslocada “pela competição inter-imperialista, que centrava sua disputa agora na apropriação e controle da produção do açúcar no Caribe” (OLIVEIRA, 1981, p. 35). Assim, perdia as suas formas de realização pela via do comércio internacional.

Não é sem razão que tanto o controle político da Nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do "velho" Nordeste, quanto o controle político interno do "velho" e do "novo" Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, reiterado pela sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano (OLIVEIRA, 1981, p.35).

Como consequência da Revolução Industrial e, principalmente, do avanço da indústria têxtil na economia inglesa, houve um aumento da demanda mundial por algodão. Saía de cena o Nordeste açucareiro, que se concentrava no litoral dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, e entrava o Nordeste agrário não-açucareiro, que se convertia num imenso algodão, que ia do interior do Maranhão ao da Bahia. É neste momento que há uma redefinição nas atividades produtivas da região e assim acontece a transição dos barões do açúcar para os “coronéis do Sertão”. Emerge a nova economia na região e com ela uma estrutura fundiária típica do latifúndio.

O fundo de acumulação é dado pelas "culturas de subsistência" do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas (OLIVEIRA, 1981, p. 47).

É o Nordeste algodoeiro-pecuário e oligárquico que determinará a organização das relações econômicas e das forças produtivas da região, subordinadas a grandes trustes internacionais que controlam a circulação internacional da mercadoria. São três empresas, as chamadas “três irmãs”, *Sanbra*, *Clayton* e *Machine Cotton*, que vão controlar o valor mundial da mercadoria e sua produção e se aproveitar da estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio para desenvolverem seus lucros (OLIVEIRA, 1981, p. 48).

Essa estrutura funciona da seguinte forma: o fazendeiro cede a terra para a plantação e depois se apropria de parte do valor, “tanto sob a forma de sobreproduto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobre-trabalho, no ‘cambão’” (Idem, p. 48). Além disso, graças às três irmãs, os fazendeiros acabaram se convertendo em intermediários comerciais, por vezes intermediários financeiros, e assim financiavam as entressafras em operações em que os preços já eram fixados, ou seja, um valor exato que eles pagariam ao meeiro. Entretanto, se houvesse uma variação no mercado do preço do algodão para cima, esse valor não se alteraria, caso fosse o contrário, o preço caísse, o fazendeiro descontaria do meeiro a diferença.

Para piorar a situação dos trabalhadores do campo, os fazendeiros também financiavam as poucas mercadorias que circulavam pela região, como sal, querosene, roupas e calçados, e descontavam na colheita, cobrando preços exorbitantes e aprofundando assim a miséria dos trabalhadores ao mesmo tempo em que esses mesmos fazendeiros aprimoravam seus ganhos.

Enquanto o Nordeste algodoeiro-pecuário se mantinha nessa reprodução pré-capitalista da economia, a parte açucareira reprimia seus impulsos de industrialização. Houve uma tentativa de conversão dos "engenhos" de açúcar em usinas no fim do século XIX para o início do século XX, mas, devido à implantação da indústria têxtil foi abortada. Isso fez retroagir o movimento da reprodução do capital e das relações de produção no "Nordeste açucareiro", uma vez que essa parte da economia da região basicamente adotou uma "condição de sobrevivência", que era própria da estrutura do "Nordeste algodoeiro-pecuário".

O Nordeste algodoeiro-pecuário e o Nordeste açucareiro recriavam "formas de defesas anticíclicas não-capitalistas, ou seja, não ocorria o desemprego nas crises da economia açucareira: ocorria apenas a volta de parte da população trabalhadora às 'economias de subsistência'" (Idem, p. 64). O Nordeste desenvolveu formas de trabalho "semicompulsórias", como o cambão, ou mesmo "mercados 'cativos' de trabalho nas usinas, formas de apropriação e expansão do trabalho não-pago caracterizadas pelo 'barracão', em que o trabalhador passou a ser pago em espécie" (OLIVEIRA, 1981, p. 64). Quando os fazendeiros recriavam um sistema de quase subsistência para os trabalhadores do campo, em que o próprio consumo era restrito a poucas mercadorias, distribuídas pelo fazendeiro, muitas vezes *in natura* para ser feito pelo próprio trabalhador ou sua família, o dinheiro não se tornava capital-dinheiro para os trabalhadores, apenas para os capitalistas. Ou seja, não havia circulação de dinheiro, nem desenvolvimento de outras atividades que não fossem controladas pelos oligarcas e, assim, o trabalho nos moldes capitalistas não se desenvolvia.

Em contraponto, as elites do Centro-Sul começavam a construir a sua hegemonia, uma vez que a produtividade do trabalho estava em crescimento desde 1870 e, principalmente pós-1930, gerando, assim, uma reposição do capital constante, o que fez avançar a produtividade do trabalho. Simultaneamente, tem-se o barateamento das mercadorias de consumo das classes trabalhadoras.

É neste sentido que é permissível dizer que, entre "regiões", uma produtividade do trabalho mais alta numa delas converte-se numa espécie de novo equivalente geral, o qual, por suas determinações quantitativas, antecipa no capital-dinheiro pressuposto os resultados no produto, ou seja, a taxa de mais-valia e a taxa de lucros. Essas diferenças fazem parte do que aqui se está chamando "especificidades" regionais, ou "regiões": enquanto ocorre no Centro-Sul esse desdobramento e aprofundamento da

força-de-trabalho como mercadoria, no Nordeste açucareiro-têxtil essa nova circularidade vê-se embotada pelo fato de que a forma do capital ali predominante acha-se empatada pelas formas não-capitalistas de reprodução da própria força-de-trabalho (OLIVEIRA, 1981, p. 65).

A não expansão das relações de produção no Nordeste não acarretou apenas na consolidação de oligarquias de caráter fortemente antidemocrático, mas também causou cisões no interior da luta das classes subalternas. Por exemplo, havia uma fragmentação na luta por direitos e interesses dos trabalhadores da região açucareira. Enquanto os operários da produção de açúcar reivindicavam salários, o semiproletariado da produção de cana lutava por terras. Ficava cada vez mais clara a impossibilidade para os trabalhadores da região conseguirem coesão interna e se organizar em sindicatos, por exemplo.

Como lembra bem Florestan Fernandes (2008), essa situação histórica impõe severos obstáculos para que o trabalhador rural desenvolva consciência de classe e efetive uma atuação revolucionária, reduzindo esse grupo à “extrema miséria” e a total “impotência”, “bloqueando o caminho da rebelião, só lhe resta a negação de si próprio” e a migração para as outras regiões passa a ser a única alternativa possível para alcançar, entre outras coisas, assalariamento e classificação dentro do mundo urbano. Sair de uma condição de miséria quase absoluta para a proletarização passa a ser visto como uma ascensão social e um privilégio para os nordestinos mais pobres. Francisco de Oliveira (1981) destaca como o desenvolvimento industrial do Sudeste começa a definir a divisão regional do trabalho na economia do país. Para o autor, é a partir de São Paulo que se começa “a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes, determinadas, sobretudo pelas suas relações com o exterior” (OLIVEIRA, 1981, p. 74).

Não é apenas o desenvolvimento das relações econômicas que passa a ser definido de forma desigual entre as regiões, mas as relações sociais, políticas e culturais. Isso não significa que não existam relações desiguais dentro das regiões mais ricas. Como já foi abordado, na cidade de São Paulo, polo industrial do país, existiam e ainda existem bolsões de miséria. Deve-se observar, contudo, que o elemento fundamental a se salientar é que a economia nordestina em seu conjunto permanece como o principal baluarte das oligarquias agrárias, do latifúndio e da pobreza da maior parte da população, sem encontrar as condições mínimas para industrialização e desenvolvimento capitalista.

Uma das principais diferenças regionais, possivelmente, é que no Sudeste houve uma organização social e política que gerou desenvolvimento para a região no campo dos serviços públicos, da educação, da saúde, da formação profissional, da organização bancária etc., através

do Estado, que não ocorreu da mesma forma no Nordeste. O Nordeste se constituiu como uma região que mantém uma relação interna de subalternidade ao se consolidar como econômica, social, política e culturalmente subordinada a outra região. Desse modo, é preciso discorrer sobre o desenvolvimento das relações internas e externas que consolidam o Nordeste como região economicamente subalterna.

Nesse aspecto, também se mostra importante discutir as questões políticas intrínsecas à formação do Estado brasileiro e as ações de certos grupos políticos para sustentação de privilégios através do aparelho governamental, portanto, a atuação da sociedade política, encarregada da administração direta e do exercício legal da coerção para apropriação do Estado pela classe dominante, assim como para a manutenção de grupos subalternos em sua subalternidade.

#### **2.4. Sociedade política, relações de classe e dominação**

Por causa do declínio da produção açucareira, o Nordeste começa a perder gradativamente a sua força no fim do século XIX e início do século XX. Dulce Chaves Pandolfi (1980, p. 341) ressalta que, após ter participado como uma “das principais forças políticas em todo o período anterior à Primeira República<sup>28</sup>, os produtores de açúcar do Norte-Nordeste<sup>29</sup> são paulatinamente substituídos no cenário nacional pelos cafeicultores paulistas e mineiros” no campo econômico, o que repercute também em outros espaços de disputa. Na esfera política, “tanto no que se refere ao processo eleitoral, quanto do ponto de vista do preenchimento de cargos políticos na esfera federal, o Nordeste tem sua participação diminuída vertiginosamente frente a uma investida mais efetiva dos grandes estados do Centro-Sul” (PANDOLFI, 1980, p. 341).

A dominação econômica e política do período da Primeira República, ou República Velha, pertenceu aos proprietários agrários. Apesar desse predomínio, isso não significa que havia homogeneidade ou mesmo total união desse grupo. Um dos principais motivos era a dependência do processo produtivo em relação ao mercado internacional, amparado no caráter cíclico da economia do Brasil. Isso causava muitas divergências entre os diversos grupos agroexportadores. Portanto, os benefícios para as classes mais altas eram definidos de acordo com a importância de determinado setor para o conjunto da economia brasileira (Ibidem).

---

<sup>28</sup> Também conhecida como Velha República, trata-se do período compreendido a partir do fim da monarquia em 15 de novembro de 1889 e vai até a Revolução de 1930.

<sup>29</sup> Em alguns momentos, Pandolfi se refere ao Nordeste como Norte, uma vez que a região levava também essa nomenclatura no início do século passado.

Ao retomar o conceito de Estado, presente nos *Cadernos do Cárcere*, é importante lembrar que Gramsci o concebe como conjuntos de relações sociais que formam uma totalidade, portanto Estado Integral, por meio da conexão entre a sociedade política e a sociedade civil, em um nexo de unidade-distinção. Logo, o Estado expressa as relações sociais entre os grupos. Para a expansão de um grupo, é necessária, assim, que ele construa consenso na sociedade civil sobre os grupos aliados, mas seja capaz também de dirigir os demais grupos, alargando sua visão de mundo para toda sociedade. Ao alcançar o governo na sociedade política, este grupo social se torna também dominante, estando apto ao uso da força, isto é, ele se torna dirigente e dominante, portanto, hegemônico. Desse modo, para ter hegemonia é necessária a combinação da força (coerção) e do consenso. Força essa que será empregada pela sociedade política para a concretização da dominação.

É importante destacar esses aspectos da sociedade política para compreender a atuação de grupos políticos que, ao privilegiar as forças econômicas do Centro-Sul, corroboraram diretamente para a hegemonia dessa burguesia em formação, localizada na parte que viria a ser a mais rica do país. Entretanto, a hegemonia que surge de uma revolução passiva é sempre uma hegemonia restrita e isso se deve à amálgama entre direções de grupos reacionários com grupos modernos, resultando numa democracia limitada.

Um exemplo claro foi a “política dos governadores”, instituída por Campos Sales (1898-1902), que se tornou a dinâmica base da Primeira República. Ao buscar conciliar as tensões existentes no Congresso, o então presidente do Brasil fez um pacto com os governos dos estados em que garantia respeitar os poderes oligárquicos locais, desde que tivesse apoio incondicional nas questões legislativas propostas pelo executivo. O acordo foi assegurado por meio de uma reforma do regimento interno da Câmara dos Deputados. A dinâmica da Primeira República, ao invés de produzir um governo republicano, foi responsável por reforçar o poder oligárquico e permitir “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis” (CARVALHO, 1997), uma prática que ficou conhecida como coronelismo.

Apesar de parecer um acordo de proveito mútuo, a relação não era exatamente simétrica, principalmente porque, como explica Victor Nunes Leal, em seu texto clássico, publicado em 1948, *Coronelismo, enxada e voto*, o coronelismo era “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 2012, p. 44).

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de

votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas (LEAL, 2012, p.45 e 46).

José Murilo de Carvalho<sup>30</sup> retoma o trabalho de Victor Nunes Leal para discutir a difusão do conceito de coronelismo e a sua equivocada apreensão na imprensa, na literatura, etc., ao mesmo tempo em que explica o sistema. O coronelismo, segundo a análise de Leal, foi um sistema que se desenvolveu na Primeira República, a partir do município. “Nessa concepção, o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente” (CARVALHO, 1997). É importante ressaltar que o coronelismo é um sistema próprio de um momento político do Brasil, que acontece devido ao federalismo implantado na Primeira República em “substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado” (Ibidem).

Antes da existência de um governador de estado, ainda no período do Império, havia o presidente de Província. Tratava-se do homem de confiança do Ministério. O presidente de Província não tinha autonomia e poder próprio, além disso, ele poderia ser retirado a qualquer momento do cargo. Já o governador, “ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes” (Ibidem).

A conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. [...] Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente

---

<sup>30</sup> José Murilo de Carvalho faz uma revisão do uso de conceitos básicos como mandonismo, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo e feudalismo para um melhor esclarecimento dos estudos de poder local e suas relações com o Estado no Brasil. (cf. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997).

da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela (CARVALHO, 1997).

Nessa política de troca de favores, as relações nas diversas localidades do país não eram iguais, ou seja, o governo central tinha o poder de beneficiar alguns estados em detrimento de outros. Como explica Pandolfi (1980, p. 341-342), “os estados do Norte-Nordeste tinham pequena capacidade de barganha frente ao poder central, e as classes dominantes dessa região se encontravam subordinadas às classes dominantes sulistas”. De acordo com a autora, o governo federal estava mais alinhado com os interesses do café.

O Nordeste, "tanto econômica quanto politicamente, pouco tem a oferecer ao governo central. O governo central nada faz pelas nossas classes produtoras..." diziam os jornais da época, expressando de uma maneira clara os efeitos da chamada “política dos estados”, da qual Minas e São Paulo eram os maiores beneficiados (PANDOLFI, 1980, p. 342).

As classes dominantes do Nordeste ainda tentaram obter uma maior participação a nível da política nacional ao buscar uma melhor distribuição de benefícios federais. Apesar disso, os interesses dos grupos econômicos do Nordeste não foram atendidos de forma a permiti-los uma disputa equilibrada com o Sudeste, inclusive, porque a economia da região já vinha há algum tempo declinando.

Mesmo diante desse contexto, a reforma agrária não foi feita. No Brasil, nunca se tocou na questão da terra, elemento que constituía o fundamento do poder dessas oligarquias. É importante pontuar que a associação entre o velho e o novo se dá no âmbito também da política, entre os grandes proprietários de terras e os novos industriais, redundando sempre num arranjo em que a modernização se dava dentro dos limites da ordem vigente.

Como nas relações de dependência, há subordinação econômica aceita pela parte subordinada em função da garantia de preservação do poder político das suas elites. Neste sentido, é possível pensar em dependência externa e interna seguindo o mesmo princípio, e assim compreender a manutenção dos meios de preservação do poder político no Nordeste, especialmente ancorado na propriedade latifundiária.

A política dos governadores acentuou a derrocada das elites do Nordeste, em âmbito nacional, e atribuiu mais força para as oligarquias agrárias de São Paulo e Minas Gerais. Mesmo com o privilegiamento das oligarquias desses dois estados, os outros estados também tiveram

seu poder de barganha diminuído diante do poder central. Mas havia um claro desequilíbrio de forças.

Para o Nordeste, o sistema político da República Velha acabara por representar um impasse total. A crise econômica crônica, agravada nos últimos anos da década de 20, não permitia que esses estados se impusessem frente ao poder central; a falta de condições para reivindicar mais recursos tornava-se fatal para uma região dependente e em franco declínio. Essa situação cria um terreno fértil para o fortalecimento das oposições e explica o impacto da Revolução de 1930 na região. Durante a campanha presidencial de 1929-1930, a Aliança Liberal recebe rápidas adesões no Norte, ao assumir como uma de suas bandeiras a luta contra a submissão política dos governos estaduais frente ao governo central. Os aliancistas conseguem unir, desta forma, setores sociais de interesses bem diversos e até mesmo contraditórios. É essa situação específica que dá ao movimento de 30 no Norte um caráter bastante amplo e popular, encontrando poucas resistências. A única exceção ocorre na Bahia, onde a contrarrevolução organiza-se, conseguindo esboçar algum nível de reação, embora seja rapidamente esmagada (PANDOLFI, 1980, p.342).

A perspectiva das elites do Nordeste era que o movimento revolucionário de 1930 fosse capaz de mudar as relações da época e permitir uma recuperação econômica e política para a região, através da participação dos grupos nordestinos no espaço político nacional. Nesse período, acontece um dos marcos da história política da região, que é tentativa de uma atuação conjunta das suas lideranças, “para que se constituísse um bloco geográfico de interesses específicos, mas também a partir de ações em face das situações concretas que conferiam maior identidade política aos diversos estados então reunidos”. Esse bloco foi formado por causa do desprestígio crescente das elites nordestinas, assim como o não atendimento de algumas reivindicações básicas. Isso foi realizado como um “novo recurso de poder para a afirmação regional e o enfrentamento do Centro-Sul” (PANDOLFI, 1980, p. 343).

Outra articulação feita pelos grupos do Nordeste em um período de rearticulação partidária de 1932 a 1933, no intuito de preservar a unidade política regional contra os avanços do Centro-Sul foi a União Cívica Nacional. “Ao mesmo tempo em que o Norte se une para tentar responder a uma situação real de alijamento político, a polarização com os estados do Centro-Sul se torna mais evidente” (PANDOLFI, 1980, p. 344), constrói-se junto com o Estado brasileiro a ideia de oposição Norte-Sul, que, décadas depois, poderá ser vista como Nordeste-Sudeste e Sul, ou mesmo Nordeste-Centro-Sul. Como afirma a autora, as contradições entre o Norte e Sul, que haviam se iniciado na etapa republicana, seriam aprofundadas e manipuladas por Getúlio Vargas, primeiramente no período do governo provisório, de 1930 a 1934, quando o Norte o apoia de forma massiva, depois no período de constitucionalização.

Apesar da aliança que ocorreu nos primeiros anos da Era Vargas, entre o governo central e os políticos do Nordeste, isso não foi suficiente para trazer a região de volta à disputa. Uma vez que

a costura política do Governo Provisório com o Nordeste foi também uma costura econômica, pois a tentativa de recuperar o espaço econômico do Nordeste alargou sua margem de influência e o consequente alinhamento político da região como base da sustentação política do Governo Provisório, pois, mesmo que as medidas econômicas do regime varguista, entre 1930 e 1934, não tenham surtido os efeitos de um efetivo desenvolvimento econômico do Nordeste, conjugadas com o momento político, elas deram a Getúlio Vargas a margem de manobra necessária para o estabelecimento de seu poder na região. Isso se deveu, sobretudo, ao posicionamento de que Getúlio Vargas pretendia apenas se constituir como poder, frente à estrutura consolidada de longa data. Portanto, para transformar essa ideia, os mecanismos de desterritorialização política apenas superficializaram a relação do Estado com as estruturas econômicas e políticas do Nordeste, mas foram fundamentais para empreender o apoio de que precisou o Governo (SANTOS NETO, 2014, p. 229).

A partir dessa análise, dois fatos merecem atenção. Primeiro, por ser um sistema ligado à “política dos governadores”, o coronelismo acontece em diferentes regiões do país, e tem grande influência em estados do Sul e Sudeste do Brasil. Tanto que, durante a Primeira República, são as elites das regiões de São Paulo e Minas Gerais que saem como as maiores beneficiadas dessa política. Entretanto, é em torno do Nordeste que se cria o imaginário lugar arcaico e coronelista. Segundo, durante os rearranjos que ocorreram nesse período de transição nacional, em que a política do país caminhou do Império para a sua prolongada revolução burguesa, é possível observar as disputas políticas entre as frações da burguesia brasileira que culminaram na hegemonia daquelas localizadas no Centro-Sul. Mesmo assim, destaca-se que as oligarquias agrárias do Nordeste tentaram resistir e competir com as demais elites do Sul, o que se mostrou impossível tanto no campo econômico, quanto político.

Portanto, interessa a este trabalho compreender a subordinação em diferentes níveis – econômico, social, político e cultural – que se estabeleceu do Nordeste para com o Centro-Sul, o que Francisco de Oliveira (1993) chama de questão regional, mas que será tratado neste trabalho como questão nordestina, em uma proposta de tradução da questão meridional para o Brasil. Assim, a questão nordestina não trata apenas da dominação econômica ou da dominação cultural, ou simplesmente de um regionalismo, mas de um conjunto de fatores que determinam as relações de hegemonia e subalternidade entre as regiões, o que se propõe explicar e diferenciar no próximo tópico.

## **2.5. Regionalismo e questão regional**

O Brasil está dividido geograficamente em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Entretanto, essa divisão não reflete necessariamente as relações sociopolíticas, econômicas e, muito menos, culturais inter-regionais apenas pelas demarcações territoriais. No Brasil, a forma como se construiu a ideia de região nordestina apresenta especificidades importantes em relação às outras regiões. Ou seja, as demais quatro regiões não se apresentam dentro da forma discursiva-imagética de padronização de todos os estados através de uma região.

Não existe, por exemplo, a popularização de termos como cultura sudestina, ou centro-oestina, ou mesmo nortista. E mesmo a unificação quando se trata da Região Sul para tratar dos sulistas, tem destaque para o regionalismo de estados particulares, como é o caso do regionalismo gaúcho. Com o Nordeste, que é um território maior, com nove estados, permanece esse ideário de que há um mesmo sotaque, as mesmas expressões, os mesmos sujeitos etc. É importante salientar que se está tratando dos aspectos do imaginário do senso comum, não de uma realidade concreta.

Nesse sentido, Marta Campos (1986) chama atenção para o trabalho apresentado pelo sociólogo Roberto Martins, em seminário de 1979, na Universidade Federal de Pernambuco, quando este apresenta as particularidades do termo Nordeste, em uma revisão crítica da categoria região,

enquanto conceito que esconde as determinações concretas de determinada formação social, com suas particularidades físicas, econômicas, sociais e de classe, assumindo, deste modo, expressão ideológica dos interesses das classes hegemônicas que “fecham” a região para melhor exercerem seu domínio sobre as classes dominadas de determinado espaço econômico e social. “A minha proposição mais geral”, afirma o sociólogo, “parte da afirmativa de que a região não se constitui, tal como tem se cristalizado por diversas vertentes de tradições conceituais, em uma categoria de análise dotada de força explicativa, e que sua existência tem se justificado, e mais especificamente no caso nordestino, essencialmente pela sua tramitação no estatuto ideológico. Isto é, na medida em que um processo de regionalização é agenciado ideologicamente ele passa a cumprir, entre outras coisas, a função de transferir a natureza das relações sociais (políticas e econômicas) para um ser – a região – em meio ao qual todos os agentes terminam por se igualar” (CAMPOS, 1986, p. 50).

É importante destacar que Roberto Martins está abordando aspectos do regionalismo que estão dentro da questão regional, uma vez que o regionalismo serve como um projeto discursivo no qual a afirmação de um povo e sua autodeterminação aparecem através da cultura. Isso faz com que haja a perda da noção de que a exploração ou, mesmo a dominação, não tem como sujeito as regiões, mas as classes. Isto é, as relações de hegemonia e subalternidade se

estabelecem a partir das relações sociais de forças entre as classes e perpassam as relações de poder regionais. Campos (1986) continua citando o sociólogo, que afirma:

O discurso ideológico do regionalismo, enfatizando a afirmação de “solidariedades” fundamentadas em veículos territoriais e culturais e clamando pela existência de interesses econômicos “comuns”, escamoteia as contradições econômicas, políticas e sociais ao nível empírico das formações sociais, diluindo os conflitos de classe ou de frações de classes (E isto pode ocorrer tanto a nível intra-regional, como a nível inter-regional) (CAMPOS, 1986, p. 50).

Por isso, ao diferenciar regionalismo de questão regional, lança-se luz à compreensão de que o primeiro trata de uma construção ideológica-discursiva de unificação de uma população em determinado território, que tem um papel importante para encobrir as relações de classe. A questão regional se refere, portanto, à construção sociocultural, que vela as relações sociais de forças entre as classes e reforça as opressões sofridas por grupos sociais subalternos por diferentes vias, sejam culturais, socioeconômicas ou políticas.

Sendo assim, apontar como se constitui a questão regional é primordial para se compreender a realidade. Afinal, o regionalismo não surge do discurso espontâneo de autoafirmação de um povo, uma vez que quem estabelece a identidade homogeneizante do “nordestino” não é o sujeito que vive nesta região, mas o olhar do “outro”, daquele que não vive no Nordeste, e mantém uma visão fora, ou seja, do sujeito hegemônico, não do subalterno. Na verdade, o estereótipo de nordestino é construído para atender a interesses que não necessariamente sejam daquela população. Ao tentar interpretar o modo de pensar regionalista, Rosa Maria Godoy Silveira (2009) considera dois eixos teóricos: a representação do espaço e o espaço real.

No primeiro nível (superestrutural), situa-se a inteligibilidade que a classe dominante de tais espaços tinha das condições de sua existência e como encarava neste processo, isto é, se em sua representação transparece a dominação. No segundo nível (infra-estrutural), estabelece-se a relação da visão de mundo regionalista com as relações de produção, estas por sua vez relacionadas à base física em que ocorrem e, ainda, às formas específicas de relações sociais de produção de outros espaços e, finalmente, ao “modelo” de acumulação dominante na formação social (SILVEIRA, 2009, p. 136).

O pernambucano Gilberto Freyre é um dos principais expoentes do movimento regionalista nordestino, que começa ainda no início do século XX. É graças ao empenho do autor que se começa a pensar em uma identidade nordestina, mas não do subalterno. É necessário ressaltar que, apesar dos esforços de Freyre, a imagem que se construiu da região não foi aquela pretendida por ele. A reivindicação desse regionalismo por Freyre pode ser

caracterizada como conservadora e tradicionalista ao conceber o movimento como um resgate dos tempos áureos do Nordeste açucareiro, ligado às elites agrárias daquela parte do país. A ideia ganha corpo ao longo das décadas. E é sobre o papel de Freyre que também este trabalho se debruçará no próximo tópico.

Até aqui, foram expostas as relações político-econômicas responsáveis pela subalternidade do Nordeste e as suas populações, compostas por classes e frações de classes subalternas e dominantes. Ou seja, não há homogeneidade nos diferentes grupos sociais do Nordeste, mas existem nordestinos que possuem realidades diferentes, classes distintas. Contudo, apesar das diferenças socioeconômicas, políticas e culturais existentes no interior da região, o conjunto dos estados que a compõem se assemelham na subordinação à burguesia do Centro-Sul. Ou seja, não são apenas os trabalhadores das classes mais baixas que estão subordinados. As elites agrárias nordestinas também estão em uma relação de subalternidade às frações hegemônicas do capital dentro e fora do país.

Portanto, é importante conhecer os aspectos socioculturais responsáveis por construir o imaginário de Nordeste enquanto região uniforme e padronizada para a formação e manutenção dessa subalternidade.

## **2.6. O papel dos aparelhos privados de hegemonia e dos intelectuais na construção do ideal de Nordeste**

Os aspectos que contribuem para o subdesenvolvimento do Nordeste e da prevalência de elites agrárias subordinadas aos interesses do capital estrangeiro e do Centro-Sul estão diretamente ligados à forma específica do desenvolvimento capitalista periférico. O desenvolvimento desigual e combinado brasileiro redundou, como se procurou demonstrar anteriormente, numa forma de colonialismo interno, gerando profundas desigualdades, dependência e subordinação econômica, política, social e cultural entre as regiões. Destaca-se neste trabalho, a subordinação cultural, fundamental para a constituição da hegemonia que já foi apresentada no primeiro capítulo, quando, ao citar Gramsci (2002, CC19, § 24, p. 62-63) explicou-se que “a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”.

Assim como na discussão gramsciana sobre a questão meridional, a população do Sul da Itália, ou seja, os meridionais, foram considerados biologicamente inferiores e, conseqüentemente, acusados de serem os culpados pelo atraso econômico da região e pela

desigualdade social da Itália. No Nordeste e na chamada questão regional, é possível observar uma situação similar.

A Questão Regional é, antes de tudo e sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida. Tal como as clássicas questões regionais no mundo — *Mezzogiorno*, Sul dos Estados Unidos rigorosamente até as medidas do *New Deal* e à saga dos direitos civis, particularmente a integração racial —, no fundo da Questão Regional tipicamente brasileira jaz uma questão agrária irresoluta, de par com a do mercado de força de trabalho. As duas formam uma unidade inextricável, e suas gêneses são praticamente simultâneas em forma e fundo: a de uma nova forma de produção de mercadorias (OLIVEIRA, 1993, p. 45).

Portanto, com um regime de superexploração das forças de trabalho, uma desigualdade cada vez maior entre as classes na região, a crescente violência causada pelo banditismo social<sup>31</sup>, através do cangaço, assim como a violência dos próprios fazendeiros e seus jagunços, as fortes migrações de nordestinos para o Centro-Sul, entre outros motivos, fez com que se criasse no imaginário popular uma representação do Nordeste como região problema.

Mas o imaginário popular sobre uma situação específica não surge em um passe de mágica. É preciso uma construção histórica para se tornar um fenômeno. Esse imaginário está ligado a ideias e valores hegemônicos, que se apoiam sobre dois sustentáculos: os aparelhos privados de hegemonia e os intelectuais organizadores da cultura.

### **2.6.1. Terra rachada, gente sofrida: o Nordeste nos aparelhos de hegemonia**

Os aparelhos privados de hegemonia constituem um conjunto de organismos vulgarmente chamados privados, presentes na sociedade civil e ligados às classes sociais. Um grupo se torna hegemônico quando consegue propagar seu ideário de forma a torná-lo universal, isto é, quando sua política e sua moral se tornam capazes de ganhar aceitação de outros grupos, como se aquelas ideias e valores fossem seus, a isto se chama hegemonia. Este processo necessita de aparelhos de hegemonia e de intelectuais que os operem. Os aparelhos são variados, estão entre eles as igrejas, as escolas, as associações privadas, os sindicatos, os partidos e a imprensa.

A questão abordada neste tópico consiste, sobretudo, em discutir como se deu a construção do consenso sobre o “Nordeste” por meio dos aparelhos, que se mostraram

---

<sup>31</sup> Cf. FERRERAS, Norberto O. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina**. História, Franca, v.22, n.2, p. 211-226, 2003.

fundamentais para a propagação deste ideário. Entre os principais aparelhos, serão destacados a imprensa, a literatura, a música, o cinema e a educação formal.

Na mídia, o Nordeste foi frequentemente retratado como uma região de escassez, enquanto o nordestino era mostrado como um povo sofredor. Por exemplo, ao examinar um dos episódios do programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo, exibido no dia 4 de novembro de 2007, com duração de 9 minutos e 53 segundos, Reuwer Dantas e Marcília Gomes (2008, p. 6) observam como a reportagem retrata o interior dos estados do Piauí e da Paraíba.

Os repórteres Felipe Gutierrez e Caio Cavechini percorrem o interior do Piauí, onde um milhão de pessoas são afetadas pela escassez de chuva. Descobrem poços fechados e uma barragem cheia - de onde a água não sai. E Caco Barcellos viaja pelo sertão da Paraíba e acompanha o sacrifício de brasileiros que percorrem quilômetros para conseguir um pouco de água. As imagens evidenciam a paisagem da caatinga com sua característica peculiar, a terra seca castigada pela aridez do solo. As pessoas com latas na cabeça na busca de encontrar um pouco de água em algum açude que não esteja ainda esgotado (DANTAS; GOMES, 2008, p. 6).

Esse tipo de reprodução não é muito diferente da que se aborda em outros programas da mesma emissora. O programa *Globo Rural*, por exemplo, foi objeto de análise de Vanessa Oliveira e Robéria Araújo (2011), no qual as autoras examinam seis reportagens sobre a região, exibidas entre 13 e 29 de janeiro de 2011. As autoras observaram um reforço de uma linguagem do sofrimento e dificuldade de condições materiais, somado a conjuntos de signos aplicados para manter o imaginário de atraso do Nordeste como trilha sonora e imagens da paisagem de seca.

Em uma dessas reportagens, que foi realizada no cariri paraibano, na cidade de Monteiro, tem-se como personagem central a artista Zabé da Loca<sup>32</sup>. Oliveira e Araújo (2011, p. 9-10) destacam que, durante a matéria, “o preconceito é bastante encontrado nas figuras do cacto, das rochas”, também se ressalta as dificuldades materiais da idosa, ainda se reforça o imaginário da pobreza através do trabalho na roça, da casa improvisada na rocha feita de taipa, entre outros elementos que servem de contribuição para a idealização de uma nordestina que teve sua vida permeada pelo sofrimento, mostrando, inclusive, o seu analfabetismo.

[...] quando dona Zabé viajou para o Sul do país quando foi premiada, teve seu sucesso, etc. Era "obrigada" a aprender o que era desenvolvido por lá, como aprender a ler e escrever. E tinha vergonha por isso. O conjunto de signos encontrados nessa

---

<sup>32</sup> Isabel Marques da Silva, a Zabé da Loca, foi uma importante nordestina tocadora de pífano que nasceu em Pernambuco, mas migrou ainda jovem para a Paraíba. Ela se tornou conhecida por morar durante 25 anos dentro de uma pequena gruta (loca), na Comunidade Santa Catarina, na zona rural de Monteiro. Zabé morreu em Monteiro em 2017 aos 93 anos. (cf. **Zabé da Loca morre aos 93 anos, em Monteiro**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/zabe-da-loca-morre-aos-93-anos-diz-familia.ghtml>>. Acesso em: 10 de mar. 2020).

reportagem já é maioria, encontramos a trilha sonora e as imagens que reforçam mais o regionalismo. A repórter consegue “formar” o telespectador, destacando o que aconteceu com dona Zabé que pode ser exemplo para outros artistas que ainda não foram descobertos (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2011, p. 10).

Estes são apenas dois exemplos de reportagens veiculadas na grande mídia sobre o Nordeste. Mas não são apenas as matérias jornalísticas que fomentam o imaginário atrasado da região. As artes também contribuíram de forma decisiva para a construção desse ideal. Na chamada literatura das secas, como explica André Luiz Scoville (2011), existe uma ênfase nos personagens retirantes, ou seja, naqueles que fogem da seca e cujas migrações têm como ponto de origem o sertão nordestino. São exemplos desta literatura das secas, as obras como *O Sertanejo* (1875), de José de Alencar; *Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio; *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo; *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida; *O quinze* (1930), de Rachel de Queiroz; *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos; *Seara vermelha* (1946), de Jorge Amado; e *Morte e vida severina* (1955), de João Cabral de Mello Neto.

Segundo Scoville (2011, p.11), “há duas abordagens distintas nesse processo de revisão conceitual da literatura das secas”: a primeira apresenta a seca como um elemento central, como os exemplos citados (*Os retirantes*, *A fome*, *O quinze* etc.), e a segunda trata da “percepção de que a seca consiste em elemento estrutural das narrativas na medida em que define e agrega características ao espaço ficcional e aos personagens, mesmo quando não é o tema central do enredo”. Assim, mesmo que a seca não seja o tema central da narrativa, ela ainda se constitui em uma posição relevante na obra para situar o leitor na construção do que é Nordeste, na ambientação do texto. É o caso dos romances: *O sertanejo* (1875), de José de Alencar; *O cabeleira* (1876), de Franklin Távora; e *Dona Guidinha do Poço* (1891), de Manuel de Oliveira Paiva.

Todos estes romances têm uma construção discursiva das implicações da seca como fenômeno natural incontrolável e a fuga do Nordeste como alternativa para a sobrevivência da fome. Daniel Nascimento e Silva (2011, p. 54) analisa que o “princípio antimoderno da morte que acompanha a vida é permanente nos discursos que inventam o Nordeste”.

Na música, o grande mentor de um espaço marcado pela relação desequilibrada entre homem e natureza é o Rei do Baião, Luiz Gonzaga. Para materializar o sofrimento da população nordestina e mostrar o problema da seca nas suas canções, Gonzaga compõe *Asa Branca*, em parceria com Humberto Teixeira, no ano de 1950.

A seca e o êxodo ficam evidentes na composição. O nordestino se torna concreto em uma figura marginalizada, expulso de sua terra pelas intempéries do clima. O padrão culto da língua é propositalmente desconsiderado, o que reforça o estigma de atraso

que a região possui. O nordestino encarna o estereótipo do matuto, o indivíduo sem instrução, ingênuo, apegado às relações sociais e ao misticismo coloniais (SILVA, 2010, p. 8).

É inegável que a seca, a escassez de alimentos, a falta de infraestrutura, entre outros aspectos, fazem parte da realidade concreta da região, cujas causas políticas, econômicas e sociais já foram abordadas neste trabalho. Entretanto, o que se pretende questionar é a naturalização desses aspectos e a sua leitura, muitas vezes equivocada, pois, ao invés de questionar a estrutura, desvelando os processos socioeconômicos que estão na base dessa realidade de escassez, os encobre, naturaliza, normatiza, resultando assim em um “tipo humano nordestino inferior”, a partir de uma racionalidade hierárquica e centrada no Centro-Sul do país. Ao focar somente a pobreza de uma região, perde-se a visão de conjunto, isto é, a situação de pobreza de uma região e de riqueza de outra fazem parte de um único processo político e socioeconômico do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. É, contudo, com os olhos dos grupos hegemônicos da região mais rica do país que se produz o tipo sociológico da região mais pobre, aceito e reproduzido também pelos habitantes dos diferentes estados nordestinos. Desse modo, ao mesmo tempo em que se construiu essa imagem do Nordeste, uma outra ideia se formava do Centro-Sul do Brasil: a de uma região moderna e avançada, ao contrário do Nordeste, conhecido nacionalmente pelos problemas das secas, dos êxodos, do cangaço e do coronelismo.

A despeito do subdesenvolvimento concreto e histórico do Nordeste, os problemas com a seca e com as migrações, o que constitui o imaginário da região como bolsão de miséria do país é o fato de que a região Centro-Sul também é apresentada como se fosse homogeneamente desenvolvida. Apesar do conhecimento de que existem periferias, favelas, comunidades nos grandes centros – afinal, aparecem em telejornais, novelas e nos demais produtos da mídia –, pouco se mostra da pobreza na capital e no interior de São Paulo ou do Rio de Janeiro, por exemplo. A homogeneização da pobreza do Nordeste e da prosperidade do Centro-Sul, ignorando a complexidade do desenvolvimento nacional, é um importante fator que contribui para a construção da imagem do Nordeste atrasado: a região problema.

A instituição do imaginário vinculado ao rural, ao atraso e à pobreza ao Nordeste prossegue nas produções culturais do cinema novo, como no documentário *Viramundo* (Sarno, 1965). Na análise desse documentário, empreendida por Bernadet, foi possível identificar a concatenação de ideias e imagens voltadas para a criação do que o autor denominou de um “tipo sociológico”, ou seja, existiria um esforço na cristalização do estereótipo baseado no atraso e na desqualificação do nordestino (ZANFORLIN, 2008, p. 25-26).

Centralizada nas duas principais metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo, a grande mídia foi uma das principais difusoras de ideia e cultura para o resto do Brasil, por difundir valores de modernidade em uma perspectiva metropolitana contrária “ao atraso” do interior ou da periferia do país. Nesse aspecto, é fundamental o papel da Rede Globo e sua hegemonia nos meios de comunicação e como essa emissora tem sido responsável por reduzir as programações locais, apresentando-se como “emissora nacional”. É a partir do modelo da Rede Globo de atuação nacional e reprodução da sua programação nas emissoras afiliadas, que outras emissoras também centradas no Centro-Sul vão exercer o mesmo tipo de influência nas zonas periféricas. Assim, as chamadas programações locais não terão mais do que um par de horas para abordar a sua realidade.

Quando sobrevivem, as programações locais não extrapolam como as outras os limites do estado, quando muito os da região. O que acontece com frequência é a padronização dos produtos culturais nordestinos, sua amenização do exotismo, a cristalização das formas de luta social que acompanham a produção simbólica. Criase no público do Centro-Sul, em relação ao Nordeste, expectativas de uma forma regional, do mesmo modo que no exterior, os produtos mais “vendidos” são os “típicos” aos olhos do consumidor estrangeiro: samba, mulatas, futebol e cachaça (CAMPOS, 1986, p. 32).

A influência da mídia televisiva do Centro-Sul é extremamente forte para a audiência dos telejornais, que faz com que o paraibano, por exemplo, saiba muito mais sobre o que ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo do que nos estados vizinhos, tenha muito mais contato com as telenovelas e com os filmes nacionais que, por muito tempo, foram feitos por produtoras dos estados mais ricos, mesmo quando eram ambientados no Nordeste, como é o caso do “Auto da Compadecida”, gravado em Cabeceiras, interior da Paraíba, mas com atores do Centro-Sul. E também as transmissões majoritárias do futebol dos times do Centro-Sul, de fundamental importância para a formação de torcidas dos times do eixo Rio-São Paulo em todos os estados do Nordeste. Sobre esse assunto, em especial, pretende-se tratar mais profundamente no próximo capítulo.

Mas a mídia televisiva, destacada até agora, não foi a única responsável pela construção imagética do Nordeste atrasado. Em menor proporção, também se teve influência das rádios, dos jornais impressos etc. Outro aparelho importante para a idealização de Nordeste, inclusive, dentro do próprio Nordeste, foram os livros didáticos. Como afirma Maria Ediney Ferreira da Silva (2014, p. 72), “a escola pode ser considerada como uma das maiores instituições responsáveis pela produção de nossa percepção de mundo”. Considerando o tempo médio que uma pessoa passa na escola, no mínimo 12 anos de educação regular, é a partir dela que se

aprende as nossas principais concepções e noções de mundo, principalmente, por causa do material escolar.

É preciso apontar que o discurso implementado por cerca de um século nos livros didáticos de geografia está mudando, mas ainda segue uma ideia de progresso e não de superação das estruturas capitalistas. Entretanto, o nosso objetivo não é analisar o discurso de livros escolares, apenas abordá-los para refletir sobre a formação de consenso, portanto, ressaltar que a construção das ideias hegemônicas sobre o Nordeste parte da atuação dos intelectuais como funcionários da superestrutura por meio dos diferentes aparelhos privados de hegemonia.

Um dos principais expoentes da imagem de um Nordeste arcaico e rural, contrastando com os salões e saraus da elite açucareira, imaginados com muito mais requinte e civilidade, foi o escritor pernambucano Gilberto Freyre, com o seu *Manifesto Regionalista*. Ele propôs uma espécie de regionalismo que se integrava à ideia de unidade nacional, basicamente, “uma proposta de pacto das elites”, como destaca Rosa Maria Godoy Silveira (1984).

Havia uma consciência da descaracterização da região originada pelo impacto econômico, social e político que o processo de articulação do mercado interno tinha causado ao Nordeste, destruindo o que ele chamava de regionalismo. Entretanto, se tratava de valores regionalizados pensados a partir de um grupo apenas, ou seja, do grupo que estava no poder. Foi então que o escritor pernambucano formulou “uma idealização saudosista de tais valores, tentando preservá-los das mudanças em curso” (SILVEIRA, 1984, p. 24).

### **2.6.2. Intelectuais de Nordestes e a organização da cultura**

Gramsci (2002) assume a dificuldade em definir o papel político dos intelectuais. Em seus estudos, o autor destaca as duas categorias de intelectuais que ele julga serem as mais importantes para a compreensão da função dos chamados funcionários da superestrutura. Como já citado nesta pesquisa, são eles os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Os intelectuais orgânicos da burguesia exercem sua função no mundo da produção econômica vigente – como os gerentes, diretores, executivos das empresas capitalistas, mas têm atuação não somente no campo econômico, como também no meio social e político – como diretores e funcionários de jornais, televisões, universidades, sindicatos, partidos políticos etc. Já os intelectuais tradicionais estão unidos às classes tradicionais e se destacam como grupo social que surge da estrutura econômica anterior, representando a sua continuidade e tentando se

manter em desenvolvimento apesar das mais radicais transformações das estruturas sociais e políticas – o mais antigo grupo de intelectuais tradicionais são os padres católicos, mas pode-se citar também os oficiais do Exército e os expoentes das velhas castas ligadas à propriedade fundiária. Independente da categoria, os intelectuais estão geralmente ligados a um grupo social e têm como função desenvolver, organizar e mediar os processos de produção da hegemonia.

É preciso recordar que os intelectuais ligados à classe dominante são fundamentais para a consolidação do consenso, são os comissários da hegemonia. Todavia, os intelectuais não ocupam posição apenas dentro das classes dominantes. Essa categoria também atua dentro dos grupos subalternos enquanto críticos da dominação, como propositores e dirigentes de um novo projeto, assumindo elementos para a disputa da hegemonia.

A partir dessa ideia do papel dos intelectuais dentro da organização e propagação de determinada cultura, faz-se necessário trazer para essa discussão alguns intelectuais importantes para se compreender o processo histórico que se deu o pensar político sobre a Região Nordeste. Laurindo Mékie Pereira (2009) apresenta um importante debate acerca de quatro vertentes interpretativas do desenvolvimento da identidade regional nordestina com base em correntes de pensamento a partir dos anos de 1950.

São elas: a) o enfoque cepalino, predominante nos anos 1950 sob a influência intelectual e política de Celso Furtado, b) a visão marxista hegemônica nos anos 1970 e 1980, tendo como principal nome Francisco de Oliveira, c) uma visão “neomarxista”, integrada, por exemplo, por Iná Elias de Castro e d) a visão culturalista, que tem, na obra de Durval Muniz Albuquerque Júnior, um dos seus principais representantes (PEREIRA, 2009, p. 118).

Tomando como base a discussão de Pereira (2009), pretende-se apresentar uma breve linha histórica dos intelectuais nordestinos, incluindo nesse caso, um dos principais intelectuais para uma compreensão da visão de Nordeste, o pernambucano Gilberto Freyre. Por outro lado, a visão “neomarxista” de Iná Elias de Castro será subtraída da análise por entender que, em função do escopo deste trabalho – que não é o de fazer uma história dos intelectuais do Nordeste – o recorte será feito a partir daqueles cuja atuação teve maior impacto na cultura nordestina.

### **2.6.3. A tradição de Freyre e a inovação de Furtado**

Dois grandes intelectuais nordestinos são primordiais para se entender a construção imagético-discursiva de Nordeste, muitas vezes descolada da perspectiva de classe: Gilberto Freyre e Celso Furtado. O primeiro é um escritor pernambucano, mas de respaldo nacional e

internacional, ligado às oligarquias da produção de açúcar na zona mata. O segundo é o economista paraibano proveniente da cidade sertaneja de Pombal. Ele atuou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e foi responsável pela fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ambos órgãos constituídos para pensar formas de superação do subdesenvolvimento das periferias da América Latina.

Apesar de exercerem funções diferentes, terem escritos distintos e estarem sempre pensando em uma forma de valorização, ou mesmo de uma maior autonomia do Nordeste, Freyre e Furtado acabaram se tornando porta-vozes da ideologia dominante, atuando de forma a manter a hegemonia burguesa no país, reforçando as contradições de classe e acentuando a questão nordestina. Ao publicar o livro *Nordeste*, em 1937, Freyre aborda no prefácio da obra sua pretensão de fazer um estudo ecológico da região. No entanto, o texto também discorre sobre a questão da construção da nacionalidade brasileira. O autor pernambucano quer criar rumos para o futuro da sociedade a partir dos valores e instrumentos do passado. É nesse sentido que o pernambucano passa a supervalorizar os tempos áureos do Nordeste açucareiro.

Freyre admitia a existência de um outro Nordeste, o do interior, até mesmo para ressaltar os aspectos positivos do litoral.

O Nordeste do massapê, da argila, do humus gorduroso é o que pode haver de mais diferente do outro, de terra dura, da areia seca. A terra aqui é pegajenta e melada. Agarra-se aos homens com modos de garanhona. Mas ao mesmo tempo parece sentir gosto em ser pisada e ferida pelos pés de gente, pelas patas dos bois e dos cavalos. Deixa-se docemente marcar até pelo pé de um menino que corra brincando, empinando um papagaio; até pelas rodas de um cabriolé velho que vá aos solavancos de um engenho de fogo morto a uma estação da Great Western (FREYRE, 2013, p. 40).

Regina Horta Duarte (2004) faz um contraponto ao pensamento de Freyre, que se incomodava com a associação da nacionalidade brasileira voltada para a modernidade, principalmente, por causa da Semana de Arte Moderna, que aconteceu em São Paulo em 1922. Por isso, Freyre tentava retomar a centralidade dos horizontes do país, pensando os louros do passado quando o Nordeste ainda era a região mais rica. Portanto, o debate daquela época se desdobrava em torno de quais símbolos deveriam ser adotados, preservados para se construir o Estado nacional. E Freyre pretendia preservar a cultura e os valores do antigo Nordeste.

Seguindo esta lógica, Freyre parte do seu presente, afirmando-se impulsionado pelo desejo de sensibilizar os brasileiros para a degradação do conjunto regional do Nordeste, lugar então identificado com a seca e com a imagem de uma população raquítica, acompanhada de bois e cavalos angulosos. Freyre destaca um outro Nordeste, de terra gorda, umidade e sombras profundas. Entre um passado de

possibilidades e um presente sem lirismo, a cana-de-açúcar aparece como o fio condutor no desenrolar do drama da monocultura. É ela o elemento que surge a dinamizar uma civilização especial, rica, cosmopolita, pródiga e criadora de valores políticos, estéticos e intelectuais, como nenhuma outra em todo o Brasil (DUARTE, 2004, p. 127-128).

Após *Nordeste*, de 1937, Freyre volta a publicar outro texto voltado para a questão do regionalismo. Trata-se do *Manifesto Regionalista*, de 1952, lançado pela Editora Região<sup>33</sup>. Nele, o autor mostra uma forte romantização da região, mas também propõe que outros regionalismos se juntem ao do Nordeste. Como ele próprio explica:

Seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter (FREYRE, 1996, p. 47 e 48).

No manifesto regionalista, é possível ver como Gilberto Freyre (1996, p. 48) defende uma padronização de Nordeste ao afirmar que não se deve confundir regionalismo com “separatismo ou com bairrismo”, critica o que ele chama de “precário *unionismo* brasileiro” e diz que quer a “superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República – este sim, separatista – para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões sejam mais importantes que os estados”.

Para Freyre, o regionalismo precisa ser a verdadeira organização nacional, “pois são modos de ser – os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão”. Desse modo é preciso transformar “o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino”. Além de defender uma regionalização, o *Manifesto*, assim como o livro *Nordeste*, é uma ode ao passado de forma romantizada e, às vezes, caricata, que remete à ideia de região os costumes da casa grande como a culinária, os saraus, as missas etc. Tanto que o pernambucano critica as novas gerações por não estarem mais imersas nos “bons valores do passado”.

As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missas, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber

<sup>33</sup> Apesar de o autor informar que o texto foi apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo que aconteceu em Recife, durante o mês de fevereiro de 1926, não há registro do acontecido, inviabilizando a confirmação do que foi declarado por Freyre (DUARTE, 2004).

das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa (FREYRE, 1996, p 72).

O pensamento de Gilberto Freyre, como um dos grandes escritores brasileiros do século passado, foi bastante difundido, assim como a sua ideia de regionalismo tradicionalista e arcaico, promovendo um imaginário de um Nordeste decadente. Pode-se dizer que Freyre se consolidou como um intelectual tradicional por causa da sua relação com as antigas classes do Brasil colonial, mas que foram superadas pelo novo modo de produção do país.

Celso Furtado foi outro intelectual nordestino que também escreveu bastante sobre a região, mas em uma perspectiva socioeconômica, não de valores sociais, mas abarcando fatores sociais. Em *Formação econômica do Brasil*, livro de 1959, Furtado explica o desenvolvimento econômico do país e, principalmente, tenta traçar as razões do subdesenvolvimento brasileiro e da sua região de origem.

O economista paraibano defende em seus estudos, e também a partir dos cargos públicos que assumiu, uma política de desenvolvimento para o Nordeste, visando a uma unidade nacional. Após o título de doutorado em economia da Universidade de Paris-Sorbonne, em 1948, Furtado volta ao Brasil e se junta ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas. No ano seguinte, muda-se para Santiago do Chile para trabalhar na recém-criada Cepal, órgão das Nações Unidas, onde fica até 1957, quando se afasta para fazer pós-doutorado na Universidade de Cambridge, na qual escreve *Formação econômica do Brasil*. Em 1958, de volta ao Brasil, assume uma diretoria do BNDE, atual BNDES. Após um encontro com Juscelino Kubitschek é nomeado para a coordenação do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e lá elaborou o estudo *Uma política econômica de desenvolvimento para o Nordeste*. É a partir desse estudo que o Estado cria a Sudene em 1959, com sede no Recife. Mesmo como superintendente da Sudene até 1964, quando ocorre o golpe civil-militar no Brasil, Furtado não abandona o debate sobre a questão nordestina, nem mesmo após deixar o comando da Sudene e ter que se exilar (SANTOS, 2018).

Furtado desenvolve, ao longo de sua obra, explicações para a questão do subdesenvolvimento do país e, principalmente do Nordeste, contribuindo para reproduzir durante o século XX uma ideia de superação do subdesenvolvimento por reformas do Estado. Apesar das análises assertivas da construção da subalternidade, o autor defendeu as mudanças dentro da ordem, avesso a transformações por meio de revoluções:

O centro do problema para Furtado estava no anacronismo da estrutura agrária brasileira, e nordestina em particular. Seu projeto era aquele já apresentado no documento do GTDN, e via nas classes dominantes do Nordeste (que são bem representadas por Argemiro de Figueiredo) sua maior barreira. Ele estava preocupado com o marxismo, que traduz o diagnóstico da realidade social em normas de ação, ou seja, uma Revolução, [...] As Ligas Camponesas vistas com a memória da Revolução Cubana, de 1959, criava preocupação no governo estadunidense, e em Furtado. [...] Para Furtado seria um erro a substituição de uma ditadura de classe por outra, e constituiria um atraso político. O principal argumento dele é que no Brasil a classe camponesa é quem teria mais condições de fazer essa revolução, nas suas palavras a classe camponesa estava “mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária” (FURTADO, 2013g). A base de sua argumentação é que uma revolução do tipo marxista-leninista, em sua visão, tenderia a acontecer em uma sociedade com uma estrutura atrasada, e por isso, dado a estrutura do setor agrário no Brasil era bem possível que houvesse a revolução. Desse modo sua opção é que deveriam ser combatidas as condições objetivas que determinavam o retrocesso político-social no país, ou seja, a estrutura agrária anacrônica. A saída para Celso Furtado estava por dentro do sistema capitalista, o estruturalismo cepalino, em alguma medida retomava a tradição do pensamento marxista, mas só na medida em que destacava a análise das estruturas sociais, e não só a economia, como importantes para compreender o comportamento dos agentes econômicos (SANTOS, 2018, p. 98-99).

Como afirma Laurindo Mékie Pereira (2009, p. 119-120), Furtado, assim como os demais analistas cepalinos, “privilegiava as categorias nação-região, centro-periferia em detrimento das categorias classe ou relações de classe”. O exemplo disso é que “a noção de desenvolvimento (e especialmente desenvolvimento nacional) furtadiana estabelecia uma relação de necessidade com as reformas e a distribuição de renda”. O pensamento reformista de Furtado contribuiu para a ideia de que o desenvolvimento do Nordeste poderia acabar com a sua subalternidade. Apesar da decepção que o acomete após o golpe civil-militar de 1964, até o fim da vida, o paraibano continuou acreditando e defendendo reformas pelo sistema capitalista.

Celso Furtado, enquanto pensador do Brasil, acreditava que seria possível fazer mais e melhor pelo país, acreditava que seria possível reformar o capitalismo para que ele se manifestasse aqui, como se manifestou nos anos dourados (pós-segunda grande guerra) na Europa. Foi um otimista até o fim, mas sua crença nesse capitalismo “humano” só mostrou a incompatibilidade de pensar desenvolvimento (que abranja a dimensão social), com a lucratividade do capital nacional e internacional (SANTOS, 2018, p. 105).

O economista paraibano é a demonstração clara da complexidade e dificuldade que acompanham a tarefa de categorizar os intelectuais, uma vez que ele exerce uma função no mundo da produção econômica, mas não apenas no campo econômico, como também no social e político. E, apesar da sua produção intelectual voltada para solucionar os problemas das desigualdades sociais, ele não deixa de ser um intelectual orgânico das classes dominantes,

responsável por produzir consenso antirrevolucionário, ao atuar e buscar soluções modernizantes dentro do Estado, pelo alto. Isto é, mudanças moleculares que garantissem a manutenção da ordem, o que descreve o processo de revolução passiva – de modernização conservadora –, tratado anteriormente. Nesse sentido,

Furtado era um personagem alinhado ao projeto de nação que ganhara corpo a partir dos anos 1930 e, portanto, já guardava certa distância em relação à elite tradicional nordestina, às suas regras e convicções. É possível dizer que estava mais próximo daqueles sopros de modernização que chegavam desde o Centro-Sul do país. Tanto que não viu problemas em colocar seu trabalho à disposição do governo federal e submeter-se ao presidente da república. Num primeiro momento na SUDENE e, depois, como ministro do planejamento de João Goulart. O caso de Freyre é exatamente o oposto, o que é nítido através da forma tradicionalista como se empenhava na valorização e na conservação da cultura regional, bem como no papel que lhe conferia para a construção da nação. Seu distanciamento dos governos que se sucederam do pós-guerra ao golpe de 1964 revela que as diferenças em relação a Furtado não eram apenas intelectuais, mas também políticas (MENDES, 2015, p. 31).

É, portanto, a partir desses dois importantes intelectuais que se dá boa parte do processo de construção do Nordeste – homogêneo e arcaico –, mas capaz de reforçar os seus valores e ainda buscar elementos para a superação dos problemas econômicos sempre dentro da ordem capitalista. Nesse sentido, a análise conjunta do pensamento de Freyre e Furtado contribui para desnudar as contradições de um regionalismo nordestino, que, em última instância, ainda que não de forma intencional, serve de instrumento para o apassivamento das massas. Massas apassivadas, mas não necessariamente pacíficas, pois basta se debruçar sobre todas as revoltas, levantes e organizações políticas – como as Ligas Camponesas, que se formaram na região – para que se torne evidente seu caráter eminentemente combativo.

Nesse sentido, analisar o pensamento político de ambos é de fundamental importância para se entender como se constituiu internamente a ideia de região nordestina por nordestinos, para nordestinos e para os demais grupos dentro do Brasil.

Para finalizar o debate sobre os intelectuais que corroboraram para a construção do ideário de Nordeste, o próximo tópico irá tratar do historiador pernambucano Durval Muniz de Albuquerque Jr. e de sua tese *A invenção do Nordeste e outras artes*.

#### **2.6.4. A invenção de Durval**

Apesar de Freyre e Furtado serem os maiores expoentes dessa construção de Nordeste no século XX, faz-se necessário trazer para o debate um outro intelectual da questão regional. Trata-se do historiador pernambucano Durval Muniz de Albuquerque Jr., que sustenta um novo

paradigma a partir de sua tese de doutorado de 1994, publicada como livro em 1999, intitulada *A invenção do Nordeste e outras artes*.

Durval Muniz é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professor permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Após o seu primeiro livro sobre o Nordeste, o historiador lançou outros títulos. Em 2003, publicou *Nordestino: Uma invenção do falo - uma história do gênero masculino*, e em 2007, *História: a arte de inventar o passado - Ensaio de teoria da história*. A sua área de atuação inclui pesquisas cujos temas são gênero, masculinidades e Nordeste voltados para uma interpretação simbólica das artes para a construção desses temas (REIS; FERREIRA; COSTA, 2017).

Em função do nosso escopo, pretende-se trazer a interpretação de Durval Muniz acerca da construção de Nordeste e como o autor ajudou a propagar a ideia sobre a região, limitando-se apenas ao âmbito imagético-discursivo. Estudar o pensamento e a tese de Durval Muniz é importante porque as ideias principais contidas no seu trabalho têm alcançado bastante popularidade, tanto que até ganhou os palcos, através de uma montagem de uma peça feita pelo Grupo Carmin<sup>34</sup>, que leva o nome da obra de Albuquerque.

De acordo com a tese de Albuquerque Jr., o Nordeste não passa de uma construção imagético-discursiva e, portanto, a ideia de Nordeste precisa ser dissolvida. Essa proposta tem ganhado popularidade e adeptos. O grande problema é que essa leitura do autor está associada à “valorização da identidade e representação, ou mais precisamente o discurso, obtendo como resultado o entendimento de que a região Nordeste seria um espaço simbólico” (SANTOS, 2019, p. 448).

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consciência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço (ALBUQUERQUE JR. 2011, p. 61).

O livro de Albuquerque Jr. apresenta um caráter culturalista que negligencia a análise das relações sociais de força e dos conflitos de classes na região. Apesar de abordar os discursos preconceituosos que são construídos no Centro-Sul para o nordestino e também toda sorte de estereótipos que são propagados na mídia, o autor defende que isso é causado pela ideia de região que se construiu pelo movimento regionalista e saudosista de Gilberto Freyre. Nesse

---

<sup>34</sup> Cf. FONTES, Henrique. **A invenção do Nordeste, descaminhos sísmicos de uma peça documental do Grupo Carmin**. Revista Observatório Itaú Cultural - N. 25 (maio/novembro 2019). – São Paulo: Itaú Cultural, 2007-

sentido, até 1930 não existiria uma ideia de Nordeste, e seria, então, a partir da publicação do livro *Nordeste*, em 1937, que se começaria a desenvolver essa ideia de regionalidade. Por isso, a solução para o autor seria dissolver a ideia de região.

Ao longo do livro, o historiador aponta discursos para a criação de todos os imaginários. Inclusive, destaca o que, para ele, seria a existência de vitimização dos nordestinos.

Nós, os nordestinos, costumamos nos colocar como os constantemente derrotados, como o outro lado do poder do Sul, que nos oprime, discrimina e explora. Ora, não existe esta exterioridade às relações de poder que circulam no país, porque nós também estamos no poder, por isso devemos suspeitar que somos agentes da nossa própria discriminação, opressão ou exploração (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 31).

Em entrevista à *Revista Outras Fronteiras*, de 2017, cuja temática tratava do dossiê “Corpo, gênero e sexualidade”, para falar sobre o seu livro *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino*, Durval Muniz também citou a sua principal obra, *A invenção do Nordeste*. Nessa entrevista, o autor pernambucano declarou, entre outras coisas, que se utilizou da literatura como fonte para a sua tese “porque o Nordeste é, em grande medida, uma invenção literária” (ALBUQUERQUE apud REIS; FERREIRA; COSTA, 2017, p. 237).

A literatura teve uma importância enorme na construção da ideia de Nordeste. O Nordeste não existiria, tal como o concebemos, sem o romance de 30. O chamado romance de 30 construiu um imaginário em torno da região, que depois foi para o cinema, que depois foi para a televisão, que foi para o teatro. O romance de 30 produziu um arquivo de imagens, um imaginário com muito poder de impregnação. Ele depois vai para o Cinema Novo, vai para o teatro com Ariano Suassuna, vai para as minisséries da TV, para a novela. Esse imaginário literário foi tão poderoso quanto o imaginário sociológico de Gilberto Freyre, por exemplo, com o livro “Nordeste”. A literatura participa da construção daquilo que a gente chama de realidade, e o que o historiador trabalha é com a construção da realidade. Eu não trabalho com a ideia de que a literatura é uma representação realista do passado. A literatura não é uma cópia da realidade, a literatura produz realidades, ela produz visões sobre o real. Porque a realidade é uma construção conceitual da e na linguagem, a realidade não é empírica. A confusão entre empiria e realidade é uma confusão constante nos historiadores, a empiria é apenas uma dimensão do real. O real vai muito além da empiria. A empiria sem a construção simbólica é dispersiva, é um monte de objetos dispersos sem conexão. A conexão se dá no plano da linguagem, a conexão se dá nos símbolos, a conexão se dá no imaginário, a conexão se dá através das representações, é aí que a realidade se estrutura, se organiza (ALBUQUERQUE apud REIS; FERREIRA; COSTA, 2017, p. 237).

Laurindo Mékie Pereira (2009, p. 129) analisa a interpretação de Durval Muniz ao destacar a atual hegemonia do aspecto culturalista na história. Pereira realça a inovação do intelectual pernambucano ao se propor a discutir o regionalismo nordestino pela junção da produção “artística e acadêmica, de esquerda e de direita, erudita e popular, como responsável pela instituição do ‘nordeste’”. Como discorre Pereira, é possível compreender na tese de

Albuquerque Jr., que “os estudos anteriores não conseguem romper com um conjunto de imagens acerca dessa ‘entidade’, nordeste”. Além disso, para o historiador pernambucano, “o único viés metodológico possível para superar estes limites é o focaultiano, visto que este enxergaria a multiplicidade, a ambiguidade, a diferença no lugar da identidade, o caráter instituinte do discurso, as relações indissociáveis entre o saber e o poder” (Ibidem).

Durval Muniz faz a sua crítica a muitos trabalhos, mas concentra seu interesse “em demonstrar a inviabilidade da leitura marxista que, embora se apresentasse como crítica, contribuiria, segundo ele, para reproduzir a identidade nordestina” (Idem, 130). Para o historiador, a análise marxista estaria presa ao determinismo econômico, e, portanto, contribuiria para instituir a diferenciação e classificação entre as regiões, impossibilitando a ruptura a essa questão.

Embora a Invenção do Nordeste seja pensada tendo em perspectiva uma “dimensão histórica multiforme”, para usar as palavras do autor, e rejeite todos os tipos de determinismos, é possível identificar um certo privilégio do cultural ao longo do texto. O próprio autor diz, na introdução, que o nordeste não é pensado “(...) só como unidade econômica, política ou geográfica, mas primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural”. Mais adiante acrescenta: “As diversas formas de linguagem (...) não apenas representam o real, mas instituem reais.” Daí segue que “(...) a elaboração da região se dá (...) no plano cultural, mais do que no político” (PEREIRA, 2009, p. 131).

Nivalter Aires Santos (2019, p. 451) apresenta três pontos importantes em sua crítica a *A invenção do Nordeste*. O primeiro deles se refere ao debate sobre a influência de Gilberto Freyre para a imagem da região como tal. Entretanto, em seu livro *Nordeste*, uma das principais obras citadas por Albuquerque para reforçar seu argumento, Freyre não mostra o Nordeste como uma região indivisível e reconhece a existência de “‘vários Nordestes’, dentro da diversidade que compõe essa região”. Mas o que Freyre faz, e deixa claro em sua obra, é que pretende apresentar “o Nordeste açucareiro das terras férteis de massapê, da cana-de-açúcar, dos grandes senhores de engenho montados em seus vultosos cavalos e marcado pela abundância de água”. É importante destacar que, mesmo entendendo que havia diferenças na região, para Freyre era preciso construir e evidenciar aqueles que seriam os elementos comuns ao Nordeste. Além disso, o autor insistia em preservar os valores do passado, o que teria contribuído também para uma visão arcaica e atrasada da região.

O segundo ponto da análise de Santos aborda a crítica de Durval Muniz ao subdesenvolvimento sem que o historiador pernambucano discuta sequer as principais ideias de Celso Furtado. Como repara Nivalter Aires Santos (2019, p. 452), Furtado nem figura na

bibliografia de Albuquerque Jr. É importante fazer essa crítica por duas razões: 1) ao estudar a formação de Nordeste, é importante a produção de Furtado, uma vez que o economista paraibano influenciou toda uma corrente de pensamento acerca da região de forma indireta e direta, seja pelos seus escritos, ou então por meio de sua atuação em órgãos como a SUDENE, além de ter assumido o cargo de ministro do Planejamento do governo do presidente João Goulart. 2) porque Durval Muniz aborda, entre as questões, o subdesenvolvimento da região que tem entre os principais teóricos exatamente Celso Furtado.

E o terceiro ponto se refere à outra crítica feita pelo historiador pernambucano, desta vez a noção de dependência sem abordar os principais autores como Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, por exemplo.

Critica na mesma medida as interpretações de colonialismo interno e desigualdades regionais sem, tampouco, avançar em argumentos sobre esses temas, nem debatendo com os principais intelectuais que produziram essa análise, que mesmo que discutíveis, merecem o direito a uma crítica consciente e construtiva, no que se refere à análise da questão regional brasileira (SANTOS, 2019, p. 453).

A defesa da tese de que a construção de Nordeste se dá por meio de uma construção imagético-discursiva é bastante problemática porque não apenas tira os conflitos sociais do foco da análise como reforça a hegemonia vigente, o *status quo* na medida em que consolida o consenso de que o problema não são as relações concretas de poder e dominação, encobrando, assim, as determinações concretas da subalternidade e, portanto, agindo como um intelectual orgânico das classes dominantes.

Após a explanação dos principais elementos e processos históricos responsáveis pela constituição da questão nordestina, atravessando os debates político, econômico, social e cultural, o nosso trabalho pretende discutir como a questão nordestina se materializa atualmente no micro universo de relações que constituem o futebol, assunto do próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3**

#### **NÃO É APENAS UM JOGO: O FUTEBOL COMO ESPAÇO DA DISPUTA DE HEGEMONIAS**

*No futebol, a pior cegueira é só enxergar a bola.*

*Nelson Rodrigues*

Ao tratar da questão nordestina enquanto problema norteador para a abordagem da construção histórica da subalternidade do Nordeste ao Centro-Sul, buscou-se evidenciar não apenas as condições históricas envolvidas nessa subalternidade, mas também como ela se materializa socialmente, politicamente e culturalmente.

Como demonstrado, a questão nordestina pode ser identificada em diferentes áreas da sociedade brasileira e atinge os mais variados grupos, expressando-se culturalmente através da construção de um ideário baseado na subalternidade da Região Nordeste e dos nordestinos. Ao afirmar que a questão nordestina não se refere a um mero regionalismo, este trabalho pretende demonstrar como este problema – por meio do imaginário, da propagação de discursos e da consolidação da relação hegemonia-subalternidade – pode interferir diretamente nas escolhas e preferências do conjunto das massas populares, especialmente no futebol, que tem se consolidado como fenômeno de massas.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a questão nordestina se expressa em diferentes áreas como nas artes (cinema, literatura, música etc.), no jornalismo, na televisão, na educação formal e também no futebol. E é exatamente no futebol que este estudo irá se ater daqui em diante.

Por ser um fenômeno de massas e, como tal, um potencial instrumento de produção de consenso, que foi efetivamente utilizado ao longo de décadas no país para se conformar uma identidade nacional, principalmente na Era Vargas (décadas de 1930 e 1940) e na ditadura militar (1964-1985), o futebol se mostra um importante campo de análise. Para isso, é preciso fazer um apanhado sobre as raízes desse esporte, o seu desenvolvimento, a sua função social e importância dentro da sociedade brasileira.

Mas antes, é fundamental, para uma melhor compreensão desse esporte, que fique clara sua natureza ligada à cultura de massas, posto que a hegemonia de uma classe ou grupo social se expressa como religião das massas, isto é, se afirma sobre todo o tecido social e não apenas sobre as classes subalternas. Portanto, pretende-se, a seguir, discorrer sobre a relação entre hegemonia e massificação cultural.

### **3.1. Da inter-relação cultura de massa e hegemonia**

Para falar sobre massificação da cultura, é preciso retomar o projeto filosófico e político que se propunha a compreender a sociedade capitalista do início do século XX e que surgiu em 1923: o Instituto de Pesquisas Sociais, ligado à Universidade de Frankfurt, que abrigaria um

grupo de pensadores mundialmente conhecidos por teorizar sobre a indústria cultural e que ficaria conhecidos como a Escola de Frankfurt. Baseada numa perspectiva marxista para analisar a sociedade, a Escola de Frankfurt tinha entre os principais pensadores e teóricos Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm, Herbert Marcuse e Walter Benjamin (MOGENDORF, 2012).

O Instituto foi fechado em 1933, quando Adolf Hitler se tornou chanceler. Mas a produção teórica não se findou nessa época, uma vez que seus pensadores mantiveram seus estudos voltados para uma ciência social crítica fora dos muros da universidade, inclusive, alguns saíram do país, como foi o caso de Marcuse. É importante destacar que a denominação Escola de Frankfurt só surgiu a partir da década de 1960. De acordo com Janine Regina Mogendorf (2012, p. 154), não é possível dividir a Escola de Frankfurt em fases, “uma vez que as constantes transformações da ‘teoria’ mostram um deslocamento progressivo de tendências”. Um fato interessante é que “todos os seus pensadores eram intelectuais múltiplos, ligados a diversas áreas do saber como filosofia, sociologia, literatura e artes, mas não à comunicação”.

Por exemplo, Horkheimer e Adorno se dedicaram bastante aos estudos sobre indústria cultural. Para os autores, essa indústria “serviria como um escape para a civilização, que seguia o caminho ‘da obediência e do trabalho, sobre o qual a satisfação dos desejos brilha perpetuamente como pura aparência, beleza despojada de seu poder’” (WIGGERSHAUS apud MOGENDORF, 2012, p. 154).

Este trabalho não pretende se aprofundar nas teorias construídas pela Escola de Frankfurt, apenas apresentar brevemente o pensamento político dos frankfurtianos e abordar a importância do seu legado, tanto pelo seu pioneirismo em estudar a chamada indústria cultural, como por conseguir trazer uma perspectiva de classe para essa análise. Os frankfurtianos foram importantes para os estudos da cultura de massa, apesar de preferirem a terminologia “indústria cultural” para se referirem “ao processo social de transformação da cultura em bem de consumo tendo como plano de fundo uma sociedade imersa no capitalismo avançado”. O objetivo de alguns pensadores dessa corrente era o de diferenciar os estudos da expressão “cultura de massa”, para não atribuir, segundo os autores, “uma falsa impressão de que seria uma cultura que emana do povo” (MOGENDORF, 2012, p. 155).

Essa preocupação dos frankfurtianos em diferenciar cultura de massa como algo que emana do povo e a negação do seu caráter também popular é responsável pelas principais críticas sofridas pela Escola de Frankfurt. Entre elas, estavam acusações de “anacronismo e a

posição elitista de seus teóricos, a defesa da cultura erudita e a rejeição da cultura de massa” (MOGENDORF, 2012, p. 157).

Um desses críticos é o espanhol-colombiano Jesús Martin-Barbero. “Para o autor, a Escola de Frankfurt é responsável por dois grandes feitos: levar a problemática cultural para o campo da filosofia, bem como transformá-lo num ponto de partida para os teóricos de esquerda refletirem sobre as contradições sociais” (MOGENDORF, 2012, p. 158). A principal crítica de Barbero aos frankfurtianos, principalmente a Adorno e a Horkheimer, é sobre como a experiência nazista influenciou os dois negativamente em relação à visão dos processos de massificação. Para Barbero, “a voz mais lúcida” da escola foi Walter Benjamin por conseguir entender melhor aspectos do popular na cultura de massa (cf. *Ibidem*).

Em sua principal obra *Dos meios às mediações*, publicada pela primeira vez em 1987, Martin-Barbero apresenta uma interessante relação entre cultura de massa e o conceito gramsciano de hegemonia. Além disso, traça uma historiografia para entender como o popular se massificou a começar pela literatura com os folhetins, com o teatro, com o jornalismo etc. Uma perspectiva que abre brechas para pensar também como o futebol na Europa tinha um cunho mais popular e, com a industrialização, e as mudanças nos processos produtivos como um todo, acabou por torná-lo um fenômeno de massas.

Pensar o futebol enquanto fenômeno de massas, a partir do conceito de hegemonia, significa trazer a análise para uma perspectiva de classe ao procurar pensar a cultura, e especialmente a cultura popular, como um espaço que faz parte do processo de dominação cultural no interior do Estado capitalista, lembrando que este um organismo de classe que se sustenta sobre o equilíbrio instável das relações sociais antagônicas. Através desse olhar, pensa-se como a cultura de massas é capaz de dar legitimidade social para a construção de consensos, ou seja, ser responsável pela consolidação da hegemonia.

Jesús Martin-Barbero (1997, p. 105) aponta para o fato de que “Gramsci liga cultura popular a subalternidade, mas não de modo simples”, uma vez que, por um lado essa cultura popular “é inorgânica, fragmentária, degradada” e, por outro, “tem uma particular tenacidade, uma espontânea capacidade de aderir às condições materiais de vida e suas mudanças, tendo às vezes um valor político progressista, de transformação”.

É importante lembrar o caráter relacional entre hegemonia e subalternidade. Isso porque não se pode apagar a correspondência dialética entre essas duas categorias. Como lembra Martin-Barbero (1997, p. 105), há uma tendência ao “exagero na positividade” dos grupos subalternos por parte das esquerdas, ao tentar resgatar a cultura popular, em momentos de crise.

Nesse aspecto, passa-se a acreditar numa capacidade quase mágica de que a resistência popular terminará em um novo impulso revolucionário, sem abordar necessariamente os caminhos para tal feito. Essas concepções errôneas são o exato oposto do que Gramsci propunha.

Se antes uma concepção fatalista e mecânica da dominação fazia da classe dominada um ser passivo, somente mobilizável de "fora", agora a tendência será atribuir-lhe em si mesma uma capacidade de impugnação ilimitada, uma alternatividade metafísica. O mais grave nesta oscilação, como anota García Canclini, é que "insistiu-se tanto na contraposição da cultura subalterna e da hegemônica, e na necessidade política de defender a independência da primeira, que ambas foram pensadas como exteriores entre si. Com o pressuposto de que a tarefa da cultura hegemônica é dominar e a da cultura subalterna resistir, muitas investigações não parecem fazer outra coisa que não seja pesquisar para além das formas como uma e outra cultura desempenham seus papéis neste libreto". Mas o que quer que se tenha alcançado até aí não significa, como parece pensar García Canclini, que isso revele os limites do pensamento de Gramsci, já que não creio que isso seja uma mera "expansão entusiasta" de seu pensamento, mas uma profunda deformação, que consiste em usar as palavras hegemonia e subalternidade preenchendo-as do conteúdo de exterioridade que procuravam romper, só que agora esse conteúdo está invertido: a capacidade de ação - de domínio, imposição e manipulação -, que antes era atribuída à classe dominante, é transferida agora para a capacidade de ação, resistência e impugnação da classe dominada. [...] Em todo caso, ver o popular a partir da ótica gramsciana redonda totalmente contrário ao facilismo maniqueísta que García Canclini critica. Se algo nos ensinou é a prestar atenção à trama: que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem "de cima" são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são, as da dominação (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 105, 106 e 107).

Para Martin-Barbero (1997, p. 107), existe uma "tendência maniqueísta na hora de pensar a 'indústria cultural'". Entretanto, para o colombiano, dois autores conseguiram fugir dessa tendência ainda na metade do século passado: o inglês Richard Hoggart, em sua obra pioneira *The Uses of Literacy* (Os usos da alfabetização), publicado em 1957, e o galês Raymond Williams, que se dedicou ao tema em diversos livros (décadas de 1960 e 1970).

Em *The Uses of Literacy*, Hoggart "estuda o que a cultura de massa faz com o mundo da cotidianidade popular e a forma como aquela cultura é percebida pela experiência operária" (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 107). O autor inglês combina etnografia e análise fenomenológica para compreender o estilo de vida dos trabalhadores, possibilitando analisar sem separar cultura e condições materiais. Portanto, Hoggart demonstra as contradições inerentes ao processo de massificação. Por exemplo, o inglês observava como funcionavam as forças de mudança percebidas pelas classes subalternas. Além disso, analisa a mudança no papel da imprensa que, antes expressava a voz das classes populares, e agora cumpre função

amortizadora e construtora do consenso, assumindo o seu lugar de aparelho privado de hegemonia.

Assim se encontra sintetizado de forma esplêndida o funcionamento da hegemonia na indústria cultural: o encaminhamento de um dispositivo de reconhecimento e da operação de expropriação. Hoggart traça o mapa dessas operações que "exploram" as aspirações de liberdade esvaziando-as de seu sentido de rebeldia e preenchendo-as de conteúdo consumista, que transformam a intolerância em indiferença ou o sentimento de solidariedade em igualitarismo conformista, e o apego às relações estreitas, pessoais, na torpe "personalização". [...] E a essa experiência - que é memória e prática - remete também o mecanismo com o qual as classes populares fazem frente inconsciente e eficazmente ao massivo: a visão oblíqua com que leem "tirando prazer da leitura sem que ela implique perder a identidade", como o demonstra o fato de que, comprando os jornais conservadores, vota no trabalhismo e vice-versa (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 108-109).

Já o segundo autor, de acordo com Martin-Barbero (1997), traz um importante ponto em sua obra. Raymond Williams revê o conceito de cultura ao fazer a historiografia e a crítica dessa formulação. Inicialmente, o termo cultura tinha elementos ligados ao cultivo. Depois, no século XVIII, começa a ser visto como um valor que se tem ou como uma aspiração, uma vez que passa a se confundir com educação, ensino, instrução e, portanto, será relegado aos homens superiores. Assim, cultura passa a ser entendida como algo ligado à intelectualidade, não à materialidade social. No século XIX, com a nova organização das relações produtivas, isso muda.

É nesse panorama que Williams se atém. “Junto ao movimento de desconstrução, Williams leva a cabo outro de reconstrução do conceito”, com o objetivo de “pensar a dinâmica cultural contemporânea em duas frentes”: um teórico e outro metodológico (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 109-110).

A concepção teórica introduz o “conceito gramsciano de hegemonia na teoria cultural, deslocando a ideia de cultura do âmbito da ideologia como único âmbito próprio, isto é, da reprodução, até o campo dos processos constitutivos e, portanto, transformações do social”. Já a concepção metodológica apresenta três “estratos”: arcaico, residual e emergente. O arcaico é aquele “que sobrevive do passado, mas enquanto passado, objeto unicamente de estudo ou de rememoração”; o residual é o que “comporta dois tipos de elementos: os que já foram plenamente incorporados à cultura dominante ou recuperados por ela, e os que constituem uma reserva de oposição, a impugnação aos dominantes, os que representam alternativas”; e a emergente é a camada formada pelo “novo, o processo de inovação nas práticas e nos significados. E isso tampouco é uniforme, pois nem todo novo é alternativo à cultura dominante nem para ela funcional” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 110-111).

Ao fazer uma historiografia dos significados e ressignificados de cultura e dos processos históricos sociais, pode-se compreender o surgimento da chamada cultura de massa. Desse modo, introduzir o conceito de hegemonia dentro dos estudos sobre cultura aponta para a questão de classe intrínseca às sociedades capitalistas e seu processo de transformação ao longo dos anos. Além disso, promover o encadeamento de fatores que retomam o passado para entender o presente explicita os processos que fazem parte da construção cultural de uma sociedade e a produção do consenso para direção e dominação de classe sobre o conjunto da sociedade, que se expressa, entre outros, na cultura.

Pensar a indústria cultural, a cultura de massa, a partir da hegemonia, implica uma dupla ruptura: com o positivismo tecnicista, que reduz a comunicação a um problema de meios, e com o etnocentrismo culturalista, que assimila a cultura de massa ao problema da degradação da cultura. Essa dupla ruptura recoloca os problemas no espaço das relações entre práticas culturais e movimentos sociais, isto é, no espaço histórico dos deslocamentos da legitimidade social que conduzem da imposição da submissão à busca do consenso. E assim já não resulta tão desconcertante descobrir que a constituição histórica do massivo, mais que à degradação da cultura pelos meios, acha-se ligada ao longo e lento processo de gestação do mercado, do Estado e da cultura nacionais, e aos dispositivos que nesse processo fizeram a memória popular entrar em cumplicidade com o imaginário de massa (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 125-126).

Portanto, para descobrir o percurso histórico de transformação social que converteu o popular em massivo, é preciso retornar ao processo de revoluções burguesas e de consolidação definitiva do Estado-Nação, compreendendo as diferenças entre cultura popular e cultura de massa.

### **3.2. Do popular ao massivo**

As transformações que ocorreram do século XVI ao XIX a partir do período mercantil, o desenvolvimento do capitalismo e a constituição dos Estados modernos alteram diretamente as relações econômicas dentro de determinados territórios. Assim sendo, “a economia deixa de ser ‘doméstica’ e se converte em economia política”, o que faz surgir “uma primeira unidade do mercado baseada na identificação dos interesses do Estado com o ‘interesse comum’ e cujo índice simbólico será a unidade monetária”. Além disso, algumas guerras religiosas geradas pela fragmentação do cristianismo com a reforma protestante acabam por gerar um sentimento nacional. “A integração que se materializa na delimitação de uma matriz territorial cujo verdadeiro alcance se acha, bem mais que na demarcação das fronteiras com o exterior, na centralização ‘interior’ do poder político” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 127).

A centralidade no novo Estado-Nação acontece de duas formas, de acordo com Martín-Barbero (1997): de um lado por meio de uma integração horizontal, de outro, através de uma integração vertical. A primeira destaca a incapacidade do Estado moderno de permitir uma sociedade “polissegmentada”, isto é, que aceita culturas populares regionais e locais. A nova estrutura não comporta a “multiplicidade de grupos e subgrupos – classes, linhagens, corporações, fraternidades, grupos de idade etc. – e cujas relações e equilíbrio internos estão regidos por complexos rituais e sistemas de normas” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 128). Isso porque as “particularidades regionais, em que se expressam as diferenças culturais, se convertem em obstáculos à unidade nacional que sustenta o poder estatal”. A segunda forma de integração, a vertical, faz com que se comece a hierarquização das relações sociais por meio do Estado, na qual “cada sujeito é desligado da solidariedade grupal e religado à autoridade central. Desligamento que ao romper a sujeição ao grupo ‘liberava’ cada indivíduo, convertendo-o em mão-de-obra livre, isto é, disponível para o mercado de trabalho” (Ibidem).

Nesse aspecto, o papel da Igreja é de fundamental importância para se identificar o ideal do trabalho com a doutrina do livre arbítrio, submissão à hierarquia e promessas divinas que não abarcavam grupos, mas indivíduos. Condenação e remissão eram realizadas a partir de práticas individuais. As relações anteriores baseadas na solidariedade de grupos começam a perder força ainda na alta Idade Média e passa a se transformar na transição para a sociedade capitalista.

Outros fatores contribuem para a mudança cultural que reduz as particularidades regionais a uma centralidade nas massas. Como exemplo disso, tem-se a racionalização do Estado moderno a partir da Revolução Francesa e o surgimento da ideia de pátria que se reveste “de sentido social ao implicar a predominância do bem público sobre os interesses particulares e a abolição dos privilégios. A soberania testemunha a ‘vontade geral’ dos cidadãos, encarnada no poder do Estado” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 129).

Mas o Estado afirma sua unidade paradoxalmente no momento histórico em que emergem as classes em luta. A soberania então, mais que a morte do príncipe, resultará, na realidade, em seu deslocamento. "Ao sustentar a soberania como princípio de Estado, os revolucionários perpetuavam o 'príncipe', quer dizer, o modelo estatal (...). Ao situar a Nação no primeiro plano da cena política, os revolucionários deslocaram o monarca. Mas nesta ampla transformação não se buscou senão uma coisa: ocupar o lugar do Rei". O paradoxo encontra sua melhor expressão no movimento pelo qual a Nação, ao dar corpo ao povo, acaba substituindo-o. Do plural dos povos à unidade do povo convertido em Nação, e integrado a partir da centralidade do poder estatal, põe-se em marcha a inversão de sentido que tornará visível a cultura chamada popular no século XIX. E quando a cultura de massa se apresenta como cultura popular, não fará senão continuar a substituição que a Nação fez do povo, no plano político. Substituição que só foi possível mediante a dissolução do plural que,

instituindo a integração, realizava a centralização estatal. O que possibilita a passagem da unidade de mercado à unidade política será a integração cultural. [...] As diferenças culturais entravavam a livre circulação das mercadorias e representavam para o absolutismo uma inadmissível divisão do poder (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 129).

Outros dois elementos citados pelo autor colombiano para entender a transformação da cultura são as rupturas no sentido de tempo, por meio das quais o processo cíclico é eliminado para dar lugar ao tempo linear, voltado para a produção, e também “a transformação do saber e seus modos de transmissão mediante a perseguição das bruxas e o estabelecimento da escola” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 130).

Com relação à nova estruturação do tempo, passa-se a desvalorizar as marcações utilizadas anteriormente pelos grupos sociais que se baseavam nas leis da natureza, nos ciclos de colheitas e, conseqüentemente, nas festas e rituais sedimentados nessa forma de produção, que ligavam o cotidiano dos grupos ao pertencimento à comunidade. O novo tempo se estabelece de forma única e homogênea com o objetivo de controlar e disciplinar os corpos. “A integração das classes populares na sociedade capitalista é a proletarização não só no sentido da venda do trabalho, mas também naquele outro que representa a interiorização da disciplina e da moral que ‘os novos tempos’ exigem” (Idem, p. 132).

A transformação do saber e os modos populares de sua transmissão também são um ponto chave para Martin-Barbero (1997, p. 132). O autor destaca a caça às bruxas como método para “perfurar o núcleo duro a partir do qual resistem as velhas culturas”. Uma das razões é porque

a bruxa sintetiza para os clérigos e os juízes civis, para os homens ricos e os cultos, o mundo que é preciso abolir. Porque é um mundo descentrado, horizontal e ambivalente que entra em conflito radical com a nova imagem do mundo que esboça a razão: vertical, uniforme e centralizado. O saber mágico - astrológico, medicinal ou psicológico - permeia inteiramente o conceito popular do mundo. Não é uma mera atividade ou um sentimento, é "uma certa qualidade da vida e da morte", um imaginário corporal que privilegia as "regiões mais baixas", ao mesmo tempo como lugar do gozo e dos signos, dos tabus. Um saber possuído e transmitido quase exclusivamente por mulheres: mais de setenta por cento dos acusados, torturados e justicados por bruxaria foram mulheres. [...] No solapamento dessa consciência, a escola vai desempenhar um papel preponderante. A escola não pode cumprir seu ofício, isto é, introduzir as crianças nos dispositivos prévios para o ingresso na vida produtiva, sem desativar os modos de persistência da consciência popular. Por isso a escola funcionará sobre dois princípios: a educação como preenchimento de recipientes vazios e a moralização como extirpação dos vícios. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 132-133).

Martin-Barbero atribuía a esse espaço, seu papel fundamental para homogeneização do processo de aprendizado, acompanhado da desvalorização da cultura popular, “que depois

passará a significar unicamente o atrasado e o vulgar”. Isso vai assinalar o “ponto de partida na difusão de um sentimento de vergonha entre as classes populares de seu mundo cultural”, para então produzir “o mito de uma cultura universal, que é por sua vez o pressuposto e a aposta hegemônica da burguesia, esta classe pela primeira vez universal, segundo Marx” (Idem, p. 133-134). Nesse sentido, pode-se exemplificar como a escola foi constituída para funcionar como aparelho de hegemonia.

Muito antes de que a antropologia se fizesse disciplina científica, a burguesia pôs em marcha a "operação antropológica" mediante a qual seu mundo se converteu no mundo e sua cultura, na cultura. É essa unificação do sentido o que os antropólogos racionalizam na concepção-mãe da antropologia, que é a evolucionista, e segundo a qual qualquer diferença cultural não é, não pode ser mais que atraso. E o atrasado não pode deixar de sê-lo senão evoluindo para a modernidade que a burguesia ocidental encarna. A ideia de cultura vai permitir à burguesia cindir a história e as práticas sociais - moderno/atrasado, nobre/vulgar - e ao mesmo tempo reconciliar as diferenças, incluídas as de classe, no credo liberal e progressista de uma só cultura para todos (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 134-135).

Portanto, para descobrir o percurso histórico de transformação social que converteu o popular no massivo, é preciso destacar o processo de revoluções burguesas e de consolidação definitiva do Estado-Nação, compreendendo as diferenças entre cultura popular e cultura de massa.

Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva (1980, p. 42), apesar do intenso debate que se faz por causa dos termos, entende-se por cultura de massa um “produto simbólico veiculado pelos meios de difusão massiva (televisão, rádio, cinema, jornais, revistas e livros)”. Já cultura popular se trata de um “produto simbólico, difundido e consumido pelas classes subalternas”.

O debate teórico entre cultura popular e cultura de massa precisa ser feito com cautela devido às controvérsias que os dois termos apresentam em diferentes áreas do conhecimento. Silva (1980, p. 42) se contrapõe à ideia de que a cultura de massas desfigura a cultura popular, assim como confronta a noção purista que se tem da cultura popular. De acordo com o autor, é fundamental que se entenda que ambas sofrem interferência da ideologia dominante e, “tanto uma quanto a outra, são fundamentalmente influenciadas pelas condições econômicas da sociedade e que as relações entre elas devem ser analisadas do ponto de vista dialético, e não mecanicista”.

Inclusive, Silva (1980, p. 43) faz sua crítica à Escola de Frankfurt por seu “pessimismo idealista” e a autores brasileiros que, influenciados pelos frankfurtianos, levantaram teses subestimando a capacidade de reação das classes subalternas, marginalizando a cultura de massas. Por exemplo, o argumento que concebe a cultura de massas como responsável por uma

“dominação global dos sistemas de comunicação”, ou mesmo de que existe uma cultura verdadeira, no caso a cultura popular, que apresentaria a real resistência à dominação.

A análise de Silva consiste em não tratar o tema de forma maniqueísta nem fazer um juízo de valor concebendo a cultura de massas *a priori* como prejudicial, pertencente aos grupos dominantes, e a cultura popular como algo bom, puro, pertencente ao povo. Mas tentar compreender de forma dialética qual papel ambas cumprem para a construção e manutenção da hegemonia burguesa.

Não se trata de consumir passivamente uma cultura que é estranha a seus interesses e condições objetivas de vida, mas de reinterpretar e mesmo criar (na medida em que a própria reinterpretação implica na atribuição de novo sentido simbólico) formas peculiares de expressão cultural que envolvam um sentido de recusa e de resistência. [...] Da mesma forma, como Antonio Fausto Neto já deixou bastante claro em extensivo estudo sobre a literatura de cordel, as expressões artísticas da cultura popular estão eivadas de elementos da ideologia dominante, funcionando, muitas vezes, como legitimadores e reforçadores da visão do mundo das classes dominantes. E não poderia ser de outra forma: o universo dos valores burgueses é hegemônico em qualquer sociedade cujo modo de produção dominante seja o modo de produção capitalista e ele permeia toda a vida e os valores das classes subalternas. Contudo, a realidade social é muito mais viva do que uma visão simplista pode retratar e, apesar dessa hegemonia, “não se pode ignorar que a cultura, as formas de vida das classes nesse sistema (capitalista) têm suas diferenças e especificidades até pela sua existência objetiva em relação aos meios de produção [...]” (SILVA, 1980, p. 44 e 45).

Martin-Barbero (1997, p. 167) destaca a “constituição das massas em classe e o surgimento de uma nova cultura, de massa” como um processo de dominação das classes populares pela burguesia em diferentes países da Europa, como Inglaterra, França, Espanha etc. Isso ocorreu graças à consolidação do capitalismo na metade do século XIX e à fundação da maioria dos Estados modernos no velho continente.

Esse processo de concretização do sistema capitalista constrói uma relação dialética com a cultura de massas a partir da consolidação dos Estados modernos que contribuíram para a legitimidade da burguesia enquanto classe dirigente e dominante, controladora não apenas dos meios de produção, mas também dos aparelhos de hegemonia. A sociedade burguesa produz a cultura de massas, assim como a cultura de massas é fundamental para a consolidação da hegemonia burguesa.

Massa designa, no movimento da mudança, o modo como as classes populares vivem as novas condições de existência; tanto no que elas têm de opressão quanto no que as novas relações contêm de demanda e aspirações de democratização social. E de massa será a chamada cultura popular. Isto porque, no momento em que a cultura popular tender a converter-se em cultura de classe, será ela mesma minada por dentro, transformando-se em cultura de massa. [...] A cultura de massa não aparece de repente, como uma ruptura que permita seu confronto com a cultura popular. O massivo foi

gerado lentamente a partir do popular. Só um enorme estrabismo histórico e um potente etnocentrismo de classe, que se nega a nomear o popular como cultura, pôde ocultar essa relação, a ponto de não enxergar na cultura de massa senão um processo de vulgarização e decadência da cultura culta. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 168).

Em seus estudos, Martin-Barbero rompe com a ideia, principalmente difundida por alguns teóricos da Escola de Frankfurt, sobre a influências dos meios de comunicação e da indústria cultural para a manipulação das massas. Ao invés disso, o autor espanhol-colombiano desloca a sua análise para o que ele chama de mediações sociais e aborda a relação dialética para a constituição da cultura de massas, que surge da transformação dos novos processos produtivos, da tentativa de padronização da sociedade para a constituição do consenso e o uso da coerção para a sustentação da dominação do Estado burguês.

Como já mencionado neste trabalho, o consenso é desenvolvido na sociedade civil com o propósito de dar estabilidade à formação social (o que não significa a inexistência de consenso na sociedade política, ou de força na sociedade civil). Nesse aspecto, é importante entender como a comunicação de massas (o jornalismo, o cinema, a literatura, as transmissões esportivas, entre outros) é fundamental para fabricar, difundir e alicerçar a ordem vigente e a ideologia dominante através dos aparelhos privados de hegemonia.

Apesar de compreender que a cultura e a comunicação de massas são fundamentais para a constituição do consenso, “não se pode falar em dominação direta” “sobre a cultura popular”, uma vez que “a consciência popular não é uma estrutura unitária, mas complexa e contraditória. E as contradições devem ser realçadas e não escamoteadas, para que se possa superá-las” (SILVA, 1980, p 45).

Para Silva (1980, p. 45), o pesquisador não deve se render à hegemonia dominante, como se essa fosse “totalitária e inescapável”, nem se refugiar

em formas de manifestação cultural anteriores a esse tipo de hegemonia (mas sujeitas a outras formas de dominação ideológica correspondentes às outras condições sociais e econômicas vigentes), valorizando-as romanticamente e tentando preservá-las da contaminação dos atuais meios de legitimação ideológica como que, externamente, o mundo real não tivesse mudado. Não deve ser, contudo, muito menos, a de viver cobrando dos artefatos culturais populares uma homogeneidade e coerência ideológica que eles não podem oferecer por estarem infiltrados dos valores da ideologia dominante. É nesse sentido que Trotsky nega a existência de uma cultura popular plena enquanto não houver o estabelecimento de novas formas de relações sociais (SILVA, 1980, p 45).

Portanto, ao buscar entender aspectos, campos, objetos ou mesmo práticas da cultura de massas, é preciso levar em questão as bases materiais para as ideias dominantes. A cultura de massas não existe desapegada da estrutura social e, nesse aspecto, mais do que um embate

maniqueísta de cultura de massas *versus* cultura popular, é necessário compreender como ambas são afetadas pela hegemonia, enquanto mecanismo de criação de consenso, para assim poder superá-la.

Assim sendo, é possível chegar ao objeto de análise desta pesquisa, voltando-se finalmente para observar como o futebol, considerado um fenômeno de massas, é capaz de evidenciar como a afirmação do interesse e do poderio de grupos econômicos produzem desigualdades no movimento de realização de seus interesses.. Entretanto, é a continuação dos interesses econômicos dos grupos hegemônicos que sustenta a estrutura e reproduz o atual modelo de desenvolvimento. No caso do futebol, a desigualdade se assenta sobretudo em questões materiais – favorecida pela hegemonia regional já existente –, do poderio dos times do Centro-Sul e, portanto, da capacidade de influenciar a mídia do centro-sul e também do Nordeste.

A escolha do futebol se fez exatamente por se tratar de um fenômeno da cultura de massas que atravessa as diferentes frações de classe. Além disso, é uma prática que tem suas raízes nas classes subalternas e possuiu no passado um caráter subversivo, mas, com as transformações do processo produtivo e com o estabelecimento da nova ordem social, foi inserido no mercado capitalista como mais uma mercadoria em circulação para consumo da massa.

### **3.3. Origem plebeia, esporte das massas**

Não se sabe ao certo a origem do futebol, apenas que ao longo da história, diversas sociedades praticavam jogos com bola, como na Grécia, em Roma, na China, ainda na antiguidade, assim como em lugares da Europa durante a Idade Média. Entretanto, o futebol praticado nos dias atuais tem origem na Inglaterra. Mas, antes da sua modernização e profissionalização, a prática do futebol enfrentou uma série de proibições na Grã-Bretanha, principalmente por se tratar de uma atividade de diversão popular (ALVITO, 2014).

Inclusive, os “reis preferiam que seus súditos praticassem arco e flecha, preparando-se para guerra, em vez de baterem uns nos outros em disputa pela pelota” (ALVITO, 2014, p. 24). O futebol se tornou um dos principais problemas para as autoridades não somente por ameaçar a ordem pública em função de favorecer a aglomeração da população, mas especialmente por ser utilizado para organização de protestos.

Há pelo menos dois registros do século XVIII de multidões que se reuniram supostamente para jogar futebol, mas na verdade tinham o objetivo de destruir as cercas que lhe estavam impedindo o acesso a uma terra que durante séculos fora comum. Em 1765, em West Haddon, no condado de Northampton, depois de verem seus protestos formais ignorados pelas autoridades, os camponeses colocaram um anúncio no jornal convocando os “jogadores” a se reunirem nos *pubs* para em seguida praticarem o futebol. Poucos minutos depois da bola rolar, a multidão tocou fogo nas cercas, causando enorme prejuízo aos proprietários, que queriam expulsá-los daquelas terras. Cinco homens chegaram a ser presos, mas os organizadores do “jogo de futebol” desapareceram. O aumento do preço dos alimentos também gerava revoltas populares, como a ocorrida em Kettering, em 1740, quando quinhentos homens se reuniram com o pretexto de jogar futebol, para em seguida destruir um moinho como forma de protesto (ALVITO, 2014, p. 24-25).

É importante entender como o futebol surge enquanto fenômeno popular na Inglaterra em contraste com o Brasil, onde o esporte era inicialmente praticado pela elite, como veremos no próximo tópico.

Por ser uma forma de recreação da plebe, que demonstrava o descontrole que barrava o “desenvolvimento moral, social e material”, o futebol foi condenado (ALVITO, 2014, p. 26). As classes médias e altas acreditavam que o esporte incitava a vadiagem, perturbava a ordem e era violento, “mas o jogo, em suas diversas variações, tornara-se mais popular do que nunca, apesar das proibições, mas também graças a elas: o desrespeito se convertia numa maneira de as classes populares afirmarem seus valores e práticas” (Idem, p. 26).

O futebol tradicional começou a enfrentar grandes problemas no século XIX com o processo de urbanização e industrialização. “No campo, com cercamentos, e nas cidades, com a crescente concentração populacional, havia cada vez menos espaço para praticar o jogo” (Idem, p. 26).

Além disso, os trabalhadores eram obrigados a trabalhar de 14 a 16 horas por dia, o que reduzia o tempo para se dedicar a qualquer outra função que não o trabalho. Para completar, o futebol era visto pela classe dominante como um inimigo do progresso. Assim sendo, a prática passou a ser duramente reprimida pela força policial recém-criada. Então, em 1835, “o Parlamento aprovou uma lei proibindo o futebol de rua em toda Inglaterra, mas houve resistência popular” (Idem, p. 26).

O esporte só foi descriminalizado quando os colégios da aristocracia passaram a praticá-lo. Por causa da violência dos filhos da aristocracia que agrediam seus mestres, colocavam fogo na escola, violentavam moradoras da região, entre outras coisas, os diretores inseriram a prática do esporte na tentativa de pacificar esses jovens. Futuramente, o futebol passaria a ter regras, criariam a associação responsável pelo esporte e também o primeiro campeonato nacional, a

*Football Association Cup*, ou *FA Cup* (conhecida no Brasil como Copa da Inglaterra), em 1871, considerada a primeira competição oficial de futebol do mundo (ALVITO, 2014).

A rapidez com que o futebol se popularizou é impressionante. O motivo é simples: a ralé, que inventara o jogo e o havia praticado durante séculos (sendo perseguida por isso), aderiu imediatamente ao novo esporte. [...] Aos poucos, a classe operária, organizada em sindicatos, conseguia melhores condições de vida, arrancando melhores ordenados dos patrões: calcula-se que entre 1850 e 1914 tenha havido um aumento de dois terços no valor dos salários. Nesse momento, sobrava um dinheirinho para frequentar o *music-hall*, beber umas cervejas no *pub* e ir ao futebol (ALVITO, 2014, p. 32).

### 3.4. Da elite para o povo

Ao contrário da Inglaterra, no Brasil, o futebol começa como um esporte dos filhos da elite. Em 1895, o paulistano, filho de ingleses, Charles Miller voltou para o Brasil com duas bolas, camisa, calção e chuteiras de “Southampton depois de ter cursado a *Banister Court School*” (MÁXIMO, 1999, p. 179). Naquela época, os filhos da elite iam estudar na Europa, principalmente se eram descendentes de europeus. Miller foi para a Inglaterra, onde “estudou, conheceu a terra dos pais, fez amigos e, nas horas vagas, descobriu um novo e fascinante brinquedo: *the football*” (Idem, p. 179).

O primeiro *match* em terra brasileira foi promovido por Charles Miller – com uma daquelas bolas, num terreno baldio da várzea do Carmo, entre as ruas Santa Rosa e do Gasômetro – na manhã de domingo, 14 de abril de 1895. Esqueçamos os demais possíveis nascimentos para ficarmos com este que, além de documentado, contém, mais que qualquer outro, a verdadeira semente do futebol brasileiro. Sim, porque tal semente foi plantada em terreno muito mais nobre do que um campinho de várzea pode sugerir: o jardim da alta classe média paulistana (MÁXIMO, 1999, p. 180-181).

Como aponta Máximo (1999), no final do século XIX, o Brasil era um país que tinha menos de oito décadas de independência, apenas seis de república e aproximadamente sete de abolição oficial. Era basicamente um Estado em formação, e o Rio de Janeiro, então capital federal, tinha muitos problemas de infraestrutura, epidemias, entre outros enfrentados por diversas cidades da ex-colônia. Apesar de ser um pouco melhor, São Paulo não era tão diferente: “tinha o café, tinha as indústrias, tinha uma sociedade patriarcal comprometida com o progresso. Mas, a exemplo do Rio de Janeiro, também tinha pobreza” (Idem, p. 181).

Na São Paulo de 1895 (aliás, como em qualquer época ou lugar), povo era povo. E elite, elite. Tinha mesmo tintas de nobreza a elite paulistana, incluindo condes, barões, duques, títulos conseguidos menos por genealogia nobiliárquica do que pelo prestígio

que o dinheiro podia comprar. Alguns até brasões ostentavam. Educavam seus filhos nos melhores colégios, faziam as filhas se casarem com jovens de sobrenomes ilustres como os seus, impunham-se enfim como cérebro e coração do núcleo familiar. A elite paulistana era mais numerosa e mais abastada que a carioca. Muitos de seus patriarcas vinham da Europa ou descendiam de europeus: italianos, alemães, portugueses, suíços, ingleses. Como os introdutores do futebol nos principais centros brasileiros: Charles Miller, em São Paulo, e Oscar Cox, no Rio (MÁXIMO, 1999, p. 181).

Faz-se necessário abordar o cenário do Brasil do fim do século XIX, início do século XX, para uma melhor compreensão de como foi o surgimento e a consolidação do futebol nesse país, bem como se formou a cultura da disputa esportiva. Como já foi dito, no Brasil, o futebol foi inicialmente praticado pela elite e ligado aos seus valores, ainda que a sua origem na Inglaterra tenha sido plebeia. Isso porque, o esporte já tinha sido apropriado pela aristocracia inglesa, e esses, implementado regras ao jogo nas escolas mais ricas daquele país. Sendo assim, essa se tornava uma atividade digna para as elites brasileiras, afinal, era uma atividade das elites inglesas.

O futebol se consolidou no Brasil, principalmente na década de 1920, enquanto prática para os jovens burgueses “como instrumento de distinção e destaque”, uma vez que os materiais para o jogo eram importados da Inglaterra, e as partidas eram frequentadas por aquelas pessoas consideradas de bom nível cultural e com grande poder aquisitivo, que ficavam em suas tribunas, com roupas elegantes para acompanhar o futebol (cf. REIS et al., 2013).

Foi com jovens de boas famílias como a sua, até então interessados em críquete, golfe, tênis e similares, que Charles plantou a semente. Ensinou-lhes os fundamentos do futebol, dividiu-os em dois times, escalou um dos seus amigos para juiz, outro para bandeirinha, e lá foram todos fazer história na várzea do Carmo. Depois, realizaram novos jogos em campo literalmente mais nobre: o gramado da chácara da também britânica família Dooley, no bairro do Bom Retiro. Daí, sempre entre a elite, foram surgindo os primeiros times de verdade (MÁXIMO, 1999, p. 182).

O esporte claramente era um privilégio da elite, entretanto, o primeiro craque brasileiro foi justamente o filho de um alemão com uma mulher negra brasileira: Arthur Friedenreich, que dividiu sua infância “entre o clube fechado do pai e as peladas democráticas do bairro da mãe”, o jogador era, “até fins dos anos 1920, uma espécie de estranho no ninho, um homem do povo vestindo a mesma camisa dos jovens da elite”. Friedenreich foi campeão e artilheiro, chegou à seleção paulista e depois à brasileira, “tudo isso numa época em que nenhum de seus europeizados companheiros e adversários jogava a metade de seu futebol” (MÁXIMO, 1999, p. 1983).

É importante destacar também que apesar de que, um ou outro jogador da classe trabalhadora, conseguisse frequentar um time como São Paulo ou Fluminense, o esporte,

enquanto reflexo da sociedade brasileira, era extremamente racista. Nesse aspecto se destacam dois grandes exemplos. O primeiro, em 1921, quando houve uma recomendação do presidente da República, Epitácio Pessoa, para que não incluíssem “mulatos” na seleção brasileira que iria disputar o Campeonato Sul-Americano em Buenos Aires. Para o então presidente era “preciso projetar outra imagem nossa no exterior”, uma vez que “uma delegação de futebol não deixava de representar o país”. E, por isso, era “absolutamente imperioso que o país fosse representado por sua ‘melhor sociedade’” (Idem, p. 183-184).

O segundo também aconteceu nos anos de 1920. O Vasco da Gama, com o seu time de negros e brancos pobres, venceu o campeonato de 1923, apesar dos times de afortunados brancos formado por burgueses e aristocratas do Fluminense, Botafogo, América e Flamengo. Mas essa vitória não foi aceita pelos demais times e a solução foi formar uma nova liga, uma “liga branca”, que “excluísse o Vasco, com seus negros e mestiços” (SOARES, 1999, p. 119).

Outro fator, que demonstra bem o racismo no futebol daquela época, foi o caso de Carlos Alberto. Negro, ele iniciou sua carreira esportiva no América e depois se transferiu para o Fluminense. Entretanto, para não “destoar do ambiente aristocrático do clube, utilizava o recurso do pó-de-arroz” (MORAES, 2008, p. 7). Apelido que foi transferido para o clube, que até hoje é conhecido assim.

Apesar desse caráter elitista, aristocrático e racista, o futebol acabou ganhando as massas populares no Brasil. De acordo com Máximo (1999), um dos pontos chaves foi a vitória heroica da seleção brasileira sobre a uruguaia no Sul-Americano de 1919, que foi disputado no recém-inaugurado estádio do Fluminense. Friedenreich, que marcou o gol da vitória, “foi carregado nos ombros da torcida pelas ruas da cidade, teve as chuteiras expostas numa joalheria e consagrou-se como ídolo maior, cognominado ‘El Tigre’ pelos adversários. O futebol nunca estivera tão na alma do povo. Dali em diante, a paixão só cresceria” (MÁXIMO, 1999, p. 184).

No Brasil, estranho que pareça, o avanço profissionalista teve como causa uma ideia conservadora. Os clubes que perdiam campeonatos por se negarem a ter em seus times jogadores negros (e seus times eram formados obrigatoriamente por sócios-atletas, com direito a frequentar as sedes sociais) decidiram decretar o novo regime. Assim, poderiam arregimentar jogadores de qualquer raça ou condição social, contratados como empregados, sem precisarem macular seu quadro social. Não foi por acaso que as elites do Fluminense e do São Paulo estavam entre os líderes do movimento profissionalista. O que, por sinal, resultou em séria cisão no futebol brasileiro, só sepultada com a reunificação de 1937. A profissionalização abriu definitivamente o caminho para que os primeiros gênios do futebol brasileiro, a suceder Friedenreich, entrassem em campo. Fausto dos Santos, Domingos da Guia, Leônidas da Silva, Waldemar de Brito e depois uma longa e ilustre galeria de Zizinho a Pelé (MÁXIMO, 1999, p. 186).

Mas a questão da popularização do futebol não foi apenas um fenômeno espontâneo de massas. Ao longo de décadas, o futebol foi um dos principais instrumentos para a conformação de uma identidade e unidade nacional. Isso se deu através de propagandas envolvendo a seleção brasileira, iniciando primeiro no governo de Getúlio Vargas, já que “a seleção brasileira seria o veículo perfeito a dar concretude à idealização de democracia social do Estado Novo” (SOUZA, 2009), e se aprofundando durante o período de Ditadura Militar (1964-1985), ou seja, em dois períodos de governos autoritários.

Então, o futebol que tinha seus aspectos populares começa a servir como fabricante de consenso pelos aparelhos privados de hegemonia.

### **3.5. A identidade vestida de verde e amarelo**

Tanto a Segunda República (1930-1937) quanto a Terceira República ou Estado Novo (1937-1945), ambos governados por Getúlio Vargas, foram marcados pela modernização e burocratização do Estado nacional brasileiro a partir de padrões autoritários e centralizadores. Esse processo de reorganização das estruturas de poder, que podemos caracterizar como revolução passiva, marca a transição do Brasil para o capitalismo, com a formação do Estado burguês, a partir de agitações populares que começam na década de 1920 e culminam na Revolução de 1930, e que se prolonga até a década de 1970.

A revolução passiva no Brasil, similar ao fenômeno italiano, tem como características

um pacto pelo alto entre as velhas oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial, o que conforma um processo de conciliação entre as diferentes frações das classes hegemônicas; a ausência da participação unitária das massas populares e do elemento jacobino, embora não aconteça uma total eliminação das movimentações populares e estas aconteçam eventualmente; bem como ocorre o acolhimento de certa parte das exigências dos de baixo (SOUZA, 2019, p. 107).

É preciso destacar no processo de revolução passiva as “restaurações progressistas que modificam a composição das forças sociais” (SOUZA, 2019, p. 114). Os arranjos dessa nova ordem são marcados pela combinação do arcaico e do moderno que contribuem “para a conformação do capitalismo industrial e a formação de um Estado nos moldes burgueses” (Ibidem).

O desenvolvimento da nova ordem capitalista no Brasil favoreceu as frações das classes que já eram economicamente dominantes. Entretanto, “a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna” (COUTINHO, 1988, p. 109), e os

industriários assumiam o lugar hegemônico, destacando-se que, nesses ajustes, também tinham disputas das diferentes frações das classes altas. Outro aspecto da transição da ordem anterior para o capitalismo foi novamente o alijamento das forças populares de diferentes formas, seja por cooptação de seus líderes, utilização de aparelhos repressivos ou também propagandas.

Ao mesmo tempo em que a estrutura econômica se inova, há também a “reorganização das classes hegemônicas no Brasil. No caso brasileiro, a revolução burguesa de 1930 assumiu materialidade a partir da ascensão de Vargas ao governo federal mediante uma junta provisória” (SOUZA, 2019, p. 115). Sendo assim, é possível observar dois importantes aspectos para a materialização desse processo: a “coerção estatal apoiada no Exército” e a produção de consenso para as “camadas subalternas mediante a concessão de benefícios aos operários industriais” (Ibidem).

Diante disso, podemos afirmar que a hegemonia burguesa que assume materialidade com a figura de Vargas foi constituída com base nos elementos de coerção e consenso. Esse processo assume centralidade com base nas forças armadas e mediante as alianças entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora urbana (SOUZA, 2019, p. 115).

Vargas exerce papel fundamental no processo de revolução passiva do país. Não só por causa dos elementos marcadores desses ajustes, mas também pelo desencadeamento dessas ações, a exemplo das tentativas de controle e centralismo a partir da construção de uma identidade e unidade nacional. Aspectos que são fundamentais para este trabalho.

É importante destacar que, na busca dos seus objetivos, o regime varguista também implantou reformas técnicas<sup>35</sup> na perspectiva de construir sentimentos de pertencimento, unidade e identidade nacional. “Assim, todos os elementos ligados ao regionalismo, como crenças populares, ideias separatistas e exaltação da diferença social e econômica entre as diferentes regiões da federação foram severamente combatidos pelo Estado Novo” (PARDINI, 2009, p. 35).

Uma das formas utilizadas para legitimar o Estado autoritário getulista foi a apropriação de símbolos que ganhavam apelo popular, principalmente o futebol, o teatro, o cinema e o samba, apoiada em “princípios elitistas, conservadores, nacionalistas e autoritários” (MIRANDA, 2007, p. 3).

---

<sup>35</sup> Durante a Segunda República e o Estado Novo, Getúlio Vargas realizou algumas reformas para aparentemente “ampliar os direitos da classe trabalhadora, mas que na prática concediam regalias para as elites dominantes” (BOUNTIN; DA SILVA; 2015, p. 4487). As reformas aconteceram na educação, na saúde, na infraestrutura, na legislação eleitoral e também em outras áreas. Por exemplo, foram criados ministérios como o da Educação e o da Saúde, o Departamento Nacional do Trabalho e ainda o Departamento de Imprensa e Propaganda. Reformas foram feitas para ampliar e padronizar o ensino no país, como Reforma de Francisco Campos.

O elitismo contribuiu para desacreditar a sabedoria popular e as teorias de um governo pela maioria. O conservadorismo não foi uma defesa intransigente do *status quo*, mas uma concepção de mundo onde a ordem, a hierarquia e a tradição tinham papel preponderante. O nacionalismo e o autoritarismo completaram o papel de formação do Estado Nacional (onde se uniu o nacionalismo à unificação do território), com base nos ideais de justiça, “democracia social” e uma “razão de Estado” (MIRANDA, 2007, p. 3).

É nessa visão de nacionalismo e unificação que se começa a germinar o projeto de construção da unidade nacional. O governo varguista expressava a necessidade de diminuir a “presença da herança regionalista proveniente do período denominado pela historiografia de República Velha” (MIRANDA, 2007, p. 3).

Um dos exemplos citados por Melina Nóbrega Miranda (2007) é a cerimônia de queima das bandeiras realizada no Rio de Janeiro, menos de um mês depois do golpe de 10 de novembro de 1937. “Seu objetivo era propagar o artigo 2º da Constituição, onde proibia o uso de quaisquer símbolos, hinos e bandeiras com exceção dos nacionais”. Na ocasião, “as vinte e uma bandeiras estaduais foram queimadas em uma grande pira colocada no centro da praça e, logo depois, vinte e uma bandeiras nacionais foram hasteadas em substituição àquelas”, ao som do hino nacional regido pelo maestro Heitor Villa Lobos em conjunto com várias bandas e um coro de colegiais (Idem, p. 3).

O governo estadonovista considerava o povo incapaz, uma massa ignorante, de modo que cabia ao Estado como única instituição garantidora da coesão nacional, tutelar a população, desempenhando funções de manutenção da paz, da ordem e segurança, além de censura aos órgãos de imprensa e artísticos como teatro e cinema (PARDINI, 2009, p. 46). O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ambos criados na década de 1930, tinham como foco atuar sobre o trabalhador na tentativa de interferir “em seu lazer, vida intelectual, trabalho e saúde” (Idem, p. 46).

Esses dois departamentos são bons exemplos do funcionamento do Estado Integral: o consenso era produzido para evitar o uso direto da força, mas a manipulação e a falta de liberdade que produziam um consenso passivo eram também elementos da força. Afinal, dentro do programa varguista não havia apenas o controle e a censura dos meios, mas também uma série de medidas propagandísticas para mobilizar as massas por meio de elementos que até então eram populares.

Nessa prática de controlar o aspecto simbólico da sociedade, censurando temas contrários aos interesses estadonovistas e exaltando outros favoráveis à consolidação

de seus ideais, o futebol como elemento de cultura popular, mobilizador de multidões, foi constantemente trabalhado pelo regime (PARDINI, 2009, p. 46).

Além dos aspectos apontados, é preciso ressaltar como o governo contribuiu para burocratização do futebol em “elementos rígidos e hierarquizados em sua estrutura (como regras, ordenação dos clubes e entidades, esquemas táticos e uniformização dentro de campo)” (Idem, p. 78). Já não se tratava apenas de uma diversão popular, mas um aparelhamento do Estado. Se antes o futebol tinha mais aspectos individualistas, agora o coletivismo era destacado como novos valores do cidadão brasileiro.

O processo de oficialização dos esportes se consolidou na criação, em 1941, do Conselho Nacional de Desportos (CND). O CND tinha as atribuições de estudar as matérias e sugerir medidas legislativas relativas à organização desportiva; além de superintender; vigiar; estimular; e organizar os desportos no país. Tinha o poder de autorizar a participação de delegações nacionais em competições internacionais, de fiscalizar e proibir competições ou publicações esportivas incompatíveis com o interesse público e inclusive intervir em qualquer entidade desportiva. Ao CND também foi atribuído o poder de regulamentar os símbolos desportivos nacionais e das expressões utilizadas nos desportos. O decreto-lei também caracterizava as entidades desportivas como entidades patrióticas (SOUZA, 2009).

É nesse cenário que o Estado Novo encontra no futebol um forte elemento de unidade nacional e passa a construir, através da seleção brasileira e do jogador Leônidas da Silva, símbolos do país. A seleção brasileira, por ser um importante veículo da “idealização de democracia social do Estado Novo”, e Leônidas, por ser negro e de origem pobre, era o sujeito adequado para exemplificar a ideia de democracia racial, já propagada por alguns intelectuais da época. O mais importante deles, nesse aspecto, era o pernambucano Gilberto Freyre<sup>36</sup>.

Agora, a seleção, ao contrário do período da República Velha, não era mais formada apenas por jogadores brancos e de “boa família. Mas com pobres e ricos, negros e brancos, representando uma única nação” (SOUZA, 2009). A seleção brasileira concretizava de fato este símbolo de “união das raças”, entretanto, nem tudo saiu como governo estadonovista e os grupos dominantes tinham planejado. Isso porque, um dos maiores símbolos do futebol nacional na década de 1930 foi Leônidas da Silva, popularmente chamado de Diamante Negro. Era amado pelo povo, mas o governo não conseguia manter o controle sobre a sua imagem.

Como explica Souza (2009), Leônidas tinha uma origem humilde, era negro, começara a sua carreira em time do subúrbio e, portanto, tinha tudo para ser o “protótipo do homem brasileiro idealizado pelo Estado Novo”. Entretanto, Leônidas era tudo menos a representação

---

<sup>36</sup> Ao publicar o ensaio *Casa-grande & Senzala*, em 1933, Gilberto Freyre difunde o mito da chamada democracia racial no Brasil, a partir do qual afirma que, apesar do passado escravocrata do país, todas as raças convivem harmoniosamente.

do ideal do Estado Novo deste “homem novo” e representava “uma ética totalmente diferente, muito mais próxima da ética da malandragem, tão difundida na mesma época”, mas vista de forma negativa pelo governo.

Neste contexto, a figura do “homem novo” se destacava, onde os modelos do malandro e do subversivo eram pretensamente neutralizados em favor de uma idealização de cidadão brasileiro como sendo trabalhador e, preferencialmente, negro (GOMES, 1994). Muitos representantes do governo, como Lourival Fontes, Francisco Campos e Gustavo Capanema, já davam a devida atenção aos esportes, compreendendo o poder ideológico e de mobilização que possuíam. No entanto, o processo de intervenção do Estado nos esportes efetivado nas décadas de 1930 e 1940 não ocorreu de forma imediata e, muito menos, linear. Muitas disputas políticas aconteceram na sociedade e dentro do próprio governo para que esse processo fosse concluído (SOUZA, 2009).

Mas, apesar de todas as tentativas do governo para a construção desse mítico novo homem, a simpatia e a identificação do povo eram por Leônidas da Silva. A situação era tão complexa que no mesmo ano da criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), o jogador foi suspenso pela Federação Metropolitana de Futebol em 16 de junho. Um pouco mais de um mês depois, em 26 de julho, Leônidas era condenado à prisão pela Justiça Militar, sob a acusação de ter falsificado o certificado reservista. Ele ficou preso por oito meses e, após ser liberado, assinou um contrato com o São Paulo (SOUZA, 2009).

A popularidade de Leônidas era tanta que mesmo com a prisão e todas as críticas que recebeu “da imprensa, dos dirigentes esportivos e dos governantes”, ao chegar à capital paulista em 10 de abril de 1942, ele foi recebido por quase dez mil pessoas, que “estavam de vigília na frente da estação ferroviária para recepcioná-lo e carregá-lo”. A sua estreia pelo São Paulo provocou algo inédito no Estádio Pacaembu: um público pagante de 72 mil pessoas (SOUZA, 2009).

Transformando-se ou não na imagem do “novo homem”, Leônidas foi usado pelo governo estadonovista como símbolo de união do país, assim como outros jogadores da seleção brasileira de futebol e a própria seleção. Getúlio Vargas soube fazer do futebol uma ferramenta de propagação de ideias de nação harmônica através da “democracia da bola”, construindo no imaginário que o futebol era o esporte mais democrático do país porque juntava ricos e pobres, brancos e negros em um só ideal, o de unir o Brasil para que ele pudesse crescer e se desenvolver.

Assim, iniciava-se a construção da hegemonia de um bloco heterogêneo e contraditório formado pelas classes dominantes no Brasil, cujos valores nacionais e patrióticos eram difundidos como universais, conquistando por diferentes meios o consenso dos governados,

que os acolhem como fé. A hegemonia se tornou, assim, uma “religião das massas” (cf. ALIAGA, 2013 p. 13-14).

Ao refletir sobre as concepções de mundo de uma classe, que ao se tornarem hegemônicas, tornam-se também uma “religião”, uma “fé”, a “filosofia de uma época histórica”, Luciana Aliaga (2013, p. 158) se refere às notas gramscianas sobre a forma como os homens comuns da massa apreendem a realidade histórica. De acordo com Gramsci, para que uma concepção de mundo se torne hegemônica, ela deve se tornar uma fé, uma religião. As concepções de mundo dominantes, portanto, somente o são porque atuam sobre todas as classes e não somente sobre as classes subalternas (cf. *ibidem*). Ou seja, o modo como os indivíduos se comportam está de acordo com “uma concepção de mundo generalizada (pela classe hegemônica) e é aceita como norma. Seria, assim, um elemento do senso comum (de qualquer classe)”.

Para Gramsci (1999), existe uma conexão entre senso comum, religião e filosofia. A diferença é que a “filosofia é uma ordem intelectual”, “a religião é um elemento do senso comum desagregado” e o “‘senso comum’ é um nome coletivo, como ‘religião’: não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um dever histórico”. Nesse aspecto, a filosofia da práxis tem como papel realizar a crítica para a superação da “religião” e do “senso comum” (GRAMSCI, 1999, CC11, § 12, p. 96).

Portanto, o senso comum corresponde ao “pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular”, que se espalha de forma difusa e dispersa e forma a concepção de mundo que vai além de uma classe específica (*Idem*, p. 100). Nessa concepção de mundo

estão implicados os processos histórico-políticos de hegemonia cultural, isto é, a filosofia de uma época histórica corresponde ao conjunto de elaborações filosóficas, cuja formulação hegemônica se deve a grupos mais influentes, ou seja, aos intelectuais das classes mais avançadas e importantes política e economicamente, em outros termos, à capacidade do grupo dirigente em universalizar sua visão de mundo (ALIAGA, 2013, p 158).

Gramsci (1999, CC11, § 12, p. 114) afirma que a crítica ao senso comum precisa partir de uma análise da “concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio”. O que não significa que essa será uma concepção comum a todos os sujeitos, uma vez que não existe uma homogeneidade do pensar. Como salienta o autor italiano, o traço fundamental e mais característico do senso comum é o de se tratar de uma “concepção (inclusive nos cérebros

individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (GRAMSCI, 1999, CC 11, § 12, p. 114).

A hegemonia de uma classe se revela como uma filosofia de mundo em um espaço e um tempo histórico e passa a ser aceita como norma, como uma “religião das massas”. Para se construir a hegemonia, os aparelhos privados são essenciais.

Na década de 1930, ao mesmo tempo em que usava da coerção através da sociedade política, por meio das reformas estatais, Vargas também instrumentalizava e controlava os aparelhos privados como a mídia. Esta última cumpriu um importante papel para formar a concepção desse novo país que surgia. Além da mídia, outros aparelhos privados de hegemonia foram utilizados. Por exemplo, os órgãos ligados à formação educacional tiveram intervenção do Estado com reformas que padronizavam o ensino no país (Cf. BOUNTIN; DA SILVA, 2015). Também houve o controle dos sindicatos com a criação do Ministério do Trabalho (Cf. WEFFORT, 1972). Práticas estas fundamentais para a sustentação da hegemonia das classes dominantes.

Durante esse período, a imprensa foi um veículo crucial para propaganda e controle das massas e serviu, principalmente, para popularizar algumas das ideias que perduram até os dias atuais de Brasil, uma delas é que esse seria o país do futebol.

Na formação da identidade nacional e do nacionalismo durante o governo getulista, o futebol é apresentado nos jornais como uma unidade em harmonia, sem conflitos e sendo um esporte coletivo. O esporte das massas torna-se o reflexo da unidade que se buscava no Brasil durante a Era Vargas. O futebol e a política se entrelaçam neste período e a imprensa – controlada pelo Estado – tem o papel de disseminar o “país do futebol” autêntico, singular e com identidade própria (PRATES; CARVALHO, 2016, p 254).

### **3.6. A mídia entra em campo**

A colonização portuguesa no Brasil diferiu em alguns aspectos da colonização espanhola em outras partes da América Latina. Uma dessas diferenças está na criação da imprensa. Enquanto a imprensa se inicia no que viria a ser o México, em 1539 e no Peru, em 1583, no Brasil foi proibida até o fim do século XVIII. Entretanto, com a abertura dos portos se tornou impossível para a Coroa controlar a entrada de livros, folhetins etc. Sendo assim, a administração portuguesa preferiu ser ela mesma a fundar o primeiro periódico brasileiro: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que abordava apenas os interesses da Coroa e suas futilidades como “notinhas sobre aniversários, estado de saúde e pequenas futricas de nobres europeus”

(PIERANTI; MARTINS, 2006, p. 3). O outro jornal da época, o *Correio Braziliense*, foi fundado três meses depois da *Gazeta* e era feito em Londres, mas voltado para os brasileiros com a perspectiva de fazer oposição ao governo monárquico. O jornal “começou a destinar ácidos comentários em relação à Corte, ora recém-chegada à sua maior colônia. Até 1822 Hipólito da Costa foi o responsável pelo *Correio Braziliense*, com edições de cerca de cem páginas, que chegavam ao Brasil por contrabando” (Ibidem).

Logo após a Independência, Hipólito da Costa, responsável pelo jornal, resolveu fechá-lo por entender que a sua função já estava cumprida (cf. PIERANTI; MARTINS, 2006).

Reservou a Coroa à imprensa atitude que marcaria a história do jornalismo brasileiro em todos os séculos: aos amigos, tudo; aos inimigos, o combate. Jornais simpáticos ao governo, desde o período colonial, recebem verbas publicitárias fartas e empréstimos facilitados de bancos oficiais. Jornais excessivamente críticos têm o acesso às verbas oficiais dificultado e, dependendo do grau de autoritarismo do regime, sofrem censura e coerções as mais diversas (PIERANTI; MARTINS, 2006, p. 3).

Ao longo da história da imprensa brasileira, esse processo se repetiu com frequência e jornais de oposição chegaram a ser reprimidos violentamente. Foi assim durante o período monárquico e na República, que não apresentou nenhuma mudança substancial na relação entre a imprensa e os governos. Nesse aspecto, mais do que destacar a função da mídia como aparelho privado de hegemonia, precisa-se refletir sobre o seu uso.

Enquanto aparelho privado, a mídia tem seu papel de regulador, de construtor de consenso, de propagandista, entre outras práticas ligadas à manutenção do consenso e do *status quo*. Entretanto, a forma como a mídia exerce o seu papel de dispositivo ligado a uma classe varia de acordo com a hegemonia da própria classe.

De acordo com Octavio Penna Pieranti e Paulo Martins (2006), foram nas décadas dos governos de Vargas que o silenciamento da imprensa se tornou mais intenso, principalmente graças ao DIP, considerado uma das grandes forças da ditadura varguista. Além de distribuir verbas em rádios e jornais, o Departamento de Imprensa e Propaganda ainda interveio nos postos de chefia de jornais privados ao colocar homens de sua confiança. Um desses periódicos foi *O Estado de S. Paulo*.

Logo após a revolução, houve uma atuação direta do Governo Vargas, por meio da coerção, que foi necessária para construir a nova ideologia para o controle do Estado, visto que o processo de formação de hegemonia na revolução passiva é sempre restrito. Isto é, o Estado assimila, coopta ou reprime as vozes dissonantes. É um processo de hegemonia restrita porque os instrumentos de consenso se baseiam em grande medida na coerção. Nesse sentido, mantém-

se a aparência de democracia, mas se utiliza de meios coercitivos como principal via de manutenção da ordem. É importante destacar que, em momentos diferentes da história contemporânea, a chamada “liberdade de imprensa” variou de acordo com a estabilidade da ordem. Ou seja, quanto mais consenso, menos força. E vice-versa. Quanto menos consenso houver, mais força será aplicada.

Portanto, nesse período de rearranjo político pós-revolução de 1930, houve uma forte intervenção do Estado em diferentes áreas, principalmente, naquelas que tinham mais apelo popular. Com o jornalismo e o futebol ganhando mais importância, o jornalismo esportivo começava a engatinhar e recebia mais destaque nas primeiras décadas do século XX. Em 13 de março de 1931, surgia o *Jornal dos Sports*, derivação do *Rio Sportivo*, que circulava duas vezes por semana, no Rio de Janeiro (COUTO, 2017).

Seu primeiro proprietário foi o jornalista Argemiro Bulcão, um importante administrador de jornais da época. Depois de dirigir durante muito tempo o *Rio Sportivo*, Argemiro Bulcão planejou fortalecer a imprensa esportiva no mercado, ao aumentar a periodicidade dos impressos (até então o *Rio Sportivo* chegava às bancas apenas duas vezes por semana) [...] Bulcão e Mota permaneceram como donos do *Jornal dos Sports* até outubro de 1936, data em que Mário Filho e Roberto Marinho comprariam o *JS* (COUTO, 2010, p. 3).

O *JS* é considerado um marco para a imprensa esportiva, principalmente, após a chegada de Mário Filho porque ele revolucionou a forma de ser fazer esse tipo de jornalismo. Mário Rodrigues Filho, ou simplesmente Mário Filho cresceu no ambiente jornalístico. Seu pai, Mário Rodrigues, formou-se em direito em Recife e se lançou no jornalismo na cidade, mas logo se mudou para o Rio de Janeiro, onde fundou o jornal *A Manhã*, no qual Mário Filho e Nelson Rodrigues, seu outro filho, iniciaram a carreira jornalística. Nelson começou na página policial e Mário, como gerente. Mas, pouco tempo depois, enveredou-se pelo caderno de esportes, considerado o menos importante do periódico (MEINICKE, 2011).

Em 1928, Mário perdeu o controle financeiro do jornal para o sócio da época Antônio Faustino Porto e fundou um novo jornal chamado *Crítica*, no qual ele pôde investir mais na parte de esportes e mudar a forma como se fazia jornalismo esportivo na época. Por exemplo,

Se antes as notícias relacionadas às competições esportivas só eram dadas após a realização das partidas, quando todos já sabiam dos resultados, com Mário Filho essa abordagem mudou, antecipando a produção de notícias desde os treinos ou os momentos precedentes aos jogos, entrevistando os jogadores e publicando suas biografias. Mário perguntava sobre suas vidas particulares e fazia-os dizer coisas interessantes, o que contribuía para aproximar os ídolos dos jogadores. Nesse sentido, também aproximou os torcedores do jornal ao simplificar os termos do jogo e os nomes dos clubes, que antes eram tratados pela imprensa com muita formalidade. Em

parceria com o ilustrador Andrés Guevara, Mário Filho acabou com as tradicionais fotos dos jogadores de gravata e paletó, substituindo-as por fotografias deles em ação nos campos, com o uniforme do clube, geralmente em closes ampliados. As matérias assim ilustradas, com textos de eventos interessantes e grandes manchetes, transformaram o futebol em algo que ajudava a vender jornal (MEINICKE, 2011, p. 7).

Assim, o futebol começou a concorrer com as notícias de política na conquista dos leitores. Além disso, o interesse em estruturar o esporte tinha “como conjuntura o incentivo do Governo Vargas pelas práticas de disciplinarização e organização do esporte, assim como pela ideia de profissionalização do futebol, o que oficialmente ocorre em 1933”. Sendo assim, “o jornal se alinhara com uma política de Estado de enfatizar o sentimento nacional pelos esportes” (COUTO, 2017, p. 4).

Os anos 1930 e 1940 foram marcados pelo cerceamento da imprensa, entretanto, o *Jornal dos Sports* consegue sair praticamente ileso desse processo. Em grande medida, graças ao alinhamento ao regime das suas duas administrações, tanto a de Argemiro Bulcão, como a de Mário Filho. De acordo com André Couto (2017), em uma matéria de 25 de junho de 1935, o *JS* transmitia um discurso de alinhamento com as ideias difundidas pelo governo de Vargas de “homem novo” e disciplinado.

O *JS* utilizava então um discurso em prol da disciplina, da harmonia e da educação, moldando uma representação de homem moderno. Esta visão valia não somente para os atletas, mas para o público presente não apenas porque seria uma exigência do esporte, mas porque a sociedade como um todo deveria ter espetáculos com tal nível de comportamento. É possível verificar que o tom organizativo e disciplinar do período histórico está presente nestas representações criadas pelo jornal, e que há uma forma de manter este espírito cordial e manso com a prática emocionante, viva e empolgante dos esportes (COUTO, 2017, p. 6).

Apesar da importância da mídia impressa para a transformação do jornalismo esportivo nos grandes centros, o elemento propulsor da propaganda varguista e da identidade construída através do futebol foi o rádio, uma vez que o índice de analfabetismo no país era altíssimo, superando 60% dos 37,6 milhões de habitantes em meados da década de 1930 (JAMBEIRO, 2003).

Assim, o rádio, mesmo tendo apenas 18 estações, já servia como propagador da cultura e da arte, além de apresentar questionamentos e direcionamentos sobre os rumos da nação, sendo, por um tempo, o principal impulsionador para a nova hegemonia. “Desde a campanha presidencial de 1929, a evolução do uso da música popular como instrumento de propaganda tornou-se bastante expressivo” e marchinhas a favor de Vargas foram gravadas (Idem, p. 39).

As elites cafeeiras insatisfeitas com a Revolução de 1930, tendo sua principal resistência no estado de São Paulo, acusavam Vargas de estar protelando a Constituinte, por isso, deflagraram a Revolução Constitucionalista em julho de 1932, declarando guerra ao governo central. Pela primeira vez, ocorreu o uso de meios de comunicação para se travar um embate político pela disputa da hegemonia entre diferentes frações das classes dominantes da época.

Numa vertente, os jornais paulistas, que concordaram em omitir notícias prejudiciais ao movimento constitucionalista, inovaram com a técnica, até então inexistente na imprensa brasileira, de publicar páginas inteiras apenas com fotos expressivas, sem nada de texto, a exemplo de *O Estado* e *da Gazeta*. As estações de rádio paulistanas também divulgavam discursos de personalidades da vida cultural da cidade, como Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida e Santos Dumont. Na outra vertente, Vargas difundia a imagem dos paulistas rebelados como separatistas, que pretendiam tornar São Paulo uma ‘república italiana’. Nas emissoras do Norte e Nordeste, discursos preconceituosos contra as regiões, eram narrados com sotaque nitidamente paulista (PORTO apud JAMBEIRO, 2003, p. 40-41).

Apesar dessa situação política e econômica do Brasil, crescia a radiodifusão, que começava a ser utilizada como veículo para aumentar o consumo dos produtos industrializados e, depois, “juntam-se aos aspectos técnicos, os fatores de segurança nacional, do controle sócio-político do país e da influência na opinião pública” (JAMBEIRO, 2003, p. 44).

O Estado Novo foi o primeiro governo do Brasil a se preocupar de maneira sistemática com a autopromoção. Enquanto nos governos anteriores a propaganda política era feita através das adesões e das pressões exercidas sobre líderes políticos, jornais e associações da sociedade civil, o Estado Novo fez da publicidade dos seus feitos uma atividade institucional, além de legal, econômica e policial. O controle dos meios de comunicação aliado a um esquema de disseminação da ideologia estado-novista, realizada através da propaganda institucional e do sistema de educação, implantado nas escolas públicas do país, se constituíram em elementos fundamentais para a manutenção do regime, por oito anos. Para fabricar e consolidar a imagem de Getúlio Vargas, o governo utilizou-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Ministério da Educação (JAMBEIRO, 2003, p. 107-108).

O que acontece é que a regulamentação dos meios e o controle deles iniciado pelo governo Vargas fez com que as diferenças regionais e os interesses de diferentes grupos não tivessem qualquer voz pela forma como a comunicação de massas foi desenvolvida no país, uma vez que a hegemonia é restrita, por consequência, a estabilidade dada pelo consenso é menor e o Estado precisa atuar com mais força para manter a ordem vigente.

Como explica Othon Jambeiro (2003, p. 117), através do Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939, que aprovaria o regimento do DIP, Vargas proibia “a publicação de notícias ou comentários que, entre outras consequências, pudessem criar conflitos sociais, de classe ou antagonismos regionais”.

É importante discorrer sobre a articulação dos meios de comunicação e a sua centralização geográfica no Rio de Janeiro enquanto centro político, bem como em São Paulo enquanto centro financeiro, por meio do governo estadonovista para compreender elementos fundamentais que dão suporte à centralidade sociopolítica, econômica e cultural nesses dois estados. Ou seja, a hegemonia dos interesses localizados no chamado Eixo Rio-São Paulo. Uma hegemonia que não se expressa e encontra suporte apenas no futebol, mas em diferentes campos, inclusive nas artes, na mídia e no jornalismo.

Mas como o interesse deste trabalho está no futebol, destaca-se as primeiras transmissões radiofônicas voltadas para o esporte. No início, os locutores apenas liam notas de jornais sobre as partidas. Apenas em outubro de 1922, houve a primeira veiculação em um jogo válido pelo Sul-Americano entre Brasil e Argentina que “foi feita em diversos boletins enviados por telefone e retransmitidos por alto-falantes” (PATRÍCIO, 2014, p. 5).

A primeira transmissão no formato atual foi feita por Nicolau Tuma, locutor da Rádio Educadora Paulista, que percebeu que teria que descrever cada detalhe para o seu ouvinte. Com medo de que seus ouvintes desligassem o rádio por causa da escassez de recursos, Tuma começou a narrar sem intervalos e ficou conhecido como *speaker metralhadora*. Na década de 1930, começaram a ser veiculadas publicidades e surgiram novas figuras como comentaristas. Entretanto, o primeiro problema para as transmissões foi a proibição delas por parte dos clubes com medo da escassez de público nos estádios. Surgem, desse modo, os direitos de transmissão, assim os dirigentes também faturavam com a mídia (PATRÍCIO, 2014).

No início, diretores das rádios alugavam casas próximas ou procuravam altos muros para transmitir a partida e não precisar pagar. Apesar do grande crescimento do rádio esportivo, na Copa do Mundo de 1934, na Itália, não houve transmissão. A primeira transmissão internacional aconteceu em 1936, em Buenos Aires. A Rádio Nacional irradiou uma partida do Campeonato Sul-Americano (PATRÍCIO, 2014, p. 6).

Outras rádios surgiram ao longo das décadas seguintes, mas foi apenas na Copa de 1958 que ocorreu a grande revolução radiofônica para o esporte: o radinho de pilha. Agora se podia ouvir jogos de casa, do estádio ou de qualquer outro lugar. E o primeiro título da seleção brasileira em um mundial, que tinha como principal jogador o jovem Pelé, pôde ser ouvido por 32 milhões de brasileiros<sup>37</sup>.

A localização das principais emissoras de rádio e, posteriormente, emissoras de TV no eixo Rio-São Paulo, e sua profusão, beneficiadas principalmente pelo desenvolvimento

---

<sup>37</sup>A **cobertura da Copa de 1958.** Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/opiniao/240/a+cobertura+da+copa+de+1958>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

econômico, político e cultural desses estados, fez com que, além da seleção brasileira, alguns clubes também construíssem uma imagem perante milhões de brasileiros espalhados por todo o território do país. Assim, não apenas o futebol era um esporte de massas e a seleção, a paixão nacional, mas agora existiam times de massas.

O favorecimento inicial a esses times, tanto pela sua localização geográfica como pela visibilidade a partir dos aparelhos do Estado, auxiliou a propagação nacional desses clubes, aumentou a visibilidade deles e de seus jogadores e gerou os ganhos materiais com patrocínios e com receitas a partir também do crescimento de público nos estádios. Isso possibilitou, entre outras coisas, a conquista de títulos, a revelação de jogadores e a produção de ídolos. Esses êxitos dentro de campo geravam mais disseminação na mídia e mais arrecadação, promovendo um ciclo vicioso de causa e efeito.

Os times que estavam em evidência conseguiam mais dinheiro, mais torcida e títulos, assim, garantiam mais ganhos. Um ciclo que perdura ainda hoje com times que construíram as maiores torcidas do Brasil, entre eles, estão o carioca Flamengo e o paulista Corinthians, mas não somente eles. Outros times paulistas e cariocas também têm milhões de torcedores em todo o país.

### 3.7. Muito além do futebol

Em janeiro de 2014, uma das manchetes que estampavam o site do jornal *Folha de S. Paulo* afirmava que o presidente do Flamengo na época, Eduardo Bandeira de Mello, manifestava o desejo do clube carioca de disputar a Copa do Nordeste<sup>38</sup>. A competição, criada em 1994, já teve 16 edições e, desde 2013 passou a ser disputada anualmente, retornando ao calendário do futebol brasileiro e sendo organizada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

A arrecadação com os estádios que costumam ficar cheios durante o torneio regional e as cotas de participação, que naquele ano de 2014 chegaram a R\$ 350 mil<sup>39</sup> pelos seis jogos da primeira fase, interessaram ao clube carioca. Entretanto, o posicionamento do dirigente acabou gerando polêmica, já que o *Nordestão*, como também é conhecida a Copa do Nordeste, é voltado para times dos nove estados que compõem a região. Uma das justificativas de Mello

---

<sup>38</sup> **Flamengo quer jogar Copa do Nordeste, diz presidente.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2014/01/1400724-flamengo-quer-jogar-copa-do-nordeste-diz-presidente.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

<sup>39</sup> Hoje esse valor nem se aproxima da arrecadação anual do Flamengo na casa de meio bilhão. Fonte: Itaú BBA. Disponível em: <[itau.com.br/\\_arquivosstaticos/itauBBA/Analise\\_Clubes\\_Brasileiros\\_Futebol\\_Itau\\_BBA.pdf](http://itau.com.br/_arquivosstaticos/itauBBA/Analise_Clubes_Brasileiros_Futebol_Itau_BBA.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2020.

para o interesse se devia ao fato de o Flamengo ser “um clube nacional” e ter “disparadamente a maior torcida do país”, inclusive, “mais torcedor fora do que dentro do Rio de Janeiro”.

De fato, Mello tinha razão, o Flamengo realmente tem a maior torcida do futebol brasileiro. É o que indica a última pesquisa Datafolha publicada em 17 de setembro de 2019. De acordo com os dados, um em cada cinco brasileiros torcem pelo Flamengo, o que representa 20% da preferência de quem acompanha futebol no país. A equipe carioca lidera em três das cinco regiões brasileiras, perdendo apenas na região Sudeste para o Corinthians, mas por uma diferença de apenas 1%. No Sul, O Flamengo fica em quarto com 4%, atrás de Grêmio (23%), Internacional (17%) e Corinthians (11%).

Entretanto, a nível nacional e nas demais três regiões, o time carioca é soberano. Em termos de preferência nacional, o Flamengo é seguido pelo Corinthians, com 14%; São Paulo, com 8%; Palmeiras, com 6%; Vasco, com 4%; e Cruzeiro, com 4%. O Grêmio é o primeiro clube fora do Sudeste que aparece entre a preferência dos torcedores com 4%. O primeiro time nordestino que surge na lista é o Bahia, com 1%, na 13ª posição. Outros times nordestinos como Sport, Fortaleza, Vitória e Ceará também chegam a 1%. Clubes que não atingiram 1% não foram mencionados.

De acordo com o Relatório CBF de Registro e Transferência 2019<sup>40</sup>, publicado em fevereiro daquele ano, o Brasil tem 742 clubes profissionais e 385 clubes amadores. O relatório não aponta a divisão regional dos clubes, mas, através da pesquisa Datafolha, é possível constatar a disparidade entre as torcidas, uma vez que apenas um dos times, no caso o Flamengo, tem 20 vezes mais torcida que outras 732 equipes. Só nove clubes brasileiros têm acima de 1% de torcedores, como mostra a *Tabela 1*.

A pesquisa Datafolha entrevistou 2.878 pessoas, todas com mais de 16 anos, em 175 municípios de todo o país, entre os dias 29 e 30 de agosto, das quais 700 entrevistas foram feitas nos nove estados que compõem a Região Nordeste. A pesquisa realizada no Nordeste demonstrou que times nordestinos têm menos torcida que o Flamengo. Os flamenguistas representam 27% da população local, ou seja, a média do Flamengo no Nordeste é maior do que a própria média nacional. Os times de fora da região que vêm logo após o Flamengo são: Corinthians (9%), São Paulo (6%), Palmeiras (5%), Vasco (5%) e seleção brasileira (5%). Botafogo e Fluminense registraram 1% cada um. Os times do Nordeste que apresentam números significativos são: Bahia (4%), Sport (4%), Santa Cruz (2%), Fortaleza (2%), Vitória (2%) e Ceará (2%). Esses clubes pertencem a apenas três estados da região, no caso Bahia, Ceará e Pernambuco.

---

<sup>40</sup> O relatório está disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/raio-x-do-mercado-2019-numeros-gerais-de-registro>

Esse fenômeno não é particular da Região Nordeste. Apesar deste trabalho não se debruçar sobre as outras duas regiões que não tem protagonismo nacional em se tratando de futebol, no caso o Centro-Oeste e Norte, pode-se destacar os dados apresentados pela pesquisa também nessas regiões para melhor mapear esse contexto do futebol brasileiro e evidenciar o que nesta pesquisa é abordado como hegemonia dos times do eixo.

No Centro-Oeste, o Flamengo chega a ter 28% da preferência de torcedores. Em seguida, vêm: Corinthians (18%), São Paulo (8%), Palmeiras (6%), Vasco (3%), Cruzeiro (2%), Santos (2%), seleção brasileira (2%), Grêmio (1%), Internacional (1%), Atlético-MG (1%), Botafogo (1%) e Fluminense (1%). De acordo com o levantamento, os clubes de São Paulo e do Rio de Janeiro concentram cerca de dois terços da torcida no espaço que compreende Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

**Tabela 1 – Pesquisa sobre preferência dos brasileiros no futebol**

### Time de preferência

Resposta espontânea e única, em %

	23 e 24/05/06	14 e 15/08/07	26 a 29/11/07	25 a 28/11/08	14 a 18/12/09	15 e 16/04/10	13/12/12	3 a 5/6/14	29 e 30/01/18	29 e 30/08/19
Flamengo	15	17	17	17	19	17	16	18	18	20
Corinthians	13	12	12	13	13	14	16	14	14	14
São Paulo	8	8	8	9	8	8	9	8	8	8
Palmeiras	7	8	6	5	7	6	7	6	6	6
Vasco	4	5	6	5	5	4	5	5	4	4
Cruzeiro	3	3	3	3	4	3	3	3	4	4
Grêmio	4	4	4	4	3	3	4	4	3	4
Santos	3	3	2	2	2	2	3	3	3	3
Internacional (RS)	3	2	3	2	3	3	2	3	3	3
Atlético (MG)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Botafogo (RJ)	1	2	2	2	2	1	2	2	1	1
Fluminense	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
Bahia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Vitória (BA)	*	*	1	1	1	1	1	1	1	1
Portuguesa	*	*	*	*	*	1	1	*	0	0
Seleção Brasileira	3	1	2	1	*	1	*	*	*	2
Sport	1	1	1	1	*	1	*	*	*	1
Outro	5	5	6	2	5	1	4	6	8	3
Nenhum	26	25	26	26	23	25	23	23	22	22

Fonte : Qual e o time de futebol de sua preferência?  
Base : Brasil  
0 = não atingiu 1% \* não foi mencionado

FOLHA DE SÃO PAULO Datafolha

Fonte: Datafolha Instituto de Pesquisas<sup>41</sup>

Na Região Norte, o número é ainda mais expressivo. Isso porque os flamenguistas são 39% na área que compreende os estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ao contrário do Nordeste e Centro-Oeste, o Corinthians não está na segunda

<sup>41</sup> Disponível em <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/09/17/77975ecbd43522f8fe59b29b8f93d09atdp.pdf>>. Acesso em 5 mar. 2020.

posição, mas sim o Vasco da Gama com 8%. Ou seja, os clubes cariocas chegam à quase metade da preferência naquela região.

Mais do que demonstrar a preferência dos torcedores pelos times do Sudeste, esses números evidenciam como o futebol pode ser entendido enquanto microcosmo da questão nordestina na medida em que a hegemonia do Centro-Sul também se expressa nessa esfera. Por exemplo, o que faz um sujeito, que mora a milhares de quilômetros do Sudeste e nunca visitou essa região, escolher um time carioca ou paulista, em detrimento daquele que está mais próximo geograficamente dele? É a participação em campeonatos mais ricos? São as chances de títulos? É a projeção na mídia? Quais critérios objetivos relacionados ao futebol são ou foram levados em consideração nessa escolha ao longo da história do esporte no país?

A história do futebol no Brasil também demarca as relações de hegemonia e subalternidade, mostra a divisão do país em centro e em periferia e define o que é considerado nacional e o que não é. Portanto, se os times do eixo têm maior torcida que os times locais em três das cinco regiões brasileiras, isso significa que a hegemonia centrada no Rio de Janeiro e São Paulo também se revela no futebol e está fundada em relações socioeconômicas, políticas e culturais, que se articulam e dão suporte a ela. Isto é, elas são subjacentes às questões especificamente relacionadas ao esporte, como a qualidade dos times e o número de vitórias dos clubes. Afinal, a escolha de um time, por parte de torcedores, tem caráter subjetivo, porém, é também calcada nas condições materiais existentes.

Para entender quais circunstâncias desembocam em assimetrias no torcer, é preciso destacar, em primeiro lugar, o conjunto de elementos específicos e relacionados ao futebol que transformaram alguns times cariocas e paulistas em equipes de expressão nacional, com milhares de torcedores distribuídos por todo o país. E em segundo lugar, deve-se retomar circunstâncias do processo de formação sócio-político e econômico brasileiro que foram capazes de produzir a relação de hegemonia e subalternidade entre as regiões no país, gerando contradições como a questão nordestina e atingindo assim, diferentes campos, entre eles o esporte mais popular do Brasil.

### **3.7.1. O torcer como condução de uma massa nacional**

Foi durante os governos de Getúlio Vargas que o futebol começou seu processo de burocratização, fenômeno comum em diferentes áreas durante o regime. Como um fenômeno também social, esse esporte se tornava cada vez mais popular no início do século XX, portanto,

foi visto como um importante elemento para ser usado como dispositivo do Estado para conformação das massas, em um momento de tentativa de integração nacional pelo governo varguista.

De acordo com Renato Soares Coutinho (2013), mesmo diante dos problemas culturais e institucionais enfrentados ao longo do século XX, o “futebol conseguiu realizar aquilo que parecia distante ainda na Primeira República: unificar os símbolos nacionais e padronizar os rituais de exaltação cívica em associação com o Estado Nacional” (COUTINHO, 2013, p. 22).

Portanto, a década de 1930 marcou a ascensão de um Estado que se inventava nacional. No plano institucional e material, diversas medidas centralizadoras orientaram as ações estatais. No campo simbólico, o futebol assumiu papel de destaque no processo de composição do imaginário nacionalista. A bem-sucedida associação entre Nação e Seleção Brasileira, consolidada entre as décadas de 1930 e 1950, nos transformou no “país do futebol”. Hino nacional antes dos jogos, cidades paradas para ver partidas de futebol, feriados nacionais após grandes vitórias. De Belém a Porto Alegre, a seleção nacional de futebol consegue mobilizar manifestações espontâneas de adesão que se assemelham. Em poucos momentos além dos noventa minutos de jogo, catarinenses e maranhenses se aproximam tanto (COUTINHO, 2013, p. 22).

O futebol foi usado como símbolo nacionalista com o objetivo de unir o país, e um dos principais instrumentos para isso foi a seleção brasileira, mas não somente ela. Alguns clubes foram favorecidos pela direção política varguista de formação da hegemonia para construir a sua popularidade e ganhar adeptos e influência.

Considerando o caráter contraditório da centralização e integração do Estado moderno brasileiro em detrimento do federalismo, destacam-se os atores sociais que se envolveram na profissionalização do futebol no país, no caso governo, clubes, imprensa, torcida e os “vínculos identitários com a nação ou com a região” (COUTINHO, 2013, p. 27). Por conta disso, alguns clubes se tornaram mais populares do que outros por se alinharem com os valores que demonstravam este ideal de nação que estava alinhado ao governo, um deles foi o Flamengo.

Os clubes que escolheram vincular sua base identitária ao imaginário nacionalista que se difundia conquistaram o respaldo institucional do Estado e ainda contaram com a associação à propaganda oficial, bem-sucedida na medida em que se articulava às melhorias materiais promovidas pela crescente distribuição de benefícios sociais ao trabalhador urbano (COUTINHO, 2013, p. 27).

Como afirma Coutinho (2013), o Flamengo foi criado em 1895, mas foi reinventado na década de 1930. Enquanto no início a imagem do clube era associada ao período elitista, em sua reinvenção, o apelo passou a ganhar aspectos mais populares. Houve uma tentativa de intelectuais ligados ao clube, como Ruy Castro, de reformular a história do clube ao dizer que,

o Flamengo teria nascido nos braços do povo. Apesar disso, escritos da imprensa da década de 1930 se referiam ao clube como a “fina flor carioca”, no qual se respeitava a elegância e a disciplina não apenas no remo, mas também no departamento de terra, que deu origem ao futebol<sup>42</sup>.

Da mesma forma que tentava reformular a sua imagem, o Flamengo também flertava com o regime. Em 1936, o clube orquestrou sua primeira campanha de marketing com o objetivo de vincular a sua imagem à ideia de nação. E assim, o *Jornal dos Sports* divulgou que o time cantaria o hino nacional antes de uma partida contra o Fluminense, algo que não era nada comum na época.

Assim como no Rio de Janeiro, os times de São Paulo também ganhavam destaques nas questões voltadas para o futebol. Um dos principais motivos para as duas cidades estarem em evidência era o protagonismo econômico e político dos estados. Outro fator importante foi que a imprensa escrita de ambas as cidades conseguiu uma melhor projeção a nível nacional. Posteriormente, o rádio e a televisão trilhariam o mesmo caminho. Ou seja, verifica-se o uso dos aparelhos privados de hegemonia das classes dirigentes em ascensão para transformar algumas instituições do futebol em símbolos nacionais. Por fim, a burocratização e regulamentação, que se dava em diferentes dispositivos do Estado, chegavam também às entidades de futebol, como clubes e federações (FONSECA, 2014).

Segundo Venilson Luciano Benigno Fonseca (2014), não havia contestação de outras partes do país de que o eixo Rio-São Paulo fosse o centro do futebol brasileiro. Na verdade, as disputas de qualquer tipo aconteciam entre cariocas e paulistas, que rivalizavam entre si e que se contestavam mutuamente.

O Brasil, pois, ou um início de representação de um ideal de Brasil, resumia-se nas características daquelas duas cidades. Logo, não é de se estranhar que as primeiras entidades criadas para gerir o futebol brasileiro tenham sido fundadas nestes lugares, como a Federação Brasileira de Futebol, em São Paulo, e a Federação Brasileira de Esportes, no Rio de Janeiro (FONSECA, 2014, p. 34).

Fonseca (2014, p. 42) ainda destaca que os “primórdios” do que seria chamado de futebol brasileiro surgiam no momento em que São Paulo e Rio de Janeiro emergiam como centros nacionais de poder. Portanto, ainda que houvesse a “prática do futebol em diversos pontos do território nacional, em momentos distintos e até mesmo anteriores à sua prática

---

<sup>42</sup> O Flamengo surge inicialmente como um clube de remo, por isso, o nome oficial de Clube de Regatas do Flamengo.

naquelas cidades, conservou-se a ideia de que o futebol brasileiro nasceu e se irradiou através deste centro”.

Isso posto, deve-se ressaltar como o futebol se tornou um espaço da hegemonia ao propagar a visão de que os times nacionais estão cristalizados e naturalizados no imaginário popular tendo a sua centralidade no eixo. É essa centralidade que beneficia alguns clubes dessa parte do país que começam a ter um maior poderio econômico. Associando ao poder econômico e favorecimento pela hegemonia cultural do Centro-Sul, os clubes puderam compor equipes com maior qualidade técnica, estrutura de treinamento, formação de base, entre outros fatores que corroboram na escolha deles por grande parte dos brasileiros.

Entretanto, é fundamental pontuar que a escolha de um torcedor por certo time vai além da conquista de títulos. Não compete a este trabalho discorrer em profundidade sobre a complexidade e a subjetividade das escolhas que definem o torcer, mas é preciso deixar claro que os torcedores não torcem apenas porque os times ganham títulos. Sendo assim, pode-se citar três pontos para justificar essa afirmação.

No primeiro ponto, destaca-se como estão distribuídos os títulos no Brasil, uma vez que existe uma série de diferentes competições em todo o país. Por exemplo, até 1959, não havia um campeonato nacional, apenas campeonatos estaduais – que existem até hoje e, que por muito tempo, esses campeonatos tinham mais influência que os interestaduais –, desse modo, cada estado brasileiro tinha seus campeões. O mais próximo de uma competição interestadual era o Torneio Rio-São Paulo.

Então, em 1959, foi criada a Taça Brasil por conta da “necessidade de indicar o representante do país na Taça Libertadores da América, criada para ser a maior competição do continente” (SANTOS, 2012, p. 34).

Diante de tal quadro, a criação da Taça Brasil, que reuniria todos os campeões estaduais (e alguns vices), foi a solução encontrada pela CBD<sup>43</sup>. Como base, utilizou-se a organização dos tempos do Campeonato Brasileiro de Seleções, ou seja, dividiu-se o país em duas grandes chaves (Norte /Nordeste e Centro/Sul) e, após os jogos eliminatórios de ida e volta, os times paulistas e cariocas entrariam já na fase de semifinais (SANTOS, 2012, p. 35).

Os moldes da Taça Brasil já demonstrariam, desde o seu início, o favorecimento aos times do eixo, que, ao contrário de participarem igualmente de toda competição, tinham a vantagem de disputar menos jogos e se classificarem para fases avançadas, o que os deixavam muito mais próximos das conquistas. Entretanto, apesar dessa vantagem, o vencedor do

---

<sup>43</sup> Confederação Brasileira de Desportos, entidade de organização do futebol nacional e que é anterior à CBF.

primeiro torneio foi o Bahia. Um dos fatores apontados por Daniel de Araújo dos Santos (2012) foi a falta de interesse dos clubes do eixo de se dedicarem ao torneio recém-criado, inclusive pela importância dada aos torneios estaduais na época.

O Bahia conseguiu ganhar do Vasco no jogo extra pelo placar mínimo e, enfrentando o Santos na Vila Belmiro, superou os gols de Pelé e Pepe com Biriba e dois gols de Alencar. [...] No jogo de volta, realizado no dia trinta de dezembro, o Santos - com gols de Coutinho e Pelé - ganhou diante de quarenta mil pessoas na Fonte Nova. Um jogo extra deveria ser marcado, mas o Santos recusa-se a jogar tal partida na Bahia. O jogo foi remarcado então apenas para março de 1960, exemplificando a falta de datas para o encontro, que não era prioridade naqueles tempos. Após cumprir longa agenda de jogos no exterior e compensá-los realizando jogos extras pelo Campeonato Paulista, o Santos de Pelé encontra-se com o Bahia no Maracanã para o confronto final. Aproveitando-se o cansaço do time santista, o Bahia vence novamente, desta vez por três a um, fechando o placar com gol do artilheiro das finais, o meia Alencar (SANTOS, 2012, p. 35-36).

Ainda refletindo sobre a questão da conquista de títulos, é preciso apontar a lista dos maiores campeões estaduais do Brasil<sup>44</sup>. O mais interessante é que nenhum time do eixo Rio-São Paulo aparece entre os seis primeiros lugares. O recordista é o ABC (RN), com 55 títulos; seguido por Bahia (BA), Paysandu (PA) e Rio Branco (AC), com 47; depois Ceará (CE), Remo (PA) e Internacional (RS), com 45; o quarto colocado é o Atlético (MG) com 44; o quinto é o Nacional (AM) com 43; e empatados na sexta posição estão Fortaleza e Sport, com 41. Apesar de esses times conseguirem amplas vitórias e muitas conquistas de títulos em seus estados, isso não é suficiente para que todos consigam manter uma grande maioria de torcedores sequer nas suas localidades, como é o caso do ABC, Paysandu, Rio Branco, Ceará, Remo e Nacional. Portanto, a partir disso, pode-se verificar que não é somente a conquista de títulos que define o torcer.

No segundo ponto, pode-se analisar como as transmissões influenciam no torcer de determinadas localidades. E, para isso, o exemplo utilizado será de um fenômeno que acontece em Minas Gerais, é o caso dos torcedores da região de Juiz Fora ou cuja cobertura televisiva é a da TV Integração, sediada na cidade de Juiz de Fora. Trata-se de uma cidade da zona da mata mineira tem mais proximidade com o Rio de Janeiro e com São Paulo do que com a capital de seu estado, Belo Horizonte. Essa influência foi observada por Helcio Ribeiro Campos (2016) ao analisar a formação e propagação de torcedores de times do Rio de Janeiro e São Paulo nas áreas de cobertura da TV Integração.

---

<sup>44</sup> **Maiores campeões estaduais: veja lista dos clubes com mais títulos.** Disponível em <<https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/maiores-campeoes-estaduais-veja-lista-dos-clubes-com-mais-titulos.ghtml>>. Acesso em 9 mar. 2020.

A *TV Integração* – que televisa mais os times do Rio de Janeiro – chega até 5 microrregiões matenses (Viçosa, Ubá, Muriaé, Cataguases e Juiz de Fora), além de cerca de 20 municípios da mesorregião de Campo das Vertentes (onde se destacam São João del Rei, Adrelândia e Barbacena) e diminuto trecho do Sul Minas. A MR Viçosa é a única das 5 supracitadas com predomínio de torcida pelos times de Belo Horizonte, além de ser coberta pela *TV Globo JF* (ao sul) e pela *TV Globo BH* (ao norte). Nas outras 4 MRs cobertas pela emissora juiz-forana prevalecem os aficionados pelos clubes cariocas (CAMPOS, 2016, p. 487).

Mas a *TV Integração* não se limita aos jogos dos times do Rio, também há transmissão de partidas de clubes de São Paulo, o que faz o interior ter um grande número de torcedores desses dois estados. Como explica Campos (2016), houve uma forte influência dos times cariocas, mas com as dificuldades econômicas daquele estado depois dos anos 1960, houve um crescimento de torcidas dos dois principais times mineiros, Cruzeiro e Atlético, e também dos paulistanos, Corinthians e São Paulo. Mas, ainda assim, há uma grande torcida das agremiações cariocas no entorno e em Juiz de Fora. Dos 33 municípios que compõem a microrregião de Juiz de Fora, 32 apresentaram predileção pelos times cariocas. Há apenas uma cidade que a maioria da torcida verificada é pelos times de Belo Horizonte: Santa Rita de Ibitipoca, com 54,5% de torcedores das agremiações mineiras. Nas demais localidades onde os clubes do Rio de Janeiro foram os prediletos, a variação é de 59,3% (em Santos Dumont) a 80,4% (em Chiador).

Desse modo, é possível constatar como as regiões que estão distantes de centros de futebol, mesmo localizadas em áreas mais ricas, também sofrem a influência da mídia do eixo. A última pesquisa que detalhava a quantidade de torcedores do estado de Minas Gerais, do *Lance!-Ibope*<sup>45</sup>, em 2014, mostrou que as maiores torcidas são do Atlético (31,3%), cerca de 6,5 milhões; e Cruzeiro (27,4%), aproximadamente 5,6 milhões. Em seguida, aparece o Corinthians (4,4%), com quase um milhão; e depois Flamengo (2,9%), com 600 mil.

No terceiro e último ponto, é possível observar o crescimento da torcida do Corinthians nas décadas de 1960 e 1970, período em que o time paulista passou o seu maior jejum de títulos. A partir de 1954, o time esteve por 23 anos sem conquistar taças. “Nessa época, o Corinthians virou chacota, ganhando o apelido de Faz-Me-Rir e amargando um tabu de 13 anos sem vencer o Santos de Pelé” (PEREIRA; MANERA, 1994, p. 11). O mais interessante é que a torcida do time paulista “não parou de crescer, tornando-se um símbolo do time e dando uma dimensão corintiana à palavra fidelidade”. Os números dos aficionados alvinegros poderiam ser vistos nas lotações dos estádios, inclusive, em outros estados, “como aconteceu em 1976, quando mais

---

<sup>45</sup> Cf. **Ao menos 600 mil pessoas torcem para o Flamengo em Minas, aponta pesquisa**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/opiniaio/chuteiras-e-gravatas/ao-menos-600-mil-pessoas-torcem-para-o-flamengo-em-minas-aponta-pesquisa-1.2265134>>. Acesso em 10 mar. 2020.

de 70.000 corintianos invadiram o Maracanã, numa semifinal do Brasileirão contra o Fluminense” (Ibidem). A agremiação paulistana só conquistaria finalmente um título no ano seguinte: um campeonato paulista contra a Ponte Preta.

Os fatores que definem o torcer são variados. De acordo com a pesquisa de Rodolfo Ribeiro (2017), entre os elementos mais relevantes estão conquista de títulos, exposição na mídia (seja por jogos televisionados ou por matérias em jornais etc.), ídolos revelados e número de jogadores convocados para a seleção naquele ano. Mas, embora o desempenho esportivo seja uma das principais causas, o estudo revelou que o aspecto preponderante nos últimos anos é a dinâmica familiar<sup>46</sup>. O pesquisador assinala que, após os testes finais das variáveis,

observou-se influência maior na escolha das variáveis relacionadas à família do indivíduo (composição familiar de torcedores e lealdade dos familiares aos clubes do ambiente). As variáveis relacionadas a fatores específicos dos clubes (desempenho, exposição, jogadores e personalidade da marca) apresentaram poder explicativo modesto na escolha e no conseqüente aumento de torcida (RIBEIRO, 2017, p. 101).

A pesquisa realizada por Ribeiro (2017) tem como recorte indivíduos nascidos entre 1996 e 2001, em sua maioria do gênero masculino (55%), mas também tem dados coletados do gênero feminino (45%) para compreender a formação do torcer em indivíduos que teriam uma média de idade de 18 anos na conclusão da pesquisa.

Assim como os três aspectos apontados, essa pesquisa demonstra a complexidade da escolha de um time. É importante destacar que isso não se explica só pelo número de títulos e os ganhos financeiros que vêm a partir deles, embora sejam importantes, mas, a depender da época, podem ser mais ou menos determinantes.

Outro fator que se apresenta como fundamental, principalmente, para o torcer nas regiões mais periféricas, é a mídia. A começar pela imprensa escrita, a mídia foi fundamental para propagar a seleção brasileira de futebol como símbolo nacional e também alguns clubes de São Paulo e Rio de Janeiro. Os jornais de grande circulação saíam desses dois estados, e apesar de haver periódicos nas mais diversas capitais da República, os jornais paulistas e cariocas chegavam em outras localidades, o inverso, no entanto, não ocorria (FONSECA, 2014).

o rádio também teve papel de protagonista nesta longa trajetória social de surgimento, consolidação e cristalização do centro e de suas margens. Entretanto, não será demais reafirmar que a imprensa escrita, assim como o rádio, e, nos tempos contemporâneos, progressivamente, as denominadas mídias novas, ainda fortalecem a referida trajetória

---

<sup>46</sup> O que envolve, inclusive, a migração de muitos nordestinos, que, ao se estabelecerem no Sudeste, escolhem um time, e, ao retornarem trazem essa influência para a sua família.

de consolidação e de cristalização e, além disso, de legitimação das ideologias que, para todo o Brasil, dizem o centro, dizem o que é bom e o que é melhor para todos. Nesses termos, poder-se-ia compreender a história presente como uma manifestação de ideologias que se projetaram na direção do futuro. Nos mesmos termos, poder-se-ia dizer quanto ao futuro: sempre experimentando o que há de presente, esse tempo que, por vezes, na cultura do futebol — uma das fortes expressões da cultura brasileira —, parece não se mover e, ao se mover, direciona-se para um mesmo espaço território político. Um futuro igual para todos, em que a diversidade não poderia se desenvolver sem grandes transformações de natureza política e ideológica (FONSECA, 2014, p. 54).

O rádio ainda foi mais efetivo para propagar a ideologia burguesa brasileira. “Em um país de analfabetos, a popularidade do rádio atingiu números absurdamente expressivos, transformando esse veículo de comunicação numa poderosa ferramenta de divulgação de ideias, de ideologias, de valores e transformação dos hábitos e da cultura” (FONSECA, 2014, p. 57).

Fonseca (2014) afirma que, assim como outras áreas (jornalismo, música etc.), o rádio também capturou o futebol para levar até os ouvintes os anúncios de empresas e transformá-los em consumidores. Passa a haver um crescimento das rádios, uma popularização do futebol e uma boa divulgação dos jogos. Entretanto, as rádios mais potentes, que conseguiam chegar a todo o território nacional, eram as rádios de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, os clubes desses estados começam a ficar famosos Brasil afora, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

A *Rádio Nacional*, localizada no Rio de Janeiro, foi uma das primeiras a atingir praticamente todo o território brasileiro e também a conseguir índices de audiência na marca de 70%. A segunda colocada, a *Rádio Tupi*, de São Paulo, tinha cerca de 10%. Um dos fatores que corroboraram para esses feitos da *Rádio Nacional* foi o fato da emissora criar uma cadeia nacional de retransmissoras em cidades como Belo Horizonte, Recife, entre outras. Portanto, seus programas atingiam altos índices de audiência, entre eles, um esportivo chamado *No Mundo da Bola* (FONSECA, 2014).

Curiosamente, a rádio carioca “não investia maciçamente no futebol, optando por seus rentáveis programas de música e auditório, que preenchiam boa parte da programação diária” (FONSECA, 2014, p. 59). A emissora se limitava a transmitir jogos dos clubes cariocas. “Portanto, neste contexto, o habitante de um lugar qualquer, em alguma parte do território brasileiro, estaria muito mais próximo e muito mais conectado ao Rio de Janeiro do que, por exemplo, à capital do seu próprio estado” (Idem, p. 60).

Em São Paulo, o outro centro financeiro, o futebol passou a ter seus momentos nas rádios ainda na década de 1930 com os chamados “plantões esportivos” e depois passou a ter transmissões e programas dedicados ao esporte. “A rádio *Panamericana* inovou em diversos

aspectos, muitos deles, utilizados até os dias de hoje pelas rádios atuais: repórteres colocados atrás dos gols, com microfones portáteis” (FONSECA, 2014, p. 62).

De acordo com Fonseca (2014, p. 63), até a década de 1950, as transmissões de futebol eram tão importantes e tinham bons índices de audiência ao ponto de uma parte considerável dos recursos financeiros para a propaganda ser destinado para que a rádio fosse capaz “de acompanhar as delegações dos times brasileiros em excursões pela Europa, algo impensável para a maioria dos jornais”.

Logo, não restam dúvidas de que o fortalecimento desse centro — feito apenas de duas cidades em um país como o Brasil — era também expandido pelo rádio, que levava, a todo o vasto território nacional, os clubes de futebol do Rio e São Paulo; e não poderia haver qualquer estranhamento — além da obviedade —, várias décadas depois, na compreensão dos porquês da presença de torcedores dos clubes de Rio e de São Paulo em todos os cantos do País. Ser moderno significava, nas margens do território, copiar os hábitos de consumo, a cultura, e, em nosso caso, torcer para um time de alta exposição, mesmo estando, o clube, fora e muito distante do lugar da ação torcer. Como parte inseparável da própria cultura brasileira, o futebol também foi transportado pelo jornal e pelo rádio para todo o território brasileiro (FONSECA, 2014, p. 65).

A popularização da televisão coroou Rio de Janeiro e São Paulo como centro do futebol. A história da televisão brasileira passa muito próximo da Rede Globo, que surgiu em 1965 e se beneficiou bastante do Regime Militar<sup>47</sup>. A emissora ajudou a difundir uma visão patriótica e de integração do país por meio da espetacularização de sua programação, contribuindo para a sustentação da ditadura (FONSECA, 2014).

Apesar da sofisticação apresentada pela televisão, havia algo que permanecia como nos tempos de ouro do rádio: o monopólio de emissoras nos dois estados mais ricos e a falta de programações próprias nas demais localidades do país.

Neste sentido, o futebol como espetáculo, que já vinha sendo explorado pelo rádio, ajudando a incorporar certa unidade nacional através do jogo, pela televisão torna-se decisivo no espraiamento nacional da popularidade dos clubes do Rio e de São Paulo, em detrimento dos clubes dos diversos territórios e lugares do país. Reside, aqui, a origem da disseminação de certa ideologia que opera não apenas no âmbito do futebol: torço por um clube do Rio de Janeiro; ou torço por um clube de São Paulo. Quem diz que torce? Mesmo quem está distante, a milhares de quilômetros de Rio ou de São Paulo, em lugar isolado e periférico, que compra a ideia de ser “torcedor” do Flamengo-RJ ou do Corinthians-SP, em especial. Se no rádio a interiorização desses clubes se iniciou, na televisão ela se completa e, principalmente, no apoio dado por ela às competições de âmbito supostamente nacional, mas que são verdadeiramente regionais — concentradas no chamado eixo Rio/São Paulo (FONSECA, 2014, p. 103).

---

<sup>47</sup> O golpe civil-militar ocorreu em 1964 e durou até 1985, e a Rede Globo se estruturou com as benesses dos militares e ajudou a dar legitimidade ao regime. (CF. JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: 2002, EDUFBA)

### 3.7.2. É campeão! Paulistas levam as taças

As disparidades entre times do eixo Rio-São Paulo e de outras regiões cresceram não apenas em relação ao número de torcedores, mas também em relação à conquista de títulos de relevância<sup>48</sup> e valores financeiros das equipes. Discrepâncias que podem ser vistas em maior ou menor grau a depender da região dos times. Por exemplo, algumas equipes do Sul e de Minas Gerais conseguem vencer, com alguma regularidade, competições de nível nacional ou internacional. Diferentemente de equipes do Nordeste que conquistaram poucos títulos nacionais e nenhum internacional<sup>49</sup>.

De acordo com o ranking da CBF<sup>50</sup>, são 64 títulos do Campeonato Brasileiro. As contas não são simples porque havia uma contagem de competições a partir de 1971. Entretanto, em 2010, a entidade máxima do futebol nacional resolveu unificar os títulos anteriores a 1971, ou seja, de 1959 a 1970<sup>51</sup>. Portanto, as competições que contam como Campeonato Brasileiro ao longo da história do futebol nacional são: Taça Brasil, Torneio Roberto Gomes Pedrosa (Robertão), Campeonato Brasileiro, Copa União e Copa João Havelange.

Independente das particularidades do Campeonato Brasileiro, o que interessa a esta pesquisa é saber como se localizam esses títulos. Sendo assim, tem-se a seguinte disposição: Palmeiras (SP) com 10; Santos (SP) com 8; Corinthians (SP) e Flamengo (RJ) com 7; São Paulo (SP) com 6; Cruzeiro (MG), Fluminense (RJ) e Vasco (RJ) com 4; Internacional (RS) com 3; Bahia (BA), Botafogo (RJ), Grêmio (RS), com 2; e Atlético Mineiro (MG), Atlético Paranaense (PR), Coritiba (PR), Guarani (SP) e Sport (PE) com 1. (*Conferir tabela 2*).

Ao somar o número de títulos por estados, São Paulo é disparado o que tem mais times com títulos, totalizando 32, seguido por Rio de Janeiro (17); Rio Grande do Sul e Minas Gerais (5); Bahia e Paraná (2); e Pernambuco (1). (*Confira a tabela 3*).

---

<sup>48</sup> Os critérios adotados para definir títulos de relevância passam diretamente por valores financeiros (títulos com altas premiações) e valores simbólicos (com grande projeção na mídia e forte impacto sobre torcedores, ou seja, aqueles campeonatos que atingem um grande público). Entre estes campeonatos estão as chamadas competições de elite: Campeonato Brasileiro Série A, Copa do Brasil, Libertadores da América e Mundial Interclubes.

<sup>49</sup> Times do Norte e do Centro-Oeste não conquistaram nenhum título de relevância nacional e internacional, mas não foram citados devido às particularidades de ambas as regiões que não foram debatidas nesta pesquisa, como povoamento, formação econômica, social e política, exploração das forças produtivas, questão indígena, por exemplo.

<sup>50</sup> O ranking da CBF está disponível em: <<http://www.rankingdeclubes.com.br/nacionais.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

<sup>51</sup> A CBF oficializou os títulos da Taça Brasil e do Torneio Roberto Gomes Pedrosa como conquistas nacionais, equiparando-os ao Campeonato Brasileiro. Na época, a decisão causou polêmica entre os clubes sob a alegação de que os campeonatos anteriores a 1971 tinham menos times, ou mesmo, menos jogos e, em alguns anos, ocorreram simultaneamente mais de uma edição, como em 1967 e 1968. (Cf: **CBF oficializa títulos nacionais de 1959 a 70 com homenagem a Pelé**. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2010/12/cbf-oficializa-titulos-nacionais-em-cerimonia-com-presenca-de-pele.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

**Tabela 02 – Número de títulos por equipe do Campeonato Brasileiro**

<b>Time</b>	<b>Títulos (Campeonato Brasileiro Unificado)</b>
Palmeiras	10
Santos	8
Corinthians, Flamengo	7
São Paulo	6
Cruzeiro, Fluminense e Vasco	4
Internacional	3
Bahia, Botafogo, Grêmio	2
Atlético-MG, Atlético-PR, Coritiba, Guarani e Sport	1

Fonte: CBF

Outra competição nacional importante é a Copa do Brasil. O torneio tem um viés mais democrático em termos geográficos por contar com participantes de todos os estados e do Distrito Federal. A classificação para o torneio é baseada no ranking de clubes da CBF e através dos campeonatos estaduais (cada unidade da federação tem o seu). A Copa do Brasil começou em 1989 e existe até os dias atuais. São 30 títulos distribuídos entre os seguintes times: Cruzeiro (MG): 6; Grêmio (RS): 5; Corinthians (SP), Palmeiras (SP) e Flamengo (RJ): 3; Atlético (MG), Criciúma (SC), Fluminense (RJ), Internacional (RS), Juventude (RS), Paulista de Jundiaí (SP), Santo André (SP), Santos (SP), Sport (PE), Vasco (RJ) e Athletico (PR): 1. (*Conferir Tabela 4*).

**Tabela 03 – Número de títulos do Campeonato Brasileiro por estado**

<b>Estado</b>	<b>Número de títulos de Brasileiro</b>
São Paulo	32
Rio de Janeiro	17
Rio Grande do Sul e Minas Gerais	5
Bahia e Paraná	2
Pernambuco	1

Fonte: CBF

Por estados, temos na Copa do Brasil, a seguinte disposição: São Paulo com 9; Minas Gerais e Rio Grande do Sul com 7 cada; Rio de Janeiro com 5; e Santa Catarina, Pernambuco e Paraná com 1 cada. (*Conferir tabela 5*).

**Tabela 04 – Número de títulos por equipe da Copa do Brasil**

<b>Time</b>	<b>Títulos (Copa do Brasil)</b>
-------------	---------------------------------

Cruzeiro	6
Grêmio	5
Corinthians, Palmeiras e Flamengo	3
Atlético-MG, Criciúma, Fluminense, Internacional, Juventude, Paulista de Jundiaí, Santo André, Santos, Sport, Vasco e Athletico-PR.	1

Fonte: CBF

Os números apresentados evidenciam as disparidades entre os times do Sul/Sudeste e do Nordeste, principalmente quando se separa os números referentes a São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar do Rio de Janeiro não aparecer nas primeiras posições da Copa do Brasil, o estado apresenta ainda um bom número de títulos. Mas, em se tratando de Campeonato Brasileiro, é possível ver como os dois estados (Rio e São Paulo) estão nas primeiras posições, principalmente o estado mais rico do país. São Paulo lidera nos dois campeonatos.

Outro fator importante a analisar são os títulos dos times de Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que se sobressaem com relação aos títulos e também no número de torcedores, ilhas que se destacam fora do eixo Rio-São Paulo, mas que, ainda sim, fazem parte de estados em que frações da burguesia disputam a hegemonia<sup>52</sup>.

#### **Tabela 05 – Número de títulos da Copa do Brasil por estado**

<b>Estado</b>	<b>Número de títulos de Copa do Brasil</b>
São Paulo	9
Minas Gerais e Rio Grande do Sul	7
Rio de Janeiro	5
Santa Catarina, Pernambuco e Paraná	1

Fonte: CBF

Já os times nordestinos pouco aparecem nessa lista. Dos nove estados, apenas dois estão representados: Bahia e Pernambuco. Inclusive, é importante destacar que os títulos no Campeonato Brasileiro são de, pelo menos, 30 anos atrás. Os dois títulos da equipe do Bahia são de 1959 e 1988. Já o Sport conquistou em 1987. Aliás, desde que foi implementado o novo formato de competição de pontos corridos, em 2003, os times nordestinos têm tido cada vez mais dificuldades de se manter nas primeiras posições.

<sup>52</sup> CF. PICCIN, Marcos Botton. **Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 2; DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizont: UFMG: 1999.

Em 2003, 24 times disputaram o Brasileiro, e o nordestino melhor colocado foi o Vitória (BA), que ficou em 16º lugar. No ano seguinte, o Vitória era o único time do Nordeste na Série A e, no fim do campeonato, foi rebaixado. Em 2003, 2004, 2005, 2006<sup>53</sup> e 2007, não havia nenhum time nordestino entre os 10 primeiros colocados. Em 2008, o Vitória conseguiu ficar exatamente em 10º. Depois de mais quatro anos (2009, 2010, 2011 e 2012) sem nenhum nordestino na primeira metade da tabela, o Vitória consegue, em 2013, o melhor resultado de uma equipe do Nordeste na história do Brasileiro, um 5º lugar. Em 2014, nenhum nordestino esteve entre os 10. Já em 2015, o Sport Recife ficou em 6º. Depois, foram mais três anos (2016, 2017, 2018) sem nenhum clube nordestino entre os 10 primeiros. Por fim, no campeonato de 2019, o Fortaleza ficou em 9º<sup>54</sup>.

O site alemão, especializado em levantar os valores de mercado, baseado principalmente em transferências, o *Transfermarkt*, avaliou quais clubes de futebol são os mais valiosos do Brasil. Entre os 10 primeiros da lista, não aparece nenhum time nordestino: 1º Flamengo (RJ), 151,20 milhões; 2º Palmeiras (SP), 124,70 milhões; 3º Grêmio (RS), 121,50 milhões; 4º Corinthians (SP), 90,05 milhões; 5º São Paulo (SP), 89,75 milhões; 6º Santos (SP), 63,90 milhões; 7º Internacional (RS), 62,55 milhões; 8º Atlético Mineiro (MG), 53,05 milhões; 9º Fluminense (RJ), 43,45 milhões; e 10º Vasco (RJ), 41,95 milhões<sup>55</sup>.

O primeiro nordestino a aparecer é o Bahia, em 12º lugar, valendo 32,90 milhões. Ceará (17º), Fortaleza (18º) e Sport Recife (19º) são os outros clubes nordestinos que aparecem entre os 25 primeiros. Entretanto, se somar os valores dos quatro, o resultado passa um pouco da metade do primeiro lugar, no caso o Flamengo.

Além de contar com o poderio financeiro que sustenta os aparelhos privados do Centro-Sul, os clubes dessa região contam com o imaginário que permeia o senso comum sobre a Região Nordeste e sobre os nordestinos e que se dissemina para diferentes campos, inclusive, estimulando preconceitos sobre o futebol da região. As desigualdades são materiais, não só porque atingem o campo econômico, político e social, mas também porque permeiam o campo imagético-discursivo e simbólico refletido no que é concreto.

Ao observar essa dinâmica é que se percebe o surgimento de dois tipos de torcidas ou torcedores dentro da periferia da periferia: o primeiro grupo são daqueles que torcem para times de fora do estado/cidade de origem (geralmente do eixo Rio-São Paulo) ou mesmo que torcem

---

<sup>53</sup> O primeiro ano em que o campeonato passou a ser disputado por 20 clubes. Desde então, segue sendo assim.

<sup>54</sup> Fonte: CBF.

<sup>55</sup> Os valores são contabilizados em euros. O ranking apresentado neste trabalho está disponível em: <[https://www.transfermarkt.com.br/vereins-statistik/wertvollstemannschaften/marktwertetop/plus/0?land\\_id=26&kontinent\\_id=0&ytf0=Mostrar](https://www.transfermarkt.com.br/vereins-statistik/wertvollstemannschaften/marktwertetop/plus/0?land_id=26&kontinent_id=0&ytf0=Mostrar)>. Acesso em: 28 fev. 2020.

para dois times, de fora e do mesmo estado/cidade. O segundo são os torcedores que torcem apenas para os times de seu estado/cidade. Atualmente, esses torcedores são denominados vulgarmente de “mistos” e de “anti-mistos”, respectivamente.

### **3.7.3. O torcer na periferia da periferia**

A questão nordestina começa a se desenvolver junto com a revolução burguesa no Brasil e se mantém até os dias atuais, mas não de forma estática. E, por isso, ainda é possível ver como ela ocorre nas artes, na mídia e em fenômenos da cultura de massa como o futebol.

Além de revelar as discrepâncias entre os clubes da Região Nordeste e Centro-Sul, principalmente do eixo Rio-São Paulo, mas também de estados como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a questão nordestina no futebol se apresenta na forma de torcer.

Como já foi apresentado através de pesquisa Datafolha, o número de nordestinos que torce por times do eixo, principalmente o Flamengo, é maior do que aqueles que torcem para times de seu próprio estado. Além do Flamengo, times de fora do Nordeste que têm uma grande torcida são Corinthians, São Paulo, Palmeiras e Vasco.

O fenômeno de se torcer por times “de fora” passou a ser comum na história do futebol brasileiro graças à difusão do rádio e da televisão. Entretanto, o que mudou nos últimos anos foi a resistência a esse fenômeno com o surgimento dos chamados torcedores “anti-mistos”. Estes denominam aqueles que torcem por times de fora do estado/cidade, ou mesmo que acompanham dois times ou mais como “mistos”.

Como explica Artur Vasconcelos (2011, p. 13), o torcedor misto é uma espécie de torcedor que “tem por hábito torcer por dois ou mais times: um de seu estado e outro(s) de região(ões) diferente(s)” e são descritos por outros torcedores autointitulados “anti-mistos” como “alienados, manipulados pela imprensa do Sudeste, pessoas que não valorizam os times locais”. Também são considerados mistos “pessoas que torcem por um único clube, sediado em outra região” (VASCONCELOS, 2011, p. 62).

O autor também define os torcedores “anti-mistos” como aqueles que afirmam pertencer a um movimento de valorização do futebol do Nordeste e dos times nordestinos, por isso torcem apenas para um time, o local, e rejeitam os times do Sudeste por acreditarem ser alvos de preconceito regional por aquela parte do país.

“Anti-mistos” apontam o preconceito de pessoas do Sudeste contra nordestinos como motivo para não se torcer por times daquela região. Mais uma vez o assunto chega a outros aspectos da vida social que não apenas o esportivo. Neste exemplo, salientam

a questão do preconceito regional, do qual o Nordeste seria vítima por parte de pessoas de outras regiões. (VASCONCELOS, 2011, p. 70).

A denominação “torcedor misto” surgiu, em um primeiro momento, para definir um acontecimento comum no Nordeste: pessoas que torciam para mais de um time – o local e o de fora. Uma das razões justificadas seria a falta de calendário dessas equipes. Por exemplo, um time como o Botafogo da Paraíba jogava o campeonato estadual, que durava em média três ou quatro meses e, pelo resto do ano, ficava de férias. Enquanto isso, os times que faziam parte da elite do futebol brasileiro participavam de competições que duravam todo o ano. Esse episódio proporcionava ao torcedor a possibilidade de torcer pelos dois times. Por ser adepto de dois times, esses torcedores começaram a ser chamados de mistos. Com o tempo, o termo também passou a ser usado para quem torce apenas por um time que não era o de seu estado/cidade.

Esse debate entre torcedores “mistos” e “anti-mistos” ganhou projeção nacional em 2019 por causa de uma campanha do Fortaleza, equipe da capital cearense. A partida era contra o Flamengo, disputada na Arena Castelão, em Fortaleza, pela 26ª rodada do Campeonato Brasileiro da Série A. Então, no dia anterior ao jogo, a página oficial do Twitter da Copa do Nordeste, competição regional organizada pela CBF, publicou um vídeo no qual o sabor de pizza misto era coberto do cardápio e não seria servido para a partida contra o Flamengo, uma clara alusão aos torcedores mistos cearenses<sup>56</sup>.

O vídeo gerou discussões em programas esportivos e diversas críticas. Uma das críticas foi feita por um dos principais jornalistas esportivos do país, Mauro Cezar Pereira, comentarista da ESPN, que acusou a “manifestação do Fortaleza contra torcedores mistos” como “preconceituosa”<sup>57</sup>.

Para completar o embate, a torcida do Fortaleza decidiu realizar, antes da partida contra o Flamengo, um mosaico que se trata uma expressão vinda das arquibancadas. Na ocasião, os torcedores mostraram uma imagem em referência ao Cristo Redentor, que começava a apresentação com uma camisa do Flamengo que depois era retirada. Por baixo dela, havia uma camisa do Fortaleza<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup>**Fortaleza retira pizza mista de sua cantina antes de jogo com Fla.** Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/fortaleza-retira-pizza-mista-de-sua-cantina-antes-de-jogo-com-fla/>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

<sup>57</sup>**Manifestação do Fortaleza contra torcedores mistos é preconceituosa e não atrai simpatia de ninguém.** Disponível em: <[http://www.espn.com.br/blogs/maurocezarpereira/764862\\_manifestacao-do-fortaleza-contratorcedores-mistos-e-preconceituosa-e-nao-atrai-simpatia-de-ninguem](http://www.espn.com.br/blogs/maurocezarpereira/764862_manifestacao-do-fortaleza-contratorcedores-mistos-e-preconceituosa-e-nao-atrai-simpatia-de-ninguem)>. Acesso em: 1 mar. 2020.

<sup>58</sup>**Cristo polêmico: mosaico do Fortaleza atíca rivalidade com ‘mistos’.** Disponível em: <<https://br.onefootball.com/%F0%9F%8E%A5cristo-polemico-mosaico-do-fortaleza-aumenta-rivalidade-com-mistos/>>. Acesso em: 1 de mar. 2020.

Diante desses fatos, não compete a este trabalho fazer juízo de valor sobre o ocorrido: Se o Fortaleza estava certo ou errado, ou se o time e seus torcedores agiram de forma preconceituosa. No entanto, é necessário relatar o episódio como um sintoma das contradições que permeiam a questão nordestina no futebol.

Apesar das nomenclaturas misto e anti-misto terem se popularizado, percebeu-se que estes são termos pejorativos e, ao mesmo tempo, tem seus limites para se analisar o processo de torcer no Nordeste. Isto porque a definição parte dos torcedores que se autointitulam “anti-mistos” em oposição aos “mistos”, o que leva a pensar que só existem dois tipos de torcer: quem torce por dois times, um local e um de fora, e aquele que faz oposição ao primeiro. Entretanto, existem sujeitos para além desses dois. Por exemplo, há torcedores de apenas um time, seja ele da sua cidade/estado natal que não buscam fazer oposição aos chamados mistos. Há também torcedores que torcem apenas por um time de fora e não podem, por isso, ser chamados de mistos, e por último, existem também os que torcem por mais de dois times.

Para um melhor debate resolveu-se categorizar os torcedores em quatro tipos, prezando por uma nomenclatura mais aproximada ao rigor científico em que se pretende compreender o fenômeno e evitar a depreciação de qualquer sujeito-torcedor e/ou uma análise que não contemple as complexidades inerentes a esse processo. Assim, a classificação utilizada neste trabalho será: I) filiação *in loco*, para quem torce apenas pelo time de sua cidade<sup>59</sup>; II) filiação externa, para aqueles que torcem apenas para times de fora de sua cidade<sup>60</sup>; III) bifiliação clubística<sup>61</sup>, para aqueles que torcem por dois times, geralmente, um local e outro do eixo Rio-São Paulo; e IV) multifiliação<sup>62</sup> clubística, para aqueles que torcem para mais de dois times, além do time local e de outro externo, há também os times internacionais.

Identificar os diferentes tipos de torcer contribui também para compreender as contradições geradas pela questão nordestina, assim como discutir a questão nordestina contribui para desvelar as opressões e desigualdades que ocorrem em diferentes espaços no Brasil, um deles é no futebol, em que é possível observar as disparidades socioeconômicas, políticas e culturais entre times de Sul/Sudeste e dos do Nordeste.

Ao refletir sobre a questão nordestina, pode-se destacar o “torcedor misto” como um sujeito representante da dualidade entre a cultura hegemônica do Centro-Sul e a autonomia pelo reconhecimento da própria identidade nordestina. Além dele, o “torcedor anti-misto” surge

---

<sup>59</sup> Aqui se considera territorialidades próximas ou vizinhas, caso a cidade em questão não tenha um time.

<sup>60</sup> Aqui se considera cidades ou territorialidades que tenham um time.

<sup>61</sup> Categoria desenvolvida por Flávio de Campos e Luís Henrique de Toledo (2013)

<sup>62</sup> Categoria desenvolvida por Toledo (2020).

como um representante da resistência à dominação e à autoafirmação enquanto grupo social subalterno. Entretanto, a resistência se mostra apenas no campo discursivo, uma vez que não se promoveu um debate significativo sobre quais questões são importantes para superar a subalternidade, assim como não há uma força organizada para tal feito. A resistência do torcedor misto, como outras resistências de diferentes grupos de nordestinos, revela-se apenas como resistência, não como consciência de classe que visa a ser agente ativo de uma luta para a disputa da hegemonia.

Ainda assim, é fundamental compreender quem são os torcedores “mistos” e “anti-mistos”, a que realidade esses sujeitos pertencem, como se dão as relações sociais em que eles estão inseridos e as suas implicações, principalmente, por estes estarem inseridos em fenômeno que faz parte da cultura de massas como o futebol. Afinal, a cultura de massas é capaz de dar legitimidade social para a construção de um consenso, ou seja, ser responsável pela consolidação da hegemonia.

Portanto, ao buscar entender aspectos, campos, objetos ou mesmo práticas da cultura de massas, é preciso levar em consideração as bases materiais para as ideias dominantes. A cultura de massas não existe desapegada da estrutura social e, nesse aspecto, mais do que um embate maniqueísta de cultura de massas *versus* cultura popular, é preciso perceber como ambas são elementos constituintes da hegemonia, instrumentos de criação de consenso, para assim poder superá-la ao construir uma nova hegemonia que se levanta da subalternidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram citadas as contradições que se agravaram com o progresso da revolução burguesa brasileira até a sua concretização que, por se tratar de uma revolução passiva, foi responsável, entre os principais problemas, pelo rearranjo da dominação externa do país. Sendo assim, o Brasil se manteve como um país de economia dependente, formando uma burguesia desinteressada em um projeto de nação, afastando as massas populares do poder de decisão e produzindo um exército de trabalhadores superexplorados.

Em vista disso, percebeu-se que apesar desses problemas serem comuns a todo território brasileiro, a intensidade e modo com que atingem as zonas centrais e periféricas se distingue. As contradições são ainda mais acirradas na periferia da periferia, evidenciando o chamado colonialismo interno e reverbera para uma questão própria do Brasil, no caso, a questão

nordestina. Essa questão surge junto com o processo de revolução passiva do país. A justificativa para tal afirmação se baseia em alguns aspectos que resumiremos a seguir.

Primeiro, mesmo existindo um espaço geográfico que foi, inclusive, aquele inicialmente explorado nos primórdios da colonização, a região ainda não era conhecida como Nordeste. De fato, a questão da divisão territorial começa a surgir apenas nas décadas posteriores à revolução de 1930. É importante salientar que havia estudos desde a época do Brasil Império que buscavam investigar as configurações do território, mas ainda de forma pulverizados pelos órgãos do Governo Federal.

Essas pesquisas foram aprofundadas com a burocratização e a centralização do poder político e econômico e a criação dos mais variados órgãos governamentais por Getúlio Vargas, entre eles, o Instituto Nacional de Estatística, em 1936, futuro Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a partir da criação do IBGE que acontecem as divisões regionais do país. A primeira divisão oficial do Brasil enquanto Estado acontece na década de 1940: Norte, Centro-Oeste, Leste, Nordeste e Sul. Ainda houve mais algumas configurações até chegar ao formato atual na década de 1970, com reformulações na década de 1990 (CONTEL, 2014).

Segundo, foi durante o governo Vargas que se combateu o regionalismo com bastante força em prol do centralismo. Um dos episódios já citados nesta pesquisa foi a cerimônia de queima de bandeiras. Por haver uma disputa de hegemonia entre as antigas elites regionais e o novo grupo dominante, o então presidente conseguiu usar a força do Estado para impor o seu domínio. Assim, conseguiu superar alguns de seus rivais, entre eles, as elites açucareiras do Nordeste. Esse embate não aconteceu apenas no campo econômico e político, mas também no cultural. Para se construir um imaginário de atraso daquelas elites, também era preciso criar um ideal de atraso daquele povo, ao mesmo tempo em que se propagava a modernidade que era vista nos grandes centros do país.

Terceiro, as ideias sobre Nordeste não eram apenas uma construção imagético-discursiva, como aponta Durval Muniz de Albuquerque (2011), mas um ideal calcado em relações históricas concretas. A imagem de atraso está baseada em problemas materiais de uma região que sofre com as questões intrínsecas a um país de capitalismo dependente, capazes de aprofundar a exploração e as desigualdades na sua periferia. Não se trata de negar necessariamente as adversidades impostas à região por décadas como a baixa industrialização, a média salarial menor que o restante do país, as migrações, as secas, a fome etc., mas sim compreender que esses problemas estão vinculados às forças do capital, que têm como objetivo

a manutenção da hegemonia burguesa e da subordinação dos grupos subalternos para a defesa de seus interesses.

Para melhor explicar como se deu o processo de revolução burguesa no Brasil foi utilizado de um arcabouço teórico do italiano Antonio Gramsci com o objetivo de fazer uma tradução de algumas categorias para a realidade brasileira. Entre as principais categorias gramscianas abordadas estão hegemonia, subalternidade, revolução passiva e intelectuais. Todas foram utilizadas para se fazer uma leitura do Brasil e o seu desigual desenvolvimento entre as regiões, que redundou na subordinação política, econômica, social e cultural do Nordeste ao Centro-Sul, que podem se relacionar no interior da questão nordestina.

Esses fatores foram fundamentais para se construir a subalternidade do Nordeste e dos nordestinos. Destacou-se as especificidades de ambos os países – Itália e Brasil – e as diferenciações no processo de desenvolvimento do capitalismo em cada um deles, para então mostrar as similaridades que possibilitassem uma leitura do Brasil, a partir do autor sardo. Como descreveu Otto Maria Carpeaux (1966), nos escritos do italiano existem um “universalismo” que permitiu a esta pesquisa se apropriar para compreender as relações impostas pela estrutura capitalista no maior país da América Latina.

O que configura a questão nordestina não são apenas as relações de subordinação econômica de parte em relação à outra do país, mas também a forma como o Nordeste e os nordestinos são vistos. Foi construído um imaginário estereotipado da região e da sua população com o objetivo de torná-los subalternos. Esse processo é responsável por gerar grandes desigualdades, dependência e subordinação econômica, política, social e cultural de região para a outra.

Para explicar o funcionamento das relações de poder no capitalismo, Gramsci (2002) discute sobre a dupla perspectiva da vida política e estatal, através do Estado Integral. Esse é formado pela sociedade política, *locus* por excelência da força (coerção) e pela sociedade civil, que opera no âmbito das instituições e dispositivos destinados a alcançar o consenso. O objetivo é o de dar estabilidade à formação social, legitimidade ao poder estabelecido e sustentação à hegemonia de um grupo, ou seja, promover o consenso respaldado na coerção.

Para esta análise, a questão cultural é fundamental, uma vez que é através da cultura que se constitui e se sustenta hegemonia. Ou seja, a supremacia de um grupo sobre o outro, que se apresenta como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. (GRAMSCI, 2002, CC19, § 24, p. 63). Gramsci (2002) afirma que a expansão da classe hegemônica está ligada à sua capacidade de direção. Sendo assim, para que esses grupos consigam se expandir, é preciso

incorporar algumas das reivindicações de grupos subalternos, desde que não entrem em choque direto com a lógica do grupo dominante. É fundamental para os grupos dominantes que eles sejam capazes de fazer com que grupos distintos acreditem que os interesses particulares dessa classe, que se pretende ou é hegemônica, mostrem-se como universais. Por isso, quanto maior for a capacidade de construir um consenso, mais sólida será a hegemonia.

A questão aqui é compreender que, para a realidade brasileira, em que a revolução burguesa no país foi realizada através de um processo de revolução passiva – ou seja, feito pelas elites e sem a participação popular –, a formação da hegemonia é restrita. Isso significa que o curso da revolução no Brasil teve aspectos autoritários e centralizadores e é marcado pela capacidade do Estado de assimilar, cooptar ou reprimir as vozes divergentes.

Nessa hegemonia restrita dos grupos dominantes no Brasil, a atuação do Estado se baseia em instrumentos que irão produzir consenso se utilizando em grande medida de coerção, enquanto se mantém a aparência de democracia. Concomitantemente, o governo intervém nas mais diferentes áreas, provoca o alijamento das forças populares do poder e exerce controle sobre elas, além de promover um rearranjo político e econômico que se inova conservando.

Esses aspectos aprofundaram ainda mais os problemas no país, e para as regiões periféricas, como é o caso da Nordeste, foi extremamente danoso. Assim como na discussão gramsciana sobre a questão meridional, o debate sobre a questão nordestina demonstra que o regime centralizador responsável por burocratização do Estado, no processo da fundação do Estado moderno, trouxe vantagens para uma parte do Brasil e causou efeitos desastrosos para a outra, transformando os problemas de classe também numa questão territorial.

Em se tratando de Nordeste, pode-se realçar, principalmente, a tentativa de unificação nacional centralizada no eixo Rio-São Paulo e a propagação de valores chamados modernos ao mesmo tempo em que se mantinham aspectos do atrasado, uma vez que o novo e o arcaico se retroalimentam nesse processo. E assim o Estado combatia os regionalismos, mantinha a exploração das forças produtivas nordestinas de forma mais precária e a concentração de terras e gerava, por consequência, o desenvolvimento desigual e combinado que impôs colonialismo interno entre Centro-Sul e Nordeste, reproduzindo dependência e subordinação econômica, política, social e cultural por parte da região mais pobre.

Discutir hegemonia é também pensar como as ideias de um grupo predominam sobre o outro e mantêm esse outro subalterno. Entretanto, a relação dialética hegemonia-subalternidade não é estática. Assim, como já foi citado neste trabalho, o Nordeste sofre os efeitos de um país

de capitalismo periférico de forma mais intensa e isso atinge diferentes áreas, como é o caso da literatura, do cinema, da música, da mídia e também do futebol.

No microcosmo do futebol, percebeu-se que existe uma evidente desigualdade em termos de número de torcida de clubes do Nordeste e do eixo Rio-São Paulo, quantidade de títulos e também valores de mercado. Isso porque, ao longo da história do futebol brasileiro, alguns times foram favorecidos pelas condições culturais, políticas e socioeconômicas do Centro-Sul, que conseguiram se propagar para o restante do país e, assim, tornaram-se fenômenos da cultura de massas.

A decisão de estudar sobre o Nordeste partiu de inquietações após a observação de elementos correlacionados ao futebol que já demonstravam a relação de hegemonia e subalternidade provocada pela questão regional nordestina, que, no decorrer deste trabalho, mostrou-se possível de se reverberar para outras áreas.

A escolha pelo futebol como fonte de estudo se deu por acreditar que essa é uma área preterida dentro do universo acadêmico, principalmente quando se busca fazer pesquisas através de uma perspectiva de classes. Entretanto, ao incluir o esporte mais popular do país em um trabalho que debate subalternidade e hegemonia, foi possível perceber como a questão nordestina afeta essa área, assim como essa área reafirma a questão nordestina. Isso mostra que o conjunto de reações causado por esse esporte de massas está ligado à construção da hegemonia. O futebol atinge tanto os grupos sociais subalternos como os grupos dominantes. E, por estar inserido numa sociedade de classes, será influenciado por valores dos grupos hegemônicos, mas sem deixar de reproduzir os valores das classes subalternas.

Por isso, é preciso compreender as contradições que abarcam a questão nordestina de forma dialética, e não maniqueísta, sem tutelar ou mesmo subestimar a capacidade de reação das classes subalternas. Também é necessário perceber a recusa de se absorver aspectos da cultura hegemônica de forma a construir uma disputa pela hegemonia. Isso porque a resistência que se expressa apenas no âmbito cultural e não se constitui como um projeto de transformação político, que não se propõe uma reforma intelectual e moral, fará com que a história dos grupos sociais subalternos se mantenha desagregada e episódica. Afinal, “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”. (GRAMSCI, 2002, CC25, § 2, p. 135).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACANDA, Jorge Luis. **As raízes estruturais da hegemonia.** In: DEL ROIO, Marcos. Gramsci: Periferia e Subalternidade / Marcos Del Roio (organização). São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2017.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ALIAGA, Luciana. **Gramsci e a Questão Meridional.** In: Gramsci em perspectiva/ [organizado por] Adriano Nascimento, Josimeire de Omena Leite. Maceió: EDUFAL, 2017.

\_\_\_\_\_. **Gramsci e a democracia nos Cadernos do Cárcere: a crítica à teoria das elites.** Crítica Marxista, n.42, p.27-46, 2016.

\_\_\_\_\_. **A questão política dos intelectuais: as elites dirigentes nos *Quaderni del Carcere* de A. Gramsci.** Revista eletrônica Arma da Crítica, ano 3: Número 3/ Dezembro 2011/ ISSN 1984-4734.

\_\_\_\_\_. **Gramsci e Pareto: Itinerários de Ciência Política.** Tese de doutorado, IFCH/UNICAMP, 2013.

ALIAGA, Luciana; MARANHO, Fernanda. **Revolução Passiva e Dependência no Brasil,** In: Economia, Política e Dependência: contribuições para a análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. 01 ed. Maceió: EDUFAL, 2020, v.01, p. 261-303.

ALVITO, Marcos. **A rainha de chuteiras: um ano de futebol na Inglaterra.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

BIANCHI, Alvaro. **Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos “Quaderni del cárcere”.** Utopia y Práxis Latinoamericana, vol. 12, núm. 36, enero-marzo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O laboratório de Gramsci.** Campinas: Alameda, 2008.

BOOTHMAN, Derek. **Tradutibilidade.** In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

BOUNTIN; Aldimara Catarina Brito Delabona; DA SILVA, Karen Ruppel da. **As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.** In: Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar, 9, 2015, Curitiba.

BROGNI, Lianeide; WOLFF, Selma Barbosa; CANABARRO, Tâmara. **Ensaio ao pensamento de Euclides da Cunha, e a visão do sertanejo nordestino.** Revista historiador, ano 1: Número 1/Dezembro 2008.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; CÂMARA Yls Rabelo. **Canudos revisitado: uma breve análise do que foi a utopia de Antônio Conselheiro, ameaça à consolidação do poder da República no final do século XIX**. Revista Entrelaces, Ano 4: Número 5/ maio 2015/ ISSN: 1980-4571.

CAMARGO, Marcia Helena Domingues. **Gramsci e a questão meridional**. Revista Espaço Acadêmico, n. 173, Unesp: 2015.

CAMPOS, Flávio de. & TOLEDO, Luiz Henrique de. 2013. **O Brasil na arquibancada: notas sobre a sociabilidade torcedora**. Revista USP n. 99: 123-138.

CAMPOS, Hércio Ribeiro. **Polarização urbana, identidade territorial e futebol: a Zona da Mata e Juiz de Fora/MG entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Tese de doutorado, IFLCH/USP, 2016.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. Revista Estudos Avançados, 28 (82), 2014.

CAMPOS, Marta. **Colonialismo cultural interno: o caso Nordeste**. Fortaleza: 1986.

CARPEAUX, Otto Maria. **A vida de Gramsci**. Revista Civilização Brasileira, 1966. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?id=125&page=visualizar>>. Acesso em: 9 jun. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. **Uma reflexão sobre a civilização brasileira**. In: VIANNA, L. Werneck. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1997.

CAVALCANTE, José Luiz. **A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Revista Histórica, nº 2 de junho de 2005.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. **Florestan, a “revolução burguesa” e a transformação capitalista do Brasil**. São Paulo: Lutas Sociais, vol.17 n.30, jan./jun. 2013

CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 3 | 2014.

CORREIA, Fernanda da Cunha; GUIMARÃES, Alexandre Huady Torres. **O diálogo entre o romance Os Sertões de Euclides da Cunha e a imagem fotográfica de Maurren Bisilliat: um estudo entre a terra e o homem, a luz e as trevas**. In Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30, 2007, Santos.

CORTÉS, Martín. **José Aricó: traducir el marxismo en América Latina**. Revista Nueva Sociedad No 262, marzo-abril de 2016.

COSTA, Marcelle Félix de Souza Lisboa. **A grande guerra e a memória do combatente italiano: uma reflexão a partir do epistolário de Américo Orlando (1915-1917)**. Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COSTA, S. R.; BUENO, M. G. **A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC**. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Nota à edição brasileira**. In: GRAMSCI, Antônio. A questão meridional. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Observações metodológicas sobre os Cadernos do Cárcere**. In \_\_\_\_\_. Gramsci, um estudo sobre o pensamento político brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. In COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (Org). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes**. Especial para Gramsci e o Brasil, 2000. Disponível em: <<https://www.aceessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

COUTINHO, Renato Soares. **Um flamengo grande, um Brasil maior: o Clube de Regatas do Flamengo e o imaginário político nacionalista popular (1933-1955)**. Tese de doutorado, PPGH/UFF, 2013.

COUTO, André Alexandre Guimarães. **O Jornal dos Sports e sua Trajetória: uma Breve História a partir de seus Cronistas (1931-1958)**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40, Curitiba, 2017.

CUNHA, Euclides. **Os sertões [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 516 p.

DANTAS, Reuwer; GOMES, Marcília. **O Nordeste na TV: produção de sentido e o discurso da seca**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal.

DE FELICE, F.; PARLATO, V. **Introdução**. In: GRAMSCI, Antônio. A questão meridional. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

\_\_\_\_\_. **A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva**. In: Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações / organizadore: Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, Vandeí Pinto da Silva, Stela Miller. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Sobre a leitura dos textos Gramscianos: Usos e abusos**. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. O outro Gramsci, São Paulo: Xamã, 1996.

DUARTE, Regina Horta. “Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. Revista Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 125-147, 2004.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizont: UFMG: 1999.

Editor, O., & Editor, O. (1999). **Nordeste sertanejo: a região semi-árida mais povoada do mundo**. *Estudos Avançados*, 13(36), 60-68. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9475>.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª edição revista. São Paulo: Global Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

FERRERAS, Norberto O. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina**. *História, Franca*, v.22, n.2, p. 211-226, 2003.

FONSECA, Venilson Luciano Benigno. **Lugares e territórios na cultura do futebol brasileiro**. Tese de doutorado, PPGG/UFMG, 2014.

FONTES, Henrique. **A invenção do Nordeste, descaminhos sísmicos de uma peça documental do Grupo Carmin**. *Revista Observatório Itaú Cultural - N. 25* (maio/novembro 2019). – São Paulo: Itaú Cultural, 2007

FRANK, André Gunder. **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 1ª edição digital. São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O manifesto regionalista**. 7ª ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p. 47-75.

FROSINI, Fábio. **Nacional Popular**. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica Brasileira**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. En: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, volume 3: O Risorgimento. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Trad. Luiz Sérgio Henriques, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JAMBEIRO, Othon, et al. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação [online]**. Salvador: EDUFBA, 2004.

\_\_\_\_\_. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: 2002, EDUFBA.

LACORTE, Rocco et al. **Sobre a “Tradutibilidade” de Gramsci e algumas transformações sociais na Itália e no Brasil**. Educação e filosofia, v. 28, n. 55, p. 59-98, 22 set. 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Josimeire de Omena. **Hegemonia e revolução passiva: a dialética da passivização no pensamento gramsciano**. In: NASCIMENTO, Adriano; LEITE, Josimeire de Omena (Orgs.). Maceió: EDUFAL, 2017.

LIGUORI, Guido. **O uso do termo “subalternos” em Gramsci e na atualidade**. In: DEL ROIO, Marcos. Gramsci: Periferia e Subalternidade / Marcos Del Roio (org). São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATIAS; Avanúzia Ferreira; ALMEIDA, Larissa Naiara Souza de. **Discurso e intertextualidade: uma retrospectiva com base em 100 anos de seca**. Revista Entrelaces – Ano V – nº 06 – jul.-dez. 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe [tradução maria Lucia Cumo]**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MÁXIMO, João. **Memórias do futebol brasileiro**. Revista Estudos Avançados 13 (37), 1999.

MÉDICI, Rita. **Jacobinismo**. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MEINICKE, Thaís. **Imprensa esportiva carioca: surgimento, modernizações e segmentação**. Encontro Nacional de História da Mídia, 8, 2011, Guarapuava-PR.

MENDES, Flávio. **O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira**. Tese de doutorado, IFCH/UNICAMP, 2015.

MEZZINA, Domenico. **Intelectuais**. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRANDA, Melina Nóbrega. **Futebol e o projeto de unidade nacional no Estado Novo (1937-1945)**. Simpósio Internacional Processo Civilizador, X, Campinas-SP, 2007.

MOGENDORFF, Janine Regina. **A Escola de Frankfurt e seu legado**. Verso e Reverso, XXVI, setembro-dezembro, 2012.

MORAES, Hugo da Silva. **O Jogo dos Sentidos: O Vasco da Gama e a Dinâmica Social do Futebol (1922– 1924)**. Encontro de História da Anpuh, 13, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1ª ed. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elegia para uma Re(li)gião**. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. Estudos Avançados, São Paulo 1993.

OLIVEIRA, Vanessa Silva; ARAÚJO, Robéria Nádía Nascimento. **Concepções e estigmas regionais do Nordeste no programa “Globo Rural”**. In Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34, 2011, Recife.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875 (1987)**. In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1 (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político**. In: Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30/ Coordenação Ângela de Castro Gomes [et al.]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. **A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação de mestrado, PPGHS/USP, 2009.

PATRÍCIO, Elisa Ferreira de Carvalho. **Na emoção do futebol: uma análise das transmissões no rádio e na TV**. Trabalho de conclusão de curso de Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, 2014.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais**. História & Perspectivas, Uberlândia (40): 117-150. Jan./jun. 2009.

PEREIRA, Luís Estevam; MANERA, Roberto. **Os grandes clubes: Nascimento e vida**. In Placar – 100 anos de futebol no Brasil, Rio de Janeiro, out. 1994.

PICCIN, Marcos Botton. **Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 2;

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Nelson Werneck Sodré e “**História da Imprensa no Brasil**”: **uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, Brasília, 2006.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 1961.

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRATES, Kelen Katia Silva; CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. **A construção da identidade nacional durante a Era Vargas: os políticos, os intelectuais e o futebol**. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá-MT, vol. 3, n. 1, jan/jun., 2016.

PRESTIPINO, Giuseppe. **Tradução**. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

REIS, Cristiano Antônio; FERREIRA, Débora Cristina dos Santos; COSTA, Renata. **Entrevista com o prof. Durval Muniz**. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá-MT, vol. 4, n. 1, p. (223-240) jan/jul., 2017.

REIS, Rômulo; TELLES, Sílvio; MOREIRA, Jorge Felipe Fonseca; COSTA, Lamartine Pereira da. **Primeiros passos organizacionais no futebol brasileiro (1894-1933): uma análise no campo da gestão esportiva**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 5 Nº 9, Julho de 2013.

RIBEIRO, Rodolfo. **Desenvolvimento de recursos para o desempenho superior: uma análise sobre os fatores determinantes para o aumento de torcida em clube de futebol**. Tese de doutorado, FEA/USP, 2017.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Nos domínios da política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)**. Tese de Doutorado, PPGH/UFPE, 2014.

SÁTIRO, Leandro Nascimento. **A construção discursiva do Nordeste Brasileiro em livros didáticos de geografia**. Dissertação de mestrado, PPGE/UEFS, 2018.

SANTOS, Anderson David Gomes dos. **A consolidação de um monopólio de decisões: A Rede Globo e a transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol**. Dissertação de mestrado, PPGCC/UNISINOS, 2013.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. **Futebol e política: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol**. Dissertação de mestrado CPDOC/FGV, 2012.

SANTOS, Nivalter Aires dos. **45 anos do pensamento de Celso Furtado sobre o desenvolvimento do Nordeste (1959-2004)**. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XX – V. 1 - N. 39 - Abril de 2018 - Salvador, BA – p. 84 – 109.

\_\_\_\_\_. **Elementos para crítica à tese de invenção do Nordeste**. REVES-Revista Relações Sociais, Vol. 02 N. 03 (2019).

SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

SCOVILLE, André Luiz Martins Lopez de. **Literatura das Secas: Ficção e História**. Tese de doutorado, SCH/UFPR, 2011.

SEMERARO, Giovanni. **O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci**. In: Marcos Del Roio. (Org.). Gramsci: periferia e subalternidade. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2017.

\_\_\_\_\_. **Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25**. Educ. Soc., Campinas, 2014.

SILVA, Anderson Marcos da. **A Construção de um Nordeste Imaginário – Imagens e Símbolos na Música Popular**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 12, 2010, Campina Grande.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Cultura de massa e cultura popular: questões para um debate**. In: MORAIS, Osvando J. de; MARQUES, José Carlos. Esporte na mídia: diversão, informação e educação. (Orgs.). São Paulo: Intercom, 2012.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **Pragmática da violência: O Nordeste na mídia brasileira**. Rio de Janeiro, 7 letras: FAPERJ, 2011.

SILVA, Maria Ediney Ferreira da. **Produção e circulação do saber escolar: o Nordeste enquanto conteúdo escolar nos livros didáticos de Geografia**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 4, n. 8, p. 71-87, jul./dez., 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SOARES, Antonio Jorge. **O racismo no futebol do Rio de Janeiro nos anos 20: uma história de identidade**. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, 13(1): 119-29, jan./jun. 1999.

SOUZA, Ana Karoline Nogueira. **A atuação dos militares na revolução passiva brasileira**. Dissertação de mestrado, PPGSS/UFPB, 2019.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **Futebol e resistência cultural no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 131 - Abril de 2009.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. **O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 3 Setembro/Dezembro 2016.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Reconversão torcedora: transgressão ou um caso de extensão simbólica?** Revista de @ntropologia da UFSCar, 12 (1), jan./jun. 2020.

TROTSKY, Leon. **La revolución permanente**. 1ª ed. Madrid: Fundación Federico Engels, 2001.

VASCONCELOS, Artur Alves de. **Identidade futebolística: os torcedores “mistos” do Nordeste**. Dissertação de mestrado, PPGS/UFC, 2011.

VIANNA, L. Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1997.

WEBER, Ernani. **Educação cívica e nacionalismo oficial na Itália: o mito político do rei Vittorio Emanuele II na obra “Vitta dell’immortale re Vittorio Emanuele II” de Benedetto Schiattaregia (1878 – 1896)**. Trabalho de conclusão de curso História, UFRGS, 2010.

WELCH, CLIFFORD ANDREW et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WEFFORT, Francisco. **As origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra)**. ICIS-FLACSO, ILDES-CEDAL, Cidade do México, 1972.

ZANFORLIN, Sofia. **Entre arcaísmos e modernidades imaginadas: Nordeste em cena nos textos da mídia**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos X(1): 23-28, jan/abr 2008.

## Sites

**Ao menos 600 mil pessoas torcem para o Flamengo em Minas, aponta pesquisa**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/opiniaio/chuteiras-e-gravatas/ao-menos-600-mil-pessoas-torcem-para-o-flamengo-em-minas-aponta-pesquisa-1.2265134>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

**“A vergonha do Nordeste”?** Disponível em: <<http://portaldonic.com.br/jornalismo/2018/05/08/a-vergonha-do-nordeste/>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

**Barradão: “Vergonha do Nordeste” irrita Kleber Leite.** Disponível em: <<https://futebolbahiano.org/2008/11/faixa-vergonha-nordestina-irrita-kleber.html>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

**CBF oficializa títulos nacionais de 1959 a 70 com homenagem a Pelé.** Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2010/12/cbf-oficializa-titulos-nacionais-em-cerimonia-com-presenca-de-pele.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020

**Centro-Oeste tem domínio de torcidas de times do Sudeste.** Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/centro-oeste-tem-dominio-de-torcidas-de-times-do-sudeste.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

**Cristo polêmico: mosaico do Fortaleza atíça rivalidade com ‘mistos’.** Disponível em: <<https://br.onefootball.com/%F0%9F%8E%A5cristo-polemico-mosaico-do-fortaleza-aumenta-rivalidade-com-mistos/>>. Acesso em: 1 de mar. 2020.

**DATAFOLHA. Time de preferência.** Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/09/17/77975ecbd43522f8fe59b29b8f93d09atdp.pdf>>. Acesso em 5 mar. 2020.

**Em sua região, times nordestinos têm menos torcida do que Fla.** Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/em-sua-regiao-times-nordestinos-tem-menos-torcida-do-que-fla.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/em-sua-regiao-times-nordestinos-tem-menos-torcida-do-que-fla.shtml)>. Acesso em 26 nov. 2019.

**Flamengo quer jogar Copa do Nordeste, diz presidente.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2014/01/1400724-flamengo-quer-jogar-copa-do-nordeste-diz-presidente.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

**Fortaleza retira pizza mista de sua cantina antes de jogo com Fla.** Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/fortaleza-retira-pizza-mista-de-sua-cantina-antes-de-jogo-com-fla/>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

**Manifestação do Fortaleza contra torcedores mistos é preconceituosa e não atrai simpatia de ninguém.** Disponível em: <[http://www.espn.com.br/blogs/maurocezarpereira/764862\\_manifestacao-do-fortaleza-contratorcedores-mistos-e-preconceituosa-e-nao-atrai-simpatia-de-ninguem](http://www.espn.com.br/blogs/maurocezarpereira/764862_manifestacao-do-fortaleza-contratorcedores-mistos-e-preconceituosa-e-nao-atrai-simpatia-de-ninguem)>. Acesso em: 1 mar. 2020.

**Maiores campeões estaduais: veja lista dos clubes com mais títulos.** Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/maiores-campeoes-estaduais-veja-lista-dos-clubes-com-mais-titulos.ghtml>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

**Mais de 2 milhões de paulistanos ainda moram em favelas.** Disponível em: <<https://32xsp.org.br/2018/11/14/mais-de-2-milhoes-de-paulistanos-ainda-moram-em-favelas/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

**"Não iremos tolerar flamenguistas", diz organizada do América-RN.** Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/rn/noticia/2014/09/nao-iremos-tolerar-flamenguistas-diz-organizada-do-america-rn.html>>. Acesso em 3 mar. 2020.

**O maior pólo de desenvolvimento do país tem bolsões de miséria, diz Prandi.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285533>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

**Ranking da CBF.** Disponível em: <<http://www.rankingdeclubes.com.br/nacionais.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

**Ranking Transfermarkt.** Disponível em: <[https://www.transfermarkt.com.br/vereins-statistik/wertvollstemannschaften/marktwertetop/plus/0?land\\_id=26&kontinent\\_id=0&yt0=M ostrar](https://www.transfermarkt.com.br/vereins-statistik/wertvollstemannschaften/marktwertetop/plus/0?land_id=26&kontinent_id=0&yt0=M ostrar)>. Acesso em: 28 fev. 2020.

**São Paulo fechou o ano de 2019 com o dobro do PIB brasileiro.** Disponível em: <<https://istoe.com.br/sp-fecha-2019-com-o-dobro-do-pib-nacional-indica-seade/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

**Quase metade no Norte torce por times de futebol do Rio.** Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/quase-metade-no-norte-torce-por-times-de-futebol-do-rio.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/quase-metade-no-norte-torce-por-times-de-futebol-do-rio.shtml)>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

**Um em cada cinco brasileiros torce para o Flamengo, aponta Datafolha.** Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/um-em-cada-cinco-brasileiros-torce-para-o-flamengo-aponta-datafolha.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/um-em-cada-cinco-brasileiros-torce-para-o-flamengo-aponta-datafolha.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)>. Acesso em: 26 nov. 2019.

**Zabé da Loca morre aos 93 anos, em Monteiro.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/zabe-da-loca-morre-aos-93-anos-diz-familia.ghtml>>. Acesso em: 10 de mar. 2020